

GESTÃO E ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Divulgações do Pilar 3

2017



#Santander_Pillar3

Divulgações do Pilar 3

2017

1



SUMÁRIO EXECUTIVO

- 7 Sumário executivo*
- 12 Visão geral do Pilar 3 no Grupo Santander
- 20 Quadro Regulamentar
- 29 Prioridades de adequação de capital em 2017

2



CAPITAL

- 25 Capital
- 27 Função de capital
- 28 Gestão e adequação de capital
- 29 Prioridades de adequação de capital em 2017
- 30 Buffers de capital e exigências de capital elegíveis
- 33 Capital regulatório - Pilar 1
- 82 Capital econômico - Pilar 2
- 86 Planos de resolução e recuperação e estrutura especial de resposta a situações

* Esta versão para o inglês é versão do original em espanhol apenas para fins de informação. Na hipótese de discrepância, prevalece a versão original no idioma espanhol.

3



RISCO

91	Risco de Crédito
161	Risco de Crédito – Securitizações
175	Risco de Mercado
189	Risco Operacional
191	Outros Riscos e Controle Interno

4



GRUPO SANTANDER

199	Políticas De Remuneração
209	Apêndices
Outros apêndices disponíveis nas tabelas de formato editável Pilar 3, no site do Grupo Santander	



Acesso ao arquivo

Tabelas - Pilar 3 2017
disponíveis no site do Grupo
Santander



Um relatório em constante evolução e elaborado de acordo com os princípios EBA de divulgação ao mercado e transparência.



CONSISTÊNCIA

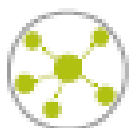
ao longo do tempo

CLAREZA

que melhorou a navegabilidade

IMPORTÂNCIA

COMPARAÇÃO



LINKS

para os outros itens deste relatório.



CÓDIGOS QR vinculados a outros documentos públicos.



INFORMAÇÕES DE FÁCIL LOCALIZAÇÃO

Encontrar as informações exigidas na parte VIII do Regulamento de Exigência de Capital.



INCLUI TODAS AS MELHORIAS

De diferentes órgãos internacionais aplicáveis em 2017.



TABELAS EM EXCEL

Podem ser editadas para facilitar a análise das informações.



Acesso ao arquivo

Tabelas - Pilar 3 2017 disponíveis no site do Grupo Santander

Controle e Governança

Uma revisão prévia das informações deste relatório foi realizada por um auditor externo e uma revisão posterior foi realizada pela auditoria interna.

Documento aprovado pelo:

- Conselho de Administração

Revisado pelo:

- Comitê de Risco do Conselho
- Comitê de capital

1

SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1.	Sumário executivo*	7
1.2.	Visão geral do Pilar 3 no Grupo Santander	12
1.2.1.	Santander Group background information	12
1.2.2.	Estrutura do Relatório de Divulgações do Pilar 3 de 2017	12
1.2.3.	Governança: aprovação e publicação	13
1.2.4.	Aumento da transparência	14
1.2.5.	Diferenças entre o método de consolidação para fins contábeis e o método de consolidação para fins de cálculo de capital regulatório	16
1.2.6.	Critérios de divulgação utilizados nesse relatório	16
1.2.7.	Alterações significativas em razão de modificação da abrangência e operações societárias	18
1.3.	Estrutura regulatória	20
1.3.1.	Alterações regulatórias em 2017	20

* Esta versão para o inglês é versão do original em espanhol apenas para fins de informação. Na hipótese de discrepância, prevalece a versão original no idioma espanhol.

1. Introdução

1.1. Sumário executivo*

Em 2017, o Grupo Santander conduziu seu negócio em ambiente econômico mais favorável do que nos anos anteriores. Baixas taxas de juros em mercados maduros constituíram o fator mais prejudicial ao negócio bancário. Contra este pano de fundo, nosso modelo de negócio sólido permitiu-nos entregar crescimento de dois dígitos - no lucro subjacente do Grupo e da maioria dos países nos quais operamos. Nosso RoTE estava entre os melhores do setor, e combinamos crescimento de balanço patrimonial com melhores índices de capital e dividendo por ação mais alto.

Nossas prioridades estratégicas eram:

1. Fazer avançar nossa **transformação comercial**, tanto em bancos tradicionais quanto por intermédio de nossas unidades independentes operando segundo o modelo de *start-up*. Os três pilares de nosso programa de transformação são:
 - **Melhoria da fidelidade dos clientes** por meio de soluções inovadoras, simples e personalizadas. Entre outras ações, continuamos a garantir a estratégia 1|2|3 em vários países, adaptamos nossa estratégia global para o segmento de SME às características locais de cada mercado, logramos crescimento forte no mercado de cartões, em particular na Espanha e Brasil, e criamos a divisão de Gestão de Patrimônio visando aumentar o serviço por nós prestado a nossos clientes de banco privado e gestão de ativos. Por trás deste processo de transformação, temos atualmente 17,3 milhões de clientes fidelizados (aumento de 13% em relação ao ano anterior).

* Esta versão para o inglês é versão do original em espanhol apenas para fins de informação. Na hipótese de discrepância, prevalece a versão original no idioma espanhol.

- **Promoção da transformação digital de canais, produtos e serviços.** Iniciativas como Digilosofia na Espanha, Openbank totalmente digital, Superdigital no Brasil, a plataforma de pagamento Cash Nexus, Santander Pay, a nova plataforma de aprendizado da máquina global e outras iniciativas estão impulsionando a transformação digital e melhorando significativamente a experiência dos clientes, bem como abrindo novas fontes de receita. Esta estratégia possibilitou-nos aumentar em 2017 o número tanto de clientes digitais (em mais que 4 milhões, a mais de 25 milhões) e operações digitais (cerca de 40% do total).
- **Continuidade da melhoria da satisfação e experiência dos clientes** com processos mais simples e mais eficientes, respaldados por ofertas em vários canais. Sete de nossas unidades figuraram entre os três principais bancos locais em seus respectivos países no tocante a satisfação de clientes no encerramento do exercício. Fomos designados Banco Global do Ano e Banco do Ano, América Latina, pela revista The Banker, bem como Melhor Banco do Mundo para SMEs e Melhor Banco da América Latina pela Euromoney.

2. **Fortalecimento de nossa posição nos mercados nos quais operamos.** A operação de maior vulto foi a aquisição por nossa parte do Banco Popular, que nos possibilitou fortalecer nossa posição de liderança na Espanha e nos tornar o maior banco de setor privado em Portugal em termos de negócios nacionais. Reforçamos, ademais, nossa posição de banco de varejo na Argentina, aumentamos a participação nos Estados Unidos e fechamos contrato para aquisição do negócio de banco comercial e de varejo do Deutsche Bank na Polônia.
3. **Saída de negócios não essenciais.** Nossas principais medidas foram a venda do TotalBank nos Estados Unidos e de 51% do negócio imobiliário do Banco Popular.

No que diz respeito a **desempenho de negócios, cresceram a atividade e resultados, a rentabilidade aumentou e o balanço patrimonial tornou-se mais forte.**

Crescimento. As flutuações das taxas de câmbio e alterações de nossa abrangência tiveram impacto significativo sobre saldos em 2017.

Com exceção do impacto do câmbio, a concessão de empréstimos aumentou 12%, estimulada pela integração do Banco Popular (sem considerar este fator, 2%). Na comparação, sete unidades melhoraram. Merecem menção particular a Argentina (+44%, impulsionados pelo crédito ao consumidor e SMEs), Brasil (+7%, em razão do desempenho forte de clientes pessoas físicas e SMEs), Portugal (+8%, em parte em consequência de operação societária), SCF (+6% em razão de financiamentos de automóveis) e Polônia (+5% de SMEs e corporativo).

Os fundos dos clientes aumentaram 17% (excluindo o impacto do câmbio), beneficiando-se da integração do Banco Popular. Com exclusão o Popular, os fundos aumentaram 8%, em razão, principalmente, dos depósitos à vista e fundos de investimento, e aumentaram em oito dos principais países (inclusive crescimento de dois dígitos na América Latina).

O modelo de negócio e diversificação geográfica do Santander em países maduros e em desenvolvimento possibilitam-lhe gerar lucros estáveis recorrentes.

Embora as taxas de câmbio tenham realmente afetado o balanço patrimonial, seu impacto sobre a demonstração do resultado foi praticamente zero.

O lucro subjacente antes de imposto foi de €13.550 milhões, superior 20% ao de 2016. A força do Grupo se reflete em seus principais itens de linha:

- Recorde anual de receita bruta (€48.392 milhões, aumento de 10%), com crescimento de dois dígitos da receita líquida de juros e da receita de taxa – em conjunto, estes dois itens responderam por 95% da receita total.
- Custos estáveis em termos reais e em bases comparativas, apesar do aumento de custos relacionado a questões regulatórias e investimentos no processo de transformação. O Grupo Santander é um dos bancos mais eficientes do mundo, com índice custo/receita de 47%.
- Melhoria continuada da qualidade de crédito, refletida em queda de 4% das provisões e melhoria do custo do crédito para 1,07%.

Aumento do encargo fiscal na parte inferior da demonstração do resultado, bem como certos resultados positivos e negativos não recorrentes em ganhos líquidos de capital e provisões que perfizeram €897 milhões líquidos de imposto (€417 milhões em 2016).

O lucro atribuído do Grupo foi de €6.619 milhões (+7%). Com exclusão do Banco Popular, que registrou perda de €37 milhões em consequência de custos de integração, o lucro atribuído perfiz €6.656 milhões.

Rentabilidade. O aumento da rentabilidade e criação de valor para os acionistas figuravam entre nossas principais prioridades.

Nossa capacidade de gerar lucros estáveis, recorrentes no decorrer dos últimos anos possibilitou-nos acumular capital, financiar o crescimento do negócio e aumentar retorno total do acionista em numerário.

Em 2017, o RoTE subjacente foi de 11,8% e o RoRWA subjacente foi de 1,48%, ambos com aumento em relação a 2016. Aumentamos o

lucro atribuído por ação em 1% (8% em termos de lucro subjacente) e aumentamos o dividendo por ação em numerário em 11%.

O mercado viu com bons olhos nossa estratégia e seu impacto sobre o negócio e resultados. O retorno total do acionista (TSR) foi de 17%, ultrapassando o DJ Stoxx Banks e DJ Stoxx 50.

Força. O Santander apresenta perfil de risco médio-baixo e ativos de alta qualidade. Nossa gestão de risco proativa nos proporciona índices de qualidade de crédito entre os melhores do setor. Apresentamos índice NPL de 4,08% (+15 bp em consequência da aquisição do Banco Popular) e índice de cobertura de 65%. Com exclusão do Popular, o índice NPL foi de 3,38%, menos 55 bp em relação a 2016, nossa quarta melhoria consecutiva.

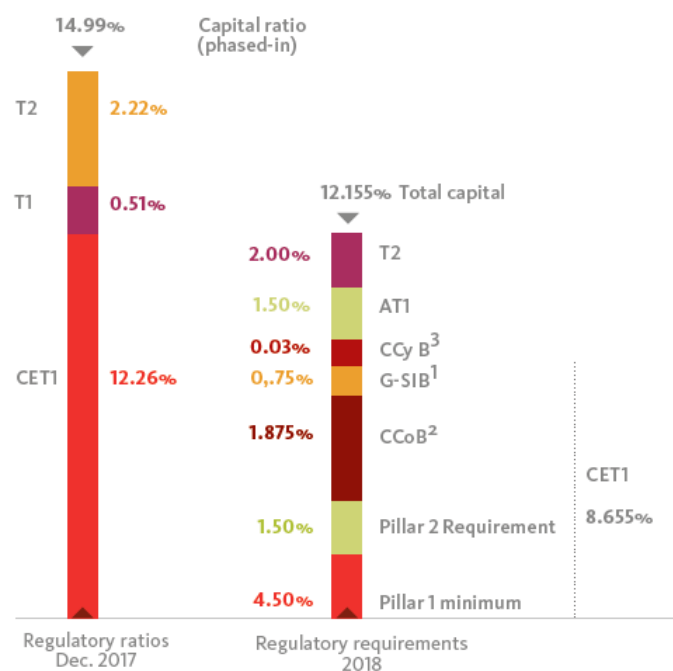
Além disso, nosso custo de crédito apresentou melhoria adicional, a 1,07%, menos 11 bp em relação a 2016.

Praticamente todos os países nos quais o Grupo opera melhoraram seus índices de qualidade de crédito. O índice NPL apresentou queda em oito países e o custo do crédito em sete.

Geramos continuamente capital em cada trimestre (+29 bp), logrando CET1 totalmente provisionado de 10,84%, superior a nosso objetivo e colocando-nos no caminho da consecução de nosso objetivo de 11% em 2018.

Atendemos com folga as exigências regulatórias mínimas, encerrando o exercício com CET1 incorporado de 12,26%, bem acima da exigência mínima.

■ CAPITAL REGULATÓRIO



Legenda:

Capital ratio (phased-in) - Índice de capital (introdução)

T2 - T2

T1 - T1

CET1 - CET1

Total capital - Capital Total

T2 - T2

AT1 - AT1

CCy B³ - CCy B³

G-SIB¹ - G-SIB¹

CCoB² - CCoB²

Pillar 2 Requirement - Exigência do Pilar 2

Pillar 1 minimum - Mínimo do Pilar 1

Regulatory ratios Dec. 2017 - índices regulatórios de dezembro de 2017

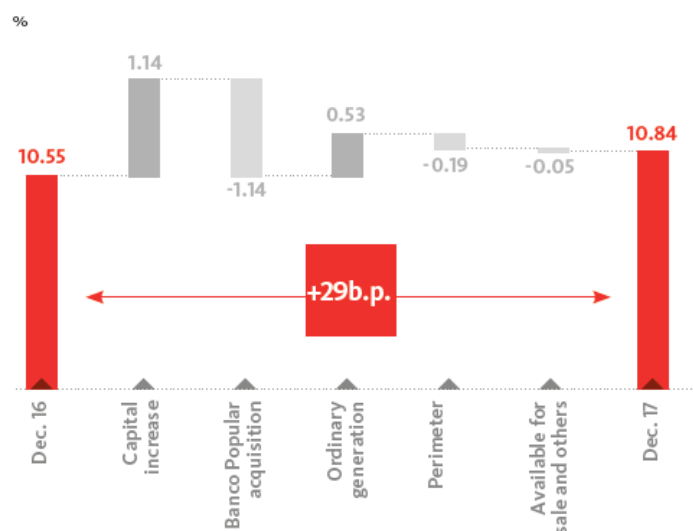
Regulatory requirements 2018 - Exigências Regulatórias de 2018

1. Buffer dos Bancos de Importância Sistêmica Global

2. Buffer de capital de conservação

3. Buffer de capital anticíclico calculado usando os dados de setembro de 2017 a respeito de uma exigência feita em 1º de janeiro de 2018.

■ EVOLUÇÃO COMPLETA DE CET1 DE 2017



Legenda:

Dec. 16 - dezembro de 2016

Capital increase - Aumento de capital

Banco Popular acquisition - Aquisição do Banco Popular

Ordinary generation - Geração ordinária

Perimeter - Perímetro

Available for sale and others - Disponível para venda e outros

Dec. 17 - dezembro de 17

■ ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRINCIPAL E NÚMEROS DO ÍNDICE



Legenda:

Capital ratios (Fully loaded) - Índices de capital (Completo)

Dec14 - dezembro de 14

Dec15 - dezembro de 15

Dec16 - dezembro de 16

Dec17 - dezembro de 17

Capital % - Capital %

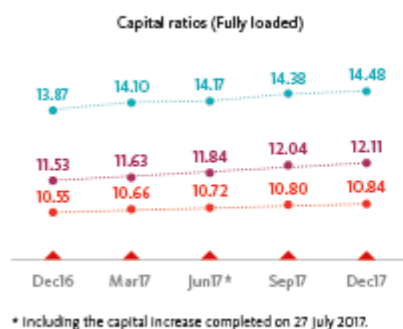
Tier 2 - Nível 2

Tier 1 - Nível 1

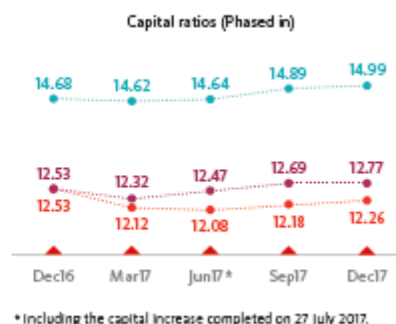
CET1 - CET1

Capital ratios (Phased in) - Índices de capital (Introdução)

Milhões de Euros	Completo				Introdução			
	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Capital Ordinário (CET1)	65.563	62.068	58.705	48.129	74.173	73.709	73.478	64.250
Nível 1	73.293	67.834	64.209	52.857	77.283	73.709	73.478	64.250
Capital Total	87.588	81.584	76.209	60.394	90.706	86.337	84.350	70.483
Ativo ponderado pelo risco	605.064	588.088	583.917	582.207	605.064	588.088	585.633	585.621
Índice CET1	10,84%	10,55%	10,05%	8,27%	12,26%	12,53%	12,55%	10,97%
Índice Nível 1	12,11%	11,53%	11,00%	9,08%	12,77%	12,53%	12,55%	10,97%
Índice do capital total	14,48%	13,87%	13,05%	10,37%	14,99%	14,68%	14,40%	12,03%



Capital ratio %
 ● Total ratio
 ● Tier 1
 ● CET 1



Legenda:

Capital ratios (Fully loaded) - Índices de capital (Completo)

Dec16 - dezembro de 16

Mar17 - março de 17

Jun17* - junho de 17*

Sep17 - setembro de 17

Dec17 - dezembro de 17

Capital ratio % - Índice de capital %

Total ratio - Índice total

Tier 1 - Nível 1

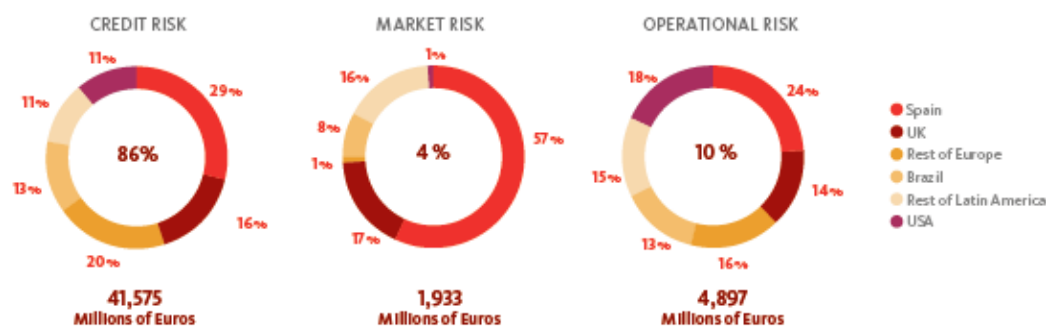
CET 1 - CET 1

Capital ratios (Phased in) - Índices de capital (Introdução)

* Including the capital increase completed on 27 July 2017. - * Incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017.

■ EXIGÊNCIAS DE CAPITAL POR TIPO DE RISCO E GEOGRAFIA

31 de dezembro de 2017



Legenda:

CREDIT RISK - RISCO DE CRÉDITO

MARKET RISK - RISCO DE MERCADO

OPERATIONAL RISK - RISCO OPERACIONAL

Millions of Euros - Milhões de Euros

Spain - Espanha

UK - Reino Unido

Rest of Europe - Restante da Europa

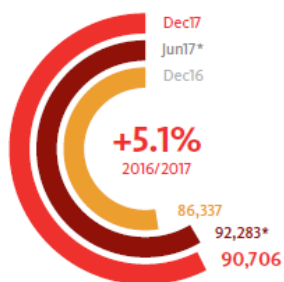
Brazil - Brasil

Rest of Latin America - Restante da América Latina

USA - EUA

■ CAPITAL ELEGÍVEL (INTRODUÇÃO)

Milhões de Euros



* Including the capital increase completed on 27 July 2017.

Legenda:

Dec17 - dezembro de 17

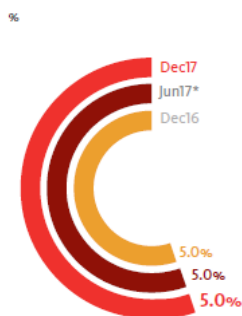
Jun17* - junho de 17*

Dec16 - dezembro de 16

* Including the capital increase completed on 27 July 2017. - * Incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017.

■ ÍNDICES DE ALAVANCAGEM (COMPLETOS)

%



* Including the capital increase completed on 27 July 2017.

Legenda:

Dec17 - dezembro de 17

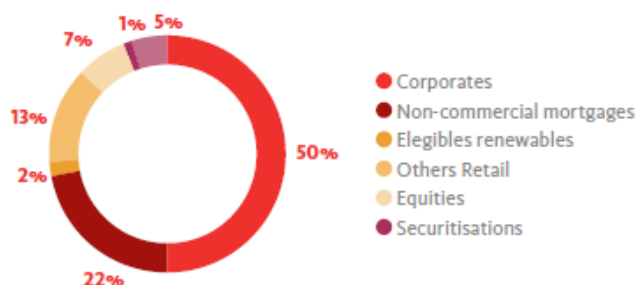
Jun17* - junho de 17*

Dec16 - dezembro de 16

* Including the capital increase completed on 27 July 2017. - * Incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017.

■ EXIGÊNCIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL POR RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DA BASILEIA. ABORDAGEM IRB

31 de dezembro de 2017



Legenda:

Corporates - Sociedades

Non-commercial mortgages - Hipotecas não comerciais

Elegibles renewables - Renováveis elegíveis

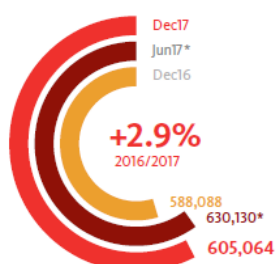
Others Retail - Outros do Varejo

Equities - Participações

Securitisations - Securitizações

■ EVOLUÇÃO RWA

Milhões de Euros



* Including the capital increase completed on 27 July 2017.

Legenda:

Dec17 - dezembro de 17

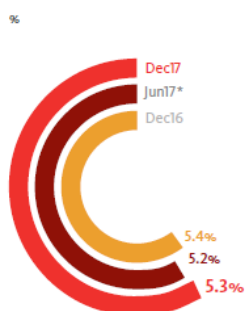
Jun17* - junho de 17*

Dec16 - dezembro de 16

* Including the capital increase completed on 27 July 2017. - * Incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017.

■ ÍNDICES DE ALAVANCAGEM (INTRODUÇÃO)

%



* Including the capital increase completed on 27 July 2017.

Legenda:

Dec17 - dezembro de 17

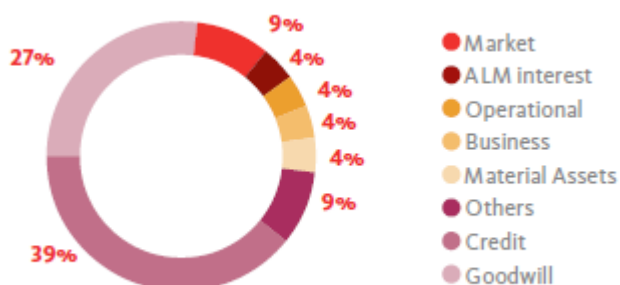
Jun17* - junho de 17*

Dec16 - dezembro de 16

* Including the capital increase completed on 27 July 2017. - * Incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017.

■ NECESSIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL ECONÔMICO

31 de dezembro de 2017



Legenda:

Market - Mercado

ALM interest - participação ALM

Operational - Operacional
 Business - Negócios
 Material Assets - Ativos Substanciais
 Others - Outros
 Credit - Crédito
 Goodwill - Fundo de Comércio

■ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO. EXIGÊNCIA DE CAPITAL POR RISCO DE CRÉDITO (CR8)*
 Milhões de Euros

	RWA	Capital
Valor inicial (31/12/2016)	500.216	40.017
Dimensão do ativo	4.677	374
Qualidade do ativo	-	-
Atualizações do modelo	-7.407	-593
Metodologia e política	-	-
Aquisições e alienações	49.562	3.966
Transações de câmbio	-29.915	-2.393
Outras	-	-
Valor final (31/12/2017)	517.133	41.371

* Incluindo as exigências de capital de participações, securitizações e risco da contraparte (excluindo CVA e CCP).

■ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO. EXIGÊNCIA DE CAPITAL POR RISCO OPERACIONAL

Milhões de Euros

	Capital	RWAs
Valor inicial (31/12/2016)	4,887	61,084
Aplicação da abordagem ASA no México	-145	-1,810
Venda de todos os fundos da sociedade	-8	-96
Administração de sociedades pelo método global	63	783
Incorporação Popular na Espanha	376	4,698
Incorporação Popular em Portugal	25	314
Efeito cambial	-328	-4,102
Mudança nos negócios	28	346
Valor final (31/12/2017)	4.897	61.217

■ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO. RWA DAS EXPOSIÇÕES A RISCO DO MERCADO IMA (MR2-B)

Milhões de Euros

	VaR	VaR em condição de estresse	IRC	Medida de Risco Abrangente	Outras	Total de RWAs	Exigências de capital totais
RWAs de dezembro de 2016	2.370	6.751	4.259	-	835	14.215	1.137
Ajuste regulatório	-	-	-	-	-	-	-
RWAs no exercício anterior (final do dia)	2.370	6.751	4.259	-	835	14.215	1.137
Movimentação nos níveis de risco	265	2.445	-2.421	-	-45	244	20
Atualizações/mudanças no modelo	-	-	-	-	-	-	-
Metodologia e política	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições e alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transações de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-
RWA ao fim do período de relatório (final do dia)	2.635	9,196	1.838	-	790	14.459	1.157
Ajuste regulatório	-	-	-	-	-	-	-
RWAs de dezembro de 2017	2.635	9,196	1.838	-	790	14.459	1.157

■ EXIGÊNCIAS DE CAPITAL POR RISCOS DE MERCADO ABORDAGEM PADRONIZADA

Milhões de Euros

	Capital	RWAs
Valor inicial (31/12/2016)	949	11.863
Mudança na base de cálculo de MMPP.	-13	-163
Integração do Banco Popular	116	1.448
Mudanças nos negócios	-276	-3.446
Valor final (31/12/2017)	776	9,702

■ RoRAC E CRIAÇÃO DE VALOR

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Criação de		Criação de	
Principais Segmentos	RoRAC	valor	RoRAC	valor
Europa Continental	19,7%	2.110	17,3%	1.426
Reino Unido	19,3%	764	20,2%	825
América Latina	41,8%	4.049	33,1%	2.879
EUA	8,9%	22	9,2%	-13
Total da unidade de negócios	23,9%	6.946	20,7%	5.117

1.2. Visão geral do Pilar 3 no Grupo Santander



Esta seção descreve a estrutura do Relatório de 2017, sua governança de validação, aprovação e publicação e explicação das melhorias de transparência introduzidas de acordo com as diretrizes do Comitê da Basileia e as de outros órgãos internacionais.

1.2.1. Informações históricas sobre o Grupo Santander

O Banco Santander, S.A. é sociedade de direito privado sujeita às normas e regulamentos aplicáveis a bancos que operam na Espanha. Além de suas

próprias atividades, o Banco Santander é a controladora de grupo de subsidiárias dedicadas a várias atividades que, em conjunto, compõem o Grupo Santander. O CRR e a CRD IV e sua transposição na Espanha por intermédio da Circular 2/2016 do Banco da Espanha, sobre supervisão e solvência, aplicam-se de forma consolidada em todo o Grupo Santander.

O Grupo Santander era o maior banco na zona do euro e o décimo quarto maior do mundo no final de 2017, em termos de capitalização bursátil: EUR 88.410 milhões.

Seu modelo de negócio se concentra em produtos e serviços de banco comercial visando atender as necessidades de seus 133 milhões de clientes, inclusive pessoas físicas, SMEs e negócios. O Grupo opera por meio de rede global de 13.697 filiais, a maior entre os prestadores de serviços bancários internacionais, bem como canais digitais para prestação de serviço de alta qualidade e grande flexibilidade. O Grupo Santander apresenta ativos de EUR1.444 bilhões e gere recursos de clientes no valor de EUR986 bilhões em todos os seus segmentos de cliente. Tem mais de 4 milhões de acionistas e mais de 200.000 empregados. Os serviços de banco comercial e de varejo respondem por 89% da receita do Grupo.

No momento, a visão do Grupo Santander é ser o melhor banco de varejo e comercial angariando a confiança e fidelidade de empregados, clientes, acionistas e da sociedade como um todo, tudo ao amparo da cultura corporativa **Simples, Pessoal e Justa**. No futuro, tem como objetivo se tornar a melhor plataforma digital aberta de serviços financeiros.

As empresas do Grupo Santander incluídas no âmbito da consolidação regulatória para fins de cálculo do índice de capital nos termos do CRR são as mesmas incluídas no âmbito da consolidação para fins contábeis nos termos da Circular 4/2004 do Banco da Espanha.

Com a aplicação da Parte I (Disposições Gerais) do CRR, certas empresas do Grupo Santander são consolidadas com utilização de método diferente do empregado para consolidação contábil.

As empresas em relação às quais é empregado método de consolidação diferente, com base nos regulamentos aplicados, e os investimentos em participação deduzidos do capital são listados no Apêndice IV do documento do Apêndice do Pilar 3 de 2017, disponível no *site* do Grupo Santander. Na data de relatório, ambos os tipos de investimento estão isentos de dedução de acordo com o artigo 48 do CRR.



Apêndices do Pilar 3 de 2017 disponíveis no *site* do Grupo Santander

O Grupo Santander não se vale da isenção prevista no artigo 49 do CRR, assim sendo, não se aplica a divulgação da tabela INS1 (Participações não deduzidas em empreendimentos de seguro).

Em 31 de dezembro de 2017, nos termos dos Artigos 7 e 9 do CRR, as subsidiárias Santander Leasing S.A. EFC e Santander Factoring y Confirming S.A. EFC estão isentas das exigências de capital mínimo, do limite a exposições grandes e das obrigações de governança corporativa internas. Não foram utilizadas as isenções nos termos dos regulamentos aplicáveis em relação a quaisquer outras subsidiárias do Grupo Santander.

Em 7 de junho de 2017, o Banco Santander anunciou a aquisição de 100% do capital social do Banco Popular Español, S.A. Em consequência, o Banco Popular passa a integrar o Grupo Santander. Assim sendo, os valores contidos neste relatório a partir de junho de 2017, tanto em tabelas quando em gráficos, são apresentados de forma consolidada, levando em conta a aquisição mencionada acima.

O Grupo Santander é um dos bancos que não solicitaram ajuda governamental dos países nos quais opera.

Em relação a todos os aspectos cuja divulgação é requerida nos termos da Parte Oito do CRR e que não se aplicam ao Grupo Santander, veja Apêndice I – Mapa do CRR, em que são informados como “N/A” (não aplicável).



Em 31 de dezembro de 2017, nenhuma das instituições financeiras integrantes do Grupo Santander consolidado apresentava capital mínimo inferior ao exigido nos termos do regulamento aplicável.

1.2.2. Estrutura do Relatório de Divulgações do Pilar 3 de 2017

O Relatório de Divulgações do Pilar 3 do Santander é dividido em oito capítulos e três apêndices. O primeiro capítulo descreve o histórico do Pilar 3 no Grupo Santander, eventos relevantes que afetam o Grupo ocorridos em 2017 e o ambiente regulatório.

O segundo capítulo fornece informações completas relativas a capital, incluindo informações qualitativas sobre a função do capital no Grupo Santander e informações qualitativas acerca da base de capital e exigências de capital do Grupo Santander.

Os Capítulos 3 a 7 descrevem a função de risco do Grupo Santander e fornecem informações pormenorizadas relativas a risco de crédito, securitização, mercado e risco de ALM, risco operacional, risco de liquidez, risco de observância e conduta, riscos de capital e descrição da função de Controle interno.

O Capítulo 8 contém informações relativas a política de remuneração.

Os apêndices contêm Mapeamento de CRR apresentando a localização principal no relatório das informações divulgadas de acordo com a Parte Oito do CRR e lista das tabelas contidas no relatório, bem como glossário para melhor entendimento do relatório.

O *site* do Santander contém 7 apêndices em formato editável apresentando as informações requeridas nos termos da legislação vigente em relação a vários aspectos diferentes, inclusive capital elegível, emissão de dívida preferencial e subordinada e os diferentes métodos de consolidação para as subsidiárias do

Ao longo do relatório, é possível encontrar referências cruzadas a outros documentos públicos, ampliando o teor deste relatório por meio de códigos QR e *hiperlinks*:

Utilização de códigos QR e *links* da rede



1. Caso esteja lendo cópia impressa, capture o QR



2. Caso esteja visualizando o PDF em dispositivo, clique no círculo.



Acesse o Arquivo **2017 Pilar 3 Appendices** disponível no *site* do Grupo Santander

3. O nome de arquivo contém as informações



O Relatório Divulgações Pilar 3 é elaborado de acordo com as obrigações estabelecidas na Parte Oito do Regulamento de Exigências de Capital (CRR) que estabelece os principais princípios de divulgação pelas instituições.

1.2.3. Governança: aprovação e publicação

De acordo com a política de divulgação oficial, o Grupo Santander publica suas Divulgações anuais segundo o Pilar 3 subsequentemente à aprovação do conselho. Antes da aprovação do conselho de administração em 13 de fevereiro de 2018, o relatório foi revisado pelo comitê de risco, regulamentação e observância em reunião realizada em 29 de fevereiro e

também pelo comitê de capital em reunião realizada em 8 de fevereiro de 2018.

Além disso, foi publicada uma série de informações trimestrais desde março de 2015 em conformidade com as “Diretivas relativas a materialidade, propriedade exclusiva e confidencialidade e frequência de divulgação”, de acordo com o artigo 432, seções 1 e 2, e artigo 433 do Regulamento (UE) 575/2013.

Não foram feitas exceções à publicação de informações consideradas de propriedade exclusiva ou confidenciais.

Em abril, a Equipe de Supervisão Conjunta (JST) conduziu revisão do Relatório de Divulgação Pilar 3 anual referente ao último ano com o fim de verificar a observância por sua parte das exigências de divulgação estabelecidas pelo CRR, sem relatar qualquer objeção significativa em sua análise. O Apêndice I contém lista apresentando a localização das informações divulgadas em conformidade com os artigos pertinentes da Parte Oito do Regulamento.

Segundo recomendações de governança corporativa relativas a rotação do auditor externo, a assembleia geral ordinária realizada em 18 de março de 2016 nomeou a PricewaterhouseCoopers Auditores S.L (PwC) auditor externo do Banco e de seu Grupo Consolidado para 2016, 2017 e 2018.



As informações contidas neste relatório passaram por revisão do auditor externo (PwC), que não constatou questões relevantes no tocante à razoabilidade das divulgações e observância das exigências de prestação de informações estabelecidas na CRD IV e no CRR.

Certificação da administração sênior

O conselho de administração do Grupo Santander certifica que a publicação do Relatório de Divulgações Pilar 3 observa as diretrizes da Parte Oito do Regulamento (UE) 575/2013 e é compatível com a “Política de Divulgações do Pilar 3” adotada pelo conselho de administração.

O Relatório de Divulgações Pilar 3 toma por base uma série de processos relativos à estrutura de controle interno, deveres e responsabilidades definidos para revisão e certificação das informações contidas no relatório em vários níveis da organização. Além disso, os auditores externos realizam revisão *ex ante*, e os planos de trabalho de revisões recorrentes por auditoria interna também cobrem este relatório.

O Relatório de Divulgações Pilar 3 está disponível na seção “Acionistas e Investidores” do *site* do Grupo Santander (www.santander.com), sob “Informações Financeiras e Econômicas”.



Acesse o Arquivo **2017**
Pillar 3 Appendices
disponível no *site do Grupo*
Santander

Divulgações das subsidiárias do Grupo Santander

Além das informações contidas neste relatório, as subsidiárias do Grupo Santander havidas por ter importância significativa para seu mercado local, de acordo com o artigo 13 do CRR (Aplicação de exigências de divulgação em bases consolidadas) publicam informações em seus *sites* relativas a: fundos próprios, exigências de capital, *buffers* de capital, ajustes de risco de crédito, política de remuneração e a aplicação de técnicas de mitigação de risco de crédito.

1.2.4. Aumento da transparência

Nos últimos anos, o Grupo Santander tem se pautado pela recomendação emitida por diferentes órgãos internacionais visando aumentar a transparência das informações publicadas a cada ano no Relatório de Divulgações Pilar 3.

Em dezembro de 2016, a Associação Bancária Europeia (EBA) publicou suas diretrizes finais relativas a exigências de divulgação segundo a Parte Oito do Regulamento de Exigências de Capital. Estas diretrizes se aplicam a partir do ano corrente em diante e fornecem orientação a instituições financeiras sobre como observar regulamentos aplicáveis.

Neste meio tempo, em março de 2017, o Comitê de Basileia divulgou a segunda fase de sua "Revisão da Exigência de Divulgação Pilar 3" que, segundo acreditamos, será transposta pela EBA no decorrer de 2018.

O gráfico a seguir apresenta o prazo legislativo previsto para os anos vindouros:

■ PRAZO LEGISLATIVO

2017	2018	2019	TBD
Exigências de capital	IFRS 9	TLAC	Abordagem padronizada de RWA
Risco de crédito	Gravame de Ativos	Risco de mercado	Risco operacional
Risco de Crédito de Contraparte:	Métricas Principais		Outras reformas na política vigente
Risco de mercado	Ajuste de Avaliação Prudente		
LCR	Composição de Capital		EAB
Macroprudente	NSFR		BCBS
Índice de alavancagem	IRRBB		
Remuneração			

* As exigências de divulgação da Fase II BCBS (2017-2019) dependem de transposição da EBA. As correspondentes à Fase III (a serem definidas) ainda não foram publicadas.

O Grupo Santander incorporou agora a totalidade dos aprimoramentos aplicáveis deste ano. O Apêndice I contém lista apresentando a localização das informações exigidas nos termos dos diferentes artigos da Parte Oito do CRR, ao passo que o *site* do Grupo Santander inclui arquivo contendo todas as tabelas apresentadas neste documento em formato editável visando facilitar seu tratamento.



Acesso ao arquivo

Tabelas - Pilar 3 2017 disponíveis no site do Grupo Santander

As melhorias incorporadas estão detalhadas abaixo:

■ TABELA 1. MELHORIAS DE TRANSPARÊNCIA

Tabela	Instruções sobre as exigências de divulgação EBA/GL/2016/11	PILAR 3 2017
OV1	Visão Geral de RWAs	2.2.2.
LI1	Diferenças entre escopos contábeis e regulatórios de consolidação e mapeamento das categorias de demonstrações financeiras com categorias de risco regulatórias	1.2.6.
LI2	Principais fontes de diferenças entre os valores de exposição regulatórios e valores contábeis nas demonstrações financeiras	1.2.6.
LI3	Descrição das diferenças no escopo da consolidação (entidade por entidade)	Apêndice IV
INS1	Participações não deduzidas nos acordos de seguro	N/A
CRB-B	Valor líquido total e médio das exposições	3.2.
CRB-C	Descrição geográfica das exposições	3.2.
CRB-D	Concentração das exposições por setor ou tipos de contraparte	3.2.
CRB-E	Vencimento das exposições	3.2.
CR1-A	Qualidade de crédito das exposições por classes e instrumento de exposição	3.2.
CR1-B	Qualidade de crédito por setor ou tipos de contraparte	3.2.
CR1-C	Qualidade de crédito das exposições por questões geográficas	3.2.
CR1-D	Passagem de tempo das exposições vencidas	3.2.
CR1-E	Exposições não realizáveis e excluídas	3.2.
CR2-A	Alterações nas participações com risco de crédito geral e específico	3.2.
CR2-B	Alterações nas participações em empréstimos e títulos de dívida não realizáveis e com redução ao valor recuperável	3.2.
CR3	Técnicas de mitigação de risco de crédito - visão geral	3.11.4.
CR4	Abordagem padronizada e IRB - exposição a risco de crédito e efeitos CRM (CR4)	3.2.

CR5	Abordagem padronizada (incluindo uma descrição das exposições após o fator de conversão e após as técnicas de mitigação)	2.2.2.1.3.
CR6	IRB - exposição a risco de crédito por classe de exposição e faixa PD	2.2.2.1.1.
CR7	IRB - Efeito no RWA de derivativos de crédito usados como técnicas CRM	3.10.
CR8	Demonstrações de fluxo de RWA da exposição a risco de crédito conforme IRB	2.2.2.1.
CR9	Abordagem IRB - Backtesting de PD por classe de exposição	3.9.1.
CR10	IRB (empréstimo especializado e participações)	2.2.2.1.1.
CCR1	Análise da exposição de risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem	3.10.
CCR2	Encargo de capital de Ajuste de Avaliação de Crédito (CVA)	3.10.
CCR3	Abordagem padronizada - exposições CCR por carteira regulatória e risco	2.2.2.1.3.
CCR4	IRB - exposições CCR por carteira e escala PD	3.10.
CCR5-A	Impacto da compensação e garantia mantidas sobre os valores da exposição	3.10.
CCR5-B	Composição da garantia das exposições ao risco de crédito de contraparte	3.11.2
CCR6	Exposições aos derivativos de crédito	3.11.2.
CCR7	Demonstrações de fluxo RWA das exposições CCR de acordo com o Método de Modelo Interno (IMM)	N/A
CCR8	Exposições aos CCPs	3.11.5
MR1	Risco de mercado em uma abordagem padronizada	2.2.2.3.
MR2-A	Risco de mercado conforme IMA	2.2.2.3.
MR2-B	Demonstrações de fluxo RWA das exposições a risco de mercado conforme IMA	2.2.2.3.
MR3	VaR, VaR em condição de estresse e IRC por área geográfica	5.2.1.
MR4	Comparação das estimativas de VaR com ganhos/perdas	5.2.5.

Tabela	Exigências de divulgações do Pilar 3 Revisadas - BCBS	PILAR 3 2017
SEC1	Exposições de securitização no livro do banco	4.3.4.
SEC2	Exposições de securitização no livro de negociação	4.3.4.
SEC3	Exposições de securitização no livro do banco e exigências de capital regulatório relacionadas - atos do banco como originário ou como patrocinador	4.3.4.
SEC4	Exposições de securitização no livro do banco e exigências de capital regulatório relacionadas - atos do banco como investidor	4.3.4.

Tabela	Instruções sobre a divulgação de LCR - EBA/GL/2017/01	PILAR 3 2017
LCR	Informações quantitativas sobre o Índice de Cobertura de Liquidez	7,1.

Tabela	Instruções sobre a divulgação de ativos onerosos e não onerosos - EBA/GL/2014/03	Relatório Anual
AE-A	Ativos onerosos e não onerosos	4. Relatório
AE-B	Garantia recebida	Financeiro
		Consolidado da
		Revisão Econômica
		e Financeira:
		Liquidez e gestão
		de risco de
AE-C	Ativos onerosos, garantias recebidas e passivos relacionados	financiamento

Tabela	Índice de Alavancagem - Regulamento sobre a implementação da comissão (EU) 2016/200	PILAR 3 2017
LRSum	Resumo da reconciliação dos ativos contábeis e exposições ao índice de alavancagem	Apêndice IX
LRCom	Divulgação comum do índice de alavancagem.	Apêndice IX
LRSpI	Separação das exposições no balanço patrimonial (excluindo derivativos e SFTs)	Apêndice IX

Tabela	Exigências de fundos próprios - Regulamento de implementação da	PILAR 3 2017

	comissão (União Europeia) 1423/2013	
Modelo 1	Principais características de instrumentos de capital	Apêndice VI
Modelo 2	Modelo de divulgação para fundos próprios de transição	Apêndice VII

Tabela	Buffer de capital contra cíclico - Regulamento de implementação da comissão (União Europeia) 2015/1555	PILAR 3 2017
	Distribuição geográfica de exposições ao crédito pertinentes para o cálculo de	
Tabela 1	<i>buffer</i> de capital contra cíclico	Apêndice X
Tabela 2	Valor de <i>buffer</i> de capital contra cíclico de uma instituição específica	Apêndice X

1.2.5. Diferenças entre o método de consolidação para fins contábeis e o método de consolidação para fins de cálculo de capital regulatório

Para o cálculo do índice de capital com base na natureza das atividades comerciais as unidades do Grupo Santander incluídas no escopo prudencial da consolidação estão sendo consolidadas utilizando o método de consolidação integral, exceto entidades de controle conjunto, que utiliza a consolidação proporcional. Todas as sociedades que não podem ser consolidadas com base em suas atividades comerciais são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, e dessa forma são tratadas como exposições patrimoniais.

A base das informações utilizadas para fins contábeis difere da base utilizada para exigências de cálculo de capital regulatório. As mensurações de exposição ao risco podem diferir dependendo do objetivo para o qual são calculadas, como relatório financeiro, relatório de capital regulatório ou informações da administração. Os dados de exposição incluídos nas divulgações quantitativas neste documento são usados para cálculo de capital regulatório.

O Apêndice IV do site do Grupo Santander contém a tabela LI3, que fornece informações sobre o método de consolidação utilizado para cada empresa do Grupo, com base em diversos escopos contábeis e consolidação prudencial.



Acesso ao arquivo

Apêndices - Pilar 3 2017 disponíveis no site do Grupo Santander

1.2.6. Critérios de divulgação utilizados nesse relatório

Este relatório foi preparado de acordo com o Regulamento de Exigência de Capital (CRR) europeu aplicável.

Apresentamos abaixo os detalhes sobre o tipo de informação que melhor reflete as diferenças entre as informações regulatórias apresentadas nesse relatório e as informações apresentadas no relatório anual e informações contábeis:

- As mensurações de exposição a risco de crédito utilizadas no cálculo de exigências de capital regulatório incluem (i) não só exposições correntes, como também possíveis exposições ao risco futuro decorrentes de compromissos futuros (passivos e compromissos contingentes) ou mudanças nos fatores de risco de mercado (instrumentos derivativos) e (ii) os fatores de mitigação dessas exposições (acordos para compensação e contratos de garantia para exposições de derivativos, e garantias reais para exposições não registradas em balanço patrimonial).
- Os critérios utilizados na classificação de exposições inadimplentes em carteiras sujeitas a abordagens avançadas para cálculo e capital regulatório são mais conservadoras que aqueles utilizados para preparação das informações separadas fornecidas no Relatório Anual.

A tabela a seguir apresenta o relacionamento entre as diversas categorias de demonstrações financeiras e as categorias de risco, de acordo com exigências prudenciais.

■ TABELA 2. DIFERENÇAS ENTRE ESCOPOS CONTÁBEIS E REGULATÓRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E MAPEAMENTO DAS CATEGORIAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM CATEGORIAS DE RISCO REGULATÓRIAS (LI1)

Milhões de Euros

		Valores contábeis dos itens:					
	Valores contábeis conforme apresentados nas demonstrações financeiras publicadas	Valores contábeis sob o escopo da consolidação regulatória	Sujeito à estrutura de risco de crédito	Sujeito à estrutura de risco de crédito de contraparte	Sujeito à estrutura de risco de securitização	Sujeito à estrutura de risco de mercado	Não sujeito às exigências de capital ou à dedução de capital
Ativo							
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais	110.995	110.992	110.991	-	-	1	-
Ativos financeiros mantidos para negociação	125.458	125.344	-	67.712	49	125.295	-
Ativos financeiros designados ao valor justo no resultado	34.781	33.108	-	20.142	-	33.108	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.271	120.405	117.712	-	2.694	-	-
Empréstimos e recebíveis	903,013	905,399	900,072	11.161	1.867	-	-7.702
Investimentos mantidos até o vencimento	13.491	13.491	13.437	-	54	-	-
Derivativos -							
Contabilização de hedge	8.537	8.539	-	8.539	-	-	-
Mudanças no valor justo de itens cobertos por hedge na carteira de hedge de risco de taxa de juros	1.287	1.286	-	-	-	-	1.286
Investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas	6.184	6.643	4.916	-	-	-	1.726
Ativos de resseguro	341	-	-	-	-	-	-
Ativos tangíveis	22.975	20.047	20.047	-	-	-	-
Ativos intangíveis	28.683	29.186	-	-	-	-	29.186
Ativo fiscal	30.243	30.273	22.355	-	-	-	7.919
Outros ativos	9,766	11.309	10.705	-	-	-	604
Ativos não circulantes e grupos de alienação classificados como mantidos para venda	15.280	15.383	15.383	-	-	-	-
Total de ativos	1.444.305	1.431.406	1.215.618	107.554	4.664	158.404	33.020
Passivo							
Passivos financeiros	-107.624	-107.747	-	-	-	-107.747	-86.764

detidos para negociação								
Passivos financeiros designados ao valor justo no resultado	-59.617	-40.790	-	-18.038	-	-40.790	-5.232	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	-1.126.069	-1.133.038	-	-	-	-	-1.133.038	
Derivativos -								
Contabilização de hedge	-8.044	-8.025	-	-	-	-	-8.025	
Mudanças no valor justo de itens cobertos por hedge na carteira de hedge de risco de taxa de juros	-330	-330	-	-	-	-	-330	
Obrigações de acordo com contratos de seguro	-1.117	-	-	-	-	-	-	
Provisões	-14.490	-14.580	-274	-	-	-	-14.307	
Obrigações fiscais	-7.592	-7.512	-	-	-	-	-7.512	
Outros passivos	-12.591	-12.573	-	-	-	-	-12.573	
Total do passivo	-1.337.472	-1.324.595	-274	-18.038	-	-148.536	-1.267.782	

Apresentamos abaixo as diferenças principais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e as exposições para fins prudenciais:

■ TABELA 3. PRINCIPAIS FONTES DE DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES DE EXPOSIÇÃO REGULATÓRIOS E VALORES CONTÁBEIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (LI2)

Milhões de Euros

	Itens sujeitos a:				
	Total	Estrutura de risco de crédito	Estrutura de CCR	Estrutura de securitização	Estrutura de risco de mercado
Valor contábil do ativo sob o escopo da consolidação regulatória (conforme modelo EU LI1)	1.486.240	1.215.618	107.554	4.664	158.404
Valor contábil dos passivos nos termos do escopo regulatório de consolidação (conforme modelo EU LI1)	166.848	274	18.038	-	148.536
Valor líquido total nos termos do escopo regulatório de consolidação	-330.777	35.177	-74.283	15.269	-306.941
Valores não registrados no balanço patrimonial	294.231	292.455	-	1.775	-
Exposição potencial futura (<i>add-on</i>) regulatória	33.291	-	33.291	-	-
Diferenças em avaliações	-	-	-	-	-
<i>Diferenças devido às regras de compensação diferenciadas, exceto as que já foram incluídas na coluna 2</i>	-369.695	-	-62.754	-	-306.941
Não exigibilidade dos saldos correspondentes à contabilização de hedge (derivativos)	-9	-	-9	-	-
CCPs	16.849	-	16.849	-	-
Securitizações com transferência de risco	-2.133	-15.632	0	13.499	-
Diferenças devido à contraprestação de provisões	-24.288	-24.282	0	-6	-
Diferenças devido a CRMs	-81.709	-20.080	-61.630	-	-
Diferenças devido aos CCFs	-197.314	-197.284	-30	-	-
Valores de exposição considerados para fins regulatórios (EAD)	1.322.311	1.251.069	51.309	19.933	-

A conciliação de balanços patrimoniais públicos e não públicos é apresentada no Apêndice V.

1.2.7. Alterações significativas em razão de modificação da abrangência e operações societárias

É fornecida abaixo discriminação das principais compras e vendas de participações em outras empresas e outras operações societárias de grande porte por parte do Grupo Santander no ano passado:

a) Aquisição do Banco Popular Español, S.A.

Em 7 de junho de 2017 (data de aquisição), o Grupo, como parte de sua estratégia de crescimento nos mercados nos quais opera, adquiriu 100% do capital social do Banco Popular Español, S.A. (Banco Popular) nos termos da estrutura do sistema de resolução adotada pelo Conselho Único de Resolução ("SRB") e executada pelo Fundo Espanhol de Reestruturação Bancária Ordenada ("FROB"), em conformidade com o Regulamento UE 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 15 julho, Diretiva 2014/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 15 de maio de 2014, e a Lei 11/2015, de 18 de junho, com relação à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento.

No âmbito da estrutura da execução desta resolução, ocorreram os seguintes eventos:

- A totalidade das ações em circulação do Banco Popular foram convertidas no encerramento do expediente de 7 de junho de 2017 e as ações resultantes da conversão dos instrumentos de capital de Nível 1 Adicional regulatório emitidos pelo Banco Popular foram convertidos em reservas não disponíveis.
- A conversão da totalidade dos instrumentos de capital de Nível 2 regulatório emitidos pelo Banco Popular em ações recém-emitidas do

Banco Popular, tendo sido todas elas adquiridas pelo Banco Santander pelo preço de um euro.

A operação foi autorizada pela Comissão Europeia em 8 de agosto de 2017. No entanto, a aprovação regulatória ainda está pendente no tocante à aquisição indireta de algumas subsidiárias do Banco Popular localizadas nos Estados Unidos.

b) Contrato de compra e venda do negócio imobiliário do Banco Popular

No tocante ao negócio imobiliário do Banco Popular, em 8 de agosto de 2017, o Banco Santander informou a operação entre o Banco Popular e o fundo Blackstone relativa à aquisição pelo fundo de 51% e, por conseguinte do controle, do negócio imobiliário mencionado acima, que inclui a carteira de imóveis reavidos, dívidas duvidosas do setor imobiliário e outros ativos relacionados a esta atividade do Banco Popular e de suas subsidiárias (incluindo ativos fiscais diferidos) registrados em certas datas específicas (31 de março ou 30 de abril de 2017).

A assinatura ocorreu uma vez a Comissão Europeia autorizou a aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander, sem imposição de restrições, tendo examinado a operação da perspectiva da legislação de proteção da concorrência.

A conclusão da operação resultará na criação de empresa à qual o Banco Popular transferirá o negócio compreendendo os ativos mencionados acima, 100% do capital da Aliseda Servicios de Gestión Inmobiliaria, S.L. ("Aliseda") e outras subsidiárias incluídas na operação. A avaliação atribuída aos ativos na Espanha (imóveis, empréstimos e ativos fiscais, sem inclusão da Aliseda e das demais subsidiárias) é de aproximadamente €10 bilhões, estando, contudo, sujeita a determinação final dependendo do volume de ativos remanescentes na data de conclusão e da integração da Aliseda e de todas as demais subsidiárias. A gestão do capital do empreendimento conjunto será atribuída ao Blackstone quando da conclusão.

A operação está sujeita à obtenção e atendimento, no mais tardar em 30 de março de 2018, das necessárias autorizações regulatórias e demais condições de praxe neste tipo de operação. Segundo previsão, estas autorizações e condições serão obtidas e atendidas até a referida data, resultando em conclusão no primeiro trimestre de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com a IFRS 5, os ativos relativos a esta operação eram classificados como ativos não circulantes e grupos de elementos disponíveis classificados como detidos para venda. Os ganhos gerados por estes ativos no exercício financeiro de 2017 não têm impacto relevante sobre a demonstração do resultado do Grupo. Uma vez obtidas as autorizações regulatórias pertinentes, a operação implicará o desreconhecimento destes ativos do balanço patrimonial do Grupo, sem impacto relevante sobre a demonstração do resultado.

c) Aquisição da participação acionária da DDFS LLC na Santander Consumer Holdings US Inc. (SCUSA)

Em 2 de julho 2015, o Grupo informou que acabara de chegar a acordo para compra e venda para compra da participação de 9,65% detida pela DDFS LLC na SCUSA.

Em 15 de novembro de 2017, e tendo anuído a algumas alterações ao contrato original e obtido as autorizações regulatórias pertinentes, o Grupo concluiu a aquisição de 9,65% das ações da SCUSA por valor total de \$942 milhões, o que significou diminuição de €492 milhões no saldo de participações minoritárias e redução de reservas perfazendo €307 milhões. Subsequentemente a esta operação, a participação do Grupo na SCUSA totaliza aproximadamente 68,12%.

d) Contrato relativo à Santander Asset Management

- i) Aquisição de 50% da Santander Asset Management

Em 16 de novembro de 2016, subsequentemente ao abandono, avençado com o Grupo Unicredit em 27 de julho de 2016, do projeto de incorporação envolvendo a Santander Asset Management e Pioneer Investments, o Grupo informou ter chegado a acordo com a Warburg Pincus ("WP") e a General Atlantic ("GA") por meio do qual, em 22 dezembro 2017, o Santander adquiriu destas empresas sua participação de 50% na Santander Asset Management.

O Grupo Santander pagou soma total de €545 milhões e assumiu financiamento de €439 milhões, tendo a combinação de negócios gerado ágio de €1.173 milhões e €320 milhões de "ativos intangíveis - contratos e relações com clientes" identificados na atribuição preliminar do preço, sem outros ajustes de valor dos ativos líquidos do negócio. De forma similar, a avaliação do mercado do preço da participação acionária anterior detida não acarretou impacto relevante sobre a demonstração do resultado do Grupo.

Levando em consideração que a principal atividade do negócio é a gestão de ativos, o grosso desta atividade não é registrado no balanço patrimonial. Os principais ativos líquidos adquiridos, além dos ativos intangíveis mencionados acima, são depósitos líquidos em instituições de crédito (€181 milhões) e ativos fiscais líquidos (€176 milhões). Dada sua natureza, seu justo valor não difere do valor contábil registrado nos livros das empresas.

Em conformidade com normas contábeis correntes e em conformidade com as disposições do parágrafo 45 da IFRS 3 "Combinações de negócios", a empresa adquirente dispõe de período de um ano da data de aquisição para atribuir valor à combinação de negócios e ajustar os ativos e passivos da empresa adquirida pelo justo valor. As avaliações efetuadas pelo Grupo constituem a melhor estimativa disponível na data de elaboração dessas contas anuais consolidadas, que dessa forma apresentam natureza provisória e não podem ser consideradas finais. No entanto, o Grupo não prevê a ocorrência de alterações significativas deste valor até o encerramento do período disponível para que a estimativa seja considerada final.

O valor contribuído por este negócio à renda e ao lucro líquido atribuído do Grupo, ambos a contar da data de aquisição e caso se pressuponha que a operação seja realizada em 1º de janeiro de 2017, é irrelevante.

ii) Venda da participação acionária no Allfunds Bank

Como parte da operação de aquisição de 50% da Santander Asset management não detidos pelo Grupo Santander, o Santander, a WP e a GA avançaram explorar alternativas diferentes para a venda de sua participação acionária na Allfunds Bank S.A. ("Allfunds Bank"), inclusive provável venda ou lançamento. Em 7 de março de 2017, o Banco anunciou que, em conjunto com seus sócios no Allfunds Bank, chegara a acordo para venda de 100% do Allfunds Bank a fundos afiliados ao Hellman & Friedman, fundo de capital de risco líder, e ao GIC, fundo soberano de Cingapura.

Em 21 de novembro de 2017, o Grupo informou que concluíra a venda pelo Banco e seus sócios de 100% do capital do Allfunds Bank, obtendo a soma de €501 milhões da venda de sua participação acionária de 25% no Allfunds Bank, o que resultou em ganho de imposto sobre o capital líquido de €297 milhões.

e) Aquisição do negócio de banco de varejo e de *private banking* do Deutsche Bank Polska, S.A.

Em 14 de dezembro de 2017, o Grupo informou que seu Banco subsidiário Zachodni WBK, S.A., em conjunto com o Banco Santander, S.A., chegara a acordo com o Deutsche Bank, A.G. para adquirir o negócio de banco de varejo e de *private banking* do Deutsche Bank Polska, S.A., excluindo a carteira de hipotecas em moeda estrangeira e incluindo a aquisição de ações da Securities DB, S.A. (Polônia), por valor estimado de €305 milhões, que será pago em numerário e ações recém-emitidas do Bank Zachodni WBK, S.A.

A operação, que está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias correspondentes e sua aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas do

Bank Zachodni WBK, S.A. e do Deutsche Bank Polska S.A, não acarretará impacto significativo sobre as ações ordinárias representativas do CET1 totalmente integralizadas do Grupo.

1.3. Estrutura regulatória

Em dezembro de 2010, visando aumentar a qualidade, coerência e transparência da base de capital e melhorar a cobertura de risco, o Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária (BCBS) publicou nova estrutura regulatória global referente às normas de capital internacionais (Basileia III), reforçando as exigências estabelecidas nas estruturas anteriores (designadas Basileia I, Basileia II e Basileia 2.5). Em 26 de junho de 2013, a estrutura jurídica da Basileia III foi incorporada à ordem jurídica europeia mediante a Diretiva 2013/36 (CRD IV), que revoga as Diretivas 2006/48 e 2006/49 e o Regulamento 575/2013 sobre exigências prudenciais relativas a instituições de crédito e empresas de investimento (CRR).

A CRD IV foi introduzida na lei espanhola mediante a Lei 10/2014 referente à regulamentação, supervisão e solvência de instituições de crédito, e sua aplicação regulatória subsequente mediante o Decreto Real 84/2015 e a Circular 2/2016 do Banco da Espanha, que completa sua adaptação à lei espanhola. Esta Circular revoga em grande parte a Circular 3/2008 no cálculo e monitoramento do capital mínimo (entretanto, nos aspectos tratados pela Circular 5/2008, no que diz respeito a capital mínimo e outra prestação de informações obrigatória em relação a sociedades de garantia mútua, esta última permanecerá em vigor); e seção da Circular 2/2014, no tocante ao exercício de várias opções regulatórias contido no CRR. O CRR é diretamente aplicável em Estados Membros a partir de 1º de janeiro de 2014, e revoga todos os atos subordinados que acarretarem exigências de capital adicional.

O CRR dispõe sobre período de introdução gradual que possibilitará às instituições se adaptarem gradualmente às novas exigências da União Europeia. Os acordos introdução gradual foram introduzidos na lei espanhola mediante a Circular 2/2014 do Banco da Espanha que afeta tanto

as novas deduções de capital quanto os instrumentos e elementos de capital que deixarem de se qualificar como capital nos termos do novo regulamento. Em março de 2016, o ECB publicou o Regulamento 2016/445/EU, ajustando certos cronogramas estabelecidos na Circular 2/2014 do Banco da Espanha, em especial o calendário de DTAs (Ativos Fiscais Diferidos). Os *buffers* de conservação de capital previstos no CRD IV também serão gradualmente introduzidos, com início em 2016 e efetivação total em 2019.

A estrutura regulatória de Basileia se baseia em três pilares. O Pilar 1 determina a exigência de capital mínimo e permite a utilização de classificações e modelos internos para cálculo de exposições ponderadas pelo risco. O objetivo é tornar as exigências regulatórias mais sensíveis aos riscos incorridos por instituições financeiras na condução de suas atividades de negócio. O Pilar 2 estabelece sistema de revisão de supervisão, visando aprimorar a gestão de risco interna e avaliação de adequação de capital dos bancos segundo seu perfil de risco. Por último, o Pilar 3 trata de divulgação e disciplina de mercado.

A estrutura regulatória de capital em vigor está sendo revisada com o fim de reduzir o risco no setor bancário, introduzindo diferentes normas da Basileia e integrando a exigência de absorção de perda à estrutura europeia. Dessa forma, em 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia divulgou minuta do novo CRR e CRD IV que incorpora normas da Basileia diferentes, como a Revisão Fundamental do Livro de Negociação relativo a Risco de Mercado, o Índice de Captação Estável Líquida (NSFR) referente a risco de liquidez ou o SA-CCR para cálculo da EAD mediante risco de contraparte, risco de taxa de juros na carteira de não negociação (*banking book*), bem como modificações relacionadas ao tratamento de entidades de contraparte centrais, o MDA, o Pilar 2, o índice de alavancagem e o Pilar 3, entre outros. A alteração mais significativa é a introdução do Sumário de Principais Termos TLAC, estabelecido internacionalmente pelo Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) na estrutura de capital. Por conseguinte, bancos de importância sistêmica terão de observar exigências de MREL/TLAC nos termos do Pilar 1, ao passo que bancos sem importância

sistêmica precisam apenas observar a MREL nos termos do Pilar 2 que a autoridade de resolução decidirá caso a caso.

Ademais, são examinados outros elementos da estrutura de resolução, cuja aplicação prática tenha ocorrido pela primeira vez neste ano em razão da resolução do Banco Popular.

O Conselho Único de Resolução publicou sua política de MREL no ano de 2017. No tocante ao ciclo de planejamento destas resoluções, o Conselho Único de Resolução está atualmente em período de transição de objetivos informativos da MREL ao estabelecimento de exigências características específicas a bancos, aplicáveis tanto no ponto de entrada único (SPE) quanto no ponto de entrada múltiplo (MPE), e destinadas especialmente a bancos categorizados como de importância sistêmica global (G-SIBs).

A política de 2017 de MREL referente ao Conselho Único de Resolução toma por base abordagem de consecução gradual do nível meta no decorrer dos próximos anos. Caso isso não ocorra, poder-se-ia considerar impossível a resolução da entidade. Ademais, no tocante à exigência de subordinação de instrumentos elegíveis em relação a bancos de importância sistêmica (G-SIBs), precisam apresentar nível mínimo de 13,5% dos RWAs mais a exigência de *buffer* combinada.

1.3.1. Alterações regulatórias em 2017

A revisão de Basileia III foi concluída em 2017 depois de quase três anos em discussão e a primeira resolução está atualmente sendo testada na Europa, onde estão avançando negociações sobre a revisão da estrutura e resolução de capital.

Estrutura internacional

Em 7 de dezembro, o Grupo de Governadores e Diretores de Supervisão dos Bancos Centrais (GHOS) aprovaram a estrutura final da Basileia III, depois de lograr acordo quanto à melhor maneira de calibrar limites mínimos de

requisitos de capital que restringem as economias de capital geradas com a utilização de modelos internos. Esta revisão busca assegurar que as estruturas de cálculo de exigências de capital em relação a risco de crédito, de mercado e operacional são mais simples, podem ser prontamente comparadas e são sensíveis a risco, reduzindo, ao mesmo tempo, ademais, qualquer variabilidade de ativos ponderados pelo risco não justificada no tocante aos diferentes perfis de risco. Os principais aspectos atualmente acordados são os seguintes:

- Os limites mínimos de requisitos de capital, estabelecidos em 72,5% como um todo em relação a todos os riscos, observado limite de impacto máximo de 25% em RWAs segundo a instituição.
- Revisão da abordagem padronizada de cálculo de capital em relação a risco de crédito, que atualmente caracteriza o embasamento não mecanicista em relação a certas classificações externas referentes a exposições a bancos e empresas e maior sensibilidade de risco em relação a certas exposições.
- Revisão das abordagens avançadas de cálculo de capital em relação a risco de crédito de carteiras com baixo inadimplemento; estabelece limitações à estimativa de parâmetros por meio de limites mínimos de exposição; padroniza a metodologia de cálculo de parâmetros de risco; e revisa o tratamento de técnicas de mitigação de risco.
- Nova abordagem padronizada de cálculo de capital em relação a risco operacional, que combina porte com indicadores em eventos de perda passados. Esta nova abordagem substituirá modelos internos de AMA e abordagens padronizadas atualmente existentes.
- A calibração final do índice de alavancagem, estabelecido em 3% para todas as instituições, ao passo que os G-SIBs estão sujeitos a sobretaxa adicional de 50% do *buffer* do G-SIB (que depende da classificação de importância sistêmica do banco).

- Revisão do ajuste de avaliação de crédito (CVA), que elimina modelos internos e revisa abordagens padronizadas ajustando-as à estrutura atualizada de risco de mercado.

Este acordo final entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, embora deva haver período de introdução gradual até 2027 em relação aos limites mínimos de requisitos de capital. O Comitê de Basileia anunciou, ademais, que a efetivação da nova estrutura de risco de mercado (FRTB) voltará a ser em 1º de janeiro de 2022 (inicialmente prevista para 2019).

A estrutura final efetua melhorias significativas nas propostas inicialmente apresentadas pelo Comitê de Basileia. O Santander tem opinião positiva acerca da conclusão final desta nova estrutura, que aumentará a certeza dentro do sistema bancário quanto às exigências que as entidades devem atender, ajudando, ao mesmo tempo, a reduzir qualquer variabilidade injustificada entre RWAs, diminuindo, dessa forma, a credibilidade.

Levando em conta os limites mínimos de requisitos de capital estabelecidos por Basileia com nosso atual consumo de capital e os demais aspectos previstos no novo regulamento, consideramos que não terão impactos significativos sobre nosso índice de solvência.

O Comitê de Basileia também divulgou documento para discussão analisando o tratamento de dívida soberana até março de 2018. As principais opções apresentadas no documento envolvem exigências de divulgação adicionais (Pilar 3) e sobretaxas de capital (Pilar 1 e Pilar 2) em relação a exposições de dívida soberanas, salvo exposições a bancos centrais expressas em moeda nacional (do banco central) e exposições a bancos centrais de países em que a política monetária se concentrar na taxa de câmbio. No entanto, a comunicação do Comitê de Basileia anunciando esta consulta reconhece que ainda não foi logrado consenso quanto à necessidade de efetuar alterações ao tratamento atual.

Neste meio tempo, em 2017, o Comitê de Basileia continuou a trabalhar nos seguintes aspectos:

- Revisão da metodologia de identificação de bancos de importância sistêmica global. A primeira lista de instituições financeiras de importância sistêmica, com base nesta nova metodologia, será publicada em novembro de 2019.
- Revisão da integração entre a nova estrutura contábil e a estrutura prudencial referente a provisões subsequentemente à entrada em vigor da IFRS 9. Estão previstas consultas adicionais sobre este debate no decorrer de 2018.



Para obter informações adicionais relativas à IFRS9, favor consultar **chapter 5 > Risk Management Report > Section C.1.2.5** do **Annual Report** disponível no *site* do Grupo Santander.

- Elaboração de nova estrutura regulatória estabelecendo tratamento de capital preferencial para securitizações a curto prazo que atendam exigências STC (simples, transparente e comparável).

Passando à administração de crise, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e Basileia continuaram a se concentrar nas questões-chave em 2017. Subsequentemente à conclusão bem-sucedida em 2015 da norma de regência da capacidade de absorção de perda total (TLAC) necessária à recapitalização de Banco Global de Importância Sistêmica (G-SIB) na hipótese de resolução, este ano o FSB publicou sua orientação de TLAC Interna (capacidade de absorção de perda por entidades significativas integrantes de grupo de resolução), e duas consultas importantes visando: (i) assegurar financiamento durante resolução e (ii) garantindo conclusão de processo de *bail-in*. Basileia publicou sua proposta final de divulgação TLAC e nova consulta está prevista agora para 2018.

Em novembro de 2017, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) atualizou a lista de G-SIBs para 2019. O Santander permanece dentro do

grupo menos sistêmico de bancos e está sujeito à sobretaxa de capital adicional mínimo para bancos de importância sistêmica (1%).

Regulamentação europeia

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) continuou a emitir normas e diretivas que efetivam aspectos de exigências de capital europeias (CRR/CRD IV) e ajudam a garantir efetivação harmoniosa de exigências de capital mínimo dentro da União Europeia. Incluem-se aí as seguintes iniciativas regulatórias: diretivas sobre divulgação uniforme de contratos de transição segundo a IFRS 9; documento para discussão sobre o tratamento de risco estrutural de câmbio; consulta sobre transferência de risco significativo, retenção de risco e homogeneidade de exposições subjacentes a securitizações; e atualizações das diretivas no SREP, testes de estresse e IRRBB (risco de taxa de juros na carteira de não negociação) visando aumentar a estrutura do Pilar 2.

Neste meio tempo, a EBA divulgou os seguintes documentos como parte de seu programa de trabalho publicado em fevereiro de 2016 visando à redução da variabilidade injustificada do consumo de capital por diferentes perfis de risco, dessa forma melhorando a homogeneidade e comparabilidade de índices de capital entre bancos:

- Em janeiro de 2017, as diretivas finais relativas à aplicação da definição de inadimplemento em proposta de harmonização da definição de inadimplemento em toda a Europa.
- Em março de 2017, documento para consulta relativo a minuta de RTS sobre a especificação da natureza, gravidade e duração de desaquecimento econômico para o fim de cálculo de LGD (perda por inadimplemento) e CCF (fatores de conversão de crédito).
- Em novembro de 2017, as diretrizes finais sobre estimativa de parâmetros de risco (PD, LGD e tratamento de ativos inadimplentes).

Quanto à questão de liquidez, subsequentemente às consultas de 2016, a EBA liberou suas propostas finais em 2017 visando estabelecer as exigências de índice de cobertura de liquidez (LCR) e divulgação de ônus. A EBA também deve desenvolver série de normas destinadas a harmonizar exigências de prestação de informações do NSFR.

O trabalho também prosseguiu em toda a Europa em 2017 visando revisar a estrutura de capital (CRR/CRD IV) e a estrutura de resolução com o objetivo de entrada em vigor da nova estrutura de capital antes de 1º de janeiro de 2019 e sua efetivação em 2020-2021.

Por outro lado, em dezembro de 2017, nova estrutura regulatória geral para securitizações e estrutura regulatória específica de STS (simples, transparente e padronizado) de securitizações foram publicadas. Além disso, novo tratamento de capital para securitizações é estabelecido (modificando seu atual tratamento no CRR), em conjunto com tratamento de capital preferencial em relação a securitizações que atenderem exigências de STS. Estas modificações em relação à estrutura regulatória existente deverão ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019.

Neste meio tempo, a Comissão Europeia ainda tem de determinar a equivalência das jurisdições de terceiros países, com base em questionários da EBA. O trabalho fora suspenso em 2016, tendo sido, contudo, retomado no final de 2017, sendo a Argentina uma das jurisdições que passaram por avaliação. Quando se trata da qualificação de CCPs, a Comissão prorrogou o período de introdução gradual até 15 de junho de 2018.

No tocante a supervisão, a atividade de supervisão conduzida pelo Mecanismo Único de Supervisão (SSM) na estrutura do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (SREP) é notável. Nesta área, a Equipe de Supervisão Conjunta do Grupo Santander do Banco Central Europeu trabalhou incansavelmente em 2016, realizando mais de 100 reuniões com o Banco, a maioria relacionada a seu monitoramento e aprimoramento.

Em conjunto com a intensa programação de supervisão dentro da estrutura do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (SREP), o SSM deu grandes passos em direção à harmonização de políticas de supervisão nos países, e na transparência de suas expectativas.

A Europa também continua fazendo progresso na introdução da estrutura de administração de crise. O Mecanismo Único de Resolução (SRM, o segundo pilar da União Bancária depois do Mecanismo Único de Supervisão) está em atividade desde 1º de janeiro de 2016. A Conselho Único de Resolução tem trabalhado ao lado de autoridades de resolução nacionais para desenvolver as políticas de MREL (exigência mínima de responsabilidades exigíveis). Os bancos devem atender esta exigência subsequentemente a período de introdução gradual que não deverá se prolongar por mais de quatro anos. O Conselho Único de Resolução deve informar o Banco acerca de sua exigência no primeiro trimestre de 2018.

Passando ao Fundo Único de Resolução gerido pelo Conselho Único de Resolução, o período de mutualização gradual possibilitará transição dos fundos de resolução nacional existentes em vários países da zona do euro até 2016 para o Fundo Único de Resolução que será totalmente introduzido até 2024. O objetivo de captação do Fundo Único de Resolução é 1% de depósitos cobertos em 2024. O primeiro ano foi calculado em 60% nacionalmente (abrangência da BRRD) e 40% em toda a região do euro (abrangência do SRM). Em 2017, estes percentuais foram invertidos, com 40% da captação na abrangência da BRRD e 60% na abrangência do SRM. A captação na abrangência do SRM será elevada continuamente até atingir 100% em 2024.

Em outubro de 2017, a Comissão emitiu chamada de liberação para conclusão da União Bancária. As medidas por ela propostas incluem a necessidade de em 2018 lograr acordo quanto à criação de barreira(???) para o Fundo Único de Resolução e o Pilar 3 da União Bancária: o Esquema de Seguro de Depósito Europeu (EDIS). Existem também planos para formular leis relativas à estrutura de criação de valores mobiliários

lastreados por títulos soberanos (SBBS) no início de 2018 e reduzir NPL antes do final de 2018.

O Grupo Santander expressa as preocupações e pensamentos de seus escritórios corporativos e equipes locais no tocante a questões relativas ao setor financeiro caso estas afetem o negócio no Grupo. A função da política corporativa e pública local, em coordenação com as unidades de negócio e divisões de suporte competentes em cada caso, identifica os alertas regulatórios e estabelece a posição do Grupo Santander.

Os principais procedimentos adotados nesse tocante são os seguintes:

- O Grupo Santander é participante entusiasmado das principais associações bancárias em todo o mundo e na Europa, e nos mercados principais nos quais operamos. Entre outros tipos de assistência, efetua contribuições às respostas elaboradas com relação a consultas regulatórias em andamento.
- O Grupo Santander mantém diálogo proativo, construtivo com elaboradores de políticas por meio dos canais existentes (audiências) e envia respostas individuais a consultas oficiais sobre questões consideradas pertinentes ao Grupo Santander.
- Em particular, o Grupo Santander trabalha para consolidar e tornar conhecida a força de nosso modelo organizacional por intermédio de subsidiárias totalmente independentes no tocante a capital e liquidez. Conta, também, com os benefícios da diversificação geográfica e reconhecimento da emissão de instrumentos de capital de terceiros países e equivalência das jurisdições de terceiros países nos quais o Banco opera. Além disso, um dos principais objetivos do Banco é que as subsidiárias adotem sistemas de retorno avançado e de gestão baseada em capital por meio de modelos internos, dado o aprimoramento de gestão de risco abrangente e adequação no cálculo de capital por eles proporcionados.

2

CAPITAL

2.1.	Capital	25
2.1.1.	Função de capital	27
2.1.1.1.	Organização	27
2.1.1.2.	Governança de capital	27
2.1.2.	Gestão e adequação de capital	28
2.1.3.	Prioridades de adequação de capital em 2017	29
2.1.4.	Metas de capital	29
2.1.5.	<i>Buffers</i> de capital e exigências de capital elegíveis	30
2.1.5.1.	Instituições de Importância Sistêmica Global	31
2.1.5.2.	Instituições de Importância Sistêmica Nacional	33
2,2.	Capital regulatório - Pilar 1	33
2.2.1.	Capital elegível	33
2.2.2.	Exigências de capital	36
2.2.2.1.	Risco de crédito	40
2.2.2.2.	Risco de crédito - Securitizações	66
2.2.2.3.	Risco de mercado	75
2.2.2.4.	Risco operacional	78
2.2.3.	Índice de alavancagem	80
2.3.	Capital econômico - Pilar 2	82
2.3.1.	RoRAC e criação de valor	83
2.3.2.	Planejamento de capital e testes de estresse	84
2,4.	Planos de resolução e recuperação e estrutura especial de resposta a situações	86
2.4.1.	Planos de viabilidade	86
2.4.2.	Planos de resolução	87
2.4.3.	Estrutura Especial de Gerenciamento de Situações	88
2,5.	Capacidade Total de Absorção de Perda (TLAC) y Exigência Mínima de Obrigações Elegíveis (MREL)	88

2. Capital

2.1. Capital

A gestão e controle de capital no Grupo Santander constitui processo totalmente transversal que busca garantir a adequação de capital do Banco, observando, ao mesmo tempo, exigências regulatórias e maximização de rentabilidade. São determinados pelos objetivos estratégicos e pelo apetite de risco estabelecido pelo conselho de administração. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes políticas para moldar a abordagem aplicada pelo Grupo à gestão de capital:

- Estabelecimento de planejamento de capital adequado, de forma a atender as necessidades atuais e fornecer os recursos necessários para atender as necessidades dos planos de negócio, exigências regulatórias e os riscos associados no curto e médio prazos, mantendo, ao mesmo tempo, o perfil de risco aprovado pelo conselho.
- Garantia da manutenção pelo Grupo e por suas empresas de capital suficiente para cobrir exigências em situações de estresse em razão do aumento de riscos à medida em que o ambiente macroeconômico se deteriora.
- Otimização da utilização do capital por meio da alocação apropriada de capital entre os negócios, com base no retorno relativo sobre capital regulatório e econômico e levando em conta os objetivos de apetite de risco, crescimento e estratégicos.

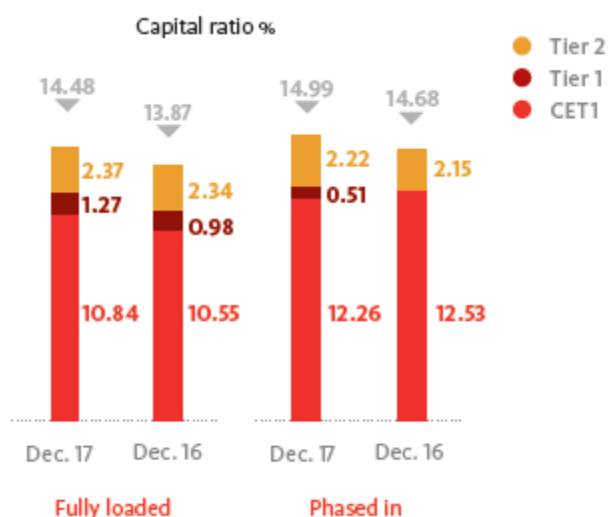
O Grupo Santander mantém posição de adequação de capital bastante satisfatória bem distante dos níveis exigidos por regulamentos aplicáveis e pelo Banco Central Europeu.

■ TABELA 4. PRINCIPAIS VALORES DE CAPITAL E ÍNDICES DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Milhões de Euros

Conceito	Totalmente integralizado		Introdução gradual	
	Dez.-17	Dez.-16	Dez.-17	Dez.-16
Capital ordinário (CET1)	65.563	62.068	74.173	73.709
Nível 1	73.293	67.834	77.283	73.709
Capital total	87.588	81.584	90.706	86.337
Ativos ponderados pelo risco	605.064	588.088	605.064	588.088
Índice CET1	10,84%	10,55%	12,26%	12,53%
Índice Nível 1	12,11%	11,53%	12,77%	12,53%
ÍNDICE DE CAPITAL TOTAL	14,48%	13,87%	14,99%	14,68%

■ ÍNDICES DE CAPITAL E SOLVÊNCIA



Legenda:

Capital ratio % - Índice de capital %

Dec. 17 - Dez. 17

Dec. 16 - Dez. 16

Fully loaded - Totalmente integralizado

Phased in - Introdução gradual

Tier 2 - Nível 2

Tier 1 - Nível 1

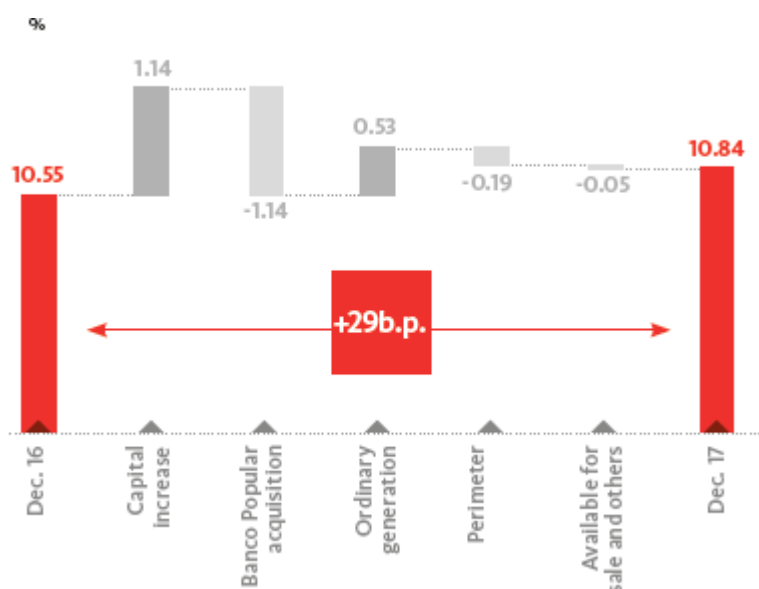
CET1 - CET1

Os principais índices de solvência do Grupo Santander em 31 de dezembro de 2017 são apresentados na tabela 4. Os índices de introdução gradual são

calculados mediante a aplicação dos esquemas provisórios para efetivação do Basileia III, ao passo que índices totalmente integralizados são calculados sem aplicação de qualquer esquema, consequentemente com o regulamento final.

Em termos de integralização total, o CET1 de dezembro foi de 10,84%, com aumento de 29 pontos-base no decorrer do exercício e consecução da meta no encerramento do exercício, que foi anunciado no início do exercício. O índice de capital totalmente integralizado foi de 14,48%, aumento de 61 pontos-base durante o exercício.

■ EVOLUÇÃO DO CET1 TOTALMENTE INTEGRALIZADO EM 2017



Legenda:

Dec 16 - Dez. 16

Capital Increase - Aumento de capital

Banco Popular acquisition - Aquisição do Banco Popular

Ordinary generation - Geração Ordinária

Perimeter - Abrangência

Available for sale and others - Disponível para venda e outros

Dec.17 - Dez.17

O aumento de 29 pontos-base no exercício se deve, principalmente, à geração de lucro e gestão de ativos de risco, que contribuem para a geração ordinária no exercício, que atinge 53 b.p., no entanto, devem ser subtraídos 19 b.p. da abrangência (operação SAM/Allfunds e aquisição de participação na SC US) e mais 5 b.p. por vários motivos, entre os quais, a avaliação de carteiras disponíveis para venda. A aquisição do Banco Popular não acarretou efeitos relativos ao índice de solvência, pois este foi compensado pelo aumento de capital realizado em julho de 2017.

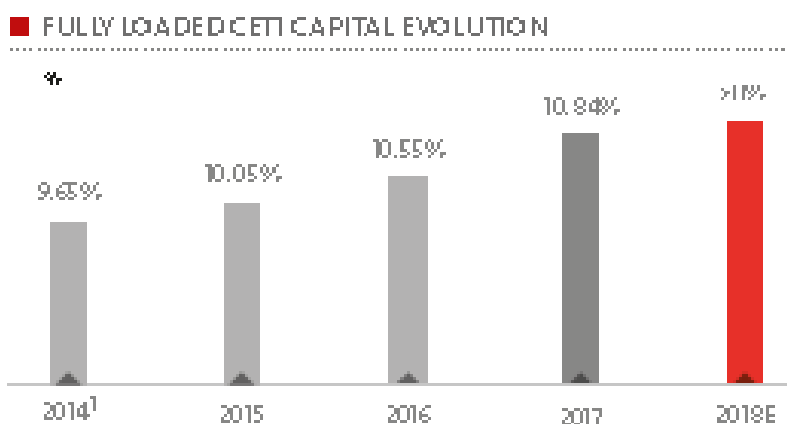
Do ponto de vista qualitativo, o Grupo Santander apresenta índices sólidos adequados a seu modelo de negócio, à estrutura de seu balanço patrimonial e a seu perfil de risco. O Grupo Santander excede as exigências de capital regulatório mínimo de 2018 em relação ao índice total em 284 pontos-base, levando em conta os excedentes e déficits de AT1 y T2.

Para obter informações adicionais, veja a seção 2.1.5 do relatório.



O Grupo Santander trabalha visando a índice de CET1 totalmente integralizado superior a 11% em 2018.

■ Princípios estratégicos da função de capital



Nota 1: Proforma including Jan'15 capital increase

- **Monitoramento centralizado.** O modelo de gestão de capital deve assegurar visão holística, por meio de ambiente corporativo de coordenação e revisão globais (cada negócio, cada região geográfica). O primeiro nível de monitoramento, pelas próprias unidades locais, é concluído pela atividade de monitoramento das unidades corporativas. Uma das principais maneiras pelas quais o Grupo logra este objetivo é a definição e aplicação de políticas, métrica, metodologias e ferramentas padrão em todo o Grupo, no entanto, elas poderão ser adequadamente adaptadas de forma a se tornarem compatíveis com regulamentos e exigências de supervisão locais e refletirem o grau de progresso logrado por cada subsidiária.

2.1.1. Função de capital

Os princípios essenciais proporcionam as diretrizes básicas para as entidades do Grupo para gestão, monitoramento e controle de capital.

2.1.1.1. Organização

A estrutura organizacional foi definida visando lograr observância dos princípios de gestão de capital, assegurando, ao mesmo tempo, que a relação entre cada subsidiária e a empresa nesta função viabilize a autonomia financeira da subsidiária, sujeito a monitoramento rigoroso coordenado no nível do Grupo.

O modelo de gestão e controle de risco do Grupo Santander toma por base três linhas de defesa. A primeira linha inclui as funções ou atividades de negócio que assumem ou geram exposição a risco. Os riscos assumidos ou gerados na primeira linha de defesa devem ser compatíveis com o apetite e o limite de risco existentes. Para desincumbir-se de sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos recursos para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos. A segunda linha de defesa inclui a função de controle e supervisão de risco, em conjunto com a função de observância. É atribuído à segunda linha controle efetivo de riscos, assegurando que sejam geridos em conformidade com o apetite de risco definido.

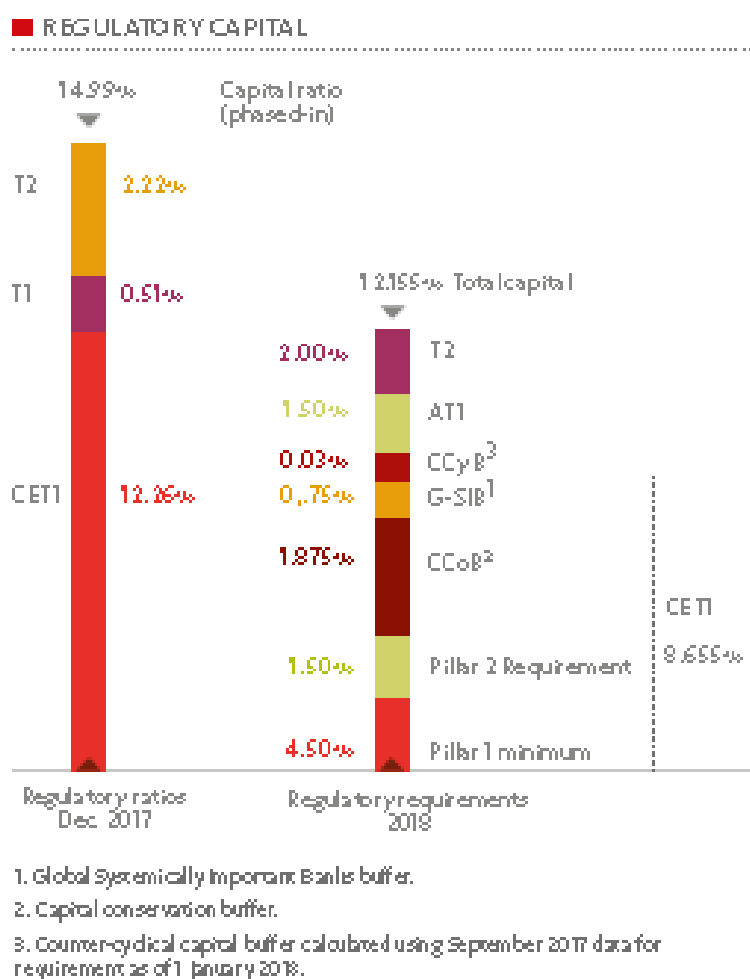
A auditoria interna é a terceira linha de defesa e a última camada de controle, e regularmente avalia políticas, métodos e procedimentos para assegurar que sejam satisfatórios e também verifica se são operacionais.

A função de controle de risco, a função de observância e a função de auditoria interna são suficientemente separadas e independentes umas das outras e também no tocante às demais funções que controlam e supervisionam ao cumprir suas tarefas. Têm igualmente acesso ao conselho de administração e/ou a seus comitês de mais alto nível.

2.1.1.2. Governança de capital

De modo a assegurar que a função de capital opere devidamente no tocante a tomada de decisões e supervisão e controle, o Grupo Santander desenvolveu estrutura de órgãos de governança receptivos e eficientes para assegurar a participação de todas as áreas interessadas e a necessária participação da administração sênior. Em razão da estrutura baseada em subsidiárias característica do Grupo, a estrutura de governança da função de capital deve ser adaptada de forma a preservar a autonomia do capital das subsidiárias, permitindo, ao mesmo tempo, monitoramento centralizado e administração coordenada no nível do Grupo. Existem, também, vários comitês que têm responsabilidades no nível regional e também pela coordenação no nível do Grupo. Os comitês locais devem responder aos comitês societários conforme e quando exigido em quaisquer aspectos relevantes de sua atividade que possam afetar o capital de forma a assegurar a devida coordenação entre as subsidiárias e o centro societário.

■ Governança da função de Capital



2.1.2. Gestão e adequação de capital

A meta da gestão e adequação de capital no Grupo Santander é garantir a adequação de capital da entidade e maximizar sua rentabilidade, assegurando, ao mesmo tempo, a observância de metas de capital internas e exigências regulatórias. A gestão de capital constitui ferramenta estratégica fundamental para tomada de decisões tanto no nível local quanto no societário e serve para criar estrutura comum de ação por meio do estabelecimento de definições uniformes de critérios, políticas, funções, métrica e processos de gestão de capitais.

■ VALORES-CHAVE DE CAPITAL

O Grupo trabalha com as seguintes variáveis relativas ao conceito de capital:

Capital regulatório

- **Exigências de capital:** O valor de capital mínimo que a autoridade de supervisão exige que a entidade detenha para salvaguardar sua solvência, com base no valor de risco assumido, em termos de risco de crédito, de mercado e operacional.
- **Capital elegível:** O capital considerado pelo órgão regulatório elegível para atender as exigências de capital. Os principais componentes do capital elegível são capital contábil e reservas.

Capital econômico

- **Exigências de capital internas:** O valor mínimo de capital que o Grupo precisa com nível especificado de probabilidade para absorver perdas inesperadas derivadas de sua exposição atual a todos os riscos assumidos pela entidade (inclusive riscos adicionais aos previstos segundo as exigências de capital regulatório).
- **Capital disponível:** O valor de capital considerado elegível pelo próprio Grupo, segundo critérios da administração, para atender necessidades de capital.

Custo de capital

O retorno mínimo requerido por investidores (acionistas) como remuneração pelo custo de oportunidade incorrido e o risco assumido com o investimento de seu capital na entidade. Este custo de capital representa "taxa de corte" ou "retorno mínimo" que deve ser logrado e permite fazer

comparações entre as diferentes unidades de negócio e sua eficiência a ser avaliada.

Índice de alavancagem

Medida regulatória que monitora a solidez e força financeiras da Entidade unindo porte e capital. Este índice é calculado dividindo o Nível 1 pela exposição de alavancagem, que leva em conta a exposição do balanço patrimonial e ajustes em razão de derivativos, operações de financiamento garantidas (SFTs) e itens não registrados no balanço patrimonial.

Retorno sobre o capital ajustado ao risco (RoRAC)

O retorno (compreendido como lucro líquido depois de imposto) sobre o capital econômico internamente requerido. Por conseguinte, quanto maior o capital econômico, menor o RoRAC. Por esse motivo, o Banco deve exigir retorno maior das operações ou unidades de negócio que consumirem mais capital.

O RoRAC leva em conta o risco de investimento e, dessa forma, proporciona medida de retorno ajustada pelo risco.

O emprego do RoRAC permite ao Banco melhor administrar suas atividades, avaliar o verdadeiro retorno de negócios ajustado pelo risco e ser mais eficiente na tomada de decisões relativas a investimentos.

Retorno sobre Ativos Ponderados por Risco (RoRWA)

Definido como o retorno (compreendido como lucro líquido depois de imposto) sobre ativos ponderados pelo risco de negócio.

O emprego do RoRWA permite ao Banco estabelecer estratégias de alocação de capital regulatório e assegurar a obtenção do retorno máximo.

Criação de valor

Qualquer lucro gerado que exceder o custo do capital econômico.

O Banco criará valor quando o retorno ajustado pelo risco, medido segundo o RoRAC, for superior a seu custo de capital. Caso contrário, o valor será destruído. Mede o retorno ajustado pelo risco em termos absolutos (unidades monetárias), complementando o resultado do RoRAC.

Perda prevista

A média das perdas de NPL prevista pela entidade no decorrer de ciclo econômico. Do ponto de vista de perda prevista, os inadimplementos são considerados “custo” que poderiam ser eliminados ou reduzidos mediante seleção adequada de tomadores de empréstimo.

A função de capital do Grupo é executada em dois níveis:

- **Capital regulatório:** a gestão do capital regulatório toma por base análise da base de capital, os índices de adequação de capital definidos por regulamentos aplicáveis e as hipóteses utilizadas no planejamento de capital. O objetivo é que a estrutura de capital seja a mais eficiente possível, em termos de custo e observância de exigências regulatórias. A gestão ativa de capital inclui estratégias de alocação de capital e a utilização eficiente de unidades de negócio, securitização, vendas de ativos e colocações de instrumentos de capital (ações preferenciais, dívida subordinada) e instrumentos de capital híbridos.
- **Capital econômico:** a gestão do capital econômico existe para assegurar que capital suficiente esteja disponível e seja atribuído adequadamente para cobrir todos os riscos aos quais o Grupo estiver exposto em consequência de sua atividade de negócio e de acordo com seu apetite de risco. Visa, também, à otimização da criação de valor no Grupo e em todas as suas unidades de negócio. Por meio da medida

eficaz do capital necessário a determinada atividade de negócio, em conjunto com o retorno sobre o negócio, o Grupo pode otimizar a criação de valor selecionando as atividades de negócio que oferecerem o melhor retorno sobre o capital. Este processo de atribuição de capital é conduzido em diferentes hipóteses econômicas e com o nível de adequação de capital decidido pelo Grupo Santander em cada caso. As hipóteses incluem as cuja ocorrência for prevista e as que forem bem menos prováveis, embora ainda plausíveis.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Santander atende todas as exigências de capital mínimo nos termos dos regulamentos atuais.

2.1.3. Prioridades de gestão de capital em 2017

Pormenores das ações mais significativas tomadas em 2017 são especificados abaixo.

Emissões de instrumentos financeiros com o status jurídico de capital

O Banco Santander S.A. efetuou duas emissões de títulos conversíveis contingentes (CoCos) no decorrer do exercício no valor de 750 milhões euros e 1.000 milhão de euros em oferta visando fortalecer seu capital AT1.

O Banco Santander S.A. efetuou duas emissões de dívida subordinada na primeira metade do ano em total combinado de 1.150 milhões de euros. Ambas as colocações se destinam a aumentar o índice de capital total mediante qualificação como capital de Nível 2.

Ademais, em dezembro, o Banco Santander S.A. concluiu colocação de títulos perpétuos com resgate contingente (Títulos de Fidelização) oferecidos a certos clientes do Grupo Santander afetados pela resolução do Banco Popular e totalizando 981 milhões de euros. Esta colocação não teve impacto sobre os índices de capital do Grupo.

Subsequentemente à aquisição do Banco Popular, o Banco Santander anunciou aumento de capital em julho em valor nominal de 729.116.372,50 euros. A emissão de direitos seria realizada mediante a emissão e circulação de 1.458.232.745 novas ações ordinárias, todas da mesma série das ações atualmente em circulação e todas conferindo direito de preferência na subscrição a seus detentores. As novas ações foram emitidas com valor nominal de 0,50 euro mais ágio de subscrição de 4,35 euros por ação, dessa forma elevando o preço total das novas ações a 4,85 euros por ação e o valor em numerário total do aumento de capital (inclusive nominal e de ágio de subscrição) para 7.072.428.813,25 euros.

Política de dividendo*

A maior parte da remuneração trimestral do Grupo a acionistas em 2017 foi paga em dinheiro e foi anunciado que a remuneração debitada dos ganhos de 2017 seria 0,22 euros distribuídos em quatro dividendos: três dividendos em dinheiro e um dividendo opcional (Santander Dividendo Elección), este último perfazendo 0,04 euros por ação. Foi anunciado, ademais, que pagamentos em dinheiro neste ano e nos anos seguintes responderiam por 30-40% dos lucros, e a remuneração a acionista acompanharia lucros crescentes.

As metas foram logradas em 2017, resultando em pagamento de dividendo efetivo de 40% dos lucros e aumento de 9% do dividendo em dinheiro por ação.

Em dezembro de 2015, o Banco Central Europeu emitiu recomendação sobre políticas de alocação de dividendo aplicáveis a todas as entidades de crédito da Zona do Euro em 2016. A recomendação preconiza políticas de dividendo conservadoras e pressupostos prudentes e é plenamente observada pelo Banco Santander S.A.

* Os dividendos debitados dos resultados de 2017 estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Finalmente, contudo igualmente importante, foram impostas várias restrições ao pagamento de dividendos em certas regiões em consequência de regulamentos novos e mais rígidos relativos a adequação de capital. Dito isso, atualmente o Grupo não tem conhecimento de impedimento prático ou jurídico à transferência de recursos das subsidiárias à controladora do Grupo Santander sob a forma de dividendos, empréstimos ou adiantamentos, repatriação de capitais ou outros instrumentos além da política de dividendo emitida pela autoridade nacional competente de nossa subsidiária polonesa (KNF), aplicáveis a bancos detentores de participação significativa em hipotecas expressas em moeda estrangeira. Neste meio tempo, nossa subsidiária nos Estados Unidos aprovou o processo de Revisão da Análise de Capital Abrangente (CCAR) e várias restrições existentes a pagamentos de dividendo foram agora eliminadas.

2.1.4. Metas de capital

O Grupo Santander continua a trabalhar visando a índice de CET1 totalmente integralizado superior a 11% em 2018.

■ EVOLUÇÃO DE CAPITAL CET1 TOTALMENTE INTEGRALIZADO



Nota 1: Pro forma, inclusive o aumento de capital de janeiro de 15.

As melhorias contínuas observadas nos índices de capital são produto da estratégia de crescimento lucrativo buscada pelo Grupo Santander e cultura de gestão ativa de capitais em todos os níveis da organização. Destaques:

- O reforço de equipes dedicadas à gestão de capitais e maior coordenação com o Centro Corporativo e equipes locais.
- Todos os países e unidades de negócio elaboraram planos de capital individuais voltados à consecução de negócio que maximize o retorno sobre o capital.
- Maior peso do capital como parte de esquemas de incentivo. Certos aspectos relativos a capital e retornos sobre capital são agora levados em conta quando da determinação da remuneração variável devida a membros da administração sênior.
- A métrica pertinente inclui o CET1 totalmente integralizado, aporte de capital, ou o retorno sobre ativos ponderados pelo risco (RoRWA).
- Os aspectos qualitativos em questão incluem a devida gestão de alterações regulatórias que afetam a gestão de capital, gestão de capital eficiente no tocante a decisões de negócio, fazendo com que o plano de capital se volte ao objetivo definido e alocação de capital eficaz.

Concomitantemente, o Grupo continua a desenvolver programa visando assegurar o aprimoramento contínuo da infraestrutura, processos e metodologias que respaldam todos os aspectos relativos a capital. O objetivo aqui é assegurar gestão mais ativa de capital, possibilitar ao Grupo responder rapidamente ao já grande e ainda crescente número de exigências regulatórias e conduzir todas as atividades associadas com maior eficácia.

2.1.5. Buffers de capital e exigências de capital elegível

O Grupo Santander deve observar, a todo tempo, a exigência de *buffers* de capital combinados, definidos como o capital CET1 total necessário ao cumprimento das seguintes obrigações:

- *Buffer* de conservação de capital (CCoB): obrigatório para todas as entidades e deverá ser gradualmente introduzido a partir de 1º de janeiro de 2016. O *buffer* relativo a bancos em 2018 será, por conseguinte, 1,875%.
- *Buffers* sistêmicos: é proporcionado período de introdução gradual de quatro anos a estes *buffers*, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016.
- Instituições Financeiras de Importância Sistêmica (SIFIs): para entidades designadas como de importância sistêmica, com utilização de metodologia comum. Aqui, há duas sobretaxas diferentes, sendo aplicável a maior taxa de *buffer* entre as duas:
 - 1) *Buffer* de G-SIB (Bancos de Importância Sistêmica Global): metodologia comum por meio da qual bancos são classificados em categorias com base em seu risco global sistêmico.
 - 2) *Buffer* de D-SIB (Bancos de Importância Sistêmica Nacional).
- *Buffer* de risco sistêmico (SRB): destinado a entidades com importância sistêmica que devem possuir capacidade de absorção de perda adicional. Este *buffer* é discricionário e se aplica a todas ou algumas exposições de entidade (riscos nacionais e/ou estrangeiros, riscos específicos a certos setores de negócio, etc.), conforme determinação das autoridades.

Caso o SRB cubra todos os tipos de exposições, será aplicada a maior entre as três taxas de *buffers* sistêmico. Caso o SRB se aplique apenas a certo tipo de exposição, o *buffer* SRB será adicionado ao maior dos outros dois *buffers* sistêmicos (G-SIB ou D-SIB).

- *Buffer* de Capital Contra-Cíclico (CCyB): o CCyB será aplicado caso as autoridades considerem que a concessão de empréstimos está crescendo excessivamente em uma jurisdição específica e será aplicado para limitar este crescimento excessivo. Este *buffer* é

especificamente calculado em relação a cada banco ou grupo e consiste na média ponderada de percentuais de *buffers* contracíclicos aplicada em regiões nas quais as exposições pertinentes do banco ficarem situadas. Para aplicação deste *buffer*, foi estabelecido também período de introdução gradual de quatro anos aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016.

A tabela abaixo resume as taxas regulatórias exigidas com base nos diferentes *buffers* de capital a serem aplicados, em conjunto com o cronograma de introdução gradual e a situação do Banco Santander em 2018:

Aplicável a	Buffers (% RWAs)	2016	2017	2018	2019
Todas as entidades	Conservação (CCoB)	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Entidades designadas	Entidades G-SIB (1%-3,5%) (1)	25% do <i>buffer</i>	50% do <i>buffer</i>	75% do <i>buffer</i>	100% do <i>buffer</i>
	Entidades D-SIB (2)	25% do <i>buffer</i>	50% do <i>buffer</i>	75% do <i>buffer</i>	100% do <i>buffer</i>
A critério da autoridade nacional competente	Risco sistêmico (SRB) (3)	0%-5%	0%-5%	0%-5%	0%-5%
	Contra-Cíclico (CCyB) (4)	0%-0,625%	0%-1,25%	0% - 1,875%	0% - 2,5%
	Buffer combinado consolidado	CCoB + CCyB + Máx. ⁽⁵⁾ (G-SIB, D-SIB, SRB)			

- (1) De acordo com a lista de Bancos de Importância Sistêmica Global (G-SIBs) publicada pelo FSB para 2018, é necessário *buffer* total de 1% para o Santander (isto significa ser necessário 0,75% em 2018).
- (2) Bancos de Importância Sistêmica Nacional. O Banco da Espanha requer *buffer* de 1% para o Santander (isto significa ser necessário 0,75% em 2018).
- (3) Para o Grupo Santander, a exigência segundo este conceito é de 0%.
- (4) Buffer contra-cíclico aplicável:
 - a) Banco da Espanha, primeiro trimestre de 2018: exposições localizadas na Espanha: 0%.
 - b) Exposições localizadas na Noruega, Suécia: 2%.
- (5) O máximo dos 3 *buffers* aplica-se caso o *buffer* de SRB cubra exposições nacionais e não nacionais. Caso contrário, aplica-se o mais alto entre o G-SIB e D-SIB mais o *buffer* do SRB.

A distribuição geográfica de exposições de concessão de empréstimos pertinentes por cálculo do *buffer* de capital contra-cíclico é apresentada no Apêndice X disponível no *site* do Grupo Santander.

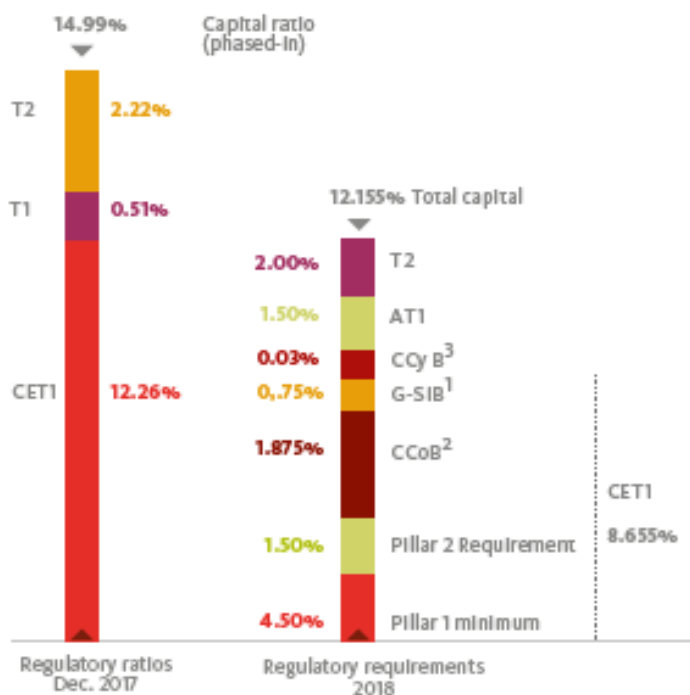
Exigências de capital

A decisão quanto a capital resultante do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (SREP) nos termos do Mecanismo Único de Supervisão do Banco Central Europeu (ECB) inclui Exigência do Pilar 2 (Pilar 2R) e Orientação do Pilar 2 (Pilar 2G). O Pilar 2R é vinculativo e o descumprimento poderá ter consequências jurídicas diretas para bancos. O Pilar 2G não é diretamente vinculativo e o descumprimento não influencia o limite mínimo do Valor Máximo Distribuível (MDA). Além disso, o Pilar 2G não desencadeia automaticamente ação pelo ECB. No entanto, o ECB espera observância a todo tempo do Pilar 2G. Caso banco não observe o Pilar 2G, o ECB considerará cuidadosamente os motivos e circunstâncias e poderá definir medidas adicionais de controle de supervisão.

No final de 2017, o ECB enviou a cada banco as exigências de capital prudencial mínimo para o ano seguinte. Em 2018, o Grupo Santander deve relatar índice de Capital Ordinário de Nível 1 (CET1) com introdução gradual de pelo menos 8,655% em nível consolidado. Esta exigência inclui a exigência do Pilar 1 (4,5%); a exigência do Pilar 2 (1,5%); o *buffer* de conservação de capital (1,875%); a exigência em razão de seu *status* de banco global de importância sistêmica (0,75%) e a exigência de *buffer* de capital contra-cíclico (0,03% do CET1). O Grupo Santander deve também manter índice de capital mínimo de 10,155% em relação a T1 com introdução gradual, e índice total mínimo de 12,155% em relação a introdução gradual.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco Santander apresentou índice de capital regulatório CET1 de 12,26% e índice total de 14,99%

■ CAPITAL REGULATÓRIO



Legenda:

Capital ratio (phased-in) - Índice de capital (introdução gradual)

T2 - T2

T1 - T1

CET1 - CET1

Total capital - Capital total

AT1 - AT1

CCy B3 - CCy B3

G-SIB1 - G-SIB1

CCoB2 - CCoB2

Pillar 2 Requirement - Exigência do Pilar 2

Pillar 1 minimum - Pilar 1 mínimo

Regulatory ratios Dec. 2017 - Índices regulatórios Dez. 2017

Regulatory requirements 2018 - Exigências regulatórias 2018

1. Buffer de Bancos de Importância Sistêmica Global.

2. Buffer de conservação de capital.

3. Buffer de capital contra-cíclico calculado com utilização dos dados de setembro de 2017 com relação a exigência em 1º de janeiro de 2018.

2.1.5.1. Instituições de Importância Sistêmica Global

O Grupo Santander é uma das 30 instituições designadas instituições de importância sistêmica global (G-SIIs).

A saúde de instituição de importância sistêmica global representa risco para a estabilidade financeira. A insolvência de instituição de importância sistêmica, ou até mesmo somente a expectativa da possibilidade de se tornar insolvente, é difícil de prever, contudo, poderia certamente abalar o sistema financeiro e mesmo a economia real.

Este fato justifica tratamento prudencial especial, o que conduziu à introdução de exigências de *buffers* de capital específicas tanto para instituições de importância sistêmica global (G-SII) quanto de importância sistêmica nacional (D-SII).

Esta designação exige que o Grupo Santander atenda exigências adicionais principalmente em relação ao quanto segue:

- Seu *buffer* de capital (o Grupo Santander faz parte do grupo de bancos com o menor *buffer* de capital de 1%)
- Exigências de TLAC (Capacidade de Absorção de Perda Total)
- Exigência de publicação mais frequente de informações pertinentes do que outros bancos
- Exigências regulatórias mais rigorosas para os órgãos de controle interno
- Supervisão especial

- Exigência de submissão de relatórios especiais aos órgãos de supervisão.

O Comitê de Basileia e o Conselho de Estabilidade Financeira decidem que bancos se qualificam como instituições de importância sistêmica global, com emprego de método baseado em cinco indicadores: porte, atividade em várias jurisdições, interconexão com outras instituições financeiras, possibilidade de substituição de serviços/infraestrutura financeiros e complexidade (é atribuído a cada categoria peso igual de 20%). Esta metodologia está atualmente sendo revisada pelo Comitê de Basileia sobre Controle Bancário. A primeira lista de instituições de importância sistêmica global será publicada com base nesta nova metodologia em novembro de 2019.

■ TABELA 5. INDICADORES REFERENTES A INSTITUIÇÕES DE IMPORTÂNCIA SISTÊMICA

Categoria	Indicador individual	Justificativa
Porte	Exposição utilizada para cálculo do índice de alavancagem.	Quanto maior o banco, maior seu impacto desestabilizador.
Atividade em várias jurisdições	Ativos em várias jurisdições.	Este indicador destina-se a captar a pegada global do banco.
	Passivos em várias jurisdições.	
Interconexão	Ativos de sistemas intrafinanceiros.	É provável que o impacto sistêmico do banco se relacione positivamente com suas responsabilidades de sistema intrafinanceiro de interconexão com outras instituições financeiras.
	Passivos de sistema intrafinanceiro.	
	Valores mobiliários em circulação.	
Possibilidade de substituição/infraestrutura de instituição financeira	Ativos em custódia.	É provável que o impacto sistêmico seja maior caso a atividade do banco não possa ser substituída por outros bancos.
	Atividade de pagamentos.	
	Operações subscritas em dívida e patrimônio	
Complexidade	Valor nocional de derivativos de balcão (OTC).	Quanto mais complexo o banco, maiores os custos e tempo necessários para sua resolução.
	Ativos Nível 3	
	Valores mobiliários negociados e disponíveis para venda.	

As informações necessárias à avaliação dos indicadores são solicitadas anualmente a bancos cuja exposição de alavancagem exceder 200.000 milhões de Euros, ou de quaisquer outros bancos a critério do órgão supervisor (em dezembro de 2016, foi considerado total de 76 bancos). Todas estas instituições são então obrigadas a publicar as informações anteriormente a 30 abril do ano seguinte.

As informações são utilizadas na elaboração de indicador global. A pontuação obtida por cada banco determinará o porte de seu *buffer* de capital requerido, que toma por base uma série de categorias definidas pelos órgãos reguladores (a sobretaxa do CET1 varia de 1% a 3,5%).

Em novembro de 2017, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) publicou a lista de instituições de importância sistêmica global com base em dados de dezembro de 2016. Esta lista se aplica a 2019. A observância destas exigências proporciona ao Grupo Santander maior solidez do que a de seus pares nacionais.

O Grupo Santander está atualmente sujeito a sobretaxa de *buffer* sistêmica de 1%, que passará a vigorar plenamente em 2019 (0,75% em 2018).



Para obter mais informações relativas a Indicadores Quantitativos, acesse o arquivo GSIBS indicadores cuantitativos, seção **Shareholders and Investors/Other presentations** (mês de abril) no *site* do Grupo Santander.

■ TABELA 6. INSTITUIÇÕES DE IMPORTÂNCIA SISTÊMICA GLOBAL

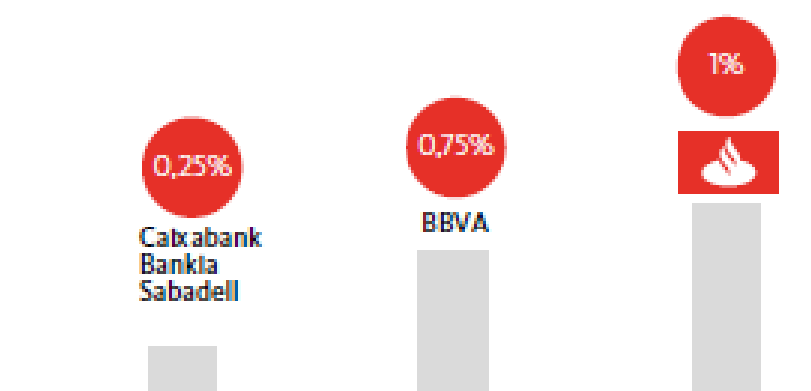
Buffer de Capital	Entidade
5 (-3,50%)	(Em branco)
4 (-2,50%)	JP Morgan Chase
	Bank of America
	BNP Paribas
3 (-2,00%)	Deutsche Bank
	HSBC
	Bank of China
	Barclays
	BNP Paribas
	China Construction Bank
2 (-1,50%)	Goldman Sachs
	Industrial e Comercial
	Bank of China Limited
	Mitsubishi UFJ FG
	Wells Fargo
	Agricultural Bank of China
	Bank of New York Mellon
	Credit Suisse
	Group Crédit Agricole
	ING Bank
	Mizuho FG
	Morgan Stanley
	Nordea
1 (-1,00%)	Royal Bank of Canada
	Royal Bank of Scotland
	Santander
	Société Générale
	Standard Chartered
	State Street
	Sumitomo Mitsui FG
	UBS
	Unicredit Group

2.1.5.2. Instituições de Importância Sistêmica Nacional

Ao identificar Instituições de Importância Sistêmica Nacional (D-SIIs), o Banco de España, de acordo com a metodologia estabelecida na Norma 14 da Circular 2/2016, aplica mistura de diretrizes com base no porte, importância, complexidade (atividade em várias jurisdições) e grau de interconexão entre as instituições em questão e o sistema financeiro. O Banco de España conduz revisão anual desta classificação e as instituições a seguir constam em sua lista de 2018:

■ BUFFER SISTÊMICO

Instituições de Importância Sistêmica Nacional



Legenda:

Caixabank Bankia Sabadell - Caixabank Bankia Sabadell

BBVA - BBVA

O Grupo Santander aparece nas listas de instituições com importância sistêmica global e nacional. O Banco de España, com base na Norma 23 da Circular 2/2016, insiste na aplicação do maior entre os dois *buffers*. Como ambos os *buffers* são o mesmo para o Banco Santander, a sobretaxa aplicável em 2019 será 1% (0,75% em 2018).

2.2. Capital regulatório - Pilar 1

A atual estrutura regulatória para cálculo de capital toma por base três pilares:

- O Pilar 1 estabelece as exigências de capital mínimo relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, permitindo a utilização de classificações e modelos internos. O objetivo é tornar as exigências regulatórias mais sensíveis aos riscos efetivamente incorridos por instituições financeiras na condução de suas atividades de negócio.
- O Pilar 2 estabelece sistema de revisão de supervisão cujo objetivo é aprimorar a gestão de risco e avaliação de adequação de capital internas dos bancos segundo seu perfil de risco.
- O Pilar 3 destina-se a aumentar a disciplina de mercado mediante o desenvolvimento de série de exigências de divulgação que permitirão aos agentes do mercado avaliar informações-chave relativas à aplicação de Basileia II, processos de capital, exposições de risco, avaliação de risco e, por extensão, a adequação de capital do Banco.

2.2.1. Capital elegível

O capital elegível total, depois de lucros retidos, perfaz EUR116.265, alta de EUR10.287 milhões no exercício, aumento de 9,7%.

Em consequência da aquisição do Banco Español Popular, S.A. e com o fim de fortalecer e otimizar a estrutura de capital do Banco de forma a proporcionar cobertura adequada para a aquisição, em 3 de julho de 2017, o Grupo comunicou a deliberação do comitê executivo do Banco Santander S.A. de aumentar o capital do Banco em EUR7.072 milhões, mediante a emissão de 1.458 milhões de ações. Além disso, em 1º de novembro de 2017, o Banco efetuou emissão de direitos no valor de EUR48 milhões segundo o esquema de Dividendo Opcional do Santander, emitindo 95.580.136 ações (0,6% do capital social).

Os ajustes de avaliação diminuíram EUR6.737 milhões, em razão, principalmente, do impacto líquido de flutuações das taxas de câmbio, compensado pela diminuição dos ativos ponderados pelo risco em razão de risco de taxa de câmbio.

A conciliação do capital contábil, objeto dos parágrafos precedentes, com o capital regulatório é apresentada abaixo:

■ TABELA 7. RECONCILIAÇÃO DE CAPITAL CONTÁBIL COM CAPITAL REGULATÓRIO

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital subscrito	8.068	7.291
Conta de Reserva de Ágio	51.053	44.912
Reservas	52.577	49.244
Ações em Tesouraria	-22	-7
Lucro atribuível	6.619	6.204
Dividendo aprovado	-2.029	-1.667
Patrimônio líquido no balanço patrimonial público	116.265	105.978
Ajustes de avaliação	-21.777	-15.039
Participação de acionistas minoritários	12.344	11.761
Patrimônio líquido no balanço patrimonial público	106.832	102.700
Fundo de comércio e ativos intangíveis	-28.537	-28.405
Ações preferenciais elegíveis e valores mobiliários participantes	7.635	6.469
Dividendos provisionados	-968	-802
Outros ajustes	-7.679	-6.253
Nível 1 (Introdução)	77.283	73.709

A tabela abaixo apresenta a composição do capital elegível do Grupo e uma comparação com o exercício anterior:

■ TABELA 8. CAPITAL ELEGÍVEL

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital Ordinário Nível 1	74.173	73.709
Capital	8.068	7.291
(-) Ações em Tesouraria e ações próprias financiadas	-22	-10
Ágio de ações	51.053	44.912
Reservas	52.241	49.234
Outros lucros retidos	-22.363	-14.924
Participações minoritárias	7.991	8.018
Lucro atribuível líquido de dividendos	3.621	3.735
Deduções	-26.416	-24.548
Fundo de comércio e ativos intangíveis	-22.829	-21.585
Outros	-3.586	-2.963
Nível 1 Adicional	3.110	-
Instrumentos AT1 elegíveis	8.498	6.469
Excedentes T1 - subsidiárias	347	351
Valor residual de intangíveis	-5.707	-6.820
Deduções	-27	-
Nível II	13.423	12.628
Instrumentos T2 elegíveis	9,901	9,039
Fundos gen. e prov. de perda de empréstimo excedente IRB	3.823	3.493
Excedentes T2 - subsidiárias	-275	96
Outros	-26	0
Deduções	0	0
Capital elegível total	90,706	86.337

Capital ordinário de nível 1 (CET1) inclui os elementos de capital de Nível 1 (aplicando-se filtros prudenciais) e deduções CET1 depois da aplicação de isenções limites especificadas no CRR. O CRR prevê um período de introdução que dará tempo para as instituições se adaptarem às novas exigências na União Europeia. Esta introdução se aplica ao Grupo Santander nos termos do Regulamento 2016/445 (UE) do Banco Central Europeu no exercício de opções e critérios publicados em 14 de março de 2016.

Sem considerar o cronograma de introdução, o CET1 é composto por:

- Capital social subscrito, totalizando EUR 8.068 milhões em dezembro de 2017.
- Outros itens de capital de nível 1: (i) ágio de ações integralizado; (ii) reservas efetivas e divulgadas geradas contra lucros e aqueles valores que não foram incluídos na demonstração de resultado, mas são registrados na rubrica "Outras reservas" (qualquer item); (iii) outros lucros retidos, que inclui certos ajustes de avaliação, principalmente para diferenças cambiais e hedge de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
- A parcela integralizada de quaisquer participações não controladoras resultante da emissão de ações ordinárias pelas subsidiárias consolidadas, sujeita aos limites estabelecidos no CRR.
- Lucro líquido de dividendos, que totalizava EUR 3.621 milhões em dezembro de 2017.
- Os filtros prudenciais excluem quaisquer resultados sobre hedges de fluxo caixa. Também excluem ganhos ou perdas em passivos e passivos de derivativos avaliados pelo valor justo, decorrentes de mudanças na própria posição de crédito da instituição.
- Deduções de itens de CET1: ações de tesouraria; perdas do exercício atual; ágio e outros ativos intangíveis reconhecidos no balanço patrimonial; ativos fiscais diferidos que dependem de ganhos futuros (sujeitos aos limites estabelecidos no CRR); Perda esperada sobre investimentos de capital; e ativos de fundo de pensão de benefício definido apresentados no balanço patrimonial.

Capital de Nível 1 inclui capital de CET1, mais capital Nível 1 Adicional (AT1), incluindo valores mobiliários preferenciais emitidos pelo Grupo, menos as deduções de AT1, consistindo essencialmente de detenções

indiretas ou sintéticas de instrumentos de AT1 próprios e instrumentos de AT1 de outras empresas do setor financeiro.

Capital de Nível 1 inclui capital de Nível 1 mais capital de Nível 2 (T2 e inclui os seguintes itens, entre outros:

- Instrumentos de capital e empréstimos subordinados onde as condições determinadas no CRR são cumpridas.
- O valor contábil da disposição geral das carteiras sujeitas à abordagem padronizada, até um máximo de 1,25% dos ativos ponderados pelo risco utilizando uma abordagem padronizada.
- Qualquer excedente da soma de provisões de perdas por redução ao valor recuperável e provisões de risco para exposições calculadas usando a abordagem IRB sobre as perdas esperadas deles, até um máximo de 0,6% das exposições ponderadas pelo risco calculadas usando a abordagem IRB.
- Deduções de capital de Nível 2, que incluem principalmente detenções diretas, indiretas ou sintéticas de instrumentos de capital de Nível 2 próprios e instrumentos de Nível 2 de outras empresas do setor financeiro.

■ TABELA 9. CAPITAL REGULATÓRIO. VARIAÇÕES

Milhões de Euros

Capital de Nível 1 Principal

Valor inicial (31/12/2016)	73.709
Ações emitidas durante o exercício e conta de reserva de ágio	6.917
Ações em Tesouraria e ações próprias financiadas	-13
Reservas	-728
Lucro atribuível líquido de dividendos	3.621
Variações em outros lucros retidos	-7.438
Participações minoritárias	-28
Redução/(aumento) no ágio e outros intangíveis	-1.244
Outras deduções	-624
Valor final (31/12/2017)	74.173

Capital de Nível 1 Adicional

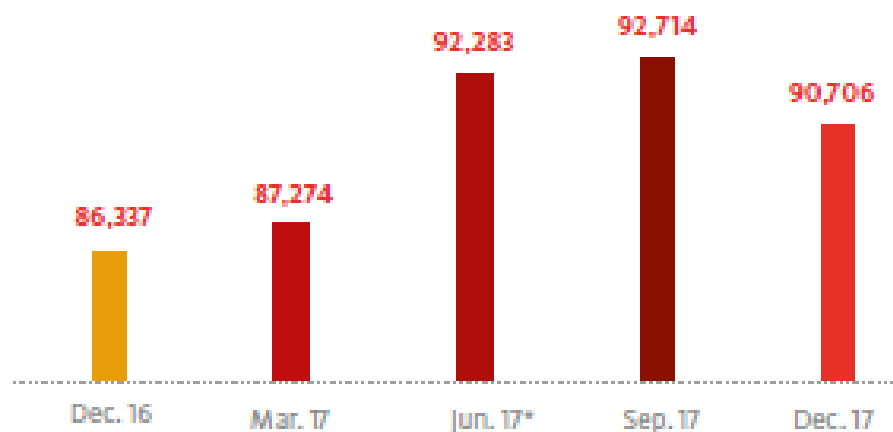
Valor inicial (31/12/2016)	-
Instrumentos AT1 elegíveis	2.029
Excedentes T1 - subsidiárias	-4
Valor residual de intangíveis	1.112
Deduções	-27
Valor final (31/12/2017)	3.110

Capital de Nível II

Valor inicial (31/12/2016)	12.628
INSTRUMENTOS T2 ELEGÍVEIS	862
Fundos gen. e prov. de perda de empréstimo excedente IRB	331
Excedentes T2 - subsidiárias	-371
Deduções	-27
Valor final (31/12/2017)	13.423
Deduções do capital total	-
Valor final para o capital total (31/12/2017)	90,706

■ EVOLUÇÃO DO CAPITAL ELEGÍVEL

Milhões de Euros



Dec. 16 – dez. 16

Mar. 17 – mar. 17

Jun. 17* - jun. 17*

Sep. 17 – set. 17

Dec. 17 – dez. 17

*Jun-17: Inclui o aumento de capital do Banco Popular.

O capital elegível total aumentou de EUR 4.369 milhões em 2016 para EUR 90.706 milhões em 2017.

Além dos movimentos mencionados acima na conta de capital, que explica as principais variações nas ações emitidas durante o exercício, as variações no capital regulatório incluem o dividendo de caixa estimado para 2017 (EUR 2.997 milhões), o que leva a um lucro atribuível líquido de dividendos de 3.621 milhões.

Participações minoritárias, a taxas de câmbio constantes, aumentaram devido principalmente a lucros retidos no período. Variações em "Outros

lucros retidos” refletem principalmente os ajustes de avaliação mencionados acima.

O ágio reflete o impacto das variações na taxa de câmbio, amortização e atividade societária durante o exercício.

As deduções restantes foram impactadas principalmente pela introdução da Basileia III e a redução de ativos fiscais sujeitos à dedução.

Durante 2017, os instrumentos de capital de Nível 1 elegíveis aumentaram devido a novas emissões de ações preferenciais no valor de EUR 2.63 milhões

Durante 2017, os instrumentos de capital de Nível 2 elegíveis aumentaram devido a novas emissões de ações preferenciais no valor de EUR 2.63 milhões.

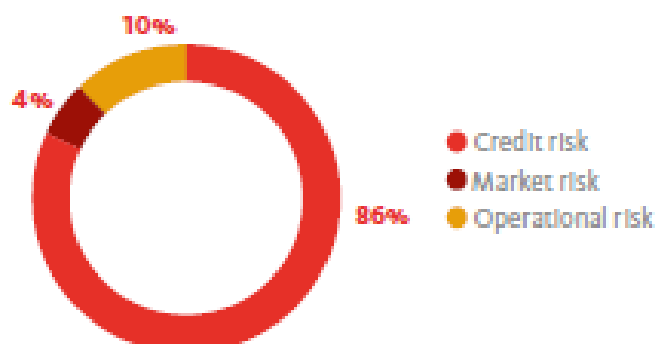
2.2.2. Exigências de capital

Esta cláusula fornece detalhes das exigências de capital por tipo de risco e carteira (vide Tabela 11) e por geografia (vide tabela 12). A tabela 10 mostra que exigências de capital quase não teve alteração de 2016 a 2016 (sic), mantendo uma distribuição de risco do Pilar I similar à do exercício anterior: 86% de risco de crédito, 4% de risco de mercado de 4% e 10% de risco operacional.

Exigências de capital para risco de crédito teve um aumento de 3,7% em comparação a 2016, atingindo EUR 41.575 milhões. Por outro lado, em comparação ao exercício anterior, as exigências de capital para risco de mercado tiveram uma redução de 7,4% e as de risco operacional quase não se alterara.

■ EXIGÊNCIAS DE CAPITAL POR TIPO DE RISCO

31 de dezembro de 2017



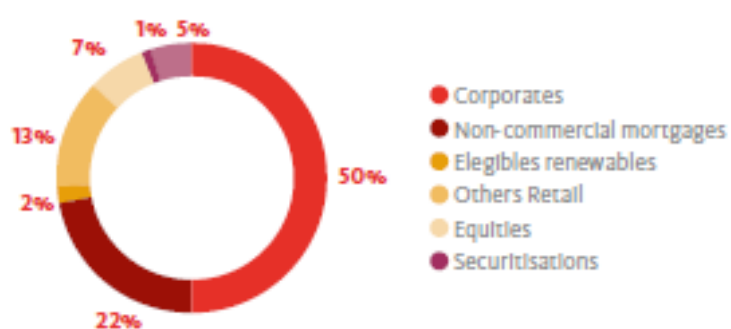
Credit risk - Risco de crédito

Market risk - Risco de mercado

Operational risk - Risco operacional

■ EXIGÊNCIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL POR RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DA BASILEIA. ABORDAGEM IRB

31 de dezembro de 2017



Corporates - Societários

Non-commercial mortgages - Hipotecas não comerciais

Eligibles renewables - Renováveis elegíveis

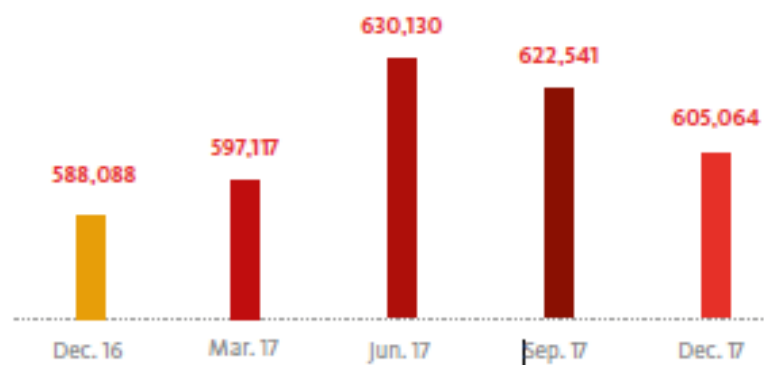
Others Retail - Outros varejos

Equities - Participações

Securitisations - Securitizações

■ VARIAÇÕES NOS RWA

Milhões de Euros



Dec. 16 – dez. 16

Mar. 17 – mar. 17

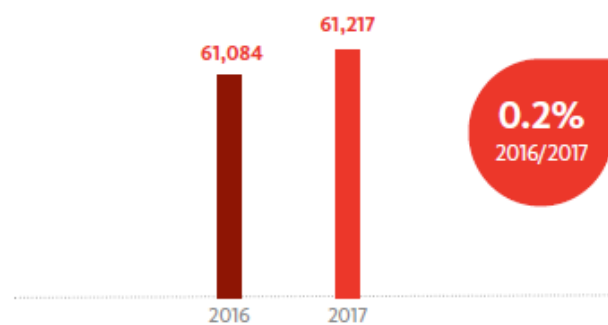
Jun. 17 – jun. 17

Sep. 17 – set. 17

Dec. 17 – dez. 17

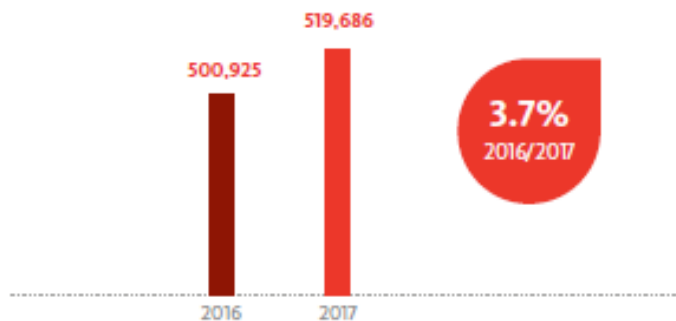
■ RWA PARA RISCO OPERACIONAL

Milhões de Euros



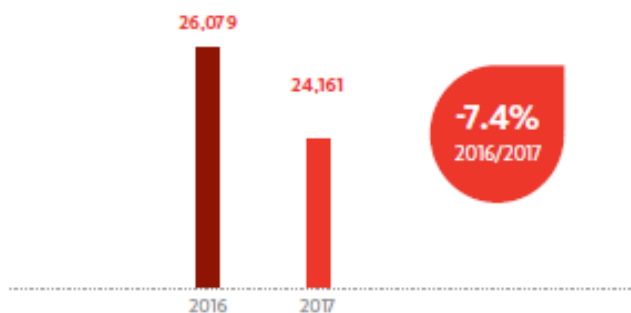
■ RWA PARA CRÉDITO DE RISCO

Milhões de Euros



■ RWA PARA RISCO DE MERCADO

Milhões de Euros



Apresentamos abaixo uma visão geral do total de RWAs que incluem o denominador das exigências de capital por risco. Os itens abaixo fornecem composições adicionais.

■ TABELA 10. VISÃO GERAL DOS RWAs (OV1)

Milhões de Euros

	RWA	RWA	Capital
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017
Risco de crédito (excluindo CRR)	485.578	471.882	38.846
Dos quais, abordagem padronizada (SA)	280.082	271.519	22.407
Dos quais, a abordagem da fundação IRB (FIRB)	30.964	25.570	2.477
Dos quais, a abordagem IRB (AIRB) avançada	158.777	153.605	12.702
Dos quais, Participação IRB nos termos da ponderação de risco Simples ou a IMA	15.755	21.187	1.260
CCR	14.667	13.867	1.173
Dos quais, método de marcação a mercado (IRB)	8.529	9,308	682
Dos quais, método de marcação a mercado (Padronizado)	3.586	3.851	287
Dos quais, valor de exposição de risco por contribuições ao fundo de inadimplemento de uma CCP	313	313	25
Dos quais CVA	2.240	395	179
Risco de liquidação	1	1	0
Exposições de securitização no livro do banco (depois de cap)	3.678	2.234	294
Dos quais, abordagem IRB	708	1.224	57
Dos quais, abordagem de fórmula de supervisão da IRB (SFA)	1.774	112	142
Dos quais, abordagem padronizada	1.196	898	96
Risco de Mercado	24.161	26.079	1.933
Dos quais, abordagem padronizada	9,702	11.864	776
Dos quais, IMA	14.459	14.215	1.157
Risco operacional	61.217	61.084	4.897
Dos quais, abordagem padronizada	61.217	61.084	4.897
Valores abaixo dos limites para dedução (sujeitos a ponderação de risco de 250%)	15.762	12.941	1.261
Ajuste de piso	-	-	-
Total	605.064	588.088	48.405

A tabela a seguir demonstra as exigências de capital por risco de crédito.

▪ TABELA 11. EXIGÊNCIAS DE CAPITAL POR RISCO DE CRÉDITO
Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Capital	RWAs	Capital	RWAs
Risco de Crédito. Abordagem IRB				
Governos centrais e bancos centrais	57	714	33	410
Instituições	739	9.232	628	7.853
Sociedades	8.698	108.719	8.782	109.774
Carteiras de varejo	6.368	79.605	5.636	70.446
Hipotecas residenciais	3.866	48.319	3.438	42.970
Exposições ao varejo rotativo qualificado	331	4.141	287	3.592
Outros itens de varejo	2.172	27.144	1.911	23.884
Participações	1.260	15.755	1.695	21.187
Método simples	211	2.642	410	5.130
Método PD/LGD	499	6.243	764	9.555
Modelos internos	121	1.513	133	1.661
<i>Exposiciones de renta variable sujetas a ponderaciones de riesgo</i>	429	5.357	387	4.841
Posições ou exposições de securitização	199	2.482	107	1.336
Abordagem IRB total	17.321	216.507	16.881	211.006
Abordagem padronizada de risco de crédito				
Governos centrais e bancos centrais	363	4.543	416	5.197
Governos regionais e autoridades locais	18	222	37	466
Entidades do setor público e outras instituições públicas sem fins lucrativos	32	396	23	287
Bancos de desenvolvimento multilaterais	0	4	-	1
Organizações internacionais	1	7	-	-
Instituições	545	6.818	611	7.640
Sociedades	5.933	74.157	6.189	77.357
Carteiras de varejo	7.802	97.527	7.351	91.884
Exposições garantidas por bens imóveis	3.154	39.424	3.135	39.191
Exposições inadimplentes	842	10.527	636	7.946
Exposições de alto risco	192	2.399	160	1.995
Títulos de dívida cobertos	36	456	34	429
Posições de securitização	96	1.196	72	898
Exposições a instituições e sociedades com ratings de crédito de curto prazo	-	2	26	326
Exposições a esquemas de investimento coletivos (CIS)	23	292	8	106
Participação	45	562	25	311
Outras exposições	4.968	62.096	4.414	55.179
Abordagem padronizada total	24.050	300.626	23.137	289.210
Risco de crédito total	41.371	517.133	40.017	500.216

* Inclui o risco da contraparte, excluindo CVA e CCP.



Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Santander não tinha exigências de capital adicionais decorrentes dos valores mínimos estabelecidos pelo Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, sobre as exigências prudentes de instituições de crédito e firmas de investimento na Parte Dez, Título 1.

A tabela a seguir demonstra as exigências de capital por região geográfica:

▪ TABELA 12. EXIGÊNCIAS DE CAPITAL POR REGIÃO GEOGRÁFICA
Milhões de Euros

	TOTAL	Espanha	Reino Unido	Restante da Europa	Brasil	Restante da América Latina	EUA	Restante do mundo
Risco de crédito	39.529	11.344	6.264	7.951	4.963	4.412	4.503	92
Dos quais, abordagem baseada nos ratings internos (IRB) (*)	15.862	6.229	4.125	3.744	831	736	195	-
Governos centrais e bancos centrais	57	55	-	-	-	2	-	-
Instituições	739	394	143	90	-	112	-	-
Sociedades - PME	8.698	4.253	1.306	1.489	831	622	195	-
dos quais: Sociedades - Empréstimo Especializado	1.422	555	550	197	-	121	-	-
dos quais: Sociedades - Outros	5.748	2.931	545	842	831	403	195	-
Varejo - Garantido por imóvel PME	101	42	0	59	-	-	-	-
Varejo - Garantido por imóvel não PME	3.765	802	2.331	632	-	-	-	-
Varejo - Rotativo qualificado	331	125	175	31	-	-	-	-
Varejo - Outras PME	385	153	-	232	-	-	-	-
Varejo - Outras não PME	1.787	406	170	1.210	-	-	-	-
Outros ativos de obrigação não creditória	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais, abordagem padronizada (SA)	22.407	3.986	2.118	4.191	4.054	3.671	4.308	79
Governos centrais ou bancos centrais	358	3	0	-	144	193	18	-
Governos regionais ou autoridades locais	18	4	0	5	1	6	1	-
Entidades do setor público	32	0	-	5	-	15	12	-
Bancos de desenvolvimento multilaterais	-	-	-	-	-	-	-	-
Organizações internacionais	1	1	-	-	-	-	-	-
Instituições	482	98	25	48	78	70	162	1
Sociedades	5.735	512	1.262	1.199	980	853	927	2
Varejo	7.783	626	479	1.869	1.864	1.213	1.662	72
Garantido por hipoteca de bens imóveis	3.154	338	54	622	330	820	986	4
Exposições inadimplentes	842	297	32	116	155	165	77	1
Itens relacionados a um alto risco específico	192	13	-	25	-	146	8	-
Títulos de dívida cobertos	36	-	33	3	-	-	-	-

Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	0	0	-	-	-	-	-	-
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	23	21	1	0	-	-	0	-
Exposições patrimoniais	45	27	-	17	-	0	-	-
Outros itens	3.705	2.046	232	280	502	190	454	0
Dos quais são participações IRB	1.260	1.129	20	16	77	4	-	13
De acordo com o método PD/LGD	211	115	11	12	67	4	-	2
De acordo com os modelos internos	499	465	10	4	10	0	-	11
De acordo com o método simples	121	121	-	-	-	-	-	-
De acordo com as exposições sujeitas às ponderações de risco	429	429	-	-	-	-	-	-
Risco de Crédito de Contraparte	491	157	173	48	36	41	14	21
Dos quais, abordagem padronizada	287	37	117	45	32	21	14	21
Dos quais: Valor de exposição de risco por contribuições ao fundo de inadimplimento de uma CCP	25	13	11	-	0	0	-	-
Dos quais: CVA	179	107	45	3	4	20	0	-
Risco de liquidação	0	0	-	-	-	-	-	-
Exposições de securitização no livro do banco (depois de cap)	294	129	68	47	-	8	42	0
Dos quais, abordagem baseada em ratings IRB (RBA)	57	57	-	-	-	-	-	-
Dos quais, Abordagem de Fórmula de Supervisão da IRB (SFA)	142	68	36	38	-	-	-	-
Dos quais, abordagem padronizada (SA)	96	4	32	9	-	8	42	0
Risco de mercado	1.933	1.103	333	29	147	306	15	-
Dos quais, abordagem padronizada (SA)	776	540	40	28	147	6	15	-
Dos quais, abordagens de modelo interno (IMA)	1.157	563	293	0	-	300	-	-
Risco operacional	4.897	1.193	683	787	627	709	898	-
Dos quais, Abordagem padronizada	4.897	1.193	683	787	627	709	898	-
Valores abaixo dos limites de dedução (sujeitos à ponderação de risco de 250%)	1.261	543	11	120	362	177	45	3
Ajuste de piso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	48.405	14.470	7.532	8.982	6.135	5.653	5.517	116

* Inclui Risco de crédito de contraparte

2.2.2.1. Risco de crédito

A tabela a seguir demonstra as principais mudanças nas exigências de capital por risco de crédito:

▪ TABELA 13. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE RWA DAS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO CONFORME IRB (CR8)*

Milhões de Euros

	RWA	Capital
Valor inicial (31/12/2016)	500.216	40.017
Dimensão do ativo	4.677	374
Qualidade do ativo	-	-
Atualizações do modelo	-7.407	-593
Metodologia e política	-	-
Aquisições e alienações	49.562	3.966
Transações de câmbio	-29.915	-2.393
Outros	-	-
Valor final (31/12/2017)	517.133	41.371

* Inclui exigências de capital de participações, securitizações e risco de contraparte (excluindo CVA e CCP)

O aumento nas exigências de capital por risco de crédito é devido principalmente à incorporação do Grupo Popular em junho, parcialmente compensado pela taxa de câmbio em vigor, principalmente no Brasil, nos EUA e no Reino Unido.

O crescimento dos negócios estava geralmente concentrado na América Latina e no Consumidor, parcialmente compensado por quedas nos EUA e na Espanha.

2.2.2.1.1. Abordagem com base em ratings internos (IRB)

As tabelas deste item demonstram, para cada segmento do negócio, a distribuição por nota de rating (interna e da Standard & Poor's) do valor das exposições, parâmetros de risco de crédito e capital de acordo com a abordagem IRB, fazendo distinção entre a fundação IRB (FIRB) e o IRB avançado (AIRB).

▪ TABELA 14. ABORDAGEM AI RB. BANCOS CENTRAIS E GOVERNOS CENTRAIS

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	Exposição bruta no balanço patrimonial original	Exposição fora do balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	871	727	32,85%	1.743	0,04%	14	45,37%	1.561	452	25,95%	0,3	-1,6
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	227	0	100,00%	67	0,15%	5	49,99%	413	21	31,43%	0,1	-0,3
0,25 a <0,50	BBB a BB+	26	-		0	0,37%	1	50,00%	360	0	51,69%	0,0	-0,0
0,50 a <0,75	BB+ a BB	736	28	23,30%	53	0,58%	3	29,66%	1.761	38	71,03%	0,1	-0,5
0,75 a <2,50	BB a B+	759	93	37,67%	91	1,40%	7	50,00%	1.793	144	159,14%	0,6	-3,8
2,50 a <10,00	B+ a B-	330	4	12,80%	7	5,45%	3	81,92%	1.067	21	308,21%	0,3	-1,8
10,00 a <100,00	B- a C	0	-		0	13,50%	1	70,00%	750	0	345,85%	0,0	-0,0
100,00 (default)	D	58	-		58	100,00%	2	50,00%	1.558	10	17,19%	28,2	-28,8
Total 2017		3.007	852	32,98%	2.019	3,00%	36	45,58%	1.536	686	34,00%	29,5	-36,8
Total 2016		1.971	285	42,25%	1.145	0,15%	29	45,43%	1.707	410	35,82%	0,8	-0,5

86% da carteira tem o rating A+. O consumo médio da carteira é de 34%; no entanto, o PD médio aumentou. Isso ocorreu devido à inadimplência de um cliente segmentado da carteira no Santander SA. A exposição aumentou em 76% em comparação a 2016 devido ao aumento nos negócios desse segmento.

▪ TABELA 15. ABORDAGEM AI RB. INSTITUIÇÕES

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	Exposição bruta no balanço patrimonial original	Exposição fora do balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	26.409	7.586	37,49%	25.780	0,05%	1097	43,48%	512	4.431	17,19%	5,6	-29,2
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	6.559	612	32,87%	2.988	0,16%	600	44,48%	595	1.197	40,08%	2,2	-11,4
0,25 a <0,50	BBB a BB+	4.703	52	36,60%	746	0,38%	167	33,05%	591	389	52,16%	0,9	-4,9
0,50 a <0,75	BB+ a BB	769	95	20,45%	426	0,65%	371	62,15%	1.353	621	145,92%	1,7	-9,1
0,75 a <2,50	BB a B+	4.022	28	18,45%	1.136	1,62%	225	30,96%	834	811	71,41%	5,2	-26,9
2,50 a <10,00	B+ a B-	1.046	165	72,57%	792	2,74%	57	13,84%	1.674	367	46,32%	3,0	-15,7
10,00 a <100,00	B- a C	119	1	44,88%	1	32,97%	17	43,41%	1.246	4	280,17%	0,2	-1,0
100,00 (default)	D	21	0	48,33%	0	100,00%	15	39,82%	1.100	0	13,64%	0,1	-0,2
Total 2017		43.649	8.540	37,58%	31.868	0,20%	2.549	42,40%	573	7.820	24,54%	18,9	-98,4
Total 2016		42.930	8.983	36,56%	29.717	0,22%	1.897	43,05%	668	7.373	24,81%	17,4	-18,7

O consumo médio da carteira é de 24,54%, 27 bp a menos do que em 2016. Sua exposição aumentou em 7,32%, causando o aumento de RWAs em EUR 447 milhões. Com relação aos parâmetros, o PD melhorou devido à recalibração do PD dos Bancos no último trimestre.

▪ TABELA 16. ABORDAGEM AI RB. SOCIEDADES

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	Exposição bruta no balanço patrimonial original	Exposição fora do balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	73.208	40.101	39,86%	47.804	0,08%	3.108	37,14%	925	10.713	22,41%	15	-52
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	27.841	12.519	33,53%	21.178	0,23%	5.873	42,88%	777	9.735	45,97%	21	-66
0,25 a <0,50	BBB a BB+	37.930	14.762	33,21%	28.172	0,37%	12.135	43,02%	731	15.631	55,48%	45	-136
0,50 a <0,75	BB+ a BB	23.192	6.153	40,99%	13.476	0,65%	7.445	42,46%	682	9.686	71,88%	37	-115
0,75 a <2,50	BB a B+	30.237	5.654	31,92%	22.759	1,29%	37.023	41,71%	719	17.226	75,69%	121	-236
2,50 a <10,00	B+ a B-	12.255	2.586	52,86%	8.965	5,08%	12.116	36,73%	916	9.926	110,71%	165	-357
10,00 a <100,00	B- a C	2.636	522	32,60%	1.886	20,68%	3.849	35,44%	1.003	3.064	162,51%	139	-261
100,00 (default)	D	13.226	1.550	33,06%	12.185	100,00%	8.781	39,47%	1.042	742	6,09%	4.749	-4.927
Total 2017		220.525	83.847	37,52%	156.426	8,70%	90.330	40,23%	828	76.723	49,05%	5.292	-6.150
Total 2016		222.985	84.525	37,50%	156.685	7,64%	77.430	40,73%	840	82.267	52,50%	4.712	-5.896

30% da carteira tem o rating acima de A-. A carteira diminuiu ligeiramente e a média de RW diminuiu devido à melhoria na gravidade, uma média de vencimento um pouco menor do que em 2016 e, acima de tudo, devido a três fatores que impactaram o PD:

- A entrada do Banco Popular com alta porcentagem de NPLs em sua carteira de PME, o que aumentou o índice de NPL e consequentemente a exposição com PD = 100.
- A diminuição dos negócios nesta carteira.
- Uma nova implementação de PDs societários que causam uma queda nos RWAs sem o impacto direto no PD médio.

▪ TABELA 17. ABORDAGEM AIRB CARTEIRAS DE VAREJO

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	Exposição bruta no balanço patrimonial original	Exposição fora do balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
Hipotecas residenciais												
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	32.175	1.097	100,23%	32.221	0,08%	492.968	13,20%	932	2,89%	4	-2
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	36.637	4.362	65,34%	35.226	0,20%	344.797	11,81%	1.738	4,93%	8	-3
0,25 a <0,50	BBB a BB+	60.607	5.614	60,25%	58.454	0,39%	503.399	11,32%	4.436	7,59%	25	-10
0,50 a <0,75	BB+ a BB	19.386	747	73,18%	19.208	0,59%	152.557	13,61%	2.363	12,30%	16	-7
0,75 a <2,50	BB a B+	80.923	2.388	60,92%	80.102	1,21%	612.888	11,84%	13.779	17,20%	116	-48
2,50 a <10,00	B+ a B-	33.812	436	67,56%	33.672	4,28%	259.090	14,49%	14.855	44,12%	212	-89
10,00 a <100,00	B- a C	12.784	64	47,70%	12.755	27,14%	121.015	14,67%	9.581	75,11%	484	-203
100,00 (<i>default</i>)	D	8.878	46	18,97%	8.840	100,00%	91.103	32,18%	635	7,18%	2.796	-2.316
Total 2017		285.202	14.754	65,52%	280.480	5,40%	2.587.817	13,09%	48.319	17,23%	3.662	-2.678
Total 2016		263.870	12.774	67,91%	261.505	4,99%	2.298.015	12,05%	42.970	16,43%	2.786	-2.195
Renováveis elegíveis												
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	4.629	4.226	49,29%	2.486	0,09%	2.172.422	59,24%	82	3,28%	1	-0
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	4.478	4.334	82,26%	3.710	0,17%	6.174.045	67,36%	247	6,65%	4	-1
0,25 a <0,50	BBB a BB+	2.794	2.789	49,60%	1.389	0,34%	1.966.894	50,78%	120	8,62%	2	-1
0,50 a <0,75	BB+ a BB	1.026	953	50,98%	558	0,63%	781.273	59,47%	94	16,78%	2	-1
0,75 a <2,50	BB a B+	3.673	2.963	58,38%	2.441	1,41%	2.744.022	58,75%	738	30,24%	20	-7
2,50 a <10,00	B+ a B-	2.753	1.729	62,80%	2.118	5,00%	2.391.084	59,74%	1.577	74,47%	64	-22
10,00 a <100,00	B- a C	850	280	89,47%	847	25,23%	868.415	60,52%	1.266	149,45%	129	-45
100,00 (<i>default</i>)	D	118	17	18,15%	104	100,00%	91.493	73,29%	18	17,24%	76	-74
Total 2017		20.322	17.291	61,22%	13.654	3,48%	17.189.648	60,77%	4.141	30,33%	299	-152
Total 2016		19.526	17.048	58,11%	12.415	3,24%	15.236.417	60,77%	3.592	28,93%	250	-132
Varejo - outros												
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	1.535	654	48,85%	1.382	0,08%	144.128	39,11%	102	7,39%	0	-0
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	3.195	579	53,86%	3.163	0,20%	367.110	47,29%	585	18,50%	3	-2
0,25 a <0,50	BBB a BB+	5.761	515	55,68%	5.565	0,36%	726.997	38,55%	1.254	22,54%	8	-4
0,50 a <0,75	BB+ a BB	9.316	842	77,84%	9.105	0,59%	1.385.368	44,65%	3.238	35,56%	24	-13
0,75 a <2,50	BB a B+	23.684	2.899	67,16%	22.434	1,31%	3.298.282	45,17%	11.159	49,74%	133	-76
2,50 a <10,00	B+ a B-	12.323	1.062	59,36%	11.585	4,12%	1.342.614	49,28%	7.944	68,57%	235	-136
10,00 a <100,00	B- a C	2.687	146	44,14%	2.554	27,40%	535.846	46,33%	2.482	97,20%	329	-187
100,00 (<i>default</i>)	D	2.124	194	37,39%	2.000	100,00%	290.273	66,68%	379	18,93%	1.323	-1.374
Total 2017		60.625	6.890	62,23%	57.789	6,15%	8.090.618	46,04%	27.144	46,97%	2.054	-1.792
Total 2016		48.337	3.522	57,69%	46.604	5,48%	7.000.003	47,98%	23.884	51,25%	1.464	-1.264

Carteiras de varejo. Hipotecas de bens.

24% da exposição a hipoteca tem o rating superior a BBB-. O RW médio nesse segmento aumentou principalmente devido ao aumento nos parâmetros PD ou LGD médios. A exposição aumentou devido à compra do Banco Popular, com pior qualidade de crédito nesse segmento.

Carteiras de varejo. Renováveis elegíveis

45% da exposição renovável elegível tem o rating superior a BBB-. O RW médio da carteira aumentou principalmente devido ao aumento do seu PD médio.

Varejo - outros

A exposição da carteira aumentou em 24% devido à aquisição do Banco Popular, com carteira extensiva de pequenas empresas; A compra de uma carteira com maior percentagem de NPLs causou o aumento do PD médio que, juntamente com o efeito da queda no LGD, levou a uma menor média de Ponderação de Risco, mas com aumento na Perda Esperada dessa categoria.

▪ TABELA 18. ABORDAGEM FIRB. SOBERANA (CR6)

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	no balanço patrimonial original	balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	202	-	-	202	0,03%	2	45,00%	900	28	13,78%	0,02	-0,14
Total 2017		202	-	-	202	0,03%	2	45,00%	900	28	13,78%	0,02	-0,14
Total 2016		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Esta foi uma nova carteira em 2017, com toda a sua exposição no maior nível de crédito. A introdução deste segmento resultou da aprovação do segmento soberano no Santander Chile.

▪ TABELA 19. INSTITUIÇÕES DE ABORDAGEM FIRB

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	Exposição bruta no balanço patrimonial original	Exposição fora do balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	4.825	1.555	35,11%	3.817	0,06%	329	44,59%	454	721	18,90%	1,0	-5,0
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	573	347	32,53%	436	0,20%	193	40,42%	792	195	44,60%	0,4	-1,9
0,25 a <0,50	BBB a BB+	754	194	44,38%	647	0,38%	94	41,28%	897	400	61,86%	1,0	-5,3
0,50 a <0,75	BB+ a BB	89	45	42,05%	59	0,65%	44	44,88%	862	56	96,25%	0,2	-0,9
0,75 a <2,50	BB a B+	56	55	20,21%	12	0,91%	79	44,85%	469	10	86,09%	0,0	-0,3
2,50 a <10,00	B+ a B-	38	35	21,30%	11	3,89%	34	45,00%	578	15	137,06%	0,2	-1,0
10,00 a <100,00	B- a C	0	0	20,00%	0	11,67%	1	35,00%	900	0	185,16%	0,0	-0,0
100,00 (default)	D	1	1	36,33%	0	100,00%	4	39,55%	913	-	-	0,1	-0,3
Tratamento alternativo		28	-		28		438			14	50,00%	-	-
Total 2017		6.365	2.232	35,07%	5.010	0,13%	1.216	43,55%	546	1.412	28,06%	2,9	-14,6
Total 2016		3.161	750	20,00%	2.560	0,09%	216	44,24%	414	479	18,73%	1,1	-1,2

76% da carteira tem o rating acima de A-. A carteira cresceu em 96% em comparação a 2016 principalmente devido à aquisição do Banco Popular, com a sua carteira das instituições FIRB e a aprovação dessa carteira no Banco Santander Chile. O PD aumentou devido à incorporação dos negócios do Popular, com parâmetros inferiores.

31 de dezembro de 2017

Escala PD	Níveis S&P	Exposição bruta no balanço patrimonial original	Exposição fora do balanço patrimonial anterior ao CCF	CCF Médio	EAD	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA	EL	Correções de valores e provisões
0,00 a <0,15	AAA a BBB+	4.767	2.180	48,83%	4.515	0,08%	101	44,94%	799	1.221	27,04%	2	-6
0,15 a <0,25	BBB+ a BBB	3.124	1.248	22,95%	1.983	0,20%	1192	44,60%	733	830	41,84%	2	-6
0,25 a <0,50	BBB a BB+	4.123	1.401	22,14%	2.855	0,39%	401	44,16%	759	1.705	59,73%	5	-16
0,50 a <0,75	BB+ a BB	2.245	527	73,18%	2.051	0,61%	942	42,73%	890	1.549	75,52%	5	-16
0,75 a <2,50	BB a B+	5.632	1.705	36,68%	4.365	1,39%	1294	43,27%	780	4.178	95,72%	26	-72
2,50 a <10,00	B+ a B-	4.015	688	50,88%	3.601	4,02%	2896	40,65%	888	4.054	112,59%	59	-103
10,00 a <100,00	B- a C	236	44	74,01%	248	13,92%	217	41,71%	902	446	180,05%	14	-28
100,00 (default)	D	1.592	171	19,19%	1.251	100,00%	192	43,23%	893	-	-	541	-552
Tratamiento alternativo		583	43		562		2434			237	0	-	-
Total 2017		26.317	8.008	38,76%	21.432	7,29%	9.669	43,35%	815	14.221	67,01%	654	-798
Total 2016		16.719	3.718	67,91%	15.527	3,18%	4.563	43,24%	874	9.181	59,13%	205	-267

53% da carteira tem o rating acima de BBB-. O PD médio da carteira melhorou. A exposição aumentou em 38%, correspondente ao aporte do Banco Popular nessas categorias. Isso distorceu a carteira em comparação ao exercício anterior, aumentando o consumo médio devido ao PD e LGD médios. Ademais, o alto índice NPL gerou o aumento da perda esperada média neste segmento.

A distribuição das Exposições e parâmetros médios por segmentos e áreas geográficas estão demonstrados abaixo.

▪ TABELA 21: EXPOSIÇÃO E PARÂMETROS POR SEGMENTO E ÁREA GEOGRÁFICA

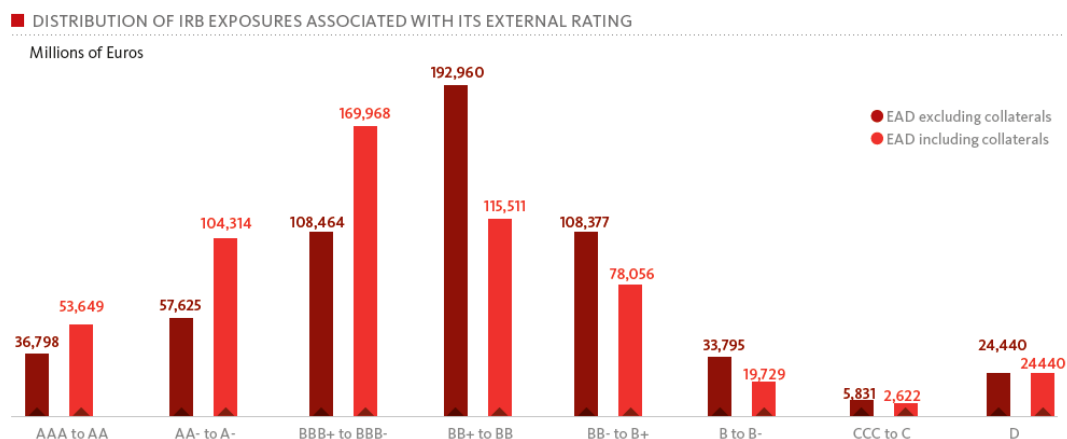
Milhões de Euros

	Governos centrais	Instituições	Sociedades	Hipotecas do Varejo	Varejo PME	Varejo - Outros	Varejo - Rotativo qualificado	TOTAL
Grupo Santander								
EAD líquido	2.220	36.878	177.858	276.792	10.578	50.899	13.654	568,879
LGD médio em %	45,53%	42,61%	40,60%	12,91%	39,66%	45,95%	60,77%	28,21%
PD Médio em %	2,73%	0,19%	8,53%	4,97%	18,42%	5,90%	3,48%	6,06%
Europa Continental								
EAD líquido	0	5.535	22.137	184.294	0	2.434	5.988	220.388
LGD médio em %	0,00%	44,06%	28,13%	10,00%	0,00%	88,00%	68,14%	15,12%
PD Médio em %	0,00%	0,09%	1,91%	3,74%	0,00%	3,07%	3,49%	3,45%
Reino Unido								
EAD líquido	2.019	26.082	120.112	92.498	10.578	48.464	7.666	307.419
LGD médio em %	45,58%	43,33%	42,06%	18,72%	39,66%	43,83%	55,01%	35,68%
PD Médio em %	3,00%	0,14%	11,29%	7,42%	18,42%	6,04%	3,47%	8,34%
América Latina								
EAD líquido	202	5.261	31.870	-	-	-	-	37.333
LGD médio em %	45,00%	37,50%	43,32%	-	-	-	-	42,51%
PD Médio em %	0,03%	0,60%	3,67%	-	-	-	-	3,21%
Restante do mundo								
EAD líquido	-	-	3.738	-	-	-	-	3.738
LGD médio em %	-	-	44,76%	-	-	-	-	44,76%
PD Médio em %	-	-	0,93%	-	-	-	-	0,93%

*Parâmetros sem inadimplência

*EAD não inclui as participações nem o empréstimo especializado

O diagrama a seguir demonstra as exposições por meio do uso da abordagem IRB, aprovada em dezembro de 2017 (excluindo Empréstimo Especializado), com base na qualidade de crédito interno relacionado com seu rating externo.



Legenda:

DISTRIBUTION OF IRB EXPOSURES ASSOCIATED WITH ITS EXTERNAL RATING - DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES IRB RELACIONADAS AO SEU RATING EXTERNO

Millions of Euros - Milhões de Euros

EAD excluding collaterals - EAD excluindo garantias

EAD including collaterals - EAD incluindo garantias

AAA to AA - AAA a AA

AA- to A- - AA- a A-

BBB+ to BBB- - BBB+ a BBB-

BB+ to BB - BB+ a BB

BB- to B+ - BB- a B+

B to B- - B a B-

CCC to C - CCC a C

D - D

A respeito da distribuição EAD incluindo garantias, as perdas esperadas foram distribuídas a diferentes níveis de PD, com LGD de 45% em cada faixa. Elas mostram que o perfil de risco de toda a carteira melhora significativamente quando há factoring nas garantias, especialmente garantia hipotecária.

▪ TABELA 22: EMPRÉSTIMO ESPECIALIZADO (CR10)

Milhões de Euros							
31 Dezembro de 2017							
Categorias regulatórias	Vencimento remanescente	Valor registrado no balanço patrimonial	Valor não registrado no balanço patrimonial	RW	EAD	RWA	Perda esperada
Categoria 1	< 2,5 anos	533	281	50%	429	213	-
	>= 2,5 anos	3.743	1.625	70%	3.629	2.510	14
Categoria 2	< 2,5 anos	4.201	1.962	70%	3.701	2.590	18
	>= 2,5 anos	10.356	6.544	90%	11.131	9.997	110
Categoria 3	< 2,5 anos	176	111	115%	187	215	5
	>= 2,5 anos	998	924	115%	1.216	1.391	34
Categoria 4	< 2,5 anos	67	93	250%	119	297	10
	>= 2,5 anos	223	336	250%	258	562	17
Categoria 5	< 2,5 anos	87	0		87	-	44
	>= 2,5 anos	329	339		436	-	218
Total	< 2,5 anos	5.064	2.447		4.524	3.315	77
	>= 2,5 anos	15.649	9.769		16.669	14.460	393

A exposição diminuiu 4% em comparação a 2016, apesar do aporte do Popular ter aumentado a exposição em EUR 1.900 milhão. A redução foi devido à inclusão de determinados projetos em uma securitização emitida pelo Banco Santander S.A.

▪ TABELA 23: PARTICIPAÇÕES (CR10)

Milhões de Euros							
31 Dezembro de 2017							
Níveis PD/RW	PD médio ponderado	Exposição original	EAD	LGD médio ponderado - EAD	RWA	EL/EAD	RWA/EAD
Abordagem PD/LGD							
1	0,09%	140	140	65,0%	98	0,06%	70%
2	0,14%	993	993	88,1%	1.171	0,12%	118%
3	0,21%	1.152	1.152	90,0%	1.682	0,19%	146%
4	0,33%	726	726	65,0%	917	0,21%	126%
5	2,76%	1.074	1.074	65,0%	2.376	1,79%	221%
<i>Inadimplência</i>	100%	4	4	65,0%	–	65,00%	–
Total 2017	0,99%	4.089	4.089	77,7%	6.243	0,67%	153%
Total 2016	1,73%	5.380	5.380	75,7%	9.555	1,38%	178%
Abordagem ponderada pelo risco simples							
190%	–	891	891	–	1.693	0,80%	190%
290%	–	77	77	–	222	0,80%	290%
370%	–	196	196	–	727	2,40%	370%
Total 2017		1.164	1.164		2.642	–	–
Total 2016		1.613	1.613		5.130	–	–
Abordagem de modelos internos de 2017	–	589	589	–	1.513	–	257%
Abordagem de modelos internos de 2016	–	657	657	–	1.661	–	253%
Participações em dezembro de 2017	–	2.143	2.143	–	5.357	–	250%
Total 2017	–	7.985	7.985	–	15.755	–	–
Total 2016	–	7.649	7.649	–	16.346	–	–

Observação: a respeito das participações, EAD é igual às exposições originais e o saldo não registrado no balanço patrimonial é igual a zero

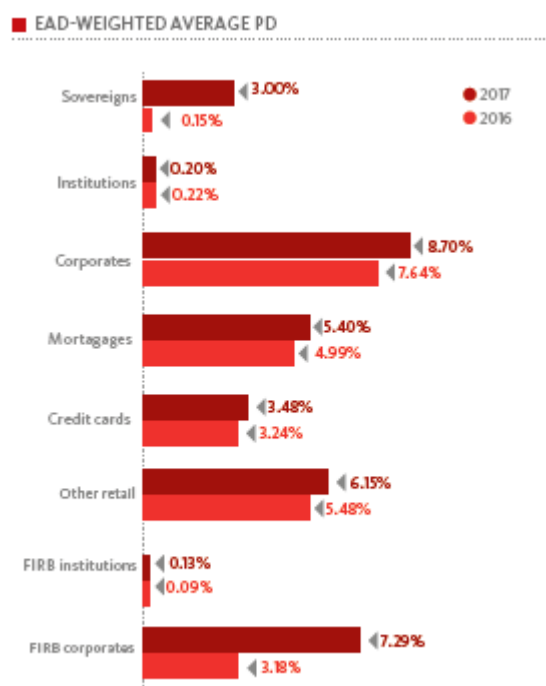
Em 2017, o EAD diminuiu, com uma diminuição correspondente em RWAs, principalmente devido a:

- Aumento na participação da Metrovacesa Suelo y Promoción, que significa que essa participação foi consolidada e, portanto, não tinha

consumação no perímetro consolidado do Grupo Santander. O EAD nesse perímetro foi reduzido em EUR 809 milhões, o que consumiu 250%.

- Consolidação da participação da Metrovacesa Promoción y Arrendamiento na Metrovacesa Suelo y Promoción. Isso resulta em uma diminuição no EAD de EUR 220 milhões.

A redução no RW médio é devido à aplicação de LGD de 65% às participações não negociadas em mercados organizados, que são mantidas na carteira disponível para venda, conforme seja diversificada.



Legenda:

EAD-WEIGHTED AVERAGE PD - PD MÉDIO PONDERADO - EAD

Sovereigns - Soberania

Institutions - Instituições

Sociedades - Sociedades

Mortgages - Hipotecas

Credit cards - Cartões de crédito

Other retail - Varejo - outros

FIRB institutions - Instituições FIRB

FIRB corporates - Sociedades FIRB

■ EAD-WEIGHTED AVERAGE LGD



Legenda:

EAD-WEIGHTED AVERAGE LGD- LGD MÉDIO PONDERADO - EAD

Sovereigns - Soberania

Institutions - Instituições

Sociedades - Sociedades

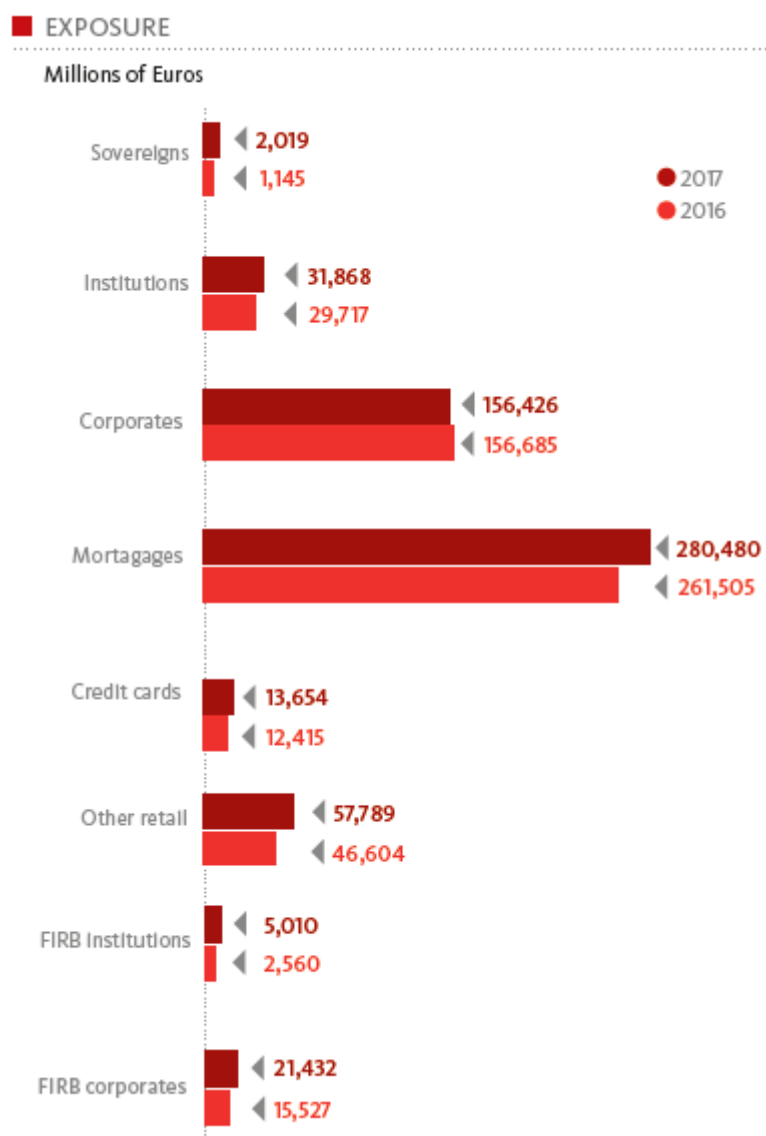
Mortgages - Hipotecas

Credit cards - Cartões de crédito

Other retail - Varejo - outros

FIRB institutions - Instituições FIRB

FIRB corporates - Sociedades FIRB



Legenda:

EXPOSURE – EXPOSIÇÃO

Milhões de Euros - Milhões de Euros

Sovereigns - Soberania

Institutions - Instituições

Sociedades - Sociedades

Mortgages - Hipotecas

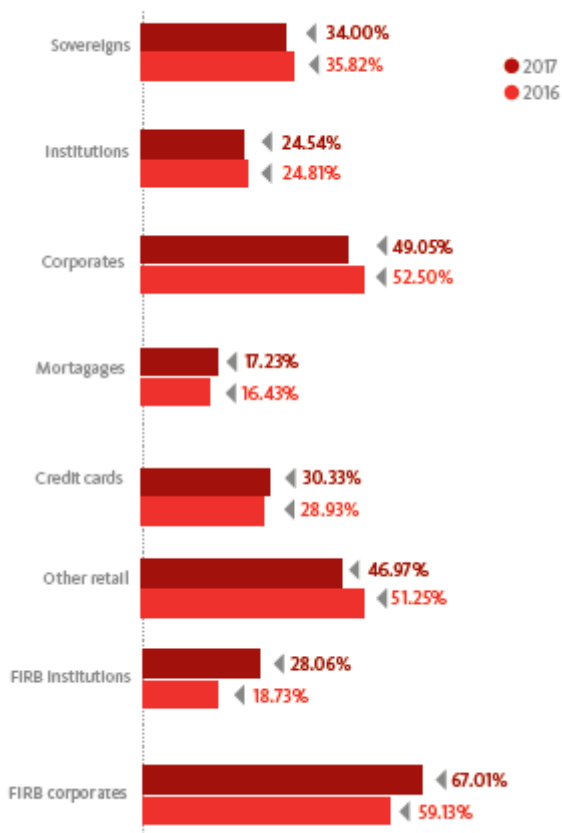
Credit cards - Cartões de crédito

Other retail - Varejo - outros

FIRB institutions - Instituições FIRB

FIRB corporates - Sociedades FIRB

■ RWA/EAD



Legenda:

RWA/EAD - RWA/EAD

Sovereigns - Soberania

Institutions - Instituições

Sociedades - Sociedades

Mortgages - Hipotecas

Credit cards - Cartões de crédito

Other retail - Varejo - outros

FIRB institutions - Instituições FIRB

FIRB corporates - Sociedades FIRB

2.2.2.1.2. Plano para aplicar os modelos internos avançados e a aprovação supervisória

O Grupo Santander permanece comprometido com a adoção da abordagem baseada em ratings internos avançados da Basiléia II (AIRB) para praticamente todos os seus bancos, até que mais de 90% da exposição líquida na carteira de empréstimo tenha sido coberta por essa abordagem. Essa abordagem será aplicada progressivamente ao longo dos próximos anos. O comprometimento assumido com a superintendência significa a adaptação dos modelos avançados nos dez principais mercados nos quais o Grupo Santander opera.

O Grupo Santander continuou a buscar esse objetivo durante 2017 por meio do seu plano de implementar gradualmente as plataformas de tecnologia e melhorias de metodologia necessárias para permitir a aplicação progressiva dos modelos AIRB para cálculo do capital regulatório no restante das unidades do Grupo.

O Grupo Santander tem aprovação supervisória para usar as abordagens avançadas para calcular o capital regulatório por risco de crédito em oito de seus dez principais mercados: Espanha, Reino Unido, Portugal, algumas carteiras na Alemanha, México, Brasil, Chile, Países Nórdicos (Suécia, Finlândia e Noruega), França e Estados Unidos.

Aprovações regulatórias obtidas em 2017

A estratégia para implementar os regulamentos da Basiléia no Grupo foca no uso das abordagens avançadas nos principais bancos da América e Europa.

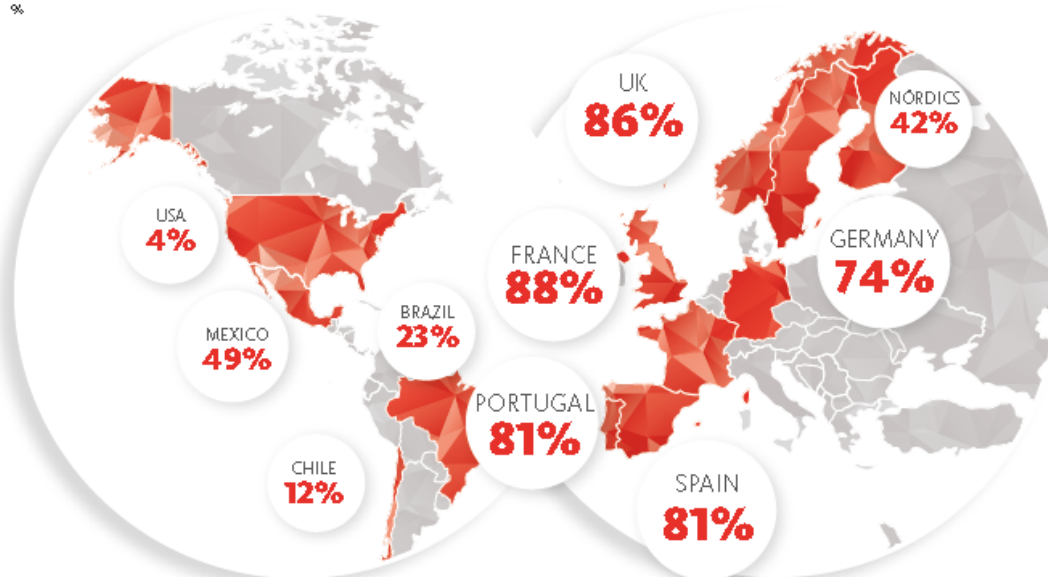
A autorização para uso dos Critérios de Atribuição Supervisória foi obtida em 2017 para o empréstimo especializado e uso de modelos internos nas carteira de Instituições e de Soberania (abordagem FIRB) do Chile,

Hipotecas, e maioria do crédito rotativo dos Clientes do Santander na Alemanha.

A tabela a seguir demonstra a porcentagem de cobertura IRB por região:

■ IRB COVERAGE BY REGION

%



Legenda:

USA – EUA

MEXICO – MÉXICO

CHILE – CHILE

BRAZIL – BRASIL

UK – REINO UNIDO

FRANCE – FRANÇA

PORTUGAL – PORTUGAL

SPAIN – ESPANHA

GERMANY – ALEMANHA

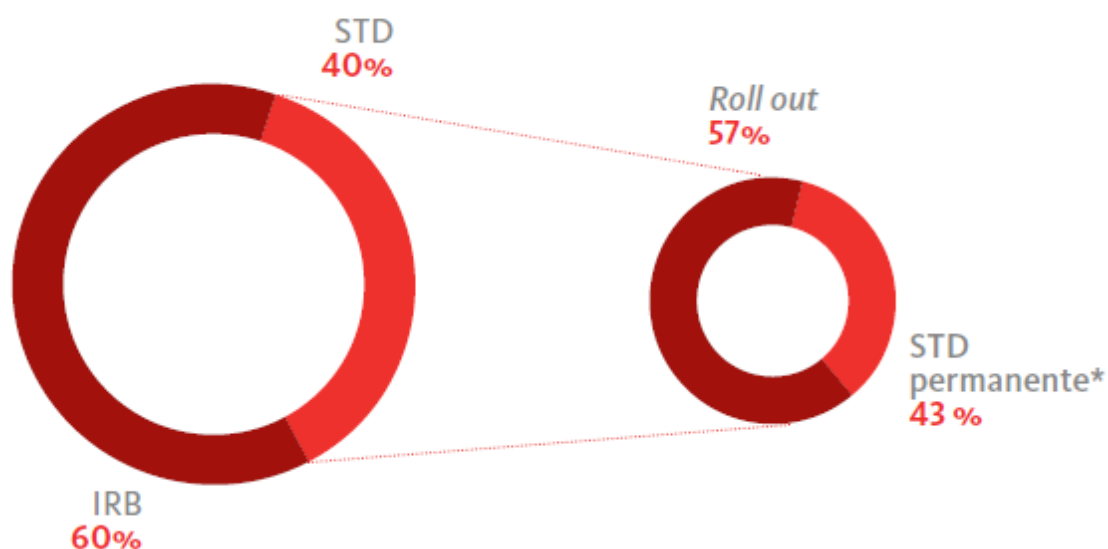
NORDICS - PAÍSES NÓRDICOS



O isolamento dos títulos de dívida soberanos em moeda local e ativos não financeiros, que não estão sujeitos ao plano de aplicação do modelo interno, em dezembro de 2017, são reportados pelo Grupo Santander em 60,2% do EAD em IRB.

Em termos de área geográfica, os principais contribuintes são a Espanha (26%), o Reino Unido (23%), a carteira global das empresas no Chile, Brasil, e Estados Unidos da América (3%), Portugal (3%), Alemanha (3%), México (2%), Países Nórdicos (1%) e França (1%).

Da exposição remanescente, que é atualmente calculada por meio do uso do método padrão, 57% está sujeito aos planos de implementação do modelo avançado, com o objetivo de obter aprovação supervisória para calcular as exigências de capital conforme o modelo IRB de 90% da exposição total. As carteiras remanescentes não incluídas no plano de aplicação do modelo avançado estão sujeitas a análises para avaliar a adequação da sua integração no plano; ademais, as carteiras autorizadas pela Superintendência a permanecerem padrão também estão incluídas nessas outras carteiras. A distribuição da exposição ao crédito e risco de contraparte de acordo com o método de cálculo de exigências de capital está demonstrada no gráfico abaixo.



Legenda:

STD – STD

Roll out – Deslocamento

STD permanente* – STD permanente*

IRB – IRB

*Para simplificar: 43% do STD permanente inclui tanto as carteiras de STD permanente autorizadas pelo regulador como aquelas com aprovação pendente (candidatos de STD permanente e deslocamento)

O objetivo de médio prazo de alcançar um alto grau de cobertura de modelo IRB nos principais mercados no qual o Grupo opera está condicionado pela aquisição de novos negócios, como tem sido feito em 2017 com a integração de diversas unidades estabelecidas do Popular.

Ademais, a combinação de negócios em queda em algumas carteiras padrão, especialmente nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, ocorreu em conjunto com o aumento dos negócios em algumas carteiras de modelo avançado em Portugal e na Espanha (integração do Popular), o que contribuiu significativamente para um aumento no Grau de cobertura IRB em um nível consolidado. Durante 2017, as transações de câmbio tiveram

um impacto positivo, especialmente o maior aumento do euro em face do dólar norte-americano, real brasileiro e peso mexicano devido à política monetária do Banco Central Europeu.

A tabela a seguir demonstra o escopo dos modelos internos (AIRB ou FIRB) das diferentes carteiras distribuídas por região:

▪ TABELA 24. LISTA DE MODELOS IRB AUTORIZADOS POR PESSOA JURÍDICA		
País	Sociedade	Carteira IRB (AIRB ou FIRB)
Reino Unido	Santander UK PLC	Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Sociedades de Projetos Financeiros, Hipotecas, Rotativo Qualificado, Outros Itens de Varejo
	Abbey National Treasury Services	Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Sociedades de Projetos Financeiros
	Abbey Covered Bonds LLP	Instituições
Espanha	Banco Santander, S.A.	Soberanias, Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Sociedades de Projetos Financeiros, Hipotecas, Rotativo Qualificado, Varejo PMEs, Outros Itens de Varejo
	Santander Factoring y Confirming, S.A.	Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Sociedades de Projetos Financeiros, Hipotecas, Varejo PMEs, Outros Itens de Varejo
	Santander Lease, S.A. E.F.C.	Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Hipotecas, Varejo PMEs, Outros Itens de Varejo
	Santander Consumer, EFC, S.A.	Sociedades, Sociedades PMEs, Rotativo Qualificado, Outros Itens de Varejo
	Santander Consumer Finance, S.A.	Sociedades, Sociedades PMEs, Rotativo Qualificado, Outros Itens de Varejo
Portugal	Banco Santander Totta	Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Sociedades de Projetos Financeiros, Hipotecas, Rotativo Qualificado, Varejo PMEs, Outros Itens de Varejo
Brasil	Banco Santander Brasil	Sociedades
	Santander Brasil, EFC	Sociedades
Alemanha	Santander Consumer Bank AG	Sociedades, Sociedades PMEs, Hipotecas, Rotativo e Outros Itens de Varejo
México	Banco Santander México	Instituições, Sociedades, Sociedades PMEs, Sociedades de Projetos Financeiros
EUA	Santander Bank, National Association	Sociedades
França	Société Financière de Banque - SOFIB	Sociedades, Sociedades PMEs, Varejo PMEs, Outros Itens de Varejo
Países nórdicos	Santander Consumer Bank A.S.	Outros Itens de Varejo
	Santander Consumer Finance OY	Outros Itens de Varejo
Chile	Banco Santander - Chile	Soberania, Instituições e Sociedades

A tabela a seguir demonstra os modelos internos de Risco de Mercado (IMA) das carteiras diferenciadas distribuídas por área geográfica

▪ TABELA 25. LISTA DE MODELOS IMA AUTORIZADOS POR PESSOA JURÍDICA

País	Pessoa jurídica	Produto da Carteira IMA
Espanha	Banco Santander, S.A.	Carteira de negociação
Chile	Banco Santander - Chile	Carteira de negociação
	Santander Agente de Valores Limitada	Carteira de negociação
	Santander Investment Chile Limitada	Carteira de negociação
	Santander Corredores de Bolsa Limitada	Carteira de negociação
México	Banco Santander México	Carteira de negociação
	Casa de Bolsa Santander, S.A. de C.V.	Carteira de negociação
Portugal	Banco Santander Totta	Carteira de negociação
Reino Unido	Santander UK PLC	Livro de negociação menos câmbio e risco de taxa de juros específico
	Abbey National Treasury Services	Livro de negociação menos câmbio e risco de taxa de juros específico

Como informação adicional, a tabela abaixo demonstra, para cada uma das carteiras, o escopo da aprovação supervisória do método, coberta pela Abordagem padronizada, FIRB e AIRB, e a parte das carteiras que formam parte do plano de deslocamento do Risco de Crédito, Risco de Crédito de Contraparte e securitizações.

▪ TABELA 26. DETALHAMENTO DA EXPOSIÇÃO POR ABORDAGEM PARA CALCULAR O CAPITAL EMPREGADO

					31 de dezembro de 2017
Milhões de Euros					Dos quais: Deslocamento
	EAD**	EAD AIRB	EAD FIRB	EAD STD	EAD
Total do Grupo Santander	1.281.690 €	558.998 €	47.837 €	674.855 €	226.963 €

*Incluindo: risco de crédito + risco de contraparte + risco de securitização (incluindo moeda local soberana e ANF).

**Excluindo: participações + DTAs + ajustes de reconciliação + provisões + empréstimos para aquisição de ações próprias + participações financeiras.

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Reino Unido	Governos centrais e bancos centrais	4,18%	-	-	4,18%	-
	Instituições	0,64%	0,43%	-	0,21%	-
	Sociedades	3,87%	1,25%	1,10%	1,53%	0,95%
	Hipotecas	14,22%	14,22%	-	0,01%	-

	Varejo	1,36%	0,65%	-	0,71%	0,51%
	Outras exposições	0,57%	-	-	0,57%	-
	Inadimplência	0,22%	0,17%	0,02%	0,03%	0,02%
	Posições de securitização	0,42%	0,28%	-	0,14%	-
	Ativos não financeiros	0,18%	-	-	0,18%	-
Total do Reino Unido		25,66%	16,99%	1,12%	7,55%	1,48%

* Unidade do Reino Unido - SC do Reino Unido

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Espanha	Governos centrais e bancos centrais	7,63%	0,15%	-	7,48%	-
	Instituições	2,88%	1,85%	0,07%	0,96%	0,00%
	Sociedades	8,98%	6,97%	1,20%	0,81%	0,00%
	Hipotecas	6,53%	5,35%	-	1,18%	-
	Varejo	3,15%	2,09%	-	1,06%	0,01%
	Outras exposições	0,57%	-	-	0,57%	-
	Inadimplência	1,71%	1,45%	0,10%	0,16%	0,00%
	Posições de securitização	0,87%	0,87%	-	0,00%	-
	Ativos não financeiros	0,29%	-	-	0,29%	-
Total da Espanha		32,60%	32,60%	1,37%	12,51%	0,01%

*Espanha SAN + Factoring e leasing + SC Espanha + PSA Espanha + Feci + Seguro Espanha

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Brasil	Governos centrais e bancos centrais	3,89%	-	-	3,89%	0,14%
	Instituições	0,25%	-	-	0,25%	0,12%
	Sociedades	2,60%	1,44%	-	1,16%	1,08%
	Hipotecas	0,57%	-	-	0,57%	0,56%
	Varejo	2,52%	-	-	2,52%	2,25%
	Outras exposições	0,58%	-	-	0,58%	-
	Inadimplência	0,19%	0,06%	-	0,14%	0,10%
	Posições de securitização	-	-	-	-	-
	Ativos não financeiros	0,14%	-	-	0,14%	-
Total do Brasil		10,75%	1,49%	-	9,26%	4,25%

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
EUA	Governos centrais e bancos centrais	0,51%	-	-	0,51%	-

Instituições	1,34%	-	-	1,34%	1,29%
Sociedades	1,82%	0,29%	-	1,53%	1,40%
Hipotecas	1,41%	-	-	1,41%	1,41%
Varejo	2,14%	-	-	2,14%	2,11%
Outras exposições	0,29%	-	-	0,29%	0,02%
Inadimplência	0,07%	-	-	0,07%	0,07%
Posições de securitização	0,09%	-	-	0,09	-
Ativos não financeiros	0,41%	-	-	0,41%	-
Total dos EUA	8,09%	0,29%	-	7,80%	6,30%

*SBNA - SC EUA - N.Y. - Miami

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Chile	Governos centrais e bancos centrais	0,46%	-	0,02%	0,45%	-
	Instituições	0,18%	-	0,17%	0,01%	0,01%
	Sociedades	0,93%	0,16%	0,03%	0,75%	0,63%
	Hipotecas	1,08%	-	-	1,08%	1,08%
	Varejo	0,70%	-	-	0,70%	0,67%
	Outras exposições	0,18%	-	-	0,18%	0,14%
	Inadimplência	0,10%	0,01%	-	0,10%	0,10%
	Posições de securitização	-	-	-	-	-
	Ativos não financeiros	0,03%	-	-	0,03%	-
Total do Chile		3,67%	0,16%	0,21%	3,30%	2,62%

Chile + SC Chile

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
México	Governos centrais e bancos centrais	0,90%	-	-	0,90%	-
	Instituições	0,31%	0,09%	0,16%	0,07%	-
	Sociedades	0,97%	0,46%	0,48%	0,03%	-
	Hipotecas	0,39%	-	-	0,39%	0,30%
	Varejo	0,56%	-	-	0,56%	0,56%
	Outras exposições	0,04%	-	-	0,04%	-
	Inadimplência	0,04%	0,01%	0,01%	0,03%	0,02%
	Posições de securitização	0,01%	-	-	0,01%	-
	Ativos não financeiros	0,02%	-	-	0,02%	-
Total do México		3,24%	0,55%	0,64%	2,05%	0,88%

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Portugal	Governos centrais e bancos centrais	0,66%	-	-	0,66%	-
	Instituições	0,18%	0,10%	-	0,08%	0,02%

Sociedades	0,86%	0,66%	0,09%	0,11%	0,06%
Hipotecas	1,32%	1,16%	-	0,16%	0,16%
Varejo	0,35%	0,23%	-	0,12%	0,02%
Outras exposições	0,08%	-	-	0,08%	-
Inadimplência	0,12%	0,09%	-	0,02%	0,02%
Posições de securitização	0,00%	0,00%	-	-	-
Ativos não financeiros	0,06%	-	-	0,06%	-
Total de Portugal	3,64%	2,24%	0,09%	1,31%	0,29%

Portugal + SC Portugal

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Polónia	Governos centrais e bancos centrais	0,63%	-	-	0,63%	0,00%
	Instituições	0,05%	-	-	0,05%	0,04%
	Sociedades	0,76%	-	-	0,76%	0,31%
	Hipotecas	0,63%	-	-	0,63%	0,27%
	Varejo	0,63%	-	-	0,63%	0,35%
	Outras exposições	0,06%	-	-	0,06%	-
	Inadimplência	0,05%	-	-	0,05%	0,04%
	Posições de securitização	0,00%	-	-	0,00%	-
	Ativos não financeiros	0,02%	-	-	0,02%	-
Total da Polónia		2,81%	-	-	2,81%	1,02%

Polónia + SC Polónia + PSA Polónia

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Alemanha	Governos centrais e bancos centrais	0,13%	-	-	0,13%	-
	Instituições	0,03%	-	-	0,03%	-
	Sociedades	0,44%	0,14%	-	0,30%	0,14%
	Hipotecas	0,34%	0,29%	-	0,05%	0,05%
	Varejo	1,91%	1,53%	-	0,37%	0,07%
	Outras exposições	0,02%	-	-	0,02%	-
	Inadimplência	0,04%	0,04%	-	0,01%	0,00%
	Posições de securitização	0,16%	0,16%	-	-	-
	Ativos não financeiros	0,00%	-	-	0,00%	-
Total da Alemanha		3,07%	2,16%	-	0,91%	0,26%

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Países nórdicos	Governos centrais e bancos centrais	0,02%	-	-	0,02%	-
	Instituições	0,03%	-	-	0,03%	-
	Sociedades	0,05%	-	-	0,05%	0,04%

Hipotecas	-	-	-	-	-
Varejo	1,07%	0,51%	-	0,55%	0,54%
Outras exposições	0,08%	-	-	0,08%	-
Inadimplência	0,01%	0,01%	-	0,01%	0,01%
Posições de securitização	-	-	-	-	-
Ativos não financeiros	0,00%	-	-	0,00%	-
Total - Países nórdicos	1,26%	0,52%	-	0,75%	0,59%

SC Países nórdicos: Suécia + Dinamarca + Finlândia + Noruega

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
França	Governos centrais e bancos centrais	0,03%	-	-	0,03%	-
	Instituições	0,04%	-	-	0,04%	-
	Sociedades	0,32%	-	0,29%	0,03%	-
	Hipotecas	-	-	-	-	-
	Varejo	0,50%	0,47%	-	0,02%	-
	Outras exposições	0,02%	-	-	0,02%	-
	Inadimplência	0,02%	0,01%	0,01%	0,00%	-
	Posições de securitização	-	-	-	-	-
	Ativos não financeiros	0,00%	-	-	0,00%	-
Total - França		0,93%	0,48%	0,30%	0,14%	-

PSA - França

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Restante da Europa	Governos centrais e bancos centrais	0,08%	-	-	0,08%	-
	Instituições	0,11%	-	-	0,11%	-
	Sociedades	0,23%	-	-	0,23%	-
	Hipotecas	0,30%	-	-	0,30%	-
	Varejo	0,89%	-	-	0,89%	-
	Outras exposições	0,09%	-	-	0,09%	-
	Inadimplência	0,06%	-	-	0,06%	-
	Posições de securitização	0,00%	-	-	0,00%	-
	Ativos não financeiros	0,34%	-	-	0,34%	-
Total - Restante da Europa		2,08%	-	-	2,08%	-

SC Benelux + SC Itália + SC Hungria + SC Áustria + SC Holanda + Irlanda
+ GFA Europa + GFA Restante + GFA Espanha + PSA Bélgica + PSA Países Baixos + PSA Suíça + PSA Itália + UCI

País	Carteira	% EAD/Total do Grupo	% AIRB	% FIRB	% STD	Dos quais: % deslocamento
Restante da América	Governos centrais e bancos centrais	0,58%	-	-	0,58%	-
	Instituições	0,29%	-	-	0,29%	-
	Sociedades	0,45%	-	-	0,45%	-
	Hipotecas	0,12%	-	-	0,12%	-
	Varejo	0,62%	-	-	0,62%	-
	Outras exposições	0,05%	-	-	0,05%	-
	Inadimplência	0,02%	-	-	0,02%	-
	Posições de securitização	-	-	-	-	-
	Ativos não financeiros	0,06%	-	-	0,06%	-
Total - Resto da América		2,19%	-	-	2,19%	-

*Paraguai + Uruguai + Porto Rico + Peru + Panamá + Colômbia + Argentina + GFA América + SC Canadá

Aprovações regulatórias obtidas para outros riscos

Voltando aos outros riscos explicitamente previstos no Pilar I do Acordo da Basileia, a autorização foi obtida no caso do risco de mercado para uso dos modelos internos para operações em dinheiro no Reino Unido, Espanha, Chile, Portugal e México.



Consultar a Seção 2.2.2.3 para obter outras informações sobre a lista de mercado.

Para o risco operacional, o Grupo Santander no momento usa a abordagem padronizada para cálculo do capital regulamentar definido no CRR. Em 2017, o Banco Central Europeu concedeu autorização para a Abordagem Padronizada Alternativa ser usada para calcular os requisitos de capital consolidado no Banco Santander México, após a aprovação concedida em 2016 no caso do Brasil.



Consultar a Seção 2.2.2.4 para obter outras informações sobre a lista de mercado.

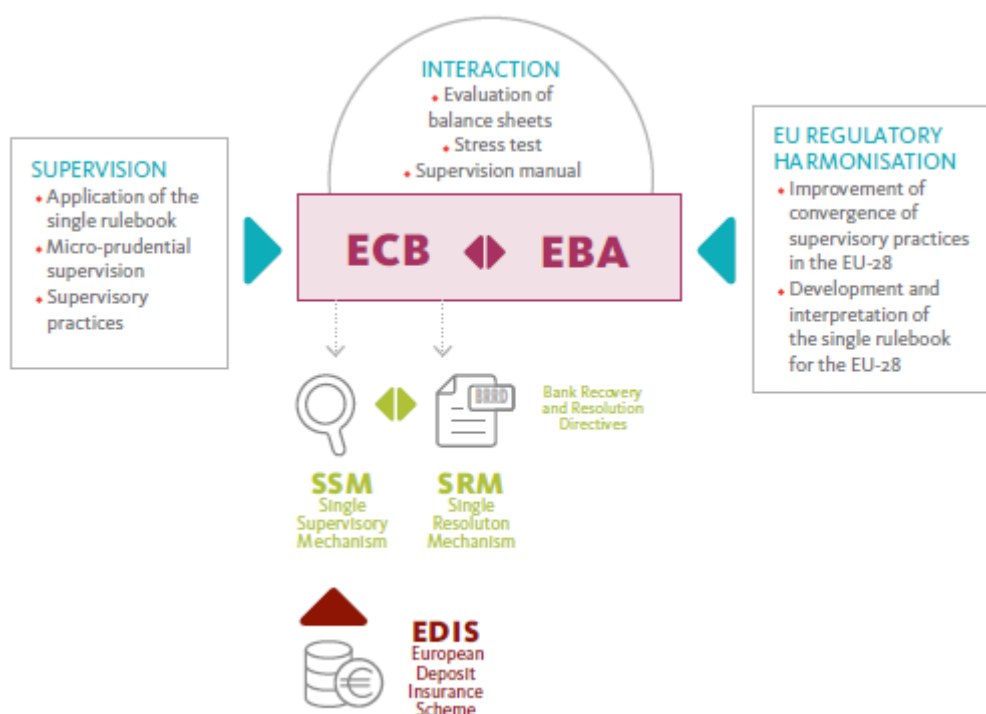
Processo de validação de supervisão

Conforme estabelece o Parlamento Europeu, o principal elemento do sindicato dos bancários é o Mecanismo Único de Supervisão (SSM). De acordo com esse mecanismo, a supervisão bancária direta recai sobre o Banco Central Europeu, garantindo assim que os maiores bancos europeus sejam supervisionados de modo independente por apenas uma entidade e estejam sujeitos a um conjunto de regulamentos padrão.

O segundo elemento chave é o Mecanismo Único de Resolução (SRM) que tem a tarefa de se preparar para o pior cenário possível, o qual significa falha do banco. O objetivo é garantir que tal situação possa ser solucionada de modo ordenado e com custo mínimo para os contribuintes. O foco em evitar que os contribuintes paguem o custo de resoluções futuras do banco levou a uma mudança na regulamentação subjacente, a saber, a Diretriz de Recuperação e Resolução do Banco (BRRD). Nos termos da BRRD, os acionistas e credores de um banco sofrerão a maior parte das consequências dos custos de resolução. Em determinadas circunstâncias, os bancos também podem obter financiamento suplementar com o recém-criado Fundo Único de Resolução (SRF), o qual é financiado pelo setor bancário. Tanto o SSM quanto o SRM estão operacionais, embora o SRM apenas desde 1º de janeiro de 2016. O SRF deve cumprir sua meta de nível de financiamento até 2023. Os estados membros da área do Euro fazem parte automaticamente da união de bancos, embora a adesão seja voluntária para os outros estados membros.

O Banco Central Europeu vem implementando sua nova estrutura e funções gradualmente para efetivamente tornar-se o único supervisor Europeu. O EBA continuará colaborando ativamente na adaptação das regulamentações. Estas são as responsabilidades de cada órgão:

PROCESSO DE VALIDAÇÃO DA SUPERVISÃO



Legenda:

ECB – ECB

EBA – EBA

SUPERVISION - SUPERVISÃO

Application of the single rulebook - Aplicação do manual único

Micro-prudential supervision - Supervisão micro prudencial

Supervisory practices - Práticas de supervisão

INTERACTION - INTERAÇÃO

Evaluation of balance sheets - Avaliação dos balanços patrimoniais

Stress test - Teste de estresse

Supervision manual - Manual de supervisão

EU REGULATORY HARMONISATION - HARMONIZAÇÃO REGULATÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA

Improvement of convergence of supervisory practices in the EU-28 - Aperfeiçoamento da convergência das práticas de supervisão na EU-28

Development and interpretation of the single rulebook for the EU-28 - Desenvolvimento e interpretação do manual único para a EU-28

SSM Single Supervisory Mechanism - Mecanismo de Supervisão Único (SSM)

SRM Single Resolution Mechanism - Mecanismo Único de Resolução (SRM)

Bank Recovery and Resolution Directives - Diretrizes para Recuperação e Resolução Bancária

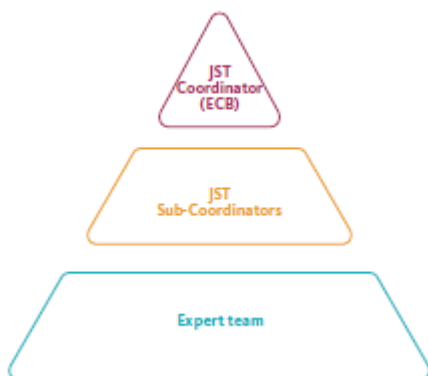
EDIS European Deposit Insurance Scheme - Esquema Europeu para Seguro de Depósitos (EDIS)

Um estágio preparatório de pré-avaliação foi adicionado ao processo de validação de supervisão. Isso envolve a entidade que fornece antecipadamente ao supervisor a documentação que ele precisa para avaliar se os requisitos mínimos para continuar o processo formal de validação foram atendidos. Caso o Banco Central Europeu considere que a entidade está inicialmente pronta, uma solicitação é enviada e o supervisor inicia uma validação formal dos modelos internos. Esse processo de validação resolve se deve ou não autorizar o uso de modelos avançados para o cálculo do capital.

O supervisor europeu implementou um novo processo de governança envolvendo as seguintes etapas:

- A Equipe Conjunta de Supervisão (JST), consistindo em uma equipe combinada de especialistas, analisa a situação da entidade e emite um relatório técnico para o Conselho Consultivo do ECB.
- Em seguida, o Conselho Consultivo apresenta suas decisões preliminares ao Conselho Geral.
- O Conselho Geral emite sua decisão final, autorizando ou não o uso dos modelos internos.

ECB	JST	Tomada de decisão
é o ponto de partida	analisa e prepara uma decisão preliminar	O Conselho Consultivo apresenta suas decisões preliminares ao Conselho Geral



Legenda:

JST Coordinator (ECB) - Coordenador do JST (ECB)

JST Sub-Coordinators - Sub coordenadores do JST

Expert team - Equipe de especialistas

O supervisor utiliza a documentação fornecida pela entidade como a base de sua avaliação para saber se os requisitos mínimos do uso de modelos avançados foram atendidos. Essas informações devem ser suficientemente completas e detalhadas para fornecer a um terceiro uma ideia clara dos sistemas de classificação, metodologias, infraestrutura tecnológica, processo de cálculo de capital e governança interna da entidade e devem poder replicar os resultados do modelo interno. A unidade propriamente dita é responsável por preparar essa documentação, a qual faz parte do pedido formal exigido para o processo de validação estabelecido pelos supervisores das entidades que buscam implementar modelos IRB avançados.

O processo de validação da supervisão é realizado de forma meio complicada, uma vez que companhias multinacionais como o Santander estão presentes em diversos países e regiões. Isso exige o envolvimento de

supervisores de diferentes jurisdições, as quais estão sujeitas a diferentes leis e empregam vários critérios e estruturas, o que às vezes prejudica e atrasa as decisões conjuntas sobre a aprovação de modelos de IRB com um escopo consolidado, além de afetar as autorizações em nível local.

Em relação aos processos de validação da supervisão que estão sendo organizados pelo ECB em toda a área do Euro, no momento não existe uma estrutura estabelecida para processar modificações de modelos IRB anteriormente aprovados e para responder às novas solicitações de autorização. Entretanto, o Santander sabe que está avançando e espera que em breve as solicitações serão respondidas mais rapidamente do que no momento, particularmente quando a natureza das alterações não exigir uma revisão detalhada do modelo, ao contrário do que acontece quando a autorização formal é solicitada para o uso de abordagens avançadas para o cálculo do capital regulatório com um modelo IRB pela primeira vez.

Finalmente, seria bom conseguir um consenso internacional sobre o prazo máximo para examinar as solicitações de autorização dos modelos IRB. Esse prazo não deveria exceder seis meses, levando em conta também toda a governança exigida para criar as solicitações.

Visão do Grupo Santander sobre os modelos internos

Um dos principais objetivos corporativos do Grupo Santander é permitir que suas subsidiárias se tornem instituições líderes em seus mercados, adotem os sistemas de gerenciamento com base em retorno e capital mais avançados que existem no momento e coloquem-se na melhor posição para ter sucesso no novo ambiente competitivo, o qual está se tornando cada vez mais complexo e exigente.

Dessa forma, o Grupo Santander está convencido de que os modelos internos são cruciais para atingir esse objetivo, de forma que não seria aconselhável abandonar esses modelos e retornar à padronização, representando um passo atrás após os significativos avanços feitos nos últimos anos. O uso dos modelos internos possibilita o aperfeiçoamento do

gerenciamento de risco geral e adaptar os requisitos de capital de forma mais próxima à realidade.

Em nível internacional são necessários maiores progressos para garantir que não haja diferenças que possam afetar a concorrência e garantir um ambiente competitivo mais uniforme em todas as jurisdições. Alguns ajustes ainda são necessários nos mecanismos que formam a base de todo o sistema com base em modelos e é essencial continuar investindo em seu aperfeiçoamento. Além disso, os órgãos de supervisão devem fortalecer todos os processos de supervisão e a padronização dos critérios.

Metas de Revisão de Modelos Internos

Em 2016 o Banco Central Europeu (ECB) lançou uma revisão dos modelos de capital regulatório internos conhecida como "TRIM" (Revisão Orientada dos Modelos Internos) com o principal objetivo de ajudar a restaurar a credibilidade, regulando quaisquer divergências dos requisitos de capital que não atendem ao perfil de risco das exposições e padronizando as práticas regulatórias por meio do melhor conhecimento dos modelos. Com essa finalidade, o supervisor liberou um guia TRIM que visa avaliar a confiabilidade e comparabilidade dos modelos internos e sua conformidade com os padrões regulatórios, de acordo com a orientação da supervisão e de compliance. O objetivo é ajudar a melhorar o processo de supervisão, tornando-o mais eficiente e homogêneo, garantindo que os riscos sejam devidamente modelados e os requisitos de capital sejam calculados corretamente.

Em 2017, o exercício TRIM passou da fase preparatória para a execução ou fase de inspeção local, na qual o ECB vem analisando os modelos internos selecionados de cada instituição com escopo de mais de 110 inspeções em mais de 50 instituições em 12 países diferentes (por exemplo, carteiras de Hipoteca e SME e risco de mercado). Durante essa inspeção local, o ECB utiliza técnicas padrão e ferramentas para avaliar a conformidade com as regulamentações vigentes e garantir que as expectativas rígidas de supervisão sejam aplicadas de forma consistente.

A fase de inspeção deve continuar em 2018 para os modelos de risco de mercado e contrapartes (naquelas instituições que têm um modelo interno aprovado) e risco de crédito com alta inadimplência, enquanto a fase de inspeção deve se iniciar nos modelos de risco de crédito com carteira de baixa inadimplência. Esse processo pode durar até 2019.

Uma distribuição das diferentes fases do exercício é mostrada a seguir:

		Antes das missões	Durante as missões	Após as missões
		1 – FASE DE PREPARAÇÃO	2 – FASE DE REVISÃO ORIENTADA	
		2016 – Início de 2017	Abril de 2017 – Final de 2018/Início de 2019	
OBJETIVO		• Seleção de modelos de revisão orientada. • Criação de manuais de revisão.	• Revisões do modelo detalhadas e no local. • Revisões horizontais de modelos selecionados	• Remediação e monitoramento das conclusões. • Aperfeiçoamento do manual.
	DESCRIÇÃO	• Preparar e realizar os levantamentos. • Entrevistas no local e coleta de documentação. • Definição dos critérios de seleção do modelo e preparação da metodologia de revisão do modelo. • Finalização da seleção dos modelos. • Carta de informações enviada para as instituições. • Coleta de dados e testes solicitações às instituições antes de iniciar as missões. • Apresentação via Virtual Data Room (VDR) seguro ou diretamente no equipamento do banco.	• Revisões específicas de modelo no local (TRIMIs e TRIMIX) e revisão e qualidade dos dados. ◦ Revisão metodológica detalhada no local por carteira. ◦ Revisão de TI e qualidade dos dados. ◦ Coleta e processamento de dados. • Reuniões com diferentes partes interessadas. • Revisão horizontal e benchmarking em todo o setor.	• Feedback e acompanhamento com as instituições: ◦ Comunicação das conclusões da Fase de Revisão Orientada (relatório de avaliação com fatos e conclusões). ◦ Monitoramento e remediação das conclusões. • Conclusão das decisões após consulta pública do guia. • Verificação de consistência de modelos internos em todo o setor.

2.2.2.1.3. Abordagem padronizada

Para o cálculo do capital regulatório nos termos da abordagem Padronizada, o Grupo Santander utiliza agências de classificação externas que são designadas como qualificadas pelo Banco da Espanha. As agências usadas para cálculo do capital em 31 de dezembro de 2017 são Fitch, Moody's, DBRS e Standard & Poor's.

Da mesma forma, para o governo central e a categoria de bancos centrais, caso os requisitos do Artigo 137 do CRR sejam atendidos, o Grupo Santander utiliza a Classificação de Risco País dos Participantes do Acordo sobre Créditos à Exportação Suportados Oficialmente da OECD.

Diferentes pesos de risco são aplicados às exposições de crédito, dependendo da classificação atribuída pelas agências de classificação de crédito (por exemplo, Fitch, Moody's e Standard & Poor's para o segmento aprovado nos termos da Parte, III, Título II, Capítulo II do CRR) ou a classificação de prêmio mínimo de seguro de exportação (por exemplo, da OECD para o segmento de governo central e banco central, conforme foi explicado acima).

A atribuição de pesos de acordo com as classificações de crédito cumpre os requisitos regulatórios, alinhando a escala alfanumérica de cada agência usada com as etapas de qualidade de crédito definidas no Capítulo II, Seção II do CRR, da seguinte maneira:

Qualidade de crédito etapa	S&P	Moody's	Fitch	DBRS
1	AAA a AA-	Aaa a Aa3	AAA a AA-	AAA a AAL
2	A+ a a-	A1 a A3	A+ a a-	AH a AL
3	BBB+ a BBB-	Baal a Baa3	BBB+ a BBB-	BBBH a BBBL
4	BB+ a BB-	Ba1 a Ba3	BB+ a BB-	BBH a BBL
5	B+ a B-	B1 a B3	B+ a B-	BH a BL
6	Mais baixo que B-	Mais baixo que B3	Mais baixo que B-	CCCH e mais baixo

Qualidade de crédito etapa	Governos centrais e bancos centrais	Entidades do setor público	Instituições <= classificação para 3 meses	Instituições > classificação para 3 meses	Instituições não classificadas	Sociedades
1	0%	20%	20%	20%	20%	20%
2	20%	50%	20%	50%	50%	50%
3	50%	100%	20%	50%	100%	100%
4	100%	100%	50%	100%	100%	100%
5	100%	100%	50%	100%	100%	150%
6	150%	150%	150%	150%	150%	150%

No momento, o Grupo Santander não tem um processo implementado para a atribuição de classificações de crédito de valores mobiliários emitidos publicamente com ativos comparáveis que não estejam incluídos na carteira de negociação.

De acordo com o Artigo 150 do CRR, o Grupo Santander sempre utiliza a abordagem Padronizada para exposições soberanas denominadas e financiadas em moeda local do Estado membro, com a aplicação de um peso de risco de 0%.

As tabelas abaixo mostram o valor da exposição líquida após as provisões para perdas por redução ao valor recuperável após a redução do risco, por segmento e classificação da qualidade de crédito. As garantias são aplicadas pela realocação das exposições nas categorias de ativos correspondentes e ponderações de risco.

▪ TABELA 27. ABORDAGEM PADRONIZADA (INCLUINDO UMA DISTRIBUIÇÃO DO FATOR PÓS-CONVERSÃO DAS EXPOSIÇÕES E TÉCNICAS PÓS MITIGAÇÃO) (CR5)

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017																
	Ponderação de risco															
	0%	2%	4%	10%	20%	35%	50%	70%	75%	100%	150%	250%	370%	1250%	Outros Deduções	Total
Governos centrais ou bancos centrais	228.030	-	-	-	137	-	2.403	-	-	3.246	-	-	-	-	-	233.816
Governos regionais ou autoridades locais	6.938	-	-	-	350	-	0	-	-	152	0	-	-	-	-	7.440
Entidades do setor público	9.264	-	-	-	840	-	14	-	-	221	-	-	-	-	-	10.338
Bancos de desenvolvimento multilaterais	3.110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.110
Organizações internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7
Instituições	540	-	-	-	18.437	-	467	-	-	2.109	0	-	-	-	-	21.554
Sociedades	-	-	-	-	885	-	756	-	-	72.564	200	-	-	-	-	74.404
Varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	136.173	-	-	-	-	-	-	136.173
Garantido por hipoteca de bens imóveis	-	-	-	-	-	68.525	12.648	-	3.715	7.085	-	-	-	-	-	91.973
Exposições inadimplentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.646	1.920	-	-	-	-	9.567
Categorias de risco mais alto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.599	-	-	-	-	1.599
Títulos de dívida cobertos	-	-	-	2.255	1.151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.406
Instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Comprometimentos de investimentos coletivos	-	-	-	-	584	-	-	-	-	12	-	-	-	-	97	694
Participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	562	-	-	-	-	-	562
Outros itens	22.363	12	-	-	8,721	-	60	-	88	44.324	12	6.357	-	-	-	81.937
Total	270.245	12	-	2.255	31.104	68.525	16.348	-	139.976	137.929	3.731	6.357	-	-	97	676.580

A tabela seguinte apresenta a composição das exposições de risco de crédito de contraparte, calculadas com base na abordagem padrão, por carteira (tipo de contraparte) e ponderação de risco (por grau de risco atribuído à abordagem padrão):

▪ TABELA 28. ABORDAGEM PADRONIZADA - EXPOSIÇÕES CCR POR CARTEIRA REGULATÓRIA E RISCO (CCR3)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017												
	Ponderação de risco												
	0%	2%	4%	10%	20%	35%	50%	70%	75%	100%	150%	Dedução	Total
Governos centrais ou bancos centrais	5.965	-	-	-	37	-	93	-	-	14	-	-	6.110
Governos regionais ou autoridades locais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades do setor público	508	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	509
Bancos de desenvolvimento multilaterais	21	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	28
Organizações internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições	194	16.655	-	-	931	-	422	-	-	57	-	-	18.259
Sociedades	-	-	-	-	45	-	28	-	-	2.376	43	-	2.493
Varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	314	-	-	-	314
Instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Instituições e sociedades com avaliação de crédito de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	7
Outros itens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	21
Total	6.690	16.655	-	-	1.014	-	551	-	314	2.475	43	-	27.741

2.2.2.2. Risco de crédito - Securitizações

2.2.2.2.1. Metodologia para cálculo das exposições com ponderação de risco nas atividades de securitização

O Grupo Santander calcula o capital regulatório dentro da abordagem de securitização apenas quando a sociedade de propósito específico nas operações de securitização (SSPE) atende às condições regulatórias estabelecidas no CRR para transferência de risco significativa. Caso contrário, o capital é calculado para as exposições securitizadas como se nunca tivessem sido securitizadas. O capital também é calculado para as posições de investimento em fundos de securitização originados por terceiros.

Os requisitos de capital para posições de securitização são calculados pela aplicação do peso de risco apropriado em relação ao valor de exposição de cada posição, dependendo da abordagem (padronizada ou IRB) usada pela entidade para calcular os valores da exposição ponderada pelo risco da carteira securitizada. Caso a entidade utilize ambas as abordagens para as diversas exposições securitizadas que formam a carteira subjacente, usa-se o método que se aplique à proporção predominante de exposições.

As entidades que usam a abordagem padronizada para calcular os requisitos de capital aplicam os pesos de risco estipulados no CRR (consultar a tabela 29), com base no nível de qualidade de crédito atribuído às classificações de crédito externas emitidas pelas Instituições Externas de Avaliação de Crédito (ECAIs) para cada securitização ou posição de ressecuritização:

▪ TABELA 29. PONDERAÇÃO DE RISCO DE SECURITIZAÇÕES PARA ABORDAGEM PADRONIZADA

Níveis de qualidade de crédito	Ratings de curto prazo	Ratings de longo prazo	Posições de securitização	Posições de ressecuritização
1	A-1+, A-1	AAA a AA-	20%	40%
2	A-2	A+ a-	50%	100%
3	A-3	BBB+ a BBB-	100%	225%
4	N/A	BB+ a BB-	350%	650%
Outros níveis			1250%	1250%

Quando nenhuma classificação externa de crédito estiver disponível, a sociedade atribui o peso de risco médio ponderado aplicado às exposições securitizadas, multiplicado pela taxa de concentração (método *lookthrough*). No caso em que a entidade não tenha informações suficientes sobre a carteira subjacente, um peso de risco de 1,250% é atribuído.

As sociedades que adotarem a abordagem IRB ao calcular os requisitos de capital usam a abordagem de classificações externas, aplicando as ponderações de risco estipulados no CRR (consultar as tabelas 30 e 31). Esses pesos dependem em última análise do fato de ser uma securitização

ou ressecuritização, se a posição é a mais antiga da securitização ou não, do número efetivo de exposições (granularidade do principal) e do nível de qualidade de crédito atribuído às classificações de crédito externas emitidas pelas ECAIs ou as classificações inferidas de cada posição de securitização. Essas ponderações de risco são multiplicadas por 1,06 para calcular os valores da exposição ponderada pelo risco, exceto para as tranches que já têm a ponderação máxima de 1,250%.

Quando não houver classificação de crédito externa disponível, mas sim estimativas PD e LGD, o método da fórmula de supervisão pode ser usado. Os subsídios desse método são a dimensão do tranche, custo médio do capital e a perda esperada sobre o principal (KIRB), o LGD do principal e o número efetivo de exposições.

Em relação ao método de classificação externa, o relacionamento é o seguinte para classificações de longo prazo:

▪ TABELA 30. PONDERAÇÕES DE RISCO DE SECURITIZAÇÕES COM RATING DE LONGO PRAZO (ABORDAGEM RBA-IRB)

Níveis de qualidade de crédito	de Ratings de longo prazo	Posições de securitização		Posições de ressecuritização	
		Tranche sênior e número efetivo de posições >6	Número efetivos de posições >6 e tranche júnior	Número efetivo de posições <6	Tranche sênior Tranche júnior
1	AAA	7%	12%	20%	20% 30%
2	AA+, AA, AA-	8%	15%	25%	25% 40%
3	A+	10%	18%	35%	35% 50%
4	A	12%	20%	35%	40% 65%
5	A-	20%	35%	35%	60% 100%
6	BBB+	35%	50%	50%	100% 150%
7	BBB	60%	75%	75%	150% 225%
8	BBB-	100%	100%	100%	200% 350%
9	BB+	250%	250%	250%	300% 500%
10	BB	425%	425%	425%	500% 650%
11	BB-	650%	650%	650%	750% 850%
Outros níveis e posições sem rating		1250%	1250%	1250%	1250% 1250%

Enquanto para posições de securitização com ratings externos de curto prazo o relacionamento é conforme segue:

▪ TABELA 31. PONDERAÇÕES DE RISCO DE SECURITIZAÇÕES COM RATING DE CURTO PRAZO (ABORDAGEM RBA-IRB)

Níveis de qualidade de crédito	de Ratings de longo prazo	Posições de securitização		Posições de ressecuritização	
		Tranche sênior e número efetivo de posições >6	Número efetivos de posições >6 e tranche júnior	Número efetivo de posições <6	Tranche sênior Tranche júnior
1	A-1+, A-1	7%	12%	20%	20% 30%
2	A-2	12%	20%	35%	40% 65%
3	A-3	60%	75%	75%	150% 225%
Outros níveis e posições sem rating		1250%	1250%	1250%	1250% 1250%

A seguinte tabela mostra as posições na securitização com transferência de risco e nas posições de investimento e patrocínio da carteira bancária, com base na abordagem usada para calcular o capital regulatório.

▪ TABELA 32 DISTRIBUIÇÃO DAS POSIÇÕES DE RECOMPRA NAS SSPES COM TRANSFERÊNCIA DE RISCO, DISTRIBUÍDAS POR FUNÇÃO E ABORDAGEM USADA
Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017						31 de dezembro de 2016				
	Valor do saldo registrado em balanço patrimonial	Valor do saldo não registrado em balanço patrimonial	EAD	EAD após diminuições de capital	RWA	Valor registrado no balanço patrimonial	Valor não registrado no balanço patrimonial	EAD	EAD após diminuições de capital	RWA
Originador - Abordagem padronizada	2.816	-	2.810	2.810	963	958	-	940	940	326
Originador - abordagem RBA	5.776	-	5.776	5.776	1.019	3.718	-	3.718	3.718	493
Originador - abordagem SFA	4.907	-	4.907	4.907	708	1.278	-	1.278	1.278	112
Total - originador	13.499	-	13.493	13.493	2.690	5.954	-	5.936	5.936	931
Investidor - abordagem padronizada	360	-	360	360	233	981	-	981	981	572
Investidor - abordagem RBA	4.264	1.775	6.039	6.039	729	5.113	442	5.555	5.555	705
Total - investidor	4.624	1.775	6.399	6.399	962	6.095	442	6.536	6.536	1.277
Garantidor - abordagem padronizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantidor - abordagem RBA	-	40	40	40	26	-	40	40	40	26
Total - garantidor	-	40	40	40	26	-	40	40	40	26
Total	18.123	1.815	19.933	19.933	3.678	12.049	482	12.512	12.512	2.234

Dos quais:										
securitizações tradicionais	9.547	1.659	11.199	11.199	2.253	10.118	305	10.404	10.404	1.981
Dos quais:										
securitizações sintéticas	8.577	157	8.733	8.733	1.425	1.931	177	2.108	2.108	253
Total	18.123	1.815	19.933	19.933	3.678	12.049	482	12.512	12.512	2.234

Totais patrimoniais e extrapatrimoniais antes das provisões e após as saídas para outros relatórios regulamentares

EAD IRB (RBA e SFA): Exposições líquidas da garantia, antes das provisões e deduções e após as saídas para outros relatórios regulamentares

EAD STD: Exposições líquidas da garantia, antes das deduções e após as provisões e saídas para outros relatórios regulamentares

RWA IRB (RBA e SFA): Após as provisões, deduções e saídas para outros relatórios regulamentares e antes da aplicação do limite

RWA STD: Após as provisões, deduções e saídas para outros relatórios regulamentares e antes da aplicação do limite

É preciso notar que para todas as securitizações que se qualificam para um peso de risco de 1,250%, a entidade optou por calcular suas exposições com ponderação de risco em vez de deduzir o valor da exposição do patrimônio. Da mesma forma, o EAD antes e após as deduções é igual.

A Tabela 32 mostra um aumento de 59% na exposição por conta do aumento das exposições em securitizações originadas pelo Santander e nas posições de investimento de terceiros. Em 2017, cinco novas securitizações com transferência de risco se originaram com o principal objetivo de otimizar o consumo de capital.

Nesse meio tempo, as posições de securitização da carteira de negociação são eliminadas do cálculo do capital regulatório, com base em um modelo de risco de mercado interno e são incluídas no cálculo do capital para o risco específico, de acordo com o Artigo 335 do CRR. A carteira de

negociação para correlação também está incluída entre essas posições. Essa carteira consiste em posições de securitização e derivativos tipo enésima inadimplência que atendam a todos os critérios declarados no Artigo 338.1 do CRR. Assim, nenhuma dessas posições é levada em conta no cálculo do spread VaR e IRC, embora estejam incluídas no cálculo VaR da taxa de juros (risco geral). Os requisitos de capital dessas posições de securitização são calculados como se as posições estivessem na carteira bancária, fazendo distinção entre:

- Posições de securitização que são classificadas por uma agência externa de classificação, para as quais os requisitos de capital são calculados usando a abordagem baseada em classificações externas descrita acima e
- Posições de securitização não classificadas, às quais o peso do risco resultante do método de fórmula da supervisão é aplicado.

2.2.2.2.2. Fundos de securitização com transferência de risco

Como instituição originadora, o Grupo Santander conserva as posições nos fundos com a transferência dos riscos emitidos pelas entidades do Grupo. O Grupo também adquire posições nas SSPEs originadas por sociedades que não fazem parte do Grupo e é o financiador de um fundo de securitização. As seguintes tabelas contêm informações sobre os saldos das posições de securitização comprados de terceiros e retidos nos fundos originados pelo Grupo Santander com transferência de risco, tanto na carteira bancária quanto na carteira de negociações.

▪ TABELA 33. ▪ TABELA 34. VALOR TOTAL DE POSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO COMPRADAS E RETIDAS COM TRANSFERÊNCIA DE RISCO. ABORDAGEM PADRONIZADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Milhões de Euros

Abordagem Baseada em Classificações Internas (IRB). Distribuição por tipo de exposição e peso de risco	31 de dezembro de 2017									
	EAD					RWA				
	Securitizações		Ressecuritizações			Securitizações		Ressecuritizações		
	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoniais	Exposições em derivativos	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoniais	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoniais	Exposições em derivativos	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoniais
Posições de investidor										
7-10%	3.618	1.044	-	-	4.663	272	77	-	-	348
12-18%	415	279	-	-	693	73	43	-	-	116
20-35%	106	396	5	-	507	35	110	1	-	146
40-75%	120	57	-	-	176	74	45	-	-	119
1250%	0,03	-	-	-	0,03	0,43	-	-	-	0,43
Total	4.259	1.775	5	-	6.039	454	275	1	-	729
Posições da originadora										
7-10%	8.961	-	-	-	8.961	672	-	-	-	672
12-18%	835	-	-	-	835	110	-	-	-	110
20-35%	511	-	-	-	511	122	-	-	-	122
40-75%	233	-	-	-	233	185	-	-	-	185
100%	50	-	-	-	50	53	-	-	-	53
250%	2	-	-	-	2	6	-	-	-	6
425%	3	-	-	-	3	11	-	-	-	11
650% - 850%	1	-	-	-	1	4	-	-	-	4
1250%	89	-	-	-	89	562	-	-	-	562
Total	10.683	-	-	-	10.683	1.727	-	-	-	1.727
Posições do garantidor										
40-75%	-	-	-	40	40	-	-	-	25	25
300%	-	-	-	0	0	-	-	-	1	1
Total	-	-	-	40	40	-	-	-	26	26
Abordagem IRB total	14.942	1.775	5	40	16.763	2.180	275	1	26	2.482

EAD IRB: Exposições líquidas da garantia, antes das provisões e deduções e após as saídas para outros relatórios regulamentares

RWA IRB: Após as provisões, deduções e saídas para outros relatórios regulamentares e antes da aplicação do limite

Com a abordagem IRB, mais de 80% das exposições têm um peso de risco mais baixo do que 10% que é semelhante ao ano anterior.

Essa distribuição de carteira reflete a boa qualidade dos investimentos feitos pelo Grupo Santander.

▪ TABELA 34. VALOR TOTAL DE POSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO COMPRADAS E RETIDAS COM TRANSFERÊNCIA DE RISCO. ABORDAGEM PADRONIZADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS
Milhões de Euros

Abordagem padronizada. Distribuição por tipo de exposição e peso de risco	31 de dezembro de 2017									
	EAD					RWA				
	Securitizações		Ressecuritizações			Securitizações		Ressecuritizações		
	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoni- ais	Exposições em derivativos	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoni- ais	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoni- ais	Exposições em derivativos	Exposições registradas no balanço	Exposições extrapatrimoni- ais
	Total			Total		Total			Total	
Posições de investidor										
40-75%	254	-	-	254	-	127	-	-	127	-
100%	06	-	-	106	-	106	-	-	106	-
1250%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	360	-	-	360	-	233	-	-	233	-
Posições da originadora										
20-35%	2.614	-	-	2.614	-	523	-	-	523	-
40-75%	105	-	-	105	-	53	-	-	53	-
100%	60	-	-	60	-	60	-	-	60	-
350%	5	-	-	5	-	18	-	-	18	-
1250%	25	-	-	25	-	309	-	-	309	-
Total	2.810	-	-	2.810	-	963	-	-	963	-
Abordagem STD total	3.170	-	-	3.170	-	1.196	-	-	1.196	-

EAD STD: Exposições líquidas da garantia, antes das deduções e após as provisões e saídas para outros relatórios regulamentares

RWA STD: Após as provisões, deduções e saídas para outros relatórios regulamentares e antes da aplicação do limite

Observação: de acordo com a abordagem padronizada, as posições de investimento sem nenhuma classificação que usam os fundos próprios baseados na RW média do ativo subjacente multiplicado pelo coeficiente de concentração são mantidas no balanço patrimonial.

Dentro da abordagem de padronização, nós podemos ver que 82% da exposição tem um peso de risco igual ou menor do que 35% (classificações

entre AAA e AA-), a qual representa um aumento considerável em comparação com os dados de 2016 e mais uma vez reflete a boa qualidade dos investimentos feitos pelo Grupo Santander.

▪ TABELA 34. VALOR TOTAL DE POSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO COMPRADAS E RETIDAS COM TRANSFERÊNCIA DE RISCO. ABORDAGEM PADRONIZADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS
Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017						
	Posições de investidor		Posições da originadora		Posições do garantidor	
CARTEIRA ABS						
Abordagem RBA	marcação a mercado	RWA	marcação a mercado	RWA	marcação a mercado	RWA
20-35%	93	22	4	1	-	-
100%	0	0	-	-	-	-
CARTEIRA ABS TOTAL	93	22	4	1	-	-
PORTFÓLIO DE CORRELAÇÃO						
Abordagem RBA						
100%	-	-	-	-	-	-
Método da fórmula de supervisão						
FS	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO	-	-	-	-	-	-
Total	93	22	4	1	-	-

Nota: a tabela não inclui o RWA da correlação de posição de curto prazo, uma vez que ela não consome capital.

Mais de 99% do valor Mercado a Mercado da carteira de negociação tem risco igual ou menor do que 35% (classificação acima de A-).

A tabela a seguir faz uma distribuição das posições de securitização compradas ou retidas por classe de ativo securitizado e a função do Banco na securitização.

▪ TABELA 36. POSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO COMPRADAS E RETIDAS COM TRANSFERÊNCIA DE RISCO POR TIPO DE EXPOSIÇÃO NA CARTEIRA BANCÁRIA

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017						31 de dezembro de 2016					
	Exposição			RWA			Exposição			RWA		
	Originador	Investidor	Garantidor	Originador	Investidor	Garantidor	Originador	Investidor	Garantidor	Originador	Investidor	Garantidor
Securitizações tradicionais	5.086	6.069	-	1.338	887	-	4.140	6.222	-	712	1.235	-
Hipotecas residenciais	27	4.066	-	49	440	-	61	1.667	-	21	181	-
Hipotecas comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartões de crédito	-	117	-	-	12	-	-	400	-	-	90	-
Leasing	-	38	-	-	3	-	-	97	-	-	40	-
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	-	1.008	-	-	285	-	-	3.262	-	-	773	-
Empréstimos a clientes	5.058	411	-	1.290	44	-	4.079	185	-	691	17	-
Obrigações garantidas por hipoteca	-	-	-	-	-	-	-	93	-	-	47	-
Posições de securitização	-	54	-	-	20	-	-	61	-	-	23	-
Outros	-	374	-	-	82	-	-	457	-	-	64	-
Ressecuritizações	-	5	40	-	1	26	-	20	40	-	8	26
Posições de securitização	-	5	40	-	1	26	-	20	40	-	8	26
Securitizações sintéticas	8.408	326	-	1.351	74	-	1.814	294	-	219	34	-
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	2.717	-	-	487	-	-	1.278	-	-	112	-	-
Empréstimos a clientes	3.688	-	-	555	-	-	536	-	-	107	-	-
Outros	2.003	326	-	309	74	-	-	294	-	-	34	-
Total	13.493	6.399	40	2.690	962	26	5.954	6.536	40	931	1.277	26

A tabela mostra que mais do que 99% das posições retidas estão em securitizações (não resecuritizações). Em comparação com o ano anterior, o aumento das posições cedidas é significativo.

Esse aumento deve-se principalmente a cinco novas securitizações com transferência de risco originada em 2017 (três sintéticas e duas tradicionais).

Voltando às securitizações cedidas com transferência de risco, a tabela abaixo mostra a situação atual da carteira subjacente e as alterações em comparação a 2016.

	31 de dezembro de 2017					31 de dezembro de 2016				
	Saldo em aberto	dos quais inadimplentes	dos quais: baixas	Ajustes do valor período	RWA	Saldo em aberto	dos quais inadimplentes	Ajustes do valor período	RWA	
SPVs tradicionais										
Hipotecas residenciais	1.042	-	-	-	49	311	-	-	21	
Hipotecas comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos a clientes	5.698	90	6	-9	1.290	4.718	33	-78	691	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ressecuritizações										
Posições de securitização	33	-	17	-	26	33	17	-	26	
Total de SPVs tradicionais	6.773	90	23	-9	1,364	5.062	50	-78	738	
SPVs de securitização sintética										
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	2.767	6	-	-3	487	1.306	4	-65	112	
Empréstimos a clientes	4.100	66	-	-32	555	-	-	-	-	
Outros ativos	2.154	-	-	-	309	1.166	-	-	107	
Total das SPVs sintéticas	9.021	72	-	-35	1.351	2.472	4	-65	219	
Total	15.794	162	23	-44	2.716	7.533	55	-143	957	

Nota: o valor dos ajustes no período incluem os ajustes de valor por deterioração de ativo e provisões (genérico e específico).

Durante 2017, o saldo em aberto das securitizações cedidas aumentou devido às securitizações com transferência de risco no ano.

2.2.2.2.3. Fundos de securitização sem transferência de risco

Como o Grupo Santander conserva a maior parte das posições nos fundos de securitização cedida, elas não atendem às condições regulatórias para a transferência de risco significativo. Para esses fundos, o capital é calculado para as exposições securitizadas como se as exposições não fossem securitizadas.

A tabela a seguir oferece um detalhamento por tipo de ativo subjacente do saldo em aberto das exposições securitizadas em fundos sem transferência de risco em 31 de dezembro de 2017:

▪ TABELA38. ESTRUTURAS DE SECURITIZAÇÃO SEM TRANSFERÊNCIA DE RISCO

Milhões de Euros

	2017				2016			
	Saldo em aberto				Saldo em aberto			
	Securitizações tradicionais	Estruturas renováveis	Ressecuritizações	Securitizações sintéticas	Securitizações tradicionais	Estruturas renováveis	Ressecuritizações	Securitizações sintéticas
<i>Fondos de titulización tradicionales</i>								
Hipotecas residenciais	39.157	-	-	-	45.622	-	21	383
Hipotecas comerciais	42-	-	-	-	-	-	-	-
Cartões de crédito	955	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos financeiros	2.833	-	-	-	1.184	-	-	-
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	3.027	-	-	-	5.642	-	-	-
Empréstimos a clientes	41.394	-	-	-	40.212	-	242	-
Obrigações garantidas por hipoteca	-	-	-	-	125	-	-	-
Recebíveis	1.111	1.111	-	-	927	927	-	-
Posições de securitização	-	-	-	-	-	-	-	927
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	88.519	1.111	-	-	93.711	927	263	1.310

O ativo securitizado subjacente nas SPVs originado pelo Grupo Santander continua incluindo hipotecas residenciais e empréstimos a consumidor. Como é possível observar na tabela anterior, a exposição de securitização sem transferência de risco sofre uma ligeira redução em relação a 2016.

2.2.2.3. Risco de Mercado

Esta seção oferece informações mais detalhadas sobre as alterações nos requisitos de capital para o mercado de risco por meio de modelos internos e padronizados. O consumo do Grupo de capital regulatório para o risco de mercado ao final de dezembro de 2017 se divide da seguinte maneira:

▪ TABELA 39. REQUISITOS DE CAPITAL REGULATÓRIO PARA O RISCO DE MERCADO

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Risco de posição - Livro de negociação* - Abordagem padronizada	331	310
Risco de <i>commodity</i> - Abordagem padronizada	17	30
Risco específico na carteira de correlação de risco de <i>trading</i>	-	3
Risco cambial - Abordagem padronizada	428	606
Risco de posição e cambial - livro de negociação - modelos internos	1.157	1.137
Espanha*	563	611
Reino Unido	293	291
Chile	113	80
Portugal	0	0
México	187	155
TOTAL	1.933	2.086

*Inclui o patrimônio estrutural considerado como negócio

No final de 2017, o Grupo Santander teve autorização do Banco da Espanha para usar o modelo de risco de mercado interno o cálculo do capital regulatório na carteira de negociações das unidades da Espanha, Chile, México e Portugal. O Grupo pretende estender gradualmente essa aprovação para o restante das unidades.

O capital regulatório consolidado nos termos do modelo de risco de mercado interno para o Grupo Santander é calculado pela soma do capital regulatório das unidades que têm a aprovação necessária do Banco da Espanha. Esse é um critério conservador usado ao consolidar o capital do Grupo, uma vez que leva em conta as economias de capital decorrentes do efeito de diversificação geográfica.

Como resultado dessa aprovação, o capital regulatório da atividade de negociação para o perímetro em questão é calculado com abordagens avançadas, usando o VaR em Situação de Tensão e o IRC (taxa de risco incremental) como métrica fundamental, alinhado aos novos requisitos de

capital do banco nos termos dos Acordos da Basileia e mais especificamente o CRR.

O Grupo colabora estreitamente com o Banco da Espanha para estender o perímetro de autorização dos modelos internos (nos níveis geográficos e operacionais) e analisar o impacto dos novos requisitos, alinhado com os documentos publicados pelo Comitê da Basileia para fortalecer o capital das instituições financeiras.

Um detalhamento dos requisitos nas unidades que usam o modelo interno é mostrado a seguir, por geografia e componente ao final do ano:

• TABELA 40. REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE MERCADO. MODELO INTERNO

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017						
	CR		Risco não classificado			TOTAL
	CR (VaR)	(SVaR)	IRC	como VaR	Adicional	
Espanha *	78	349	137	-	-	563
Reino Unido**	34	196	-	7	56	293
Chile	35	77	2	-	-	113
Portugal	0	0	-	-	-	0
México	64	114	9	-	-	187
TOTAL	211	736	147	7	56	1.157

* Inclui o Banesto e o patrimônio estrutural considerado como negócio.

** O Reino Unido conta com a aprovação de modelo interno desde o último trimestre de 2016.

As alterações dos requisitos de capital e os RWAs para o risco de mercado usando os modelos internos aprovados entre 2016 e 2017 aparecem a seguir.

▪ **TABELA 41. RISCO DE MERCADO NOS TERMOS DA ABORDAGEM IMA (MR2-A)**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	RWA	Exigências de capital
VaR (o maior entre os valores a e b)	2.869	230
VaR do dia anterior (Artigo 365(1) do CRR (VaRt-1)).	711	57
Média do VaR diário (Artigo 365(1)) do CRR em cada um dos 60 dias úteis anteriores (VaRavg) x fator de multiplicação (mc) de acordo com o Artigo 366 do CRR.	2.869	230
SVaR (o maior entre os valores a e b)	9.517	761
SVar mais recente (Artigo 365(2) do CRR (SVaRt-1)).	2.183	175
Média do SVaR (Artigo 365(2) do CRR) durante os 60 dias anteriores (SVaRavg) x fator de multiplicação (ms) (Artigo 366 do CRR).	9.517	761
IRC (o maior entre os valores a e b)	2.073	166
O valor IRC mais recente (padrão incremental e riscos de migração calculados de acordo com o Artigo 370 e Artigo 371 do CRR).	1.546	124
Média do número IRC em relação às 12 semanas anteriores.	2.073	166
Medida abrangente do risco (o maior entre os valores a, b e c)	-	-
O número de risco mais recente para a carteira de negociações de correlação (Artigo 377 do CRR).	-	-
Média do número de risco para a carteira de negociações de correlação nas 12 semanas anteriores.	-	-
Requisito de 8% de fundos próprios na abordagem padronizada sobre o número de risco mais recente para o portfólio de negociações de correlação (Artigo 338(4) do CRR).	-	-
Outros	-	-
Total	14.459	1.157

· TABELA 42. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO RWA DAS EXPOSIÇÕES A RISCO DE MERCADO CONFORME IMA (MR2-B)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017						
	VaR em condição			Medida de Risco		Total de RWAs	Exigências de capital totais
	Var	de estresse	IRC	Abrangente	Outros		
RWAs de dezembro de 2016	2.370	6.751	4.259	835.	14.215	1.137	
Ajuste regulatório	-	-	-	-	-	-	-
RWAs no exercício anterior (final do dia)	2.370	6.751	4.259	-	835	14.215	1.137
Movimentação nos níveis de risco	265	2.445	-2.421	-	-45	244	20
Atualizações/mudanças no modelo	-	-	-	-	-	-	-
Metodologia e política	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições e alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transações de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
RWA ao fim do período de relatório (final do dia)	2.635	9.196	1.838	-	790	14.459	1.157
Ajuste regulatório	-	-	-	-	-	-	-
RWAs de dezembro de 2017	2.635	9.196	1.838	-	790	14.459	1.157

· TABELA 43. RISCO DE MERCADO EM UMA ABORDAGEM PADRONIZADA (MR1)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	RWA	Exigências de capital
Produtos definitivos		
Risco de taxa de juros (geral e específico)	3.454	276
Risco de capital (geral e específico)	627	50
Risco cambial	5.351	428
Risco de <i>commodity</i>	210	17
Opções		
Abordagem simplificada	-	-
Método delta-plus	36	3
Abordagem do cenário	-	-
Securitização (risco específico)	24	2
Total	9.702	776

As alterações dos requisitos de capital e os RWAs para o risco de mercado usando os modelos padronizados aprovados entre 2016 e 2017 aparecem a seguir.

· TABELA 44. ■ EXIGÊNCIAS DE CAPITAL POR RISCOS DE MERCADO ABORDAGEM PADRONIZADA

Milhões de Euros

	Capital	RWAs
Valor inicial (31/12/2016)	949	11.863
Mudança na base de cálculo de MMPP.	-13	-163
Integração do Banco Popular	116	1.448
Mudanças nos negócios	-276	-3.446
Valor final (31/12/2017)	776	9.702

2.2.2.4. Risco Operacional

O objetivo do grupo ao controlar e gerenciar o risco operacional é identificar, avaliar e reduzir os pontos focais de risco, independentemente das perdas terem se concretizado. A análise da exposição ao risco operacional ajuda o Grupo a estabelecer prioridades ao gerenciar e controlar o risco.

Em 2017, o Grupo fez outros aperfeiçoamentos em seu modelo de gerenciamento por meio de iniciativas diferentes organizadas pela divisão de Riscos, com destaque principal para a conclusão do projeto de transformação AORM (Gerenciamento Avançado do Risco Operacional). Esse programa visa ampliar a especialização do gerenciamento de risco operacional como parte de uma abordagem avançada de gerenciamento de risco, ajudando assim a reduzir a exposição futura e as perdas que afetam a demonstração do resultado.

O AORM ajudou o Grupo a desenvolver modelos internos de estimativa de capital em todas as suas principais regiões para a finalidade de capital

econômico e testes de estresse e também para uso na métrica de perda normal e estressada dentro do apetite de risco.

De acordo com a abordagem padronizada, os requisitos de capital são calculados com base na receita pertinente, a qual é definida como a soma dos seguintes componentes da demonstração do resultado:

A tabela a seguir mostra o critério de construção das áreas públicas das linhas de negócios:

- Juros e receita semelhante
- Despesas com juros e encargos semelhantes
- Instrumentos de retorno sobre o patrimônio
- Receita com taxas e comissões
- Despesas com taxas e comissões
- Receita operacional (líquida)
- Diferenças de câmbio (líquida)
- Outras receitas operacionais

Para este método, o CRR também define a seguinte segmentação das linhas de negócios:

- a) Finanças corporativas
- b) Negociações e vendas
- c) Corretagem de varejo
- d) Atividade bancária comercial
- e) Banco de varejo
- f) Pagamento e liquidação
- g) Serviços de agência
- h) Gerenciamento de ativos

Receita relevante

Nos termos da abordagem padronizada, os requisitos de capital são calculados como a média simples ao longo de três anos da soma, para cada

ano, do número maior do que zero e a soma da receita relevante de cada uma das linhas de negócios, multiplicada pelo peso atribuído a cada linha de negócios.

A expressão matemática desses requisitos será:

$$\{\sum_{\text{years 1-3}} \text{Max} [\sum (RI_{1-8} \times \beta_{1-8}), 0]\} / 3$$

Sendo que:

RI1-8 = Receita relevante de cada linha de negócios, com o sinal apropriado, de acordo com o CRR

β_{1-8} = Peso aplicável a cada linha de negócios, de acordo com o CRR

A obtenção dos dados sobre a receita relevante, alocando-os às diversas linhas de negócios e calculando os requisitos de capital é responsabilidade da Contabilidade Financeira e Controle.

O Grupo Santander obtém o número para a receita relevante a partir das informações consolidadas do gerenciamento por linha de negócios. Essas informações são geradas dos dados contábeis, cuja qualidade é garantida pelo procedimento SOX, "Demonstrações do resultado e preparação do balanço patrimonial para a área de negócios".

As informações consolidadas do gerenciamento são publicadas trimestralmente na forma global e servem de base para a medição da *compliance* orçamentária dos negócios. Elas são preparadas pelo departamento de Controle de Gerenciamento, o qual regulamenta as linhas de negócios de todas as unidades do Grupo com base em determinados critérios corporativos, os quais devem ser aplicados por todas as unidades ao criar suas informações do gerenciamento.

a) Nível primário ou geográfico:

- a) Europa Continental: todos os negócios de banco comercial e de varejo e o Santander Global Corporate. Inclui a Espanha, o Santander Consumer Finance, Polônia, Portugal e Ásia.
 - b) Reino Unido
 - c) América Latina: todas as atividades do Grupo por meio de bancos subsidiários e companhias. Inclui o Chile, Uruguai, Peru, México, Colômbia, Argentina, Brasil e Paraguai.
 - d) Estados Unidos
- b) Nível secundário ou de negócios: a atividade de cada unidade operacional é segmentada por tipo de negócios, com relatórios do segmento:
- a) Atividades Bancárias de Varejo e Comerciais: contém os negócios bancários do cliente (exceto pelo banco corporativo, o qual é gerenciado por meio de modelos globais de relacionamento). Na América Latina, as atividades de banco de varejo e comercial incluem o gerenciamento financeiro.
 - b) Atividades Bancárias Globais e Mercados: inclui os negócios de Atividades Bancárias Corporativas Globais; o Banco de Investimentos tem negócios globais de Mercados, incluindo todos os departamentos do Tesouro que tenham responsabilidades de gerenciamento global para negociação e distribuição aos clientes, bem como os negócios com patrimônio.

Além dos negócios operacionais, a área do Gerenciamento Financeiro inclui os negócios dos bens financeiros e industriais, o gerenciamento financeiro da posição estrutural do risco à taxa de juros e moeda da companhia controladora e o gerenciamento da liquidez e do capital por meio de emissões e securitizações.

A tabela a seguir mostra o critério de construção das áreas públicas das linhas de negócios:

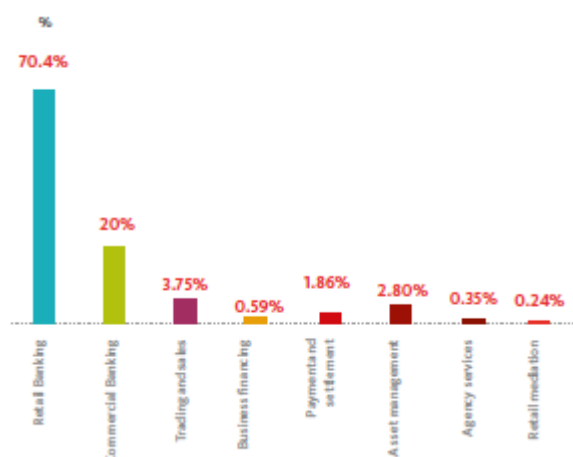
Nível primário - critério geográfico				Gerenciamento Financeiro e Investimento Corporativo
Europa	Reino Unido	América Latina	EUA	
Continental				
Atividades	Atividades	Atividades	Atividades	
Bancárias	Bancárias	Bancárias	Bancárias	
Comerciais	Comerciais	Comerciais	Comerciais	
Operações Bancárias e de Mercados Globais				
Nível Secundário – Critério de negócios				

Como suplemento para as informações no nível de unidade dos negócios globais da área de Controle do Gerenciamento o Grupo Santander usa as informações da área comercial separadas por segmento, produto e outros para distribuir a receita relevante entre as linhas de negócios definidas pelo CRR.

Qualquer diferença encontrada entre o número total da receita relevante e as informações consolidadas publicadas do Grupo é alocada à linha de negócios com o mais alto consumo de capital regulatório.

O seguinte gráfico mostra a distribuição do capital por linha de negócios em 31 de dezembro de 2017.

• DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL POR LINHA DE NEGÓCIOS



Legenda:

Retail Banking - Atividades de Banco de Varejo

Commercial Banking - Atividades e Banco Comercial

Trading and sales - Negociações e vendas

Business financing - Financiamento comercial

Payment and settlement - Pagamento e liquidação

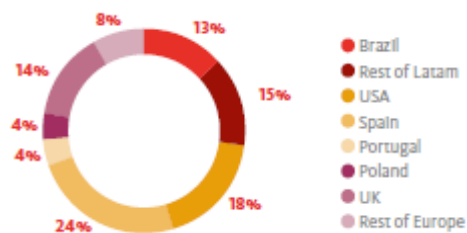
Asset management - Gerenciamento de ativos

Agency services - Serviços de representação

Retail mediation - Mediação de varejo

Abaixo temos a distribuição geográfica do capital para risco operacional:

▪ DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL PARA RISCO OPERACIONAL



Legenda:

Brazil - Brasil

Rest of Latam - Restante da América Latina

USA - EUA

Spain - Espanha

Portugal - Portugal

Poland - Polónia

UK - Reino Unido

Rest of Europe - Restante da Europa

· TABELA 45. MUDANÇAS EM EXIGÊNCIAS DE CAPITAL PARA RISCO OPERACIONAL

Milhões de Euros

	Capital	RWAs
Valor inicial (31/12/2016)	4.887	61.084
Aplicação da abordagem ASA no México	-145	-1.810
Venda de todos os fundos da sociedade	-8	-96
Administração de sociedades pelo método global	63	783
Incorporação Popular na Espanha	376	4.698
Incorporação - Popular Portugal	25	314
Efeito cambial	-328	-4.102
Mudança nos negócios	28	346
Valor final (31/12/2017)	4.897	61.217

A abordagem padronizada impõe maiores requisitos de capital para as instituições financeiras que operam em jurisdições com altas margens de juros líquidos, as quais frequentemente estão ligadas a um alto spread de crédito soberano, mas não necessariamente a um maior risco operacional. Para evitar esse efeito indesejado, a legislação da União Europeia (Regulamento 575/2013/UE) prevê o uso da abordagem padronizada alternativa por negócios que atendam a determinadas condições, sujeito à aprovação pelo Banco Central Europeu. Esse método usa um indicador normalizado que é calculado pela multiplicação de determinados saldos por 3,5% e, portanto, fornecendo uma média que está mais alinhada ao risco operacional do banco.

Em 03 de fevereiro de 2016, o Banco Central Europeu emitiu uma autorização para a Abordagem Padronizada Alternativa a ser usada para calcular os requisitos de capital consolidado para o risco operacional no Banco Santander Brasil SA.

Da mesma forma, em 12 de julho de 2017, o Banco Central Europeu emitiu uma autorização para a Abordagem Padronizada Alternativa a ser usada

para calcular os requisitos de capital consolidado para o risco operacional do Banco Santander México SA.

2.2.3. Índice de alavancagem

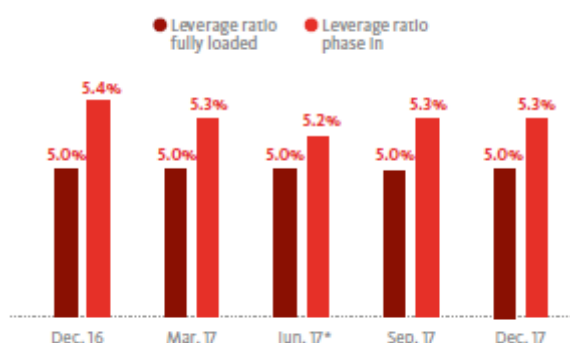
O Acordo da Basileia III estabeleceu o grau de alavancagem financeira como uma medida não sensível o risco criada para limitar o crescimento excessivo do balanço patrimonial em relação ao capital disponível.

A taxa é calculada como o coeficiente entre o Nível 1 dividido pela exposição à alavancagem. Essa exposição é calculada como a soma dos seguintes componentes:

- Valor do ativo, sem derivativos e sem elementos considerados deduções no Nível 1 (por exemplo, o saldo de empréstimos é incluído, mas não o fundo de comércio).
- Contas não registradas no balanço patrimonial (primariamente os limites de crédito não utilizados, cartas de crédito) ponderadas pelos fatores de conversão do método de risco de crédito padrão.
- Inclusão do valor líquido dos derivativos (ganhos e perdas em relação a uma única contraparte são compensados, menos a garanti, desde que determinados critérios sejam atendidos), mais uma sobretaxa para exposição futura em potencial.
- Uma sobretaxa para o risco potencial de transações de financiamento de garantia.
- Finalmente, uma sobretaxa é incluída para os derivativos de risco de crédito (CDS) da parte sem cobertura de hedge.

As tabelas a seguir ilustram as taxas publicadas pelo Grupo desde dezembro de 2016. Elas mostram que a taxa do banco é estável e com uma tendência de alta.

- GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA ESCALONADA E TOTAL



* Including the capital increase completed on 27 July 2017.

Legenda:

Leverage ratio fully loaded - Grau de alavancagem total

Leverage ratio phase in - Escalonamento do grau de alavancagem

Dec. 16 - 16 de dezembro

Mar. 17 - 17 de março

Jun. 17* - 17 de junho*

Sep. 17 - 17 de setembro

Dec. 17 - 17 de dezembro

*incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017. -

*incluindo o aumento de capital concluído em 27 de julho de 2017.

O BCBS revisou a definição do índice de alavancagem em 2017. Uma série de ajustes técnicos foi feita no método de cálculo da exposição total (o denominador do índice de alavancagem), relacionado principalmente à exposição de derivativos e ao tratamento da exposição patrimonial.

O ajuste final do grau de alavancagem foi definido como 3% para todas as instituições, enquanto que os G-SIBs estão sujeitos a uma sobretaxa adicional de 50% da margem do G-SIB (a qual depende do nível de importância sistêmica no qual o banco se classifica).

Os bancos devem implementar a definição final do índice de alavancagem e cumprir o novo ajuste da taxa (a sobretaxa adicional para os G-SIBs) a partir de janeiro de 2022.

O índice de alavancagem do Grupo em 31 de dezembro de 2017 foi:

▪ TABELA 46. ÍNDICE DE ALAVANCAGEM

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	Completo	Introdução
Capital Nível 1 (introdução)	73.293	77.283
Exposição	1.460.977	1.463.090
Índice de alavancagem	5,02%	5,28%

A tabela a seguir apresenta a composição do cálculo do índice:

■ TABELA 47. INFORMAÇÕES SOBRE O ÍNDICE DE ALAVANCAGEM

Milhões de Euros

Item	31 de dezembro de 2017				
	Valores consolidados			Exposição de alavancagem	Comentário
	Balanco Patrimonial	A ser eliminado	A ser incluído		
Derivativos	65.836	65.836	25.578	25.578	Substituir valor contábil por EAD
Operações de Financiamento de Valores Mobiliários	51.418		3.784	55.201	Uma sobretaxa é adicionada a essas operações
Ativos deduzidos no Nível 1	31.566	31.566		-	Eliminado para evitar duplicação
Restante dos ativos	1.282.586			1.282.586	Incluído integralmente
Ativo Total	1.431.406	97.402	29.362	1.363.365	
Total de itens não registrados no balanço patrimonial	291.943	192.218		99.725	Saldos são ponderados de acordo com seu risco
Total de exposição (denominador)				1.463.090	
Nível 1 (numerador)				77.283	
Índice de alavancagem				5,3%	Mínimo recomendado 3%

O grau de alavancagem é calculado pelo Grupo todos os meses e apresentado ao Comitê de Capitais e outros órgãos de governança, garantindo assim o monitoramento adequado da alavancagem excessiva de risco em sua medição mais restritiva: completo. Além disso, o índice de

alavancagem é estimado em um horizonte de três anos sob diferentes cenários macroeconômicos, incluindo os cenários de recessão.

Nenhuma alteração significativa ocorreu no índice em 2017. A taxa de Nível 1 aumentou ligeiramente, em linha com a exposição da alavancagem, a qual foi atribuída ao aumento dos negócios e flutuação da taxa de câmbio.

As tabelas LRSum, LRCom, LRSpl e LRQua podem ser encontradas no Apêndice IX do arquivo Apêndices do Pilar 3 de 2017 disponíveis no Website do Grupo Santander.



Para obter outros detalhes, acessar o arquivo 2017 Pillar 3 Appendices disponível no Website do Grupo Santander.

2.3. Capital econômico - Pilar 2

O capital econômico é o capital necessário para suportar todos os riscos de negócios com determinado nível de adequação de capital. Ele é dimensionado de acordo com um modelo interno. Em nosso caso o nível de adequação de capital é determinado pela meta de classificação de longo prazo 'A' (dois níveis acima da classificação da Espanha), o que significa a aplicação de um nível de confiança de 99,95% (acima dos 99,90% regulatórios) ao calcular o capital necessário.

O modelo de capital econômico do Santander inclui em sua medição todos os riscos significativos incorridos pelo Grupo em sua operação (risco de concentração, risco de juros estruturais, risco de negócios, risco de pensões e outros riscos além do escopo do capital regulatório do Pilar 1). O capital econômico também incorpora o efeito de diversificação, o qual no caso do Grupo Santander devido à sua natureza multinacional e estrutura multinegócios é fundamental para determinar e entender adequadamente o

risco e o perfil de solvência de um grupo multinacional como o Grupo Santander.

Os negócios do Grupo Santander são realizados em vários países por meio de uma estrutura de entidades legalmente distintas, com uma variedade de segmentos de clientes e produtos e exposição a diferentes tipos de riscos. Isso significa que o desempenho do Grupo Santander é menos vulnerável a situações adversas em quaisquer dos mercados específicos, portfólios, clientes ou risco. Embora as economias agora estejam altamente globalizadas, os ciclos econômicos não são idênticos, tampouco são tão intensos nas diferentes geografias. Portanto, os grupos com presença global se beneficiam com um desempenho mais uniforme e maior resistência a recessões em mercados ou carteiras específicos e isso se traduz em menor risco. Assim, o risco e o capital econômico relacionado que o Grupo Santander sustenta como um todo são menores do que o risco e capital da soma de todas as partes separadas.

Enquanto isso e contrastando com os critérios regulatórios, o Grupo Santander acredita que determinados ativos intangíveis, tais como os ativos de imposto diferido, fundo de comércio e software conservam seus valores mesmo no caso hipotético de uma resolução, dada a estrutura geográfica das subsidiárias do Grupo Santander. Como tal, os ativos são medidos e sua perda imprevista é estimada como parte do capital.

O capital econômico é uma ferramenta importante para o gerenciamento interno e o desenvolvimento da estratégia do Grupo, tanto em termos da avaliação da adequação do capital como do gerenciamento de risco de carteiras e negócios.

Sob o ponto de vista da adequação do capital, no contexto do Pilar 2 da Basileia, o Grupo usa seu modelo econômico para o processo de auto avaliação da adequação do capital (ICAAP). Para tanto, as necessidades de desenvolvimento de negócios e capital são planejados dentro de um cenário central e cenários de estresse alternativos. O Grupo tem assegurado nesse

planejamento a manutenção de suas metas de adequação de capital mesmo em cenários desfavoráveis.

A métrica do capital econômico também permite a avaliação dos objetivos de retorno de risco, definindo os preços das operações com base no risco, avaliando a viabilidade econômica dos projetos, unidades e linhas de negócios, com o objetivo primordial de maximizar a geração do valor para o acionista.

Como uma medição de risco homogênea, o capital econômico pode ser usado para explicar a distribuição de risco em todo o Grupo, colocando atividades comparáveis em termos de métricas diferentes tipos de risco.

O requisito do capital econômico em dezembro de 2017 era de 72.144 milhões de euros. Isso significa que o capital econômico disponível de 99.080 milhões de euros contém um excedente de capital de 26.936 milhões de euros. A tabela abaixo define o capital econômico disponível.

• **TABELA 48. CAPITAL ECONÔMICO DISPONÍVEL**

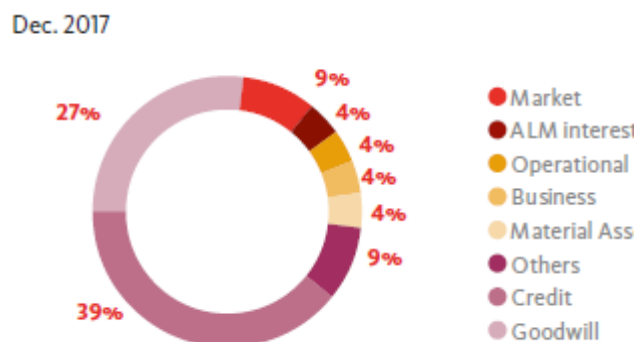
Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital líquido e prêmio emitido	59.098	52.196
Reservas e lucros retidos	55.862	52.967
Ajustes de avaliação	(23.108)	(16.116)
Participações minoritárias	7.228	6.784
CAPITAL ECONÔMICO DISPONÍVEL	99.080	95.831
Capital econômico exigido	72.144	72.632
Capital excedente	26.936	23.199

A principal diferença em relação ao CET1 regulatório vem do tratamento do fundo de comércio, outros ativos intangíveis e DTAs, os quais consideramos como outro requisito de capital, em vez de uma dedução do capital disponível.

A distribuição das necessidades de capital econômico por tipo de risco em dezembro de 2017 foi:

• DISTRIBUIÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL ECONÔMICO



Legenda:

Dec. 2017 - Dezembro de 2017

Market - Mercado

ALM interest - participação ALM

Operational - Operacional

Business - Negócios

Material Assets - Ativo Material

Others - Outros

Credit - Crédito

Goodwill - Fundo de Comércio

A tabela abaixo define a distribuição das necessidades de capital econômico do Grupo Santander por região e dentro de cada região por tipo de risco em 31 de dezembro de 2017.

· DISTRIBUIÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL ECONÔMICO POR REGIÃO

Números em Milhões de Euros				Requisitos Totais do Grupo Santander: 72.144					
Centro corporativo		Europa Continental		Reino Unido 6,777		América Latina		EUA 6,317	
24,754		23,300				10,997			
Riscos totais:		Riscos totais:		Riscos totais:		Riscos totais:		Riscos totais:	
Fundo de	77%	Crédito:	55%	Crédito:	58%	Crédito:	66%	Crédito:	60%
Comércio:									
Mercado:	12%	Mercado:	13%	Estrutural (pensões):	20%	Negócios:	10%	Ativo material:	10%
DTAs:	10%	Juros:	8%	Operacional:	8%	Operacional:	7%	Operacional:	8%
Outros:	1%	Operacional:	8%	Negócios:	6%	Juros:	6%	Ativos	6%
								intangíveis:	

A distribuição do capital econômico entre as principais áreas de negócios reflete a natureza diversificada da atividade e o risco do Grupo Santander. A Europa Continental representa 49% do capital, a América Latina (incluindo o Brasil) representa 23%, o Reino Unido representa 14% e os EUA representam 13%.

Fora das áreas operacionais, o centro corporativo assume principalmente o risco de fundo de comércio e os riscos relacionados ao risco de taxa de câmbio estrutural (o risco à propriedade de ações de subsidiárias no exterior denominadas em moedas que não sejam o Euro).

O benefício da diversificação fornecido pelo modelo de capital econômico, incluindo o risco intradia (semelhante ao geográfico) e a diversificação inter riscos totaliza aproximadamente 30%.

2.3.1. RoRAC e criação de valor

O Grupo Santander vem usando a metodologia RoRAC como parte de seu processo de gerenciamento de risco de crédito desde 1993 para:

- Calcular o consumo do capital econômico e o retorno sobre ele nas unidades de negócios do Grupo, bem como segmentos, carteiras e clientes, para facilitar atribuição ideal do capital econômico.
- Medir a administração das unidades do Grupo por meio do monitoramento orçamentário do consumo de capital e RoRAC.
- Analisar e fixar preços no processo de tomada de decisão para operações (admissão) e clientes (monitoramento).

A metodologia RoRAC permite a comparação em termos semelhantes do retorno sobre operações, clientes, carteiras e negócios, identificando aqueles que obtêm um retorno ajustado ao grau de risco mais alto do que o custo do capital do Grupo e alinhando o gerenciamento de risco e negócios em uma ordem para maximizar a criação de valor, que é a meta final do gerenciamento sênior do Grupo.

O Grupo avalia regularmente o nível e desempenho da criação de valor (VC) e o retorno ajustado ao grau de risco (RoRAC) de suas principais unidades de negócios. O VC é o lucro gerado acima do custo do capital econômico (EC) empregado e é calculado da seguinte maneira:

$$\textbf{VC = lucro recorrente - (EC médio x custo de capital)}$$

O lucro usado neste cálculo é obtido fazendo os ajustes necessários no lucro contábil de modo a extrair apenas o lucro recorrente que cada unidade gera no respectivo exercício da empresa.

O retorno mínimo de capital que uma operação deve atingir é determinado pelo custo do capital, o qual é o mínimo exigido pelos acionistas. Ele é calculado de forma objetiva, somando o prêmio que os acionistas exigem para investir no Grupo ao retorno sem risco. Esse prêmio depende essencialmente do grau de volatilidade do preço da ação do Banco Santander em relação ao desempenho do mercado. O custo do capital em 2017 foi de 8,60% (versus 9,37% em 2016).

Assim como uma revisão anual do custo do capital do Grupo para fins de gerenciamento interno, o custo de capital de cada unidade de negócios também é estimado, levando em conta os recursos específicos de cada mercado e a suposição de que todas as subsidiárias são autônomas no que diz respeito a capital e liquidez. O objetivo é avaliar se cada negócio pode gerar valor individualmente.

Embora um retorno positivo de uma operação ou carteira signifique que ele está contribuindo para os lucros do Grupo, esse retorno está criando valor para o acionista apenas quando excede o custo do capital.

A criação de valor e o RoRAC das principais áreas de negócios do Grupo são:

• **TABELA 49. RoRAC e criação de valor**

Milhões de Euros

Principais Segmentos	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	RoRAC	Criação de valor	RoRAC	Criação de valor
Europa Continental	19,7%	2.110	17,3%	1.426
Reino Unido	19,3%	764	20,2%	825
América Latina	41,8%	4.049	33,1%	2.879
EUA	8,9%	22	9,2%	-13
Total da unidade de negócios	23,9%	6.946	20,7%	5.117

2.3.2. Planejamento de capital e testes de estresse

Os testes de estresse sobre o capital assumiram importância particular como ferramenta para a avaliação dinâmica dos riscos e adequação do capital dos bancos.

Eles são uma avaliação prospectiva, com base nos cenários macroeconômicos e idiossincráticos que provavelmente não se

concretizarão, mas que ainda são plausíveis. Com essa finalidade, é preciso ter modelos de planejamento sólidos capazes de transferir o impacto definido nos cenários projetados para os diferentes elementos que influenciam a adequação de capital de um banco.

O objetivo final dos exercícios de estresse é realizar uma avaliação completa dos riscos e da adequação de capital dos bancos, a qual permita o cálculo dos possíveis requisitos de capital no caso em que eles sejam necessários devido à falha dos bancos em atender aos objetivos definidos, tanto regulatórios quanto internos.

Internamente, o Grupo Santander definiu um processo de estresse de capital e planejamento, não apenas para responder aos diversos exercícios regulatórios, mas também como principal ferramenta do gerenciamento e estratégia do Banco.

O objetivo do estresse interno e do processo de planejamento de capital é garantir capital suficiente atual e futuro, mesmo em caso de cenários econômicos desfavoráveis, porém plausíveis. Com base na situação inicial do Grupo (definida por suas demonstrações financeiras, base de capital, parâmetros de risco e índices regulatórios) os resultados são estimados para os diferentes ambientes de negócios (incluindo sérias recessões, assim como situações macroeconômicas "normais") e em geral os índices de adequação do capital do Grupo são obtidos para um período de mais de três anos.

Esse processo fornece uma visão abrangente do Grupo para o período analisado e em cada um dos cenários definidos. Ele incorpora a métrica do capital regulatório, capital econômico e capital disponível.

A estrutura do processo é mostrada abaixo:

1	Cenários macroeconômicos	→ Central e de recessão
		→ Idiossincrático : com base em riscos específicos
		→ Plurianual período
2	Projeção do balanço patrimonial e demonstração do resultado	→ Projeção dos volumes . Estratégia de negócios
		→ Spreads e custo de financiamento
		→ Comissões e custos operacionais
		→ Choques de mercado e perdas operacionais
		→ Perdas de crédito e provisões . Modelos de PD e LGD PIT
3	Projeção de requisitos de capital	→ Consistente com o balanço patrimonial projetado
		→ Parâmetros de risco (PD, LGD e EAD)
4	Análise de solvência	→ Base de capital disponível. Lucros e dividendos
		→ Impacto das regulamentações e exigências regulatórias
		→ IV - CAPITAL SOCIAL e solvência índice
		→ Compliance com objetivos de capital
5	Plano de ação	→ No caso em que os objetivos ou exigências regulatórias não sejam atendidos

Essa estrutura ajuda a atingir o objetivo final do planejamento de capital, tornando-o um elemento de importância estratégica para o Grupo que:

- Garante a adequação de capital do capital atual e futuro, incluindo em cenários econômicos desfavoráveis.
- Permite o gerenciamento abrangente do capital e incorpora uma análise dos impactos específicos, facilitando sua integração ao planejamento estratégico do Grupo.
- Permite que o capital seja usado com maior eficiência.
- Suporta o projeto da estratégia de gerenciamento do capital.
- Facilita a comunicação com o mercado e os supervisores.

Todo o processo é supervisionado de perto e realizado com o máximo de envolvimento da administração sênior, em uma estrutura que otimiza a governança e garante que todos os elementos componentes estejam sujeitos a exame, revisão e análise adequadas.

Devido à sua importância particular para prever a demonstração do resultado nos termos dos cenários de estresse definidos, um dos principais elementos do planejamento de capital e exercícios de análise de estresse consiste em calcular as provisões necessárias de acordo com esses cenários, principalmente aquelas que cobrem as perdas no portfólio de crédito. O Grupo Santander usa uma metodologia que garante o provisionamento suficiente em todos os momentos para cobrir todas as perdas de crédito previstas por seus modelos internos de perda esperada, com base nos parâmetros de exposição a inadimplência (EAD), probabilidade de inadimplência (PD) e perda por inadimplência (LGD).

Essa metodologia é amplamente aceita e semelhante àquela usada no teste de estresse da Autoridade Bancária Europeia (EBA) de 2016, de seus exercícios anteriores em 2011 e 2014 e o teste de estresse do setor bancário espanhol realizado em 2012.

Finalmente, o planejamento de capital e o processo de análise de estresse culmina com uma análise da adequação do capital nos diversos cenários que foram criados para um período definido. O objetivo é avaliar a adequação do capital e garantir que o Grupo cumpra as metas de capital do Grupo definidas internamente e todos os requisitos regulatórios. O processo de adequação do capital é descrito abaixo:

• QUANTIFICAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DO CAPITAL

Fundos próprios iniciais		
+	Lucros retidos	1
+	Mudanças nas regulamentações	2
Fundo próprio final		
Requisitos de estresse de capital		
+	Mudanças nas regulamentações	2
Requisitos de capital final		

1	Políticas de dividendos
2	As alterações regulatórias decorrentes do Acordo da Basileia III que podem modificar os fundos próprios e os requisitos

No caso em que as metas de capital não sejam atendidas, um plano de ação será preparado definindo as medidas necessárias para atingir o capital mínimo necessário. Essas medidas são analisadas e quantificadas como parte dos exercícios internos, embora elas não tenham que ser implementadas porque o Santander excede os limites mínimos de capital.

Esse processo interno de estresse de capital e planejamento é realizado transversalmente em todo o Grupo e não apenas no nível consolidado, mas também localmente nas unidades do Grupo. Essas unidades usam o processo de estresse de capital e planejamento como uma ferramenta de gerenciamento interno e para atender a seus requisitos regulatórios locais.

Desde a crise econômica de 2008 o Grupo Santander passou por seis testes de estresse e todos demonstraram sua solidez e adequação de capital nos cenários mais extremos e sérios. Todos os testes demonstraram que principalmente graças ao modelo de negócios do Grupo e diversificação geográfica, o Banco Santander poderia continuar gerando lucros para seus acionistas e cumprindo os requisitos regulatórios mais exigentes.

No primeiro desses testes (CEBS 2010), o Grupo Santander foi a instituição que apresentou o menor impacto sobre o índice de adequação de capital, com exceção daqueles bancos que se beneficiaram com a não distribuição

de dividendos. No segundo teste, realizado pelo EBA em 2011, o Santander não apenas foi um do pequeno grupo de bancos que melhorou sua adequação de capital no cenário de estresse, mas também obteve os maiores lucros.

Nos exercícios de estresse realizados pela Oliver Wyman em bancos espanhóis em 2012 (de cima para baixo e depois de baixo para cima), o Banco Santander novamente demonstrou sua força ao enfrentar os cenários econômicos mais extremos com total adequação do capital. Ele foi o único banco que melhorou seu índice de capital básico, com um excedente de mais de 25.000 milhões de euros acima do requisito mínimo.

Finalmente, no recente teste de estresse realizado em 2014 pelo Banco Central Europeu, juntamente com a Autoridade Bancária Europeia, o Grupo Santander foi o banco que sofreu o menor impacto no cenário desfavorável dentre seus equivalentes internacionais, com um capital excedente de aproximadamente 20,000 milhões de euros em relação ao requisito mínimo.

O teste de estresse de 2016 marcou um desvio dos testes anteriores, não insistindo em um nível mínimo de capital. Em vez disso, os resultados devem ser usados como entrada adicional para o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (SREP). O Grupo Santander foi o banco que 'destruiu' menos capital entre seus equivalentes. O índice de capital total CET1 caiu em 199 pontos base (versus uma média de -335 b.p.).

Os resultados dos exercícios mostraram que o modelo de negócios do Grupo Santander, com base nas atividades bancárias de varejo e comerciais e na diversificação geográfica o torna mais resistente quando se trata de abordar os piores cenários de crise internacionais.

Como já foi mencionado e além dos exercícios de estresse regulatórios, o Grupo Santander vem conduzindo testes de estresse anuais desde 2008 como parte de seu processo de auto avaliação de capital (Pilar 2). Todos esses exercícios têm demonstrado a capacidade do Grupo Santander de

superar os cenários mais difíceis, tanto globalmente como nos principais países nos quais ele opera.

Exercício de transparência do EBA de 2017

Em 2017 a Autoridade Bancária Europeia realizou seu exercício de transparência, publicando informações sobre ativos ponderados pelo risco, posições de capital, adequação do capital e detalhes de posições soberanas em dezembro de 2016 e junho de 2017 para 132 bancos em 25 países europeus. A finalidade do exercício era promover a transparência e um maior entendimento das posições de capital e adequação de capital dos bancos europeus, incentivando assim a disciplina de mercado e a estabilidade financeira na União. É preciso observar que os resultados não incluem o aumento de capital realizado pelo Grupo Santander em relação à sua aquisição do Banco Popular, embora os RWAs do banco adquirido estejam incluídos. Se fatorarmos o aumento de capital, o índice CET1 seria de 10,72%. Os resultados demonstram a posição de capital confortável e adequação de capital do Grupo Santander, o qual lidera em muitas das principais métricas.

Este relatório foi emitido juntamente com o relatório para novembro de 2017 sobre riscos e vulnerabilidades da atividade bancária na União Europeia. A conclusão geral do relatório é que os bancos se tornaram mais resistentes graças ao clima macroeconômico e financeiro relativamente benigno, melhores níveis de capital e qualidade de ativos, além de um ligeiro aumento dos lucros. Entretanto, mais trabalho se faz necessário no que diz respeito ao gerenciamento de empréstimos de liquidação duvidosa e a sustentabilidade de longo prazo dos modelos de negócios existentes continua sendo um desafio. Manter uma infraestrutura tecnológica avançada e garantir a resistência operacional são prioridades chave ao avançarmos.

2.4. Planos de resolução e recuperação e estrutura especial de resposta a situações

Esta seção define os principais aperfeiçoamentos feitos no que diz respeito ao gerenciamento de crise no Grupo, especificamente os principais desenvolvimentos em relação à viabilidade e planos de resolução e Estrutura de Gerenciamento de Situações Especiais.

2.4.1. Planos de viabilidade

Visão Geral

A oitava versão do Plano de Viabilidade Corporativa foi preparada em 2017. A parte mais importante desse plano trata das medidas que o Banco poderia usar para combater sem assistência uma crise extrema.

Os dois objetivos primários do plano são primeiramente determinar a possibilidade, eficácia e credibilidade das medidas de recuperação que ele contém e em segundo lugar determinar a adequação dos indicadores de recuperação e os respectivos limites que, quando são ultrapassados acionariam o processo de escalação ao tomar as decisões corretas em resposta a situações de estresse.

Com essa finalidade, o Plano Corporativo prevê diferentes cenários macroeconômicos e/ou de crise financeira que incluem os eventos idiossincráticos importantes para o Grupo e/ou os eventos sistêmicos que poderiam causar a ativação do plano. O plano também se baseou na premissa de que, após implementado, não haveria nenhum suporte financeiro público extraordinário, de acordo com o Artigo 5(3) da Diretriz 2014/59/EU.

É preciso notar que o plano não é um instrumento isolado que não tem nenhum relacionamento com os outros mecanismos estruturais existentes para medir, gerenciar e supervisionar o risco assumido pelo Grupo. Na

verdade, o plano inclui as seguintes ferramentas, entre outras: a estrutura de apetite para risco ("RAF"), a declaração de apetite para o risco ("RAS"), o processo de avaliação de identificação de risco ("RIA"), o sistema de gerenciamento da continuidade dos negócios ("BCMS") e o processo de avaliação da adequação de capital interno, além do processo de avaliação da adequação da liquidez interna ("ICAAP" e "ILAAP", respectivamente). O plano também é parte integrante dos planos estratégicos mais amplos do Grupo.

Desempenho em 2017

O trabalho continuou durante o ano para melhorar a infraestrutura e os processos existentes, alinhado com os requisitos e expectativas do supervisor europeu e refletindo as práticas recomendadas do setor. Esses aperfeiçoamentos incluem o seguinte: (i) o capítulo sobre "Análise Estratégica" agora fornece uma análise mais completa e granular das interdependências externas e internas; (ii) o capítulo sobre "Governança" agora discute o progresso feito na realização de testes de estresse, enquanto também define adequadamente os Indicadores de Alerta Preventivos (EWIs) macroeconômicos e o risco político para as principais regiões do Grupo, os quais são monitorados regularmente no nível corporativo. Ele também descreve os processos para criar, revisar e aprovar o Plano Corporativo e os Planos Locais; (iii) o capítulo "Cenários" agora incorpora dois Cenários Sistêmicos (global e local) criados especificamente para a recuperação, uma vez que buscam o objetivo de romper a linha vermelha pelo menos para um indicador de recuperação, o que teria o potencial de causar a ativação do Plano Corporativo. Ele também inclui uma análise dos impactos potenciais para a reputação dos cenários locais idiossincráticos e sistêmicos; (iv) o capítulo sobre "Medidas" agora contém uma análise completa e mais granular da viabilidade de cada medida, juntamente com as suposições nas quais se baseia o ajuste da capacidade de recuperação e as medidas preparatórias necessárias para garantir a execução confiável e oportuna das medidas.

As principais conclusões tiradas da análise do Plano Corporativo de 2017 revelam que:

- Não existem interdependências relevantes entre as regiões do Grupo.
- As medidas implantadas garantem uma ampla capacidade de recuperação para todos os cenários contemplados no plano. O modelo de diversificação geográfica do Grupo provou ser vantajoso do ponto de vista da viabilidade.
- Cada subsidiária tem uma capacidade de recuperação suficiente para sair de uma situação de recuperação sem assistência, o que amplia a resistência do modelo do Grupo baseado nas subsidiárias que são independentes em termo de capital e liquidez.
- A falha de determinada subsidiária não seria considerada suficientemente importante para constituir um descumprimento dos cenários de pior caso estabelecidos para os indicadores de recuperação, acionando a implantação do Plano Corporativo.
- O Grupo tem mecanismos de mitigação suficientes para minimizar qualquer impacto econômico negativo que possa resultar de dano à sua reputação de acordo com os diversos cenários de estresse.

Portanto, é possível inferir que com base em um modelo de subsidiárias que são independentes em termos de capital e liquidez, o modelo do Grupo e a estratégia de diversificação geográfica permanecem adequadamente resistentes em termos de viabilidade.

Regulamentação e governança

O plano foi criado de acordo com as regulamentações aplicáveis na União Europeia¹. O plano também adota as recomendações não vinculantes

¹ Directive 2014/59/EU (EU Administração de Crise Directive); regulamentações atuais da EBA sobre planos de recuperação (EBA/RTS/2014/11, EBA/GL/2014/06 e

emanadas dos órgãos internacionais, tais como o Comitê de Estabilidade Financeira (FSB)².

Assim como nas versões anteriores, o novo plano do Grupo foi apresentado ao Supervisor Único em setembro. A partir daquela época a autoridade tem um período formal de seis meses no qual pode enviar o retorno formal sobre o plano.

O plano do Grupo compreende o Plano Corporativo (relacionado ao Banco Santander S.A.) e os Planos Locais para as principais regiões (Reino Unido, Brasil, México, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Chile, Polônia e Portugal), os quais estão anexados ao Plano Corporativo. Todas as regiões além do Chile estão sujeitas a requisitos regulatórios locais, além do requisito corporativo de criar um Plano Local.

O Conselho de Administração do Banco Santander S.A. é responsável em última análise pela aprovação do Plano Corporativo, embora seu conteúdo e dados relevantes sejam apresentados e discutidos antes nos comitês de controle e gerenciamento primário do Banco (comitê de supervisão de risco, comitê de regulamentação e compliance, comitê de ALCO global e comitê de capital). Os Planos Locais também são aprovados pelos órgãos locais relevantes, em cooperação constante com o Grupo, uma vez que esses planos estão anexados ao Plano Corporativo maior do Grupo.

2.4.2. Planos de resolução

EBA/GL/2015/02); recomendações da EBA para a Comissão sobre as principais linhas de negócios e funções críticas (EBA/op/2015/05); a regulamentação da EBA que aguarda aprovação (EBA/CP/2015/01 sobre modelos ITS para planos de resolução); regulamentação da EBA não diretamente relacionada a recuperação, mas com implicações significativas nessa área (EBA/GL/2015/03 sobre gatilhos para uso de medidas antecipadas de intervenção) e regulamentações espanholas: a Lei Espanhola 11/2015 sobre recuperação e resolução de entidades de crédito e companhias de serviços de investimento e o Decreto Real 1012/2015 que implementa aquela Lei.

2 Os Principais atributos FSB dos regimes de resolução efetiva para as instituições financeiras (15 de outubro de 2014, atualização da primeira publicação em outubro de 2011), Orientações sobre a identificação de funções críticas e serviços críticos compartilhados (15 de julho de 2013) e Orientação sobre acionadores de recuperação e cenários de estresse (15 de julho de 2013).

O Grupo Santander continua trabalhando em cooperação com as autoridades competentes nos planos de resolução, fornecendo todas as informações exigidas.

As autoridades competentes pertencentes ao Grupo de Gerenciamento de Crises (CMG) chegaram a um consenso sobre a estratégia a ser empregada para a resolução do Grupo Santander, chamada "Múltiplo Ponto de Entrada (MPE)"³.

Essa estratégia se baseia na estrutura legal e de negócios do Grupo Santander está estruturada em 9 "Grupos de Resolução", todos eles podendo ser resolvidos independentemente sem o envolvimento de outras partes do Grupo. Isso está de acordo com nosso modelo de subsidiárias que são autônomas em relação ao capital e liquidez.

Isso implica que cada grupo de resolução tem um nível mínimo de passivos elegíveis emitidos no mercado pela entidade identificada como ponto de resolução de entrada. As entidades que pertencem a um grupo de resolução que não são pontos de entrada terão que atender ao requisito MREL interno, ou seja, passivos elegíveis comprados pela entidade que é o ponto de entrada.

Em março de 2017, o Conselho Único de Resolução (SRB) notificou o Banco sobre a estratégia de resolução preferida e as prioridades de trabalho para ampliar a resolução no Grupo Santander

O próprio Grupo avançou em projetos para melhorar a capacidade de resolução, definindo quatro principais linhas de ação:

³ Por meio de uma exceção à estratégia acima, os planos de resolução nos Estados Unidos são criados pelas companhias individualmente. Em dezembro de 2015 o Grupo Santander apresentou sua terceira versão dos planos de resolução local, embora o FRB e o FDIC anunciaram que os planos de 2016 e 2017 não foram apresentados, uma vez que eles estavam anexando observações aos planos anteriores e começando a trabalhar nas orientações para os planos apresentados em 2018.

1) Garantir que o Grupo tenha uma reserva suficiente de instrumentos para absorção de perdas.

O Banco emitiu 13,000 milhões de euros em dívida não preferencial em in 2017 para absorver as perdas antes de qualquer dívida principal.

Além disso, para evitar possíveis problemas legais ao recorrer a uma caução, todos os contratos de emissão de dívida agora incluem uma cláusula pela qual o detentor da obrigação reconhece que a autoridade de resolução tem o direito de realizar o *bail-in* usando seus instrumentos.

Finalmente e novamente para evitar quaisquer possíveis incertezas legais ao usar as colocações para fins de *bail-in*, as companhias emitentes se incorporaram à controladora, para garantir que esta última se torne efetivamente a emitente direta a partir de 2018⁴.

2) Garantir que o Grupo tenha sistemas de relatórios para permitir a entrega rápida das informações necessárias em caso de resolução.

Em 2017 o Grupo continuou trabalhando na automação de suas informações sobre passivos que poderiam estar sujeitos a *bail-in* em caso de resolução.

O trabalho também continua para automatizar o restante das informações a serem entregues à autoridade de resolução com a finalidade de criação do Plano de Resolução.

Ambos os processos devem estar totalmente automatizados no primeiro trimestre de 2018.

⁴ Exceto por dois emitentes de dívida estruturada que representaram 2 bilhões e 25 bilhões de emissões totais em dezembro de 2016 por meio de companhias emitentes.

Enquanto isso, diversos projetos estão em andamento para a criação de repositórios de informações sobre:

1. Entidades legais do Grupo Santander
2. Fornecedores críticos
3. Infraestrutura crítica
4. Contratos financeiros e acordo com o Artigo 71.7 do BRRD

3) Garantia de continuidade operacional em situações de resolução

As cláusulas de continuidade operacional nos contratos com fornecedores internos foram reforçadas e o Grupo no momento analisa as cláusulas a serem incluídas em contratos com fornecedores externos.

As principais infraestruturas de mercado do Grupo também tiveram que realizar uma pesquisa de sua política em caso de resolução de qualquer membro daquela infraestrutura.

Finalmente, em 2018 foram criados planos de contingência para tratar de qualquer situação na qual uma daquelas infraestruturas deixe de fornecer serviços ao Grupo Santander em caso de resolução.

4) Incentivando uma cultura de capacidade de resolução dentro do Grupo

O Grupo tem trabalhado para aumentar o envolvimento da alta administração assumindo a responsabilidade do conselho de administração de abordar as questões relacionadas à capacidade de resolução do Grupo Santander e definindo um comitê diretor para se especializar em questões relacionadas a resolução.

O Grupo planeja o desenvolvimento de outras ferramentas em 2018 para ajudar a identificar impedimentos em potencial para a resolução e avaliar o impacto das decisões da administração na capacidade de resolução do Banco.

Ele também planeja se concentrar mais no treinamento e aumento da conscientização sobre resolução em toda a organização.

2.4.3. Estrutura Especial de Gerenciamento de Situações

Em relação à governança de situações de crise, a Estrutura Especial para o Gerenciamento de Crises foi aprovada formalmente e implementada em 2016 na corporação e nos principais países e regiões do Grupo Santander.

Essa é uma estrutura holística que rege os principais eventos ou situações que diferem do que é esperado ou deveria surgir no gerenciamento comum dos negócios, comprometendo os negócios ou gerando sérias crises financeiras para a entidade ou a posição financeira do Grupo Santander e afastando-se muito de seu apetite e limites de risco.

As principais características dessa estrutura são:

- 1) Definição de um conjunto de indicadores de crise padronizados.
- 2) Definição de um sistema sinalizador com base na extensão do impedimento financeiro ou risco de impedimento financeiro e de forma consistente com os limites usados para o gerenciamento da BAU.
- 3) Definição da função do Diretor de Gerenciamento de Crise para coordenar a resposta a uma situação de crise.
- 4) Definição das responsabilidades de escalção para eventos de crise.
- 5) Criação de um comitê de crise de alto nível suportado por um comitê de crise técnica.

O trabalho continuou durante todo o ano de 2017 para a implementação da estrutura em uma proposta para atingir uma implementação uniforme nas

principais subsidiárias do Grupo Santander e promover a adesão de novas regiões (Santander Espanha, Santander Uruguai e assim por diante).

Durante o ano houve progresso também no desenvolvimento de ferramentas para facilitar o gerenciamento rápido e efetivo de crises (tais como automação de comunicações em situações especiais e criação de salas de crise especiais) e para aumentar a conscientização e o treinamento de recursos humanos e órgãos de administração do Grupo envolvidos na escalação e gerenciamento desse tipo de incidente, principalmente com a preparação e realização de simulações conhecidas como jogos de guerra.

2.5. Capacidade Total de Absorção de Perdas (TLAC) e Requisito Mínimo para Fundos próprios e Passivos Elegíveis (MREL)

Em 09 de novembro de 2015, o FSB publicou seus princípios finais e o resumo de termos contendo um padrão internacional para ampliar a capacidade de absorção de perdas dos G-SIIs.

O padrão final consiste em uma elaboração dos princípios para a absorção de perdas e capacidade de recapitalização dos G-SIIs em resoluções e um resumo de termos definindo uma proposta para a implementação desses termos na forma de um padrão aprovado internacionalmente sobre a capacidade total de absorção de perdas ("TLAC") para os G-SIIs. Após a implementação nas jurisdições pertinentes, esses princípios e termos formarão um novo padrão TLAC mínimo para os G-SIIs e no caso de G-SIIs com mais de um grupo de resolução, cada grupo de resolução dentro do G-SII. O FSB realizará uma revisão da implementação técnica dos princípios da TLAC e do resumo de termos até o final de 2019.

Os princípios da TLAC e o resumo de termos exigem a determinação de uma TLAC mínima a ser determinada individualmente para cada um de tais G-SIIs com a maior porcentagem entre (a) 16% dos ativos ponderados de risco em 1º de janeiro de 2019 e 18% em 1º de janeiro de 2022 e (b) 6% da medida da exposição ao grau de alavancagem estabelecido no Nível I do

Acordo da Basileia III em 1º de janeiro de 2019 e 6,75% em 1º de janeiro de 2022.

Além disso, o BRRD prevê que os Estados Membro garantirão que as instituições atendam em todos os momentos a um Requisito Mínimo para Fundos Próprios e Passivos Elegíveis ("MREL"). O MREL será calculado como o valor dos fundos próprios e passivos elegíveis expressos como uma porcentagem do total de passivos e fundos próprios da instituição. O requisito MREL foi programado para entrar em vigor em janeiro de 2016. Entretanto, as autoridades de resolução têm o poder para determinar os períodos de transição apropriados de cada instituição.

A Comissão Europeia se comprometeu a revisar as normas existentes do MREL para fornecer consistência completa com o padrão TLAC. As propostas da Comissão Europeia datadas de 23 de novembro de 2016 para alterar o BRRD e CRR visavam implementar o padrão TLAC e integrar o requisito da TLAC nas normas gerais do MREL, evitando assim a duplicação resultante da aplicação de dois requisitos paralelos. Como foi mencionado acima, embora a TLAC e o MREL busquem o mesmo objetivo regulatório existem algumas diferenças entre eles na forma como são construídos.

A Comissão Europeia está propondo a integração da norma TLAC com as normas do MREL existente e para garantir que ambos os requisitos sejam atendidos com instrumentos muito semelhantes, com exceção do requisito de subordinação, o qual será específico de cada instituição e determinado pela autoridade de resolução. Nos termos dessas propostas, as instituições como o Banco Santander continuarão sujeitas a um requisito MREL específico da instituição (ou seja, um Requisito MREL adicional e "Pilar 2") que pode ser superior ao requisito da norma TLAC (o qual seria implementado como um requisito MREL "Pilar 1" para os G-SIIs).

As propostas da Comissão Europeia exigem a introdução de ajustes limitados nas normas do MREL existente, garantindo a consistência técnica com a estrutura de quaisquer requisitos dos G-SIIs. Em particular, as alterações técnicas nas normas existentes do MREL são necessárias para

alinhá-las, entre outros, com a norma da TLAC em relação aos denominadores usados para medir a capacidade de absorção de perdas, a interação com os requisitos de reserva de capital, a divulgação de riscos os investidores e sua aplicação em relação a diferentes estratégias de resolução. A implementação dos Requisitos de TLAC/MREL deve ser implementada em fases a partir de 1º de janeiro de 2019 (um requisito mínimo de TLAC de 16%) a 1º de janeiro de 2022 (um requisito mínimo de TLAC de 18%).

Além disso, as Propostas da Comissão Europeia datadas de 23 de novembro de 2016 incluem uma proposta para a Diretriz Europeia que altera o BRRD e poderia criar uma nova classe de dívida principal "não preferencial" que teria bail-in depois dos instrumentos de capital, mas antes de outras obrigações principais. Em 27 de dezembro de 2017, a Diretriz 2017/2399 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro de 2017 alterando a Diretriz 2014/59/EU em relação à classificação de instrumentos de dívida sem garantia na hierarquia de insolvência foi publicada no Diário Oficial da União Europeia. Antes disso, o Decreto-Lei Real 11/2017 de 23 de junho sobre medidas urgentes em questões financeiras criou na Espanha a nova categoria de dívida não preferencial.

Os textos finais devem ser aprovados em 2018 e entrarem em vigor em 2019.

Durante o ano de 2018 nós esperamos que as autoridades pertinentes nos informem pela primeira vez sobre o requisito do MREL para o Grupo, com base na legislação atual (BRRD).

Nós acreditamos que com a dívida preferencial principal que emitimos e o plano de financiamento estejamos em posição confortável para atender àqueles requisitos.

A partir de 2019 estaremos sujeitos ao requisito mínimo estabelecido no CRR, embora a autoridade de resolução poderá definir níveis mais altos com base nas considerações de capacidade de resolução.

A Resolução do Banco Europeu e a Diretriz de Recuperação (BRRD) aprovadas em julho de 2014 introduziram o requisito de uma reserva para absorver as perdas (MREL – Requisito Mínimo para Fundos Próprios e Passivos Elegíveis). Esse requisito entrou em vigor em 2016 e é calculado para cada instituição pela autoridade de resolução com base em uma análise individualizada. Enquanto isso, em novembro de 2015 o FSB publicou o resumo de termos da TLAC (Capacidade Total de Absorção de Perdas) com o mesmo objetivo de garantir que as instituições tenham passivo suficiente para absorver as perdas e serem recapitalizadas em caso de resolução.

As normas do resumo de termos da TLAC se aplicam apenas às instituições sistêmicas (G-SIBs), enquanto o MREL se aplica a mais de 6.000 instituições europeias. Para evitar que as instituições sistêmicas da Europa cumpram dois requisitos regulatórios, a Comissão Europeia propôs que as regulamentações europeias fossem revisadas para introduzir os principais recursos da TLAC.

Portanto, o resultado é um único requisito com uma metodologia a ser aplicada pela autoridade de resolução e regras comuns para a qualificação dos passivos. Para os G-SIBs é introduzido o conjunto mínimo definido no resumo de termos (16%/18%). Eles precisam ser formados por passivos subordinados, com exceção de uma porcentagem da dívida principal (2,5% a 3,5%). Para instituições não sistêmicas, o requisito subordinado será determinado pela autoridade de resolução em base individual.

3

RISCO DE CRÉDITO

3.1. Aspectos Gerais	91
3.2. Distribuição das exposições	91
3.3. Sistemas internos de <i>rating</i>	101
3.4. Atribuição de rating e processo de estimativa de parâmetro	103
3.5. Usos das estimativas internas dos parâmetros	115
3.6. Reconhecimento da mitigação de risco de crédito	115
3.7. Controle de sistemas de classificação interno	116
3.7.1. Risco de Modelo	116
3.7.2. Auditoria Interna	119
3.8. Perdas por reduções ao valor recuperável: fatores influenciadores e análise comparativa	120
3.9. Teste retrospectivo dos parâmetros IRB	122
3.9.1. Teste retrospectivo de PD	122
3.9.2. Teste retrospectivo de EAD	139
3.9.3. Teste Retrospectivo da Perda Esperada e LGD (Santander Espanha)	143
3.10. Risco da contraparte	144
3.11. Técnicas de mitigação do risco e crédito	154
3.11.1. Políticas e processos de compensação	154
3.11.2. Gerenciamento de garantia e políticas e processos de avaliação	154
3.11.3. Garantias pessoais e derivativos de crédito	156
3.11.4. Exposição protegida por tipo de garantia	157
3.11.5. Exposição da contraparte central	157

3. Risco de crédito

O Grupo Santander aplica o gerenciamento prospectivo de todos os riscos em um ambiente de controle sólido, com base nos pilares alinhados à estratégia e ao modelo de negócios do Grupo Santander, garantindo assim a manutenção do perfil de risco dentro dos níveis definidos pelo apetite de risco e outros limites.

Para obter outros detalhes sobre políticas e objetivos de gerenciamento de risco (Artigo 435 do CRR) consultar os Capítulos 3 e 5, Seções A e C do Relatório Anual.



Para obter outros detalhes consultar os **Capítulos 3 e 5, Seções A e C** sobre o **Relatório Anual de 2017** no Website do Grupo Santander.

3.1. Aspectos Gerais

O risco de crédito surge da possibilidade das perdas resultarem da falta atendimento das obrigações financeiras junto ao Grupo Santander por clientes ou contrapartes.

No Grupo Santander o gerenciamento de risco de crédito se baseia na identificação, análise, controle e decisão sobre os riscos incorridos pelo Grupo Santander em suas operações, garantindo a conjunção do plano de negócios, a política de crédito com base no apetite de risco e nos recursos necessários para realizá-lo. As áreas de negócios, a alta administração e as áreas de risco estão envolvidas no ciclo de risco de crédito.

O perfil do Grupo Santander é principalmente de varejo, com o risco de crédito diversificado entre as principais áreas geográficas nas quais ele opera.



Para obter outros detalhes consultar o **Capítulo 5, Seção C.1** sobre o **Relatório anual de 2017** no Website do Grupo Santander.

3.2. Distribuição das exposições

Esta seção contém informações sobre as exposições do Grupo ao risco de crédito e diluição, divididas da seguinte maneira:

- Abordagem do cálculo do capital regulatório
- Categoria de exposição
- Área geográfica
- Setor de negócios
- Vencimento residual

A seção também contém informações sobre exposições no momento da inadimplência, provisões para perdas por redução ao valor recuperável e provisões para obrigações e compromissos contingentes. Os valores da tabela desta seção incluem os valores do risco de crédito de contraparte.

▪ **TABELA 50. QUALIDADE DE CRÉDITO DAS EXPOSIÇÕES POR CLASSES E INSTRUMENTOS DE EXPOSIÇÃO (CR1-A)**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017						
	Valores contábeis brutos de						
	Exposições inadimplentes	Exposições sem inadimplência	Ajuste do risco de crédito específico	Ajuste do risco de crédito geral	Baixas acumuladas	Encargos sobre o ajuste do risco de crédito do período	Valores líquidos
Abordagem IRB							
Governos centrais ou bancos centrais	58	3.151	29	8	0	36	3.172
Instituições	22	49.992	1	112	0	93	49.901
Sociedades	15.360	254.371	5.763	1.567	2.465	616	259.936
Dos quais: Empréstimo Especializado	542	22.347	283	98	90	-170	22.417
Dos quais: PME	6.305	35.834	2.648	167	261	1.925	39.064
Varejo	11.120	355.030	3.763	859	769	1.031	360.759
Garantido por imóveis	8.878	276.324	2.316	363	224	483	282.300
PME	1.772	3.763	366	24	91	209	5.054
Não PME	7.106	272.561	1.950	339	133	274	277.245
Qualificação Renovável	119	20.204	74	78	70	20	20.100
<i>Outros Itens de Varejo</i>	2.124	58.502	1.374	419	474	528	58.359
PME	1.243	15.564	725	102	185	548	15.795
Não PME	881	42.938	648	317	289	-20	42.564
Participação	4	7.980	0	0	0	0	7.985
Abordagem IRB total	26.564	670.524	9.555	2.548	3.234	1.776	681.752
Abordagem padronizada							
Governos centrais ou bancos centrais	2	242.915	111	0	0	0	242.804
Governos regionais ou autoridades locais	270	7.984	5	0	0	0	7,979
Entidades do setor público	2	11.662	1	0	0	0	11.661
Bancos de desenvolvimento multilaterais	0	1.402	0	0	0	0	1.402
Organizações internacionais	0	7	0	0	0	0	7
Instituições	9	47.266	0	108	0	1	47.266
Sociedades	10.636	103.380	352	917	1.583	341	103.028
dos quais: PME	6.006	18.843	336	162	372	112	18.507
Varejo	8.505	214.789	73	3.149	7.849	1.656	214.716
dos quais: PME	2.462	34.312	40	183	760	120	34.272
Garantido por hipoteca de bens imóveis	5.600	99.712	25	562	308	93	99.687
dos quais: PME	2.016	9.350	10	0	22	9	9.340
Itens associados a riscos particularmente altos	0	1.705	104	0	0	1	1.601
Títulos de dívida cobertos	0	3.406	0	0	0	0	3.406
Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	0	2	0	0	0	0	2
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	0	117	0	0	0	0	117
Exposições patrimoniais	0	562	0	0	0	0	562
Outras exposições	388	97.500	7.983	856	31	31	89.518
Exposições totais não cumpridas (apenas Abordagem STD)	25.412	0	15.629	0	215	0	9.783
Abordagem Padronizada total	25.412	832.408	24.282	5.592	9.987	2.122	833.537
Total	51.976	1.502.932	33.838	8.140	13.221	3.898	1.515.289

Notas Cálculo de valores líquidos: Valores Líquidos IRB = Exposições no momento da inadimplência + Exposições sem inadimplência - Ajuste do risco de crédito específico - Ajuste do crédito de risco geral - Baixas acumuladas. Valores Líquidos STD = Exposições sem inadimplência - Ajuste do risco de crédito específico. Valores Líquidos Totais STD para as exposições no momento da inadimplência = Exposições no momento da inadimplência - Ajuste do risco de crédito específico.

* A linha de Total de Exposições no momento da inadimplência (apenas a abordagem) é a soma de todas as exposições no momento da inadimplência e está incluída para mostrar o ajuste do risco de crédito específico das exposições no momento da inadimplência.

▪ 51. ABORDAGEM PADRONIZADA - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO E EFEITOS CRM (CR4)

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

	Exposures antes de CCF e CRM		Exposições após CCF e CRM		RWAs e densidade de RWA	
	Valor registrado no balanço patrimonial	Valor não registrado no balanço patrimonial	Valor registrado no balanço patrimonial	Valor não registrado no balanço patrimonial	RWAs	Densidade RWA
Governos centrais ou bancos centrais	230.405	12.399	233.316	6.609	4.543	1,89%
Governos regionais ou autoridades locais	7.728	251	7.425	17	222	2,98%
Entidades do setor público	11.013	648	10.322	525	396	3,65%
Bancos de desenvolvimento multilaterais	1.374	28	3.110	28	4	0,11%
Organizações internacionais	7	0	7	0	7	-
Instituições	20.798	26.467	20.240	19.572	6.818	17,12%
Sociedades	68.148	34.880	64.526	12.370	74,157	96,44%
Varejo	138.400	76,316	134.020	2.467	97.527	71,45%
Garantido por hipoteca de bens imóveis	91.169	8.518	90.854	1.118	39.424	42,87%
Exposições inadimplentes	9.423	360	9.328	238	10.527	110,04%
Itens associados a riscos particularmente altos	1.599	2	1.599	0	2.399	150,00%
Títulos de dívida cobertos	3.406	0	3.406	0	456	13,38%
Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	2	0	2	0	2	100%
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	110	7	608	93	292	41,73%
Exposições patrimoniais	562	0	562	0	562	100%
Outras exposições	76,040	13.477	79.380	2.578	62.096	5,79%
Abordagem Padronizada total	660.184	173.353	658.705	45.616	299.430	42,51%

• TABELA 51.b. ABORDAGEM PADRONIZADA - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO E EFEITOS CRM (CR4)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017					
	Exposures antes de CCF e CRM		Exposições após CCF e CRM		RWAs e densidade de RWA	
	Valor registrado no balanço patrimonial	Valor não registrado no balanço patrimonial	Valor registrado no balanço patrimonial	Valor não registrado no balanço patrimonial	RWAs	Densidade RWA
Governos centrais ou bancos centrais	1.947	1.262	1.939	281	714	32,16%
Instituições	41.689	8.325	32.886	3.992	9.232	25,03%
Sociedades	169.186	100.545	163.490	35.561	108.719	54,62%
Dos quais: Empréstimo Especializado	20.204	2.685	20.204	989	17.774	83,87%
Dos quais: PME	35.600	6.539	35.129	2.478	19.097	50,78%
Varejo	327.189	38.961	327.381	24.541	79.605	22,62%
Garantido por imóveis	270.449	14.754	270.813	9.667	48.319	17,23%
PME	5.363	171	5.348	85	1.262	23,23%
Não PME	265.086	14.582	265.464	9.582	47.057	17,11%
Qualificação Renovável	3.031	17.291	3.068	10.586	4.141	30,33%
Outros Itens de Varejo	53.709	6.916	53.501	4.288	27.144	46,97%
PME	12.703	4.105	12.494	2.079	4.811	33,01%
Não PME	41.007	2.812	41.007	2.209	22.334	51,68%
Participação	7.985	0	7.985	0	15.755	197,32%
Abordagem IRB total	547.996	149.092	533.681	64.375	214.025	35,79%

Nota: securitizações não incluídas

▪ **TABELA 52. VALOR LÍQUIDO DE EXPOSIÇÕES (CRB-B)**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	Exposição líquida no fim do período	Exposição líquida média no período
Governos centrais ou bancos centrais	3.172	2.955
Empresas	49.901	52.129
<i>Sociedades</i>	259.936	263.152
Dos quais: Empréstimo Especializado	22.417	23.328
Dos quais: PME	39.064	36.782
Varejo	360.759	350.006
Garantido por imóveis	282.300	275.512
PME	5.054	4.343
Não PME	277.245	271.169
Qualificação Renovável	20.100	19.663
Outros Itens de Varejo	58.359	54.830
PME	15.795	13.642
Não PME	42.564	41.188
Participação	7.985	8.554
Abordagem IRB total	681.752	676.795
Governos centrais ou bancos centrais	242.804	224.876
Governos regionais ou autoridades locais	7.979	8.480
Entidades do setor público	11.661	11.613
Bancos de desenvolvimento multilaterais	1.402	1.497
Organizações internacionais	7	2
Instituições	47.266	45.783
Sociedades	103.028	104.254
dos quais: PME	18.507	14.961
Varejo	214.716	213.716
dos quais: PME	34.272	32.643
Garantido por hipoteca de bens imóveis	99.687	102.338
dos quais: PME	9.340	13.518
Exposições inadimplentes	9.783	8.755
Itens associados a riscos particularmente altos	1.601	1.551
Títulos de dívida cobertos	3.406	3.669
Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	2	3
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	117	776
Exposições patrimoniais	562	1.025
Outras exposições	89.518	82.260
Abordagem Padronizada total	833.537	810.597
Total	1.515.289	1.487.392

Nota: securitizações não incluídas

A EAD média do Grupo aumentou em 9,1%, principalmente devido ao crescimento da exposição nas categorias de governos centrais ou bancos centrais e varejistas de acordo com o método padrão e o aumento da EAD nos segmentos corporativo e de varejo nos termos do método IRB.

O seguinte gráfico mostra a distribuição por área geográfica da exposição do Grupo Santander ao risco de crédito e diluição.

• TABELA 53. DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPOSIÇÕES (CRB-C)

Milhões de Euros

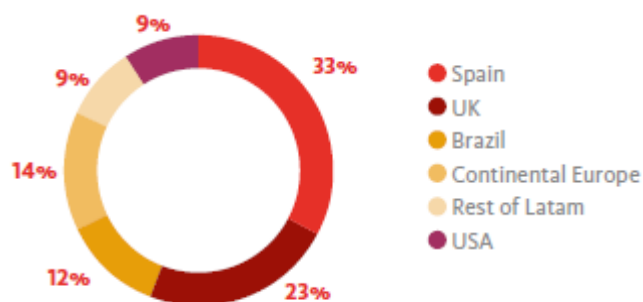
31 de dezembro de 2017								
Exposição original	Espanha	Reino Unido	Brasil	Europa Continental	Restante da América Latina	Estados Unidos	Restante do mundo	Total
Abordagem IRB								
Governos centrais ou bancos centrais	2.620	116	-	6	202	266	-	3.209
Instituições	25.670	9.585	-	4.447	6.040	3.802	470	50.014
Sociedades	139.548	41.620	21.463	31.963	17.684	17.328	126	269.731
Varejo	113.810	196.363	-	55.934	2	42	-	366.150
Participação	7.088	131	571	106	27	-	63	7.985
Abordagem IRB total	288.735	247.814	22.034	92.455	23.955	21.437	658	697.088
Abordagem padronizada								
Governos centrais ou bancos centrais	93.622	52.290	47.792	21.406	22.545	4.674	588	242.915
Governos regionais ou autoridades locais	6.889	1	18	690	351	35	0	7.984
Entidades do setor público	1.034	0	1.199	1.724	429	7.277	0	11.662
Bancos de desenvolvimento multilaterais	0	1.273	0	121	7	0	0	1.402
Organizações internacionais	7	0	0	0	0	0	0	7
Instituições	12.393	9.178	4.638	4.075	5.152	11.695	135	47.266
Sociedades	11.393	21.536	14.734	23.573	14.819	17.024	300	103.380
Varejo	28.230	17.135	56.935	40.871	36.552	33.811	1.255	214.789
Garantido por hipoteca de bens imóveis	11.896	1.055	9.326	18.238	24.889	34.201	106	99.712
Exposições inadimplentes	11.170	667	4.797	3.833	2.960	1.956	27	25.412
Itens associados a riscos particularmente altos	106	0	0	315	1.218	67	0	1.705
Títulos de dívida cobertos	0	2.980	0	426	0	0	0	3.406
Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	2	0	0	0	0	0	0	2
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	97	10	7	2	0	2	0	117
Exposições patrimoniais	343	0	0	216	3	0	0	562
Outras exposições	47,875	8,483	14,696	6.307	10.862	9.256	20	97.500
Abordagem SA total	225.057	114.609	154.140	121.799	119.786	119.\\997	2.432	857.820
Total	513.792	362.422	176.175	214.254	143.741	141.435	3.089	1.554.908

Nota: os números refletem a exposição original (CR-IRB coluna 20, CRSA coluna 10). Securitizações não incluídas

A distribuição geográfica de portfólios padrão está concentrada principalmente no Brasil, Europa Continental e Espanha. Os segmentos mais importantes continuam sendo as administrações centrais (com forte presença da Espanha, Reino Unido e Brasil), varejistas e corporações, os quais tenham presença significativa no Reino Unido e na Europa Continental (excluindo a Espanha).

Em relação aos portfólios IRB, a maior parte da exposição se concentra nos varejistas e segmentos corporativos da Espanha e do Reino Unido.

▪ EXPOSIÇÕES POR ÁREA GEOGRÁFICA



Legenda:

Spain - Espanha

UK – Reino Unido

Brazil - Brasil

Continental Europe - Europa Continental

Rest of Latam - Restante da América Latina

USA - EUA

▪ **TABELA 54. CONCENTRAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES POR SETOR OU TIPOS DE CONTRAPARTE (CRB-D)**

Milhões de Euros

Exposição original	Atividades imobiliárias	Serviços Profissionais	acomodação e alimentação;	Construção	Fabricação	Outros serviços de Varejo (Pessoas Físicas)	Setor Primário	Setor Público	Serviços Públicos	Transporte e armazenagem	Total	
Abordagem IRB												
Governos centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	649	0	0	2.332	0	223	5	3.209
Instituições	62	128	104	669	33.241	97	72	14.020	1.581	27	12	50.014
Sociedades	27.018	46.066	24.547	41.162	40.869	46	12.850	5.443	25.884	29.291	16.554	269.731
Varejo	213.832	7.807	3.123	4.693	6.505	122.521	1.719	1.443	2.587	193	1.726	366.150
Participação	2.019	1	325	22	4.851	0	63	359	280	6	59	7.985
Abordagem IRB total	242.931	54.002	28.100	46.546	86.115	122.664	14.706	23.597	30.331	29.739	18.356	697.088
Abordagem Padronizada												
Governos centrais ou bancos centrais	0	0	0	1	739	0	0	241.215	0	955	4	242.915
Governos regionais ou autoridades locais	0	0	0	0	41	1	0	7.622	318	0	2	7.984
Entidades do setor público	31	0	42	5	143	0	4	10.384	29	619	406	11.662
Bancos de desenvolvimento multilaterais	0	0	0	0	1.402	0	0	0	0	0	0	1.402
Organizações internacionais	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7
Instituições	151	696	51	246	45.317	298	52	45	337	24	47	47.266
Sociedades	5.555	18.865	7.805	13.368	31.832	2.075	4.567	4.522	5.839	5.073	3.879	103.380
Varejo	607	14.354	4.689	5.267	4.785	169.711	5.397	4.612	2.198	604	2.564	214.789
Garantido por hipoteca de bens imóveis	22.396	6.237	4.097	3.278	11.660	41.882	2.685	4.183	1.362	420	1.510	99.712
Exposições inadimplentes	1.092	2.009	8.791	1.061	1.159	9.027	770	433	437	241	392	25.412
Itens associados a riscos particularmente altos	350	0	1.234	0	112	9	0	0	0	0	0	1.705
Títulos de dívida cobertos	0	0	0	0	3.406	0	0	0	0	0	0	3.406
Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	0	0	0	0	117	0	0	0	0	0	0	117
Exposições patrimoniais	0	0	0	0	562	0	0	0	0	0	0	562
Outras exposições	157	2.378	11	1.588	68.723	2.883	63	18.574	940	1.410	772	97.500
Abordagem Padronizada total	30.340	44.540	26.721	24.815	170.007	225.886	13.538	291.591	11.460	9.347	9.576	857.820
Total	273.271	98.541	54.821	71.361	256.122	348.550	28.243	315.188	41.791	39.086	27.932	1.554.908

Nota: a exposição original é mostrada (CR-IRB coluna 20, CRSA coluna 10).
Securitizações não incluídas

Para simplificar a análise das exposições, alguns setores foram agrupados (de 19 a 110) com base em sua representação:

- Setor primário: Setor primário: agricultura, silvicultura e pesca; mineração e extração.
- Serviços públicos: fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado; fornecimento de água.
- Comércio, Acomodação: atividades de acomodação e alimentação; comércio no atacado e varejo.
- Serviços Profissionais: atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades administrativas e serviço de suporte.
- Outros serviços: Informação e comunicação; educação; arts, entretenimento e recreação; Outros serviços.
- Setor público: administração pública e defesa, previdência compulsória; serviços de saúde humana e atividades de trabalho social.

Para a Abordagem Padrão, os setores de negócios com maior exposição são: pessoas físicas, setor público e outros serviços. Quanto ao IRB, os setores com a mais alta exposição são: atividades imobiliárias; serviços a pessoas físicas e outros serviços.

• TABELA 55. VENCIMENTO DAS EXPOSIÇÕES (CRB-E)

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017						
Exposição original	À vista	<= 1 ano	r > 1 an <=		Sem	Total
			5 anos	> 5 anos	vencimento declarado	
Abordagem IRB						
Governos centrais ou bancos centrais	0	285	2.923	0	0	3.209
Instituições	107	24.580	24.192	1.019	115	50.014
Sociedades	482	92.096	144.109	28.143	4.901	269.731
Varejo	4.856	13.651	114.609	226.322	6.711	366.150
Participação	0	0	7.985	0	0	7.985
Abordagem IRB total	5.446	130.612	293.819	255.485	11.727	697.088
Abordagem Padronizada						
Governos centrais ou bancos centrais	53.102	102.980	35.394	46.168	5.271	242.915
Governos regionais ou autoridades locais	0	2.150	3.636	2.194	5	7.984
Entidades do setor público	0	2.084	905	8.633	39	11.662
Bancos de desenvolvimento multilaterais	0	49	734	618	0	1.402
Organizações internacionais	0	7	0	0	0	7
Instituições	1.516	23.180	7.641	13.916	1.012	47.266
Sociedades	2.923	33.698	45.870	17.623	3.266	103.380
Varejo	14.113	74.537	91.658	29.572	4.909	214.789
Garantido por hipoteca de bens imóveis	6.524	9.194	18.259	65.669	66	99.712
Exposições inadimplentes	424	12.141	4.298	8.249	300	25.412
Itens associados a riscos particularmente altos	45	428	531	701	0	1.705
Títulos de dívida cobertos	426	540	1.733	707	0	3.406
Créditos em instituições e sociedades com avaliação de crédito de curto prazo	2	0	0	0	0	2
Comprometimentos de investimentos coletivos (CIU)	0	0	117	0	0	117
Exposições patrimoniais	0	0	0	0	562	562
Outras exposições	847	52.826	14.247	8.042	21.539	97.500
Abordagem Padronizada total	79.923	313.814	225.022	202.091	36.970	857.820
Total	85.369	444.426	518.841	457.576	48.697	1.554.908

Nota: a exposição original é mostrada (CR-IRB coluna 20, CRSA coluna 10).
Securitizações não incluídas

Na distribuição dos vencimentos com exposição padrão, os prazos abaixo de um ano e entre um e cinco anos têm o maior grau de exposição.

Na distribuição dos vencimentos de exposição nos modelos IRB, os prazos entre um e cinco anos e acima de cinco são aqueles que têm a maior exposição.

As duas tabelas a seguir mostram todas as exposições por tipo de contraparte e área geográfica.

▪ TABELA 56. QUALIDADE DE CRÉDITO POR SETOR OU TIPO DE CONTRAPARTE (CR1-B)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017			
	Valor contábil bruto de ¹		Encargos sobre o ajuste do risco de crédito do período ³	Valores líquidos ⁴
	Exposições inadimplentes	Exposições adimplentes		
Agricultura, silvicultura e pesca	426	8.016	254	8.188
Mineração e extração.	309	5.040	219	5.130
Produção	2.134	39.242	1.265	40.111
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado;	619	15.331	323	15.627
Fornecimento de água	76	1.412	48	1.441
Construção	6.336	32.462	3.072	35.726
Comércio no atacado e varejo.	3.037	57.495	2.121	58.411
Transporte e armazenagem	522	15.308	393	15.436
Atividades de acomodação e alimentação	944	8.828	279	9.493
Informação e comunicação	139	8.354	99	8.394
Atividades imobiliárias	2.171	25.192	2.130	25.233
Atividades profissionais, científicas e técnicas	625	13.198	308	13.516
Atividades administrativas e serviço de suporte	578	11.073	429	11.222
Administração pública e defesa, previdência social obrigatória	2	183	1	184
Educação	111	3.102	93	3.120
Serviços de saúde humana e atividades de trabalho social	398	7.371	187	7.582
Arts, entretenimento e recreação	85	1.339	36	1.387
Outros serviços	713	16.942	559	17.095
Total²	19.224	269.885	11.815	277.294

1) Somente no saldo.

2) Somente empréstimos a sociedades sem fins lucrativos.

3) Inclui: Todas as provisões + alterações acumuladas ao valor justo devido ao risco de crédito.

4) Valores líquidos = Exposições de liquidação duvidosa + Exposições rentáveis - Encargos sobre o ajuste do risco de crédito do período.

• TABELA 57. QUALIDADE DE CRÉDITO DAS EXPOSIÇÕES POR QUESTÕES GEOGRÁFICAS (CR1-C)

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017				
	Valores contábeis brutos de		Encargos sobre o ajuste do risco de crédito do período ¹	Valores líquidos ²
	Exposições inadimplentes	Exposições adimplentes		
Espanha	19.289	402.435	8,683	413.041
União Europeia ex Espanha	9.373	592.805	5.857	596.321
Estados Unidos and Porto Rico	2.205	155.123	3.636	153.692
Restante da OCDE	2.969	132.738	2.007	133.701
América Latina (sem OCDE)	5.522	191.811	4.850	192.483
Restante do mundo	163	19724	93	19.795
Total	39.521	1.494.637	25.125	1.509.032

Nota: A tabela inclui: a exposição patrimonial dos empréstimos, renda fixa e saldos à vista nos bancos centrais e instituições de crédito. A exposição extrapatrimonial está incluída.

1) Inclui: todas as provisões + alterações no valor justo acumulado devidas ao risco de crédito (todos os números estão na exposição patrimonial).

2) Valores líquidos = Exposições de liquidação duvidosa + Exposições rentáveis - Encargos sobre o ajuste do risco de crédito do período. Os ajustes extrapatrimoniais (não incluídos) totalizam € 617 milhões.

A tabela a seguir mostra o volume dos NPLs e reestruturações de dívida.

▪ **TABELA 58. EXPOSIÇÕES NÃO REALIZÁVEIS E EXCLUÍDAS (CR1-E)**

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017											
Valor contábil bruto de exposições realizáveis e não realizáveis							Redução ao valor recuperável acumulada e provisões e ajustes ao valor justo negativo devido ao risco de crédito				
							Em exposições não realizáveis				

A tabela abaixo apresenta a alteração anual nas perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

· TABELA 59. ALTERAÇÕES NAS PARTICIPAÇÕES COM AJUSTES DE RISCO DE CRÉDITO GERAL E ESPECÍFICO (CR2-A)

Milhões de Euros

	Ajuste do risco de crédito específico	Ajuste do risco de crédito geral acumulado
Saldo inicial	15.895	9.179
Aumentos devido a valores provisionados para perdas com empréstimos estimadas durante o período	17.640	1.818
Reduções devido a valores revertidos para perdas com empréstimos estimadas durante o período	-5.870	-2.691
Reduções devido a valores tomados contra ajustes ao risco de crédito acumulado	-13.589	0
Transferências entre ajustes ao risco de crédito	63	-127
Impacto das diferença cambiais	-730	-716
Combinações de negócios, incluindo aquisições e alienações of subsidiárias	4.192	683
Outros ajustes	-396	-321
Saldo final	17.204	7.824
Recuperações sobre ajustes ao risco de crédito registradas diretamente na demonstração de resultado	1.625	-
Ajustes específicos ao risco de crédito registrados diretamente na demonstração de resultado	-	-

Os ativos baixados anteriormente recuperados em 2017 totalizaram EUR 1.625 milhão.

A tabela a seguir mostra o capital de empréstimo e instrumentos de dívida classificados como não realizáveis entre o fechamento do exercício anterior e o exercício corrente.

• **TABELA 60. ALTERAÇÕES NAS PARTICIPAÇÕES EM EMPRÉSTIMOS E TÍTULOS DE DÍVIDA NÃO REALIZÁVEIS E COM REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (CR2-B)**

Milhões de Euros

	Valor contábil bruto de exposições não realizáveis
Saldo inicial	34.284
Empréstimos e títulos de dívida não realizáveis ou com redução ao valor recuperável desde o último período contábil ¹	8.925
Retorno para a situação realizável	-
Valores baixados	-13.570
Outras alterações	8.556
Saldo final	38.194

1): Os valores se referem a não realizáveis novos líquidos

A tabela abaixo apresenta a idade das exposições com saldos vencidos, por tipo de produto.

• **TABELA 61. ENVELHECIMENTO DE EXPOSIÇÕES VENCIDAS (CR1-D)**

Milhões de Euros

	Valores contábeis brutos					
	< 30 dias	> 30 dias < 60 dias	> 60 dias < 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 1 ano	> 1 ano
Empréstimos	18.134	6.755	3.669	5.336	4.873	15.015
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	0
Exposição total	18.134	6.755	3.669	5.336	4.873	15.015

Notas A carteira de negociação não está incluída. Sem incluir inadimplências ou empréstimos considerados duvidosos por razões subjetivas

3.3. Sistemas internos de *rating*

Desde 1993, o Grupo tem usado seus próprios modelos de rating e pontuação internos para mensurar a qualidade de crédito de clientes. Cada rating ou pontuação indica uma probabilidade de inadimplemento, mensurada com base na experiência de inadimplemento histórica do Banco (exceto no caso de baixas carteiras inadimplentes). Mais de 400 modelos de rating internos são usados no processo de aprovação de crédito e monitoramento de risco do Grupo.

Ferramentas globais de rating são usadas para os segmentos Global Corporate Banking, como Corporativo, GCB, Solvência, Instituições Financeiras e Empréstimos Especializados, que são gerenciadas centralmente em nível de Grupo em termos de atribuição de rating e monitoramento de risco. O rating que essas ferramentas atribui a cada cliente é obtido utilizando-se um modelo de julgamento de especialista, o qual se baseia em um parecer de analista, com o suporte de um módulo quantitativo ou automático sobre índices do balanço patrimonial ou variáveis macroeconômicas.

Nos modelos globais, o módulo quantitativo é calibrado usando o preço de mercado de swaps de crédito. É construído um modelo que relaciona a probabilidade de inadimplemento (PD) implícita no mercado extraída dos spreads de CDS para dados macroeconômicos do país ou dados do balanço da sociedade. Consequentemente, esses dados podem ser usados para estimar a PD, mesmo para empresas para as quais nenhuma cotação de CDS líquido está disponível.

O analista toma essas informações como uma referência, mas as revisará e ajustará para obter o rating final, o qual, dessa forma, será baseado de maneira decisiva no julgamento do especialista. Ocasionalmente, no caso de CGB Societário, o rating também é ajustado quando a sociedade pertence a um do qual recebe suporte explícito.

Para o segmento Corporativo e de Instituições (incluindo PMEs com alto turnover), a controladora do Grupo Santander estabeleceu uma metodologia única de construção de um rating para cada país. Nesse caso, o rating é determinado por um módulo automático que utiliza uma entrada de analista inicial e que pode ou não ser complementada em um estágio posterior. O módulo automático determina o rating em duas fases. uma fase quantitativa e uma fase qualitativa. A fase qualitativa é baseada em um questionário corretivo, que permite ao analista modificar a pontuação automática por um número limitado de pontos de rating. O Grupo Santander está caminhando em direção a uma nova metodologia de rating que busca incorporar todas as informações disponíveis (comportamento interno, fontes externas, etc.) de uma maneira mais estruturada, de modo a atribuir estatisticamente um peso à pontuação objetiva (automática) e à pontuação subjetiva (especialista) de acordo com as características do cliente e opinião do analista quanto à capacidade do cliente de agregar valor, simplificando, assim, a melhorando a atribuição de ratings.

Os ratings de cliente são revisados em intervalos periódicos para levar em consideração as novas informações disponíveis. Os ratings são revisados mais frequentemente quando certos alertas automáticos são acionados em no caso de clientes colocados em *special watch*. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para ajustar os ratings que elas geram.

Para o segmento de varejo (Pessoas Físicas e PMEs), o Grupo possui ferramentas de pontuação que atribuem automaticamente uma pontuação às transações submetidas à aprovação.

Esses sistemas de aprovação de crédito são complementados por modelos de rating comportamental, que proporcionam uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e são usados não só quando aceitam novos riscos, mas também ao monitorar limites de definição de riscos.

O comitê de modelos aprovou o seguinte mapeamento entre os ratings internos e as probabilidades de inadimplementos para as carteiras globais.

• **TABELA 62. MAPEAMENTO DE RATINGS INTERNOS E PD**

Global Corporate Banking		Bancos		Instituições Financeiras	não bancos
Rating	PD	Rating	PD	Rating	PD
9,3	0,008%	9,3	0,008%	9,3	0,002%
9,2	0,008%	9,2	0,009%	9,2	0,002%
9,0	0,010%	9,0	0,011%	9,0	0,003%
8,5	0,017%	8,5	0,018%	8,5	0,006%
8,0	0,029%	8,0	0,030%	8,0	0,012%
7,5	0,049%	7,5	0,050%	7,5	0,024%
7,0	0,083%	7,0	0,083%	7,0	0,050%
6,5	0,140%	6,5	0,138%	6,5	0,103%
6,0	0,236%	6,0	0,229%	6,0	0,212%
5,5	0,397%	5,5	0,378%	5,5	0,437%
5,0	0,668%	5,0	0,624%	5,0	0,900%
4,5	1,122%	4,5	1,030%	4,5	1,853%
4,0	1,879%	4,0	1,694%	4,0	3,814%
3,5	3,128%	3,5	2,776%	3,5	7,853%
3,0	5,166%	3,0	4,515%	3,0	16,169%
2,5	8,415%	2,5	7,264%	2,5	33,289%
2,0	13,418%	2,0	11,483%	2,0	45,000%
1,5	20,723%	1,5	17,687%	1,5	45,000%
1,0	30,600%	1,0	26,248%	1,0	45,000%

Essas PDs são aplicadas de maneira consistente em todo o Grupo, alinhadas com a gestão global dessas carteiras. Como pode ser visto, a PD atribuída a qualquer rating interno dado não é exatamente a mesma em diferentes carteiras. Exigências Regulatórias demandam calibração de PD diferenciada.

3.4. Atribuição de rating e estimativa de parâmetro

Mensurar o risco de crédito de uma transação que envolve o cálculo tanto da perda esperada como não esperada sobre a transação. A perda não esperada é a base para o cálculo do capital regulatório e econômico e refere-se a um nível de perda muito alto, embora improvável, que não é considerado um custo recorrente, mas deve ser absorvido pelo capital. A

mensuração de risco engloba duas etapas separadas: estimar o risco, e então atribuir os parâmetros de risco de crédito: PD, LGD e EAD.

PD, ou probabilidade de inadimplimento, estima a probabilidade que um cliente ou um contrato fique inadimplente em até 12 meses. A PD usada para capital regulatório é de longo prazo, ou PD “durante o ciclo”, que não é condicionada a um momento específico no ciclo.

O evento de inadimplimento que está sendo modelado baseia-se na definição dada no artigo 178 dos Regulamentos de Exigência de Capital do Banco Central Europeu¹, que considera que inadimplimento é definido para um cliente/contrato quando ocorre pelo menos uma das seguintes circunstâncias:

- A instituição considera que existe uma dúvida razoável de que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.
- O cliente/contrato estiver vencido há mais de 90 dias sobre qualquer obrigação de crédito substancial.

O evento a ser modelado em carteiras corporativas é inadimplimento de cliente, enquanto a PD é estimada com base no contrato em carteiras de varejo.

Os cálculos da PD são baseados na própria experiência interna da entidade, ou seja, em observações passadas de padrões de ratings ou pontuações.

LGD ou Perda por Inadimplimento é definida como a expectativa matemática da porcentagem de perda econômica em caso de evento de inadimplimento.

Os cálculos da LGD baseiam-se em dados internos referentes ao lucro e despesas incorridos pela instituição durante o processo de recuperação, uma vez que o evento de inadimplimento surgiu, descontado na data de início do inadimplimento.

A LDG calculada para determinar o capital regulatório é LGD em queda, ou seja, considerada para o pior cenário no ciclo econômico.

Além da estimativa da LGD de queda a ser usada para operações normais, uma estimativa de perda específica é feita para operações em inadimplemento. Isso é determinado usando a LGD e ELBE (Estimativa da Melhor Perda Esperada) A ELBE tenta fornecer, em qualquer momento, a melhor estimativa de perda econômica com base principalmente no momento em que as operações estiveram em inadimplemento, considerando a situação econômica prevalecente, enquanto a LGD para transações em inadimplemento é elevada para quaisquer outras perdas inesperadas que possam ser reportadas durante o período de recuperação.

E finalmente, EAD, ou exposição ao inadimplemento, é calculada, significando o valor da dívida no momento do inadimplemento. Para o empréstimo de produtos ou qualquer produto sem valor registrado no balanço patrimonial, a EAD é igual ao saldo da transação mais quaisquer juros acumulados mais ainda não devidos.

Para produtos do tipo de linha de crédito, no entanto, é necessário estimar quaisquer quedas futuras que serão feitas entre o presente e o eventual evento de inadimplemento futuro, É por esse motivo que o CCF, ou Fator de Conversão de Crédito é calculado, o qual apresenta a porcentagem do saldo não usado atualmente (valor fora do balanço patrimonial) que seria utilizado no momento do inadimplemento.

Informações passadas sobre carteiras são essenciais para estimar parâmetros regulatórios, conforme estabelecidos no próprio Regulamento da UE (Regulamento (UE) Nº 575/2013). Os períodos de dados mínimos a serem usados nas estimativas é cinco ou sete anos, dependendo do parâmetro e carteira. O Banco possui um modelo de dados internos contendo informações passadas sobre carteiras o qual está sujeito a análise por divisões de supervisão internas (Validação e Auditoria) e por autoridades de supervisão. O método utilizado para estimar os parâmetros

de risco de crédito será atualizado de maneira correspondente de acordo com as Diretrizes sobre estimativa de PD, estimativa de PD e estimativa de LGD e tratamento de ativos inadimplentes, bem como as Diretrizes e RTS relacionadas à definição de inadimplemento de forma a incorporar as exigências e interpretações resultantes destes artigos.

Conforme já mencionado, para finalidades regulatórias, observações de frequência de inadimplemento e as perdas associadas devem ser pesadas durante um ciclo econômico total, no caso da PD, ou representa uma situação de queda no caso de LGD ou EAD.

É por essa razão que as observações recentes não são diretamente comparáveis aos parâmetros regulatórios, e exercícios de backtesting deveriam ser tratados com o devido cuidado. Veremos no item 3.9 que as frequências de inadimplemento observadas recentemente estão abaixo das PDs regulatórias em regiões com taxas de crescimento acima da média para o ciclo. De forma contrária, em regiões onde o crescimento econômico fica abaixo da média, as observações de inadimplemento poderão exceder as PDs regulatórias.

Em certas carteiras (conhecidas como carteiras de baixo inadimplemento), há pouca experiência de inadimplemento que abordagens alternativas para estimativa de parâmetros devem ser adotadas.

Notas 1 e 2 Regulamento (UE) Nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 sobre as exigências de prudência para instituições de crédito e firmas de investimento.

Carteiras

de baixo inadimplemento: GCB Corporativos; Bancos; Instituições Financeiras Não Banco; e governos centrais

Estimativas de PD e LGD em carteiras de inadimplemento baixo baseiam-se principalmente em estudos realizados por agências de rating externas, que reflete a experiência em pool de grandes quantidades de empresas e países

classificados pelas agências. Essas bases de dados contêm informações históricas aprofundadas para ajudar a identificar ciclos econômicos completos e analisar situações de queda.

A definição de inadimplemento empregada pelas agências está sujeita a uma comparação detalhada contra exigências regulatórias. Mesmo se isso não produzir uma combinação perfeita, o processo possui itens suficientes em comum para possibilitar que ele seja utilizado.

Para PD, as agências não reportam diretamente estimativas TTC, mas sim a quantidade de observações de inadimplemento anual. As observações são medidas em um ciclo econômico por ratings externos para se obter a PD em um TTC. A PD em um TTC atribuída a todas as contrapartes com ratings externos, que mais tarde ajuda a calibrar o rating interno. No entanto, a PD não dependerá do rating externo da contraparte, mas em seu rating interno, e também poderá ser aplicada para clientes sem rating externo.

Os parâmetros estimados para carteiras globais são os mesmos para todas as unidades do Grupo. Assim, a instituição financeira com um rating de 8,5 terá a mesma PD, independente da unidade na qual a exposição é registrada.

Corporativos (incluindo PMEs, especializadas em empréstimos e recebíveis)

Para carteiras de clientes que possuem um gerente de contra atribuído a elas, a estimativa tem por base uma experiência interna da própria entidade; A PD é calculada para clientes observando novas NPLs na carteira e relacionando-as aos ratings atribuídos para os clientes em questão. Para tanto, frequências de inadimplementos observadas em um longo período são calculadas para um rating ou grupo de ratings e são ajustadas para a PD média observada para cada carteira durante um ciclo econômico completo.

Em contraste a carteiras de inadimplimento baixo, carteiras corporativas possuem sistemas de rating específicos para cada unidade de Grupo, requerendo calibrações de PD específicas em cada caso.

Em carteiras Corporativas, a LGD é calculada sobre a base de recuperações observadas de transações inadimplidas. Esse cálculo considera não apenas as entradas e saídas de caixa associadas com o processo de recuperação, mas também o período desses fluxos, de modo a calcular o valor presente deles, bem como os custos diretos e indiretos de recuperação. As estimativas LGD usadas para fins regulatórios devem ser estimativas LGD de queda. A existência de variáveis principais (conhecidas como “*drivers*”) é modelada para explicar o surgimento de diferentes LGDs para grupos de operações diferentes. Os principais *drivers* empregados são a idade das operações, se foi fornecida ou não garantia, tipo de garantia, seu índice de empréstimo a valor, etc. Essas variáveis explicativas devem ter significado estatístico e ter bom senso comercial. ELBE e LGD estimadas também são calculadas para operações inadimplentes.

Por fim, EAD, ou exposição a inadimplimento, é estimada comparando o percentual de utilização das linhas de crédito compromissadas no momento de inadimplimento e em circunstâncias normais, para estimar a extensão em que os clientes fazem maior uso de suas linhas de crédito conforme eles se aproximam de inadimplimento. Para estimar o CCF, as informações sobre inadimplimentos são reunidas das bases de dados e a situação de saldo (sobre e fora do balanço patrimonial) é comparada entre o momento de inadimplimento e ocasiões anteriores quando a queda na qualidade de crédito dos clientes ainda não havia sido observada.

Carteiras de varejo.

Em carteiras onde os clientes não possuem um gerente de conta designado a eles, mas são tratados em bases coletivas e padronizadas, PDs são também estimadas com base na experiência interna da entidade, embora a unidade de dados para atribuir PDs é a transação, não o consumidor.

Os PDs são calculados observando-se os novos NPLs e relacionando cada novo NPL à pontuação designada à operação à época da aprovação ou, para operações acima de um determinado age, ao rating do cliente. Quanto às carteiras das Sociedades, o LGD é calculado com base em um processo de recuperação observada, ajustada às condições de desaceleração. ELBE e LGD estimadas também são calculadas para operações inadimplentes. A estimativa de EAD é também semelhante à das Sociedades.

Os parâmetros de risco para carteiras de varejo devem ser estimados em separado para cada entidade, país e segmento, devendo ser revisados pelo menos uma vez por ano.

Os parâmetros são então atribuídos às operações registradas no balanço patrimonial de cada unidade, para fins de cálculo dos prejuízos e exigências de capital estimados, associados à exposição da unidade.

As tabelas abaixo apresentam um sumário dos modelos de parâmetros usados nas diferentes regiões

• TABELA 63. MODELOS DE PARÂMETRO IRB POR REGIÃO

Modelos globais

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.	Descrição					
PD	Sociedades	1	- PD Sociedades	40.238	Modelo que utiliza a classificação de agência equivalente e relaciona a classificação interna com o ODF (S&P) através de modelo de regressão	>10	Sociedades	PD > 0,03%
	IFIs	2	PD Bancos - PD IFIs Não Bancários	8.796			Sociedades, Instituições Financeiras	PD > 0,03%
	Soberano	1	PD Soberano	714			Soberano	Não
LGD	Sociedades	1	LGD Sociedades	40.238	Modelos baseados em relatórios publicados pela Moody's e S&P	>10	Sociedades	45%
	IFIs	2	- Bancos LGD - LGD IFIs Não Bancárias	87,96			Sociedades, Instituições Financeiras	45%
	Soberano	1	LGD Soberano	714			Soberano	Não
EAD	Sociedades, IFIs no Banco	1	EAD Sociedades e IFIs não bancárias	43.468	Modelo baseado em: casos internos de inadimplimento e variáveis de inadimplimento	1-5	Sociedades, Instituições Financeiras	A EAD deve ser no mínimo igual à utilização atual do balanço no nível da conta
	Project Finance	1	EAD do Project Finance	16.464			Empréstimo Especializado, Soberano	

Carteiras espanholas

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.	Descrição					
PD	Sociedades não padronizadas	3	PD Sociedades Locais	32.957	Modelos estatísticos, com base na experiência interna em inadimplementos ajustados ao ciclo econômico	6-10	Sociedades	>0.03%
			PD Sociedades não padronizadas			>10		
			PD Imóveis comerciais			>10		
	Sociedades / micro-empresas padronizadas	1	PD Pessoas Jurídicas Padronizadas (micro-empresas)	2.656		>10	Varejo Outros	
	Hipotecas do Varejo	1	PD Hipotecas	14.796		>10	Varejo	
	Varejo não hipotecário	8	PD Empréstimos	5.971		>10	Varejo Outros	
			PD Empréstimos, ING e Outros					
			PD Auto Consultor e Outros					
PD Saques a Descoberto								
PD Cartões de Crédito	Varejo Rotativo							
LGD	Sociedades não padronizadas	3	PD Sociedades Locais	32.957	Modelo com base em informações internas de recuperação Desaceleração devido à seleção dos piores anos do cicle	6-10	Sociedades	Não
			PD Sociedades não padronizadas			>10		
			PD Imóveis comerciais			>10		
	Sociedades / micro-empresas padronizadas	1	LGD Pessoas Jurídicas Padronizadas (micro-empresas)	2.656		>10	Varejo Outros	Não
	Hipotecas do Varejo	1	LGD Hipotecas	14.796		>10	Hipotecas do Varejo	Piso de 10% a nível de carteira, se aplicável
	Varejo não hipotecário	7	LGD Empréstimos	5.971		>10	Varejo Outros	Não
			LGD Empréstimos, ING e Outros					
			LGD Auto Consultor e Outros					
			LGD Saques a Descoberto					
	LGD Cartões de crédito	Varejo Rotativo						
EAD	Sociedades não padronizadas	3	EAD Sociedades locais	32.957	Modelo estatístico, onde as informações internas do balanço observado são utilizadas para obter uma CCF	>10	Sociedades	A EAD deve ser no mínimo igual à utilização atual do balanço no nível da conta
			EAD Sociedades não padronizadas				Varejo Outros	
			EAD Imóveis comerciais					
	Sociedades / micro-empresas padronizadas	1	EAD Pessoas Jurídicas Padronizadas (micro-empresas)	2.656			Varejo Outros	
	Varejo	2	EAD Empréstimos	20.767			Varejo Outros	
EAD Cartões de crédito			Varejo Rotativo					

Carteiras do Reino Unido

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.	Descrição					
PD	Hipotecas	1	Hipotecas	29.132	Modelo estatístico que produz um PD que é reduzido a uma média do ciclo.	>10	Hipotecas do Varejo	PD > 0,03%
	Consumidor	1	Consumidor	2.130	Modelo estatístico que produz um PD que é reduzido a uma média do ciclo.	6 – 10	Varejo Outros	PD > 0,03%
	Saques a Descoberto	1	Saques a Descoberto	2.192	Taxas observadas de inadimplemento, segmentadas em faixas estatísticas de pontuação, reduzidas a uma média a longo prazo.	6 – 10	Varejo Rotativo	PD > 0,03%
	Habitação popular	1	Habitação popular	783	Modelo de classificação de avaliação de perito	N/A Carteira com baixa inadimplência	Sociedades	PD > 0,03%
	- Modelos A&L (FIRB)	2	- MRA	5.967	Modelo estatístico de classificação para Sociedades	>10	Sociedades	PD > 0,03%
	A&L Modelos (Atribuição supervisória)	3	- Vantagem de crédito - IPRE - Financiamento de Aquisições - Financiamento de Projetos	1.105	Critérios de Atribuição Supervisória	N/A	Sociedades	N/A
LGD	Hipotecas	1	Hipotecas	29.132	Estimativas de prejuízos e probabilidade de baixa com base em dados internos, voltado a uma situação de desaceleração	1 – 5	Hipotecas do Varejo	LGD > 10% no nível da carteira
	Consumidor	1	Consumidor	2.130	Estimativas de prejuízos e probabilidade de baixa com base em regressão, com avaliação de perito, se apropriado	1 – 5	Varejo Outros	Não
	Saques a	1	Saques a Descoberto	2.192	Estimativas de	1 – 5	Varejo	Não

	Descoberto				prejuízos e probabilidade de baixa com base em dados internos, usando uma média de longo prazo		Rotativo	
	Habitação popular	1	Habitação popular	783	Estimativa com base em dados sobre o valor realizável da garantia	N/A Carteira com baixa inadimplência	Sociedades	Não
	- Modelos A&L (FIRB)	2	- MRA - Vantagem de crédito	5.967	Fundação IRB	>10 anos (apenas Sociedades)	Sociedades	Não
	A&L Modelos (Atribuição supervisória)	3	- IPRE - Financiamento de Aquisições - Financiamento de Projetos	1.105	Critérios de Atribuição Supervisória	N/A	Sociedades	N/A
EAD	Hipotecas	1	Hipotecas	29.132	Estimativas de CCD de longo prazo aplicados em totais dentro e fora do balanço patrimonial	6 - 10	Hipotecas do Varejo	A EAD deve ser no mínimo igual à utilização atual do balanço no nível da conta
	Consumidor	1	Consumidor	2.130	Modelo de Regressão	6 – 10	Varejo Outros	
	Saques a Descoberto	1	Saques a Descoberto	2.192	Estimativas de CCD de longo prazo aplicados em totais dentro e fora do balanço patrimonial	6 - 10	Varejo Rotativo	
	Habitação popular	1	Habitação popular	783	Estimativa com base em dados	N/A Carteira com baixa inadimplência	Sociedades	
	- Modelos A&L (FIRB)	2	- MRA - Vantagem de crédito	5.967	Fundação IRB	>10 anos (apenas Sociedades)	Sociedades	
	A&L Modelos (Atribuição supervisória)	3	- IPRE - Financiamento de Aquisições - Financiamento de Projetos	1.105	Critérios de Atribuição Supervisória	>10 anos (apenas Sociedades)	Sociedades	

Carteiras portuguesas

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.	Descrição					
PD	Sociedades não padronizadas	3	- Sociedades - Câmaras - Incorporadores imobiliários	3.694	Modelo estatístico, com base em dados internos que calibram o modelo de pontuação e realiza ajustes cíclicos.	>10	Sociedades	PD > 0,03%
	Sociedades padronizadas	2	- Pessoa física - Pessoa Jurídica	330			Varejo Outros	
	Hipotecas do Varejo	1	Hipotecas do Varejo	3.296			Hipotecas do Varejo	
	Varejo não hipotecário	3	- Cartões de crédito - Consumidor - Outros Varejos	600			Varejo Rotativo e outros	
LGD	Sociedades não padronizadas	3	- Sociedades - Câmaras - Incorporadores imobiliários	3.694	Modelo estatístico, com base nos dados internos de recuperação. Período de desaceleração com base nos piores anos do ciclo.	6 – 10	Sociedades	Não
	Sociedades padronizadas	2	- Pessoa física - Pessoa Jurídica	330			Varejo Outros	
	Hipotecas do Varejo	1	Hipotecas do Varejo	3.296			Hipotecas do Varejo	
	Varejo não hipotecário	1	Varejo não hipotecário	600			Varejo Rotativo e outros	
EAD	Sociedades não padronizadas	3	- Sociedades - Câmaras - Incorporadores imobiliários	3.694	Modelo estatístico, onde as informações internas do balanço observado são utilizadas para obter uma CCF	6 – 10	Sociedades	A EAD deve ser no mínimo igual à utilização atual do balanço no nível da conta
	Sociedades padronizadas	2	- Pessoa física - Pessoa Jurídica	330			Varejo Outros	
	Varejo	1	Varejo	3.896			Varejo Rotativo e outros	

Carteiras mexicanas

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos	Carteira Milhares de Euros	RWA de	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.						
PD	Sociedades não padronizadas	1	3.017		Modelo estatístico, com base na experiência interna em inadimplimentos Ajustados ao ciclo econômico	6 – 10	Sociedades	PD > 0,03%
	Governos estaduais e municipais e órgãos públicos	1	437				Instituições	
	Incorporadores imobiliários	1	572				Sociedades	
LGD	Sociedades não padronizadas	1	3.017		Modelo estatístico, com base nos dados internos de recuperação.	6 – 10	Sociedades	Não
	Governos estaduais e municipais e órgãos públicos	1	437		De acordo com o Apêndice 18 das atuais Disposições Gerais Aplicáveis a Instituições de Crédito (Circular Bancária Única)	N/A (Para essa carteira, as observações sobre inadimplimento não são utilizadas)	Instituições	
	Incorporadores imobiliários	1	572		Modelo estatístico, com base nos dados internos de recuperação.	6 – 10	Sociedades	
EAD	Governos estaduais e municipais e órgãos públicos, sociedades não padronizadas e comercial imobiliário	1	4.026		Foi utilizado um parâmetro de cautela, por não haver registro do balanço disponível nessas operações de empréstimos. CCF específico para garantias técnicas e financeiras e cartas de crédito	6 – 10	Sociedades/ Instituições	Não

Carteiras do Santander Consumer da Espanha

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos	Carteira RWA de Milhares Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.					
PD	Novos veículos	1	1.291	Modelos estatísticos, com base na experiência em inadimplimentos internos ajustados ao ciclo econômico	9	Varejo Outros	PD > 0,03%
	Veículos usados	1	501		9	Varejo Outros	
	Consumidor	1	5		10	Varejo Outros	
	Cartões de crédito	1	275		9	Varejo Rotativo	
	Sociedades não padronizadas	1	167		10	Sociedades	
LGD	Novos veículos	1	1.291	Estimativas de prejuízos com base em dados internos, voltado a uma situação de desaceleração	9	Varejo Outros	Não
	Veículos usados	1	501		9	Varejo Outros	
	Consumidor	1	5		10	Varejo Outros	
	Cartões de crédito	1	275		9	Varejo Rotativo	
	Sociedades não padronizadas	1	167		10	Sociedades	
EAD	Cartões de crédito	1	275	Estimativas de CCF em um período de desaceleração, aplicados aos totais dentro e fora do balanço	9	Varejo Rotativo	A EAD deve ser no mínimo igual à utilização atual do balanço no nível da conta
	Sociedades não padronizadas	1	167		10	Sociedades	

Carteiras do Santander Consumer na Alemanha

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.	Descrição					
PD	Varejo - Rotativo qualificado	2	-1 Modelo de admissão -1 Modelo de comportamento	1.312	Modelo estatístico que produz um PD que é reduzido a uma média do ciclo.	8	Varejo - Rotativo qualificado	PD > 0,03%
	Varejo - Outros	14	7 classificações: Veículos e motocicletas, New Faces, TopUp, Repeater, Clever Cards, Cartões de Crédito, Empréstimos com Pagamento a Prazo de Bens Duráveis. -1 modelo de admissão para cada Sistema de Classificação -1 modelo de comportamento para cada Sistema de Classificação	8.208	Modelo estatístico que produz um PD que é reduzido a uma média do ciclo.	10	Varejo Outros	
	Varejo Hipotecas residenciais	2	-1 Modelo de admissão -1 Modelo de comportamento	355	Modelo estatístico que produz um PD que é reduzido a uma média do ciclo.	7	Varejo Hipotecas residenciais	
	Sociedades	1	Sociedades	918	Modelo estatístico + classificação com avaliação de perito	10	Sociedades	
LGD	Varejo - Rotativo qualificado	1	1 Segmento LGD	1.312	Estimativas de prejuízos com base em dados internos, voltado a uma situação de desaceleração	6-10	Varejo - Rotativo qualificado	Não
	Varejo - Outros	10	10 Segmentos de LGD diferentes	8.208			Varejo Outros	
	Varejo Hipotecas residenciais	3	3 Segmentos de LGD diferentes	355			Varejo Hipotecas residenciais	
	Sociedades	3	3 Segmentos de LGD diferentes são aprovados, dependendo da garantia.	918			Sociedades	
EAD	Varejo - Rotativo qualificado	12	12 Segmentos CCF	9.520	CCF Estimativas em um período de desaceleração	6-10	Varejo - Rotativo qualificado	Não
	Varejo - Outros						Varejo Outros	
	Sociedades	2	2 Segmentos CCF	918			Sociedades	

Carteiras do países nórdicos

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.						
PD	Auto PP Noruega	1		1.274	Modelo estatístico que produz um PD que é reduzido a uma média do ciclo.	5	Varejo Outros	PD > 0,03%
	Auto PP Suécia	1		904				
	Auto PP Finlândia	1		917				
LGD	Auto PP Noruega	1		1.274	Estimativas de prejuízos com base em dados internos, voltado a uma situação de desaceleração	5	Varejo Outros	Não
	Auto PP Suécia	1		904				
	Auto PP Finlândia	1		917				
EAD	Auto PP Noruega	1		1.274	N/A	-	Varejo Outros	Não
	Auto PP Suécia	1		904				
	Auto PP Finlândia	1		917				

Carteiras PSA na França

31 de dezembro de 2017

Componente	Carteira	No. de modelos significativos		Carteira RWA Milhares de Euros	Descrição do modelo e metodologia	No. de anos de dados de prejuízos	Categoria Basel	Pisos regulatórios aplicados
		No.	Descrição					
PD	Varejo	1	Pessoas Físicas	3.097	Modelo estatístico gerando um PD de longo prazo com base em 5 anos de prejuízos.	1 – 5	Varejo Outros	PD > 0,03%
	Empresas com folha de balanço	1	Empresas com folha de balanço				Varejo Outros	
	Empresas sem folha de balanço	1	Empresas sem folha de balanço				Varejo Outros	
	Sociedades Concessionárias	1	Sociedades Concessionárias	2.542			Sociedades	
	Sociedades Frota	1	Frota de Atacado	656			Sociedades	
LGD	Varejo	1	Pessoas Físicas	3.097	Modelo baseado em informações sobre recuperação interna, voltada a uma situação de desaceleração	> 10	Varejo Outros	N/A
	Sociedades Concessionárias	1	Consumidor	2.542	Fundação IRB	N/A	Sociedades	
	Sociedades Frota	1	Saques a descoberto	656	Fundação IRB	N/A	Sociedades	
EAD	Varejo	1	Pessoas Físicas	3.097	Estimativas de CCF de longo prazo aplicadas tanto para saldos dentro e fora do balanço patrimonial	6 – 10	Varejo Outros	A EAD deve ser no mínimo igual à utilização atual do balanço no nível da conta
	Sociedades Concessionárias	1	Consumidor	2.542	Fundação IRB	N/A	Sociedades	
	Sociedades Frota	1	Saques a descoberto	656	Fundação IRB	N/A	Sociedades	

3.5. Usos das estimativas internas dos parâmetros

Uma das principais aplicações dos parâmetros de risco PD, LGD, e EAD é determinar as exigências de capital mínimo dentro da estrutura do CRR.

O CRR declara que tais parâmetros e suas métricas associadas, incluindo perdas esperadas e inesperadas, devem ser usados não apenas para fins regulatórios, mas também para gestão de risco de crédito interno.

No Grupo Santander, as estimativas de parâmetro de risco de crédito interno são usadas em uma variedade de ferramentas, incluindo o cálculo de pré-classificações, de alocação de capital econômico, de RoRAC (retorno sobre o capital ajustado ao risco), teste de estresse e análises de cenário, cujos resultados são reportados à gestão sênior através de diversos comitês internos.

Ao analisar cenários, uma relação é estabelecida entre os parâmetros de risco de crédito e variáveis refletindo a situação econômica, tais como desemprego, aumento do PIB, taxas de juros e assim por diante. Essa relação pode então ser usada para estimar risco de crédito em diferentes cenários macroeconômicos, especialmente em situações de estresse.

A ferramenta de pré-classificação é usada para atribuir limites a clientes com base em suas capacidades de risco. No segmento Global Corporate Banking do Santander (SGCB), limites são estabelecidos não apenas em termos de exposição, mas também em termos de capital econômico, que é calculado a parâmetros de risco de crédito. Nos termos da política de pré-classificação, cada transação aprovada “usa” um certo valor da exposição máxima atribuída, dependendo das características de risco da transação, tal como prazo e garantia. Esse sistema garante que a política de aprovação de crédito permaneça flexível, mas rigorosa em termos de controle de risco.

Por meio do cálculo e alocação de capital econômico, todos os diferentes tipos de riscos resultantes do negócio de empréstimo são integrados em uma única mensuração, combinando mensuração de risco de crédito com a

mensuração de outros riscos, incluindo de mercado, operacional, de negócios e Risco de taxa de juros no balanço patrimonial. A alocação de capital econômico em nível de unidade de negócio fornece uma visão da distribuição de risco por atividade de negócio e área comercial, levando em consideração dos benefícios da diversificação. Ao relacionar capital econômico a resultados financeiros, é possível calcular o retorno sobre o capital ajustado ao risco (RoRAC), o qual pode ser comparado com o custo de capital para se ter uma ideia de como cada unidade contribuir para criar valor ao Grupo Santander.

Os parâmetros de risco de crédito são necessários para esses cálculos e, embora os valores de parâmetros utilizados para fins de capital econômico não coincidam exatamente com os utilizados para fins regulatórios, a metodologia de estimação e alocação é comparável e os mesmos bancos de dados são usados em ambos os casos.

O uso de valores de capital econômico na determinação da remuneração da administração e a determinação do capital e os objetivos relacionados ao RoRAC para as unidades de negócios reforçam ainda mais a integração do capital econômico na administração.

Além disso, e com a finalidade de adotar a IFRS9 em provisões, as estimativas de parâmetros são usadas no cálculo de provisões para risco de crédito.



Para mais detalhes sobre a IFRS9, consulte o **Capítulo 5, Cláusula C.1.2.5 do Relatório Anual de 2017** disponível no site do Grupo Santander.

3.6. Reconhecimento da mitigação de risco de crédito

Ao calcular o capital regulatório, técnicas de mitigação de risco de crédito afetam o valor dos parâmetros de risco usados para determinar o capital.

Identificar e avaliar a garantia associada aos contratos é a chave aqui, e uma diferenciação é estabelecida entre o tipo de garantia: Garantias reais e pessoais. Esse processo de mitigação é conduzido sempre que a validade da garantia foi verificada e acredita-se que elas possam ser executadas. O processo de mitigação é descrito no item abaixo.

Primeiramente, em carteiras em que a PD seja atribuída em nível de cliente, garantias pessoais são avaliadas. Garantias pessoais afetam o valor da PD por substituir efetivamente a PD da contraparte nos termos da transação com a PD do garantidor. Aqui, comparamos a Ponderação de Risco (RW) da transação obtida ao aplicar a PD do cliente com a RW da transação calculada ao empregar a PD do garantidor. A PD final é aquela que gera o mais valor mais baixo da RW.

Em seguida, é verificada a existência de qualquer garantia associada para todos os tipos de transação (varejo e não varejo). De acordo com a abordagem IRB, a existência de garantia impacta o valor final da LGD usada para calcular o capital. O processo também calcula fatores potencialmente significativos, como o tipo de produto e o saldo da transação. No caso de garantia hipotecária, a LDG da transação dependerá no Índice LTV, bem como a extensão de tempo em que o empréstimo permaneceu no balanço patrimonial do Banco.

A mitigação com garantia é conduzida com a parte que está garantidora da EAD com uma ou mais garantias. De maneira correspondente, a LGD final sobre a transação será a média da LGD pela adição da LGD de cada garantia, dividida pelo valor coberto pela garantia, à LGD original dividida pela parte da exposição não garantida pelas garantias. Essa soma é então dividida pela exposição original integral e o resultado é a LGD ajustada final.

$$\overline{LGD}_{final} = \frac{\sum LGD_{guarantee_i} * EAD_{guarantee_i} + LGD_{original} * (EAD_{original} - \sum EAD_{guarantee_i})}{EAD_{original}}$$

$$EAD_{guarantee} = Guarantee\ value * (1 - Haircut)$$

3.7. Controle de sistema de rating internos

Uma parte fundamental do processo conduzida pelo Grupo Santander para implementar modelos avançados implementar modelos avançados implica o estabelecimento de mecanismos robustos de controle e revisão pelas Áreas de Validação Interna e de Auditoria Interna, de modo a monitorar e validar efetivamente os modelos de avaliação e sua integração no gerenciamento de riscos, parâmetros de risco, integridade e qualidade da informação, documentação do cálculo do capital processo, governança, modelo de risco, ambiente tecnológico, etc.

O modelo de segregação funcional aplicável ao Grupo Santander envolve um modelo com diferentes níveis de controle estruturado em torno de três linhas de defesa, com uma estrutura organizacional e independente, funções claramente definidas:

- 1ª linha (Dono do Modelo e Metodologia).
- 1ª linha (Risco de Modelo, Validação Interna, Risco de Capital e Unidades de Controle e Supervisão de Risco), e
- 3ª linha (Auditoria Interna).

Esta estrutura organizacional e funcional separada garante o cumprimento das Exigências Regulatórias estabelecidas nos modelos IRB:

- a) Existência de um modelo de governança sólido.

- b) Existência, separação e independência das áreas de Controle de Risco e Supervisão, Validação Interna e Auditoria Interna.
- c) Revisões anuais independentes pela Validação interna e Auditoria Interna.
- d) Processos de comunicação com a Administração que garantem que todos os riscos associados sejam reportados.
- e) Análise específica dos sistemas de rating pela função de risco de capital.

3.7.1. Risco de modelo

O Grupo Santander tem ampla experiência no uso de modelos que ajudam a tomar todos os tipos de decisões, particularmente as decisões de gerenciamento de risco.

Um modelo é definido com um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e estatísticas, fatos econômicos, financeiros e matemáticos para transformar dados de entrada em estimativas quantitativas. Modelos são representações simplificadas de relações reais entre características, valores e fatos observados. Essa simplificação possibilita focar a atenção em aspectos específicos considerados como sendo os mais importantes para a aplicação de um dado modelo.

O uso dos modelos expõe o Banco ao risco de modelo, o qual é definido como as consequências desfavoráveis potenciais das decisões baseadas em modelos incorretos, inadequados ou modelos utilizados de modo impróprio.

De acordo com essa definição, as fontes desse risco são:

- o modelo propriamente dito, devido ao uso de dados incorretos ou incompletos ou devido ao método de modelagem usado e sua implementação nos sistemas.

- uso indevido do modelo

O risco de modelo pode resultar em perda financeira, decisões comerciais ou estratégicas inapropriadas ou danos à reputação do Grupo.

O Grupo Santander tem trabalhado na definição, gerenciamento e controle do risco de modelo nos últimos anos e em 2015 um departamento específico foi criado dentro de sua divisão de Riscos para controlar esse risco.

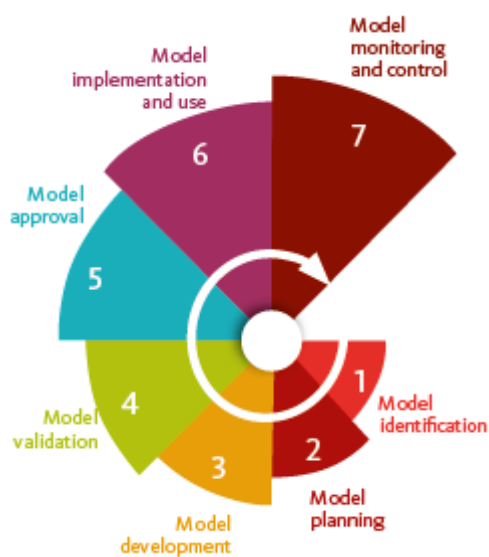
Funções de gerenciamento e controle são desempenhadas tanto no Centro Corporativo e nas principais empresas do Grupo. Essas funções são regidas pela estrutura de risco do modelo, a qual se aplica aos princípios padronizados, responsabilidades e processos em todo o Grupo e trata dos aspectos relacionados à organização, governança, gerenciamento e validação dos modelos, entre outras questões.

O comitê de controle de risco de modelo, presidido pelo Diretor Geral Suplente de Risco é o órgão colegiado que tem a tarefa de supervisionar e controlar o risco de modelo no Grupo Santander. A finalidade do comitê é controlar efetivamente o risco de modelo, orientando o chefe da função de risco (Diretor de Risco) e o comitê de controle de risco e garantindo que o risco de modelo seja monitorado e permaneça dentro do apetite de risco do Grupo aprovado pelo Conselho de Administração. Esse processo exige que o comitê identifique e controle o risco de modelo existente e emergente e determine seu impacto sobre o perfil de risco do Grupo.

O subcomitê de aprovação do modelo é amplamente responsável por autorizar o uso dos modelos. Existe no momento um sistema de delegação de poderes pelo qual os modelos com a menor importância relativa são aprovados localmente e comunicados periodicamente ao subcomitê de aprovação de modelos.

A alta administração do Grupo Santander possui extenso conhecimento dos modelos mais importantes. Ela também monitora regularmente o risco de modelo por meio de um conjunto de relatórios que fornecem uma visão consolidada do risco e permitem a tomada das decisões corretas.

A tarefa de gerenciar e controlar o risco de modelo é estruturada com base em um conjunto de processos que incluem o ciclo de vida do modelo. O seguinte diagrama mostra as diversas fases do ciclo de vida de modelo no Grupo Santander.



Legenda:

Model identification - Identificação de modelo

Model planning - Planejamento do modelo

Model development - Desenvolvimento do modelo

Model validation - Validação de modelo

Model approval - Aprovação do modelo

Model implementation and use - Implementação e uso do modelo

Model monitoring and control - Monitoramento e controle do modelo

1. Identificação

Assim que um modelo é identificado, ele deve ser incluído no processo de controle de risco de modelo.

Para garantir o gerenciamento adequado do risco de modelo, um inventário completo e minucioso de todos os modelos em uso é essencial.

O Grupo Santander mantém um inventário centralizado, criado com base em uma taxonomia uniforme para todos os modelos usados nas diversas unidades de negócios. O inventário contém todas as informações pertinentes sobre cada um dos modelos, permitindo que todos sejam monitorados adequadamente segundo sua relevância. Uma das principais informações contidas no inventário é sua camada, a qual determina como o modelo deve ser gerenciado. A camada reflete o nível de relevância do modelo, tanto em termos quantitativos quanto outros critérios não quantificáveis.

O inventário permite a realização de análises transversais nas informações (por área geográfica, tipo de modelo, importância e outras), facilitando assim a tarefa de tomar decisões estratégicas em relação aos modelos.

2. Planejamento

Esta fase inclui todas as partes envolvidas no ciclo de vida do modelo (proprietários e usuários, desenvolvedores, provedores de dados, tecnologia e outras) e as prioridades são acordadas sobre todos os modelos a serem desenvolvidos, examinados e implementados ao longo do ano.

O planejamento de modelo ocorre a cada ano em cada uma das principais unidades do Grupo. O planejamento é aprovado pelos órgãos de governança locais e depois validada no Centro Corporativo.

3. Desenvolvimento

Esta é essencialmente a fase de construção do modelo, com base nas necessidades estabelecidas no plano de modelos e nas informações pertinentes fornecidas por especialistas.

A maioria dos modelos usados pelo Grupo Santander é desenvolvida pelas equipes de metodologia interna, embora alguns modelos também sejam adquiridos de provedores externos. Em ambos os casos, o desenvolvimento assume a forma de um processo padrão definido pela corporação para todo o Grupo. Isso garante efetivamente a qualidade dos modelos usados para a tomada de decisão.

4. Validação independente

A validação independente de modelo não é apenas um requisito regulatório em certos casos, mas também um elemento chave para garantir o gerenciamento adequado e o controle do risco de modelo no Grupo Santander.

Portanto, o Grupo criou uma unidade especializada que é totalmente independente de desenvolvedores e usuários. Essa unidade emite um parecer do perito sobre a adequação à finalidade dos modelos internos e um conjunto de conclusões sobre sua solidez, utilidade e eficácia. O parecer de validação assume a forma de uma classificação que resume o risco de modelo associado ao modelo.

A validação interna reúne todos os modelos dentro do processo de controle de risco de modelo, variando dos modelos usados na função de risco (modelos para risco de crédito, risco de mercado, risco estrutural ou risco operacional, modelos para risco econômico e risco de capital regulatório, modelos para provisões, modelos para teste de estresse e outros) para outros tipos usados em funções diferentes que suportam a tomada de decisão.

O escopo da validação se estende não apenas aos aspectos mais teóricos e metodológicos, mas também aos sistemas tecnológicos e qualidade dos dados usados para garantir sua eficácia. Todos os aspectos importantes estão incluídos de forma geral no processo de gerenciamento: controles, relatórios, usos, envolvimento da alta administração e outros.

Esse ambiente de validação interna corporativa do Grupo Santander está totalmente alinhado aos critérios de validação interna dos modelos avançados criados por diversos supervisores do Grupo. Isso mantém o critério de uma separação de funções para as unidades que desenvolvem e usam os modelos (primeira linha de defesa), unidades de validação interna (segunda linha de defesa) e auditoria interna (terceira linha de defesa) como a camada final de controle, verificando a eficácia da função e sua conformidade com as políticas e os procedimentos internos e externos e comentando sobre seu nível de independência efetiva.

5. Aprovação

Antes de ser implementado e usado, um modelo deve ser apresentado para aprovação dos órgãos pertinentes, de acordo com as regulamentações internas em vigor e os processos de delegação aprovados.

6. Implementação e uso

Nesta fase, o modelo recém-desenvolvido é implantado dentro do sistema no qual ele deve ser usado. Como já foi mencionado, a fase de implementação é outra fonte possível de risco de modelo e, portanto, ela é essencial para que os testes sejam realizados por unidades técnicas e proprietários do modelo, de modo a certificar que ele foi implantado de acordo com a definição metodológica e verificar se ele está operando dentro do esperado.

7. Monitoração e controle

Os modelos devem ser revisados regularmente para garantir que eles continuem funcionando corretamente e permaneçam adequados à sua finalidade. Caso não o sejam, eles devem ser adaptados ou recriados apropriadamente.

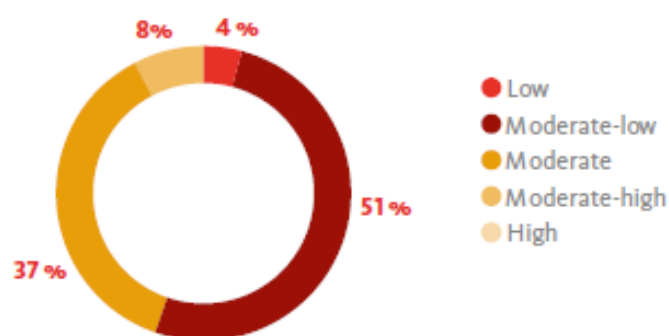
Além disso, as equipes de controle garantem que o risco de modelo seja gerenciado de acordo com os princípios e as normas ditadas pela estrutura do risco de modelo e normas e regulamentações internas relacionadas.

Governança

A Estrutura do Gerenciamento do Modelo de Risco estipula que o órgão que tem responsabilidade pela autorização dos modelos de gerenciamento de risco a serem usados seja o Comitê de Modelos. Cada unidade de negócios tem um Comitê de Modelos que assume a responsabilidade pelas decisões relativas à aprovação do uso local desses modelos quando a aprovação do Comitê de Modelos Corporativos foi assegurada. Nos termos da política atual, todos os modelos apresentados a um Comitê de Modelos devem ter um relatório de validação interna.

A seguinte tabela resume as classificações atribuídas aos modelos de risco de crédito como resultado da revisão de Validação Interna dos parâmetros de risco de crédito e modelos de classificação durante 2017.

▪ PD



Legenda:

Low - Baixa

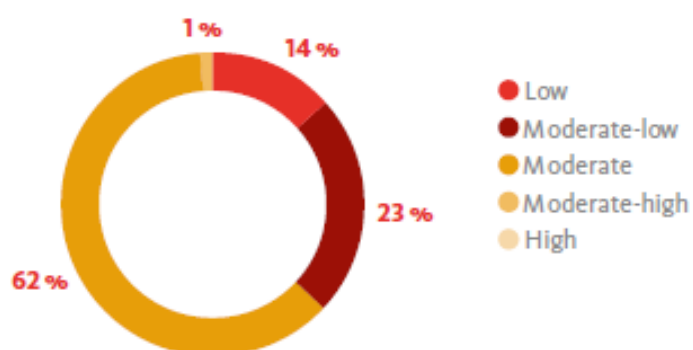
Moderate-low - Moderada a baixa

Moderate - Moderada

Moderate-high - Moderada a alta

High - Alta

▪ LGD



Legenda:

Low - Baixa

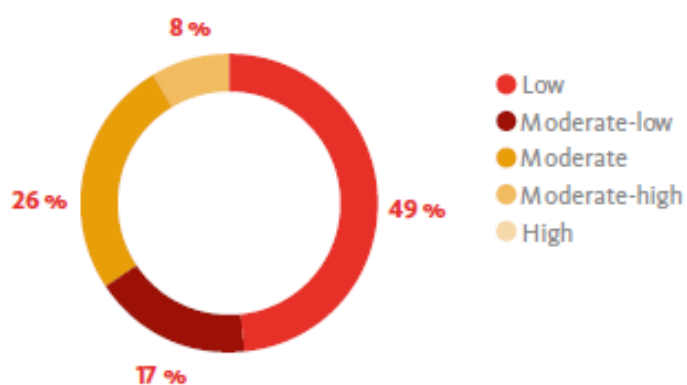
Moderate-low - Moderada a baixa

Moderate - Moderada

Moderate-high - Moderada a alta

High - Alta

▪ EAD



Legenda:

Low - Baixa

Moderate-low - Moderada a baixa

Moderate - Moderada

Moderate-high - Moderada a alta

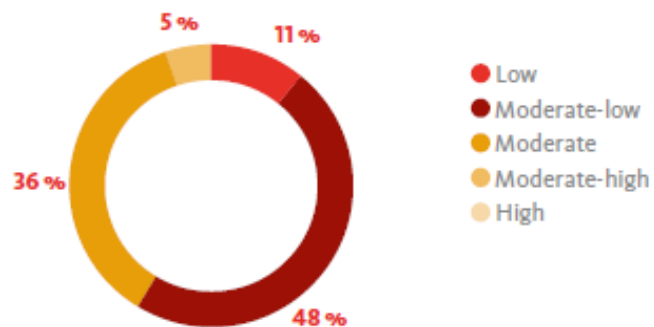
High - Alta

A qualidade do modelo é mostrada por sua classificação final, a qual indica o risco de modelo na seguinte escala:

- 1) Baixa: o modelo é usado corretamente e tem desempenho adequado. A qualidade dos dados usados no desenvolvimento do modelo é boa. A metodologia empregada cumpre os padrões e práticas recomendadas que foram definidos. A documentação sobre aspectos regulatórios e processos relacionados ao modelo é clara e completa. Qualquer deficiência é irrelevante e não afeta o desempenho do modelo.
- 2) Moderada a baixa: o modelo é usado corretamente e tem desempenho adequado. As suposições usadas no desenvolvimento do modelo são razoáveis. Existem aspectos do modelo que precisam ser aperfeiçoados. Quaisquer deficiências devem ser corrigidas no médio prazo ou com base em uma análise custo-benefício. Os benefícios de quaisquer alterações no modelo devem ser considerados em relação aos custos das mudanças.
- 3) Moderado: o modelo é usado corretamente e tem desempenho adequado. As suposições usadas no desenvolvimento do modelo são razoáveis. Existem aspectos do modelo que precisam ser aperfeiçoados. Quaisquer deficiências devem ser corrigidas no médio prazo ou com base em uma análise custo-benefício.
- 4) Moderada-alta: há deficiências no desempenho ou uso do modelo. As suposições do modelo, a qualidade dos dados na amostragem de desenvolvimento ou nas previsões do modelo são questionáveis. Aconselhamos que determinados atalhos sejam corrigidos ou sejam feitos planos para sua correção no curto prazo, antes que o modelo seja implementado ou usado. Outras alternativas de desenvolvimento para mitigar o risco de modelo devem ser levadas em conta.
- 5) Alta: o modelo não tem desempenho adequado, o modelo não está sendo usado para a finalidade pretendida ou as suposições do modelo estão incorretas. Determinados aspectos devem ser corrigidos

imediatamente. Não é aconselhável implementar ou usar o modelo apresentado.

▪ CLASSIFICAÇÃO



Legenda:

Low - Baixa

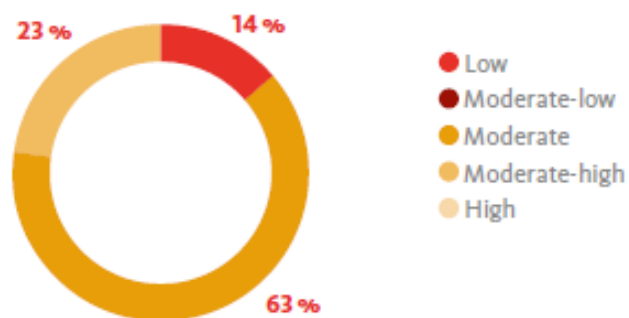
Moderate-low - Moderada a baixa

Moderate - Moderada

Moderate-high - Moderada a alta

High - Alta

▪ RATING



Legenda:

Low - Baixa

Moderate-low - Moderada a baixa

Moderate - Moderada

Moderate-high - Moderada a alta

High - Alta

3.7.2. Auditoria Interna

A Auditoria Interna faz parte da terceira linha de defesa. A análise realizada por esta equipe independente cobre cinco áreas principais de atividade:

- 1) A revisão de compliance com o modelo de governança interno do Grupo e o modelo exigido pelos reguladores, durante a verificação da estrutura organizacional e grupo de comitês do Grupo permite o gerenciamento consistente dos modelos IRB e o cálculo do capital regulatório.
- 2) Gerenciamento dos modelos e sua adequação e integração. Análise de compliance com os requisitos para gerenciar os ciclos de vida do modelo, de modo a identificar e minimizar os riscos associados à criação e uso dos modelos para torná-los parte do gerenciamento e também determinar a suficiência dos controles existentes.
- 3) Garantia de que o risco está corretamente gerenciado, ao mesmo tempo verificando a consistência e integridade dos bancos de dados e o processo de construção do modelo. Revisão do ambiente de controle de relatórios e a qualidade e integridade dos dados contidos nos bancos de dados da Basileia (datamart corporativo).
- 4) Revisão do cálculo de capital e processo de relatórios.
- 5) Análise dos aspectos técnicos e aplicações do ambiente tecnológico. Exame da resistência, confiabilidade e segurança da infraestrutura e dos processos que suportam a estimativa dos parâmetros e o cálculo do capital dentro do "Mecanismo de Cálculo Corporativo BDR".

Após terminar sua revisão, a Auditoria Interna emite um relatório contendo recomendações e observações do processo de revisão assinado pela unidade e/ou áreas envolvidas. Elas estipularão um prazo final no qual a ação pertinente e os planos de resolução devem ser apresentados. Os auditores e as áreas afetadas monitoram regularmente para saber se os

aperfeiçoamentos são realizados. Observar que os relatórios de revisão do modelo IRB são apresentados diretamente à alta administração do Grupo Santander e estão disponíveis para os supervisores (Banco Central Europeu, Banco da Espanha e outros supervisores locais).

Ao mesmo tempo, a Auditoria Interna também comunica ao comitê de auditoria autônomo do Grupo as recomendações que não foram implantadas adequadamente, para que as causas subjacentes possam ser examinadas e sua implantação seja executada efetivamente. Finalmente, a Auditoria Interna permanece em contato direto com os supervisores e faz isso de forma completamente independente das funções de Controle de Risco e Supervisão.

1 Revisão:

Governança, modelos, integração no gerenciamento, bancos de dados, cálculo de capital e ambiente tecnológico.

2 Assinatura da recomendação

Por chefes e prazos para compliance

3 Publicação do relatório

Reportado por:

Alta Administração direção da Unidade

Disponível para: Reguladores comitê de auditoria e compliance do Grupo

4 Preparação dos planos de ação

5 Resolução e monitoramento

Reportado por:

Alta administração direção da Unidade

Reguladores comitê de auditoria e compliance do Grupo

Disponível para: Reguladores

3.8. Perdas por reduções ao valor recuperável: fatores influenciadores e análise comparativa

Além das abordagens avançadas descritas acima (cujos detalhes são dados na seção sobre capital econômico), outras métricas padrão são empregadas para ajudar a garantir o gerenciamento de risco de crédito prudente e efetivo com base em uma avaliação das perdas nos portfólios.

O risco de crédito é continuamente monitorado por meio de processos holísticos que fornecem avisos antecipados sobre quaisquer Incidentes que possam afetar a qualidade de crédito dos clientes ou portfólios e permitir que o Grupo se prepare e adote medidas específicas (predefinidas ou ad hoc para corrigir qualquer desvio que possa afetar o Grupo desfavoravelmente.

Para medir e controlar o custo do risco de crédito no Grupo Santander, as seguintes métricas principais são usadas entre outras:

- Custo de crédito: obtido pela divisão das provisões de risco de crédito líquidas das recuperações de NPLs ao longo de 12 meses pelo empréstimo médio aos clientes, bruto, conforme mostra o balanço patrimonial para os mesmos 12 meses. O monitoramento e controle dessa métrica revela um relacionamento direto entre o apetite de risco do Grupo e aquele de suas unidades, permitindo que ele atinja um perfil de risco de médio a baixo. A tarefa de monitoramento dessa métrica envolve implicitamente o monitoramento das provisões de insolvência líquidas (provisões líquidas específicas – recuperação de NPLs).
- EL (Perda esperada): estimativa em um ponto específico da perda econômica que a carteira atual deve manter durante o ano seguinte. Esse é um custo de negócio adicional que deve ser refletido no preço da transação.
- A NPLV (variação de créditos de liquidação duvidosa líquidos de baixas). Esse é o saldo final menos o saldo inicial dos NPLs para o

período que está sendo considerado, mais os NPLs do período, menos os ativos baixados recuperados durante aquele período. Ela mostra a mudança na taxa de NPL durante um período, descontando os NPLs e a fatorando as recuperações. Ela é efetivamente uma medida total adiantada que permite ao Grupo reagir adequadamente a qualquer deterioração que venha a ser observada na taxa de NPL. A NPLV e suas partes componentes são os principais subsídios para o processo de monitoramento.

- A função de recuperação também inclui o gerenciamento de ativos não produtivos (NPAs) relacionados aos portfólios dos empréstimos reestruturados, empréstimos de recebimento duvidoso, NPLs e ativos excluídos. Aqui, o banco pode usar os mecanismos de redução por adiantamento, tais como venda de portfólios de empréstimos ou ativos excluídos.

Essa métrica permite a análise permanente e sistemática e o controle do risco de crédito do Grupo, permitindo ainda que ele seja monitorado em termos de sua conformidade com os orçamentos de referência, limites e padrões. Os efeitos dos eventos externos futuros ou decisões estratégicas adotadas internamente também podem ser avaliados.

Embora essa métrica meça a mesma realidade e, portanto, converge no longo prazo, as diferenças podem existir em determinados pontos no tempo e elas se tornam especialmente significativas no início de uma mudança de ciclo. Essas diferenças podem se referir à lei e regulamentações contábeis aplicáveis (as hipotecas, por exemplo, têm uma cobertura e um cronograma de baixas mais lentos do que os empréstimos ao consumidor), mudanças de políticas (tais como cobertura ou baixa), alterações na composição do portfólio, ativos de recebimento duvidoso adquiridos de novos investidores, alterações na lei contábil (tal como a IFRS 9), vendas de portfólios e outros.

Os principais números para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2017 decorrentes dos negócios com os clientes são mostrados abaixo.

**• TABELA 64. VALORES PRINCIPAIS DE RISCO DE CRÉDITO
DECORRENTE DE ATIVIDADE COM CLIENTES**

	Risco de crédito de clientes ¹			Empréstimos inadimplentes			Índice de empréstimos vencidos e não pagos		
	(Milhões de Euros)			(Milhões de Euros)			(%):		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Europa continental	337.768	331.706	321.395	15.184	19.638	23.355	4,50	5,92	7,27
Espanha	172.176	172.974	173.032	8.120	9.361	11.293	4,72	5,41	6,53
Santander Consumer Finance	92.589	88.061	76,688	2.319	2.357	2.625	2,50	2,68	3,42
Portugal	32.816	30.540	31.922	1.875	2.691	2.380	5,71	8,81	7,46
Polónia	24.391	21.902	20.951	1.114	1.187	1.319	4,57	5,42	6,30
Reino Unido	247.625	255.049	282.182	3.295	3.585	4.292	1,33	1,41	1,52
América Latina	165.683	173.150	151.302	7.462	8.333	7.512	4,50	4,81	4,96
Brasil	83.076	89.572	72.173	4.391	5.286	4.319	5,29	5,90	5,98
México	28.939	29.682	32.463	779	819	1.096	2,69	2,76	3,38
Chile	40.406	40.864	35.213	2.004	2.064	1.980	4,96	5,05	5,62
Argentina	8.085	7.318	6.328	202	109	73	2,50	1,49	1,15
EUA	77.190	91.709	90.727	2.156	2.088	1.935	2,79	2,28	2,13
Porto Rico	2.944	3.843	3.924	210	274	273	7,13	7,13	6,96
Banco Santander	44.237	54.040	54.089	536	717	627	1,21	1,33	1,16
SC USA	24.079	28.590	28.280	1.410	1.097	1.034	5,86	3,84	3,66
Total do Grupo (excl. Popular)	832.655	855.510	850.909	28.104	33.643	37.094	3,38	3,93	4,36
Banco Popular	88.313			9.492			10,75		
Total do Grupo	920.968	855.510	850.909	37.596	33.643	37.094	4,08	3,93	4,36

	Índice de cobertura (%)			Provisões ASR líquidas (Milhões de Euros)			Custo de crédito (%) /risco) ³		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Europa continental	58,0	60,0	64,2	995	1.342	1.975	0,32	0,44	0,68
Espanha	45,9	48,3	48,1	513	585	992	0,33	0,37	0,62
Santander Consumer Finance	101,4	109,1	109,1	266	387	537	0,30	0,47	0,77
Portugal	59,1	63,7	99,0	-12	54	72	-0,04	0,18	0,29
Polónia	68,2	61,0	64,0	137	145	167	0,62	0,70	0,87
Reino Unido	32,0	32,9	38,2	205	58	107	0,08	0,02	0,03
América Latina	84,8	87,3	79,0	4.973	4.911	4.950	3,17	3,37	3,36
Brasil	92,6	93,1	83,7	3.395	3.377	3.297	4,36	4,89	4,50
México	97,5	103,8	90,6	905	832	877	3,08	2,86	2,91
Chile	58,2	59,1	53,9	462	514	567	1,21	1,43	1,65
Argentina	100,1	142,3	194,2	159	107	148	1,85	1,72	2,15
EUA	170,2	214,4	225,0	2.780	3.208	3.103	3,42	3,68	3,66
Porto Rico	55,2	54,4	48,5	73	96	85	2,22	2,58	2,12
Banco Santander	102,2	99,6	114,5	116	120	64	0,25	0,23	0,13
SC USA	212,9	328,0	337,1	2.590	2.992	2.954	9,84	10,72	10,97
Total do Grupo (excl. Popular)	70,8	73,8	73,1	8.997	9.518	10.108	1,12	1,18	1,25
Banco Popular ⁴	48,7			114			0,23		
Total do Grupo	65,2	73,8	73,1	9.111	9.518	10.108	1,07	1,18	1,25

1. Inclui o financiamento bruto aos clientes, garantias e créditos documentários.
2. Ativos baixados recuperados (EUR 1,621 milhão).
3. Custo do crédito = provisões para perdas com empréstimos doze meses/financiamento médio.
4. Provisões realizadas desde a aquisição do Banco em junho de 2017.

O risco é diversificado entre as principais regiões onde o Grupo opera³: Europa Continental (41%), Reino Unido (30%), América Latina (20%) e EUA US (9%), com saldo adequado entre mercados maduros e emergentes.

O risco de crédito com clientes caiu em 3% em 2017, considerando um perímetro inalterado, principalmente devido ao EUA, Brasil e Reino Unido (como resultado dos efeitos da taxa de câmbio). O crescimento em moeda local foi generalizado em todas as unidades, com exceção dos Estados Unidos e Espanha.

Esses níveis de empréstimo, juntamente com o número menor de créditos de liquidação duvidosa (NPLs) no valor de EUR 28,104 milhões (-16% em relação a 2016) reduziram o índice de NPLs do Grupo a 3,38% (-55 b.p. em comparação com 2016).

Para cobertura desses NPLs, o Grupo registrou provisões de EUR 8,997 milhões (-5.5% em relação a dezembro de 2016) após deduzir as recuperações de baixas. Essa queda representa uma diminuição no custo do crédito para 1,12% (6 b.p. a menos do que no ano anterior).

As provisões para perdas com empréstimos foram de EUR 19,906 milhões, elevando a taxa de cobertura do Grupo para 71%. É importante lembrar que esse índice é afetado pelo peso da carteira de hipotecas (particularmente no Reino Unido e Espanha), uma vez que menos provisões são necessárias quando há garantia.

3.9. Teste retrospectivo dos parâmetros IRB

3.9.1. Teste retrospectivo de PD

O objetivo do teste retroativo de PD é avaliar a adequação das PDs regulatórias, comparando-as com as Frequências de Inadimplência Observadas (ODFs) durante os períodos mais recentes.

Os portfólios de Banco Comercial e de Varejo mais importantes foram selecionados:

- Santander Espanha: Corporações Individualizadas, Hipotecas, Consumidor, Cartões e Empréstimos a Pessoas Físicas.
- Santander Totta: Corporações e Hipotecas
- Santander Reino Unido: Hipotecas pessoais
- Santander Consumidor Espanha: Corporações, Cartões, Consumidor e Automóveis Novos
- Santander Consumidor Alemanha: Corporativos, Hipotecas, Varejo Qualificado Renovável, outros Varejos
- Santander Consumidor Países Nórdicos: Finlândia, Noruega e Suécia, automóveis pessoas físicas.
- Santander México: Corporações.

Para cada portfólio, os níveis de PD regulatória são estabelecidos e para cada um deles a PD média atribuída para finalidades de capital regulatório é comparada à ODF. Para observar as inadimplências, uma amostragem das transações e clientes que não estavam inadimplentes em uma data de

referência é selecionada e a taxa dos novos NPLs entre essa amostragem ao longo dos próximos 12 meses é observada.

A PD regulatória é uma PD ao longo do ciclo (TTC), ou seja, uma média de longo prazo que não está ligada a nenhum ponto do ciclo em particular. A frequência de inadimplência, por outro lado, é observada em um momento em particular (2017). Dada a natureza diferente dessas duas medições, a comparação não pode ser usada para testar a capacidade preditiva das PDs regulatórias, mas pode ser útil para medir o tamanho do ajuste do ciclo usado para determinar a PD TTC.

Para concluir a análise, a frequência padrão observada também é comparada à PD no momento (PIT), a qual é influenciada pela situação cíclica do período de observação. Essa comparação pode ser usada para testar a inclinação da curva de PD em relação à frequência do NPL observado em cada faixa de classificação.

Alguns dos seguintes gráficos não mostram o primeiro nível de PD. A primeira faixa inclui alguns valores muito altos porque ela tem as transações em situações especiais (correção, irregular e outras). Portanto, sua inclusão distorceria a escala dos gráficos e contaminaria a avaliação das faixas de PD mais populosas.

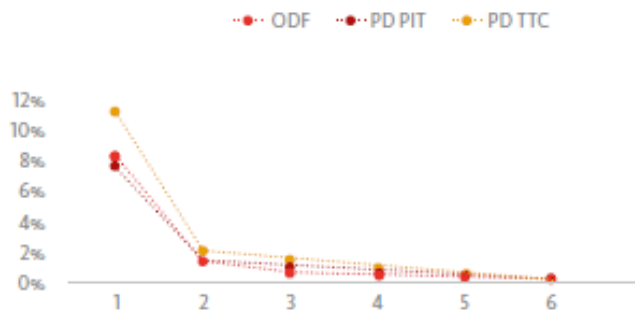
Os gráficos abaixo resumem as informações dos portfólios que foram analisados.

Nota 3: popular não incluído.

Nota 4: média simples de PD atribuída aos clientes (não padronizada) ou operações (restante dos segmentos) que compartilham do mesmo intervalo de PD regulatório.

▪ ODF VERSUS DE CORPORAÇÕES PD

▪ ESPANHA CORPORAÇÕES



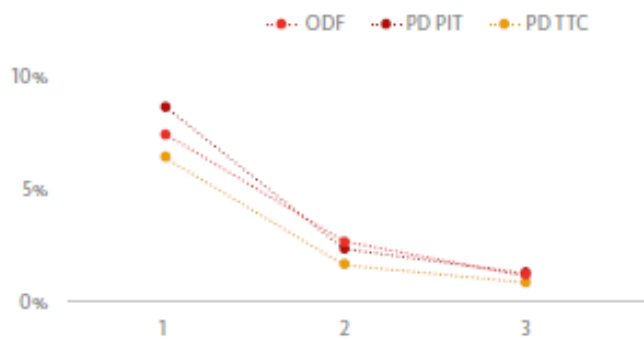
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ MÉXICO CORPORAÇÕES



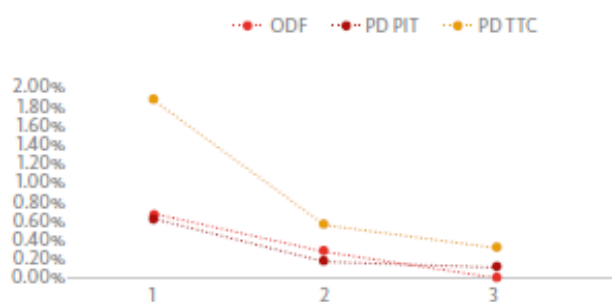
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ALEMANHA CORPORATIVOS



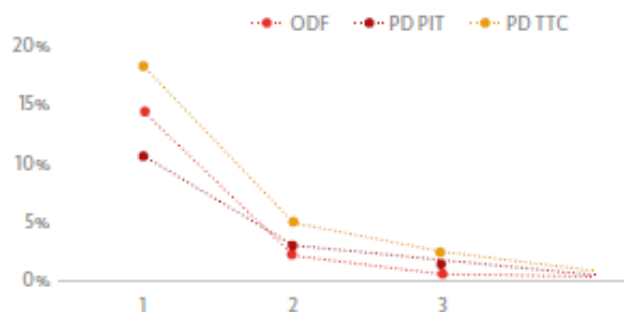
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SANTANDER TOTTA CORPORAÇÕES



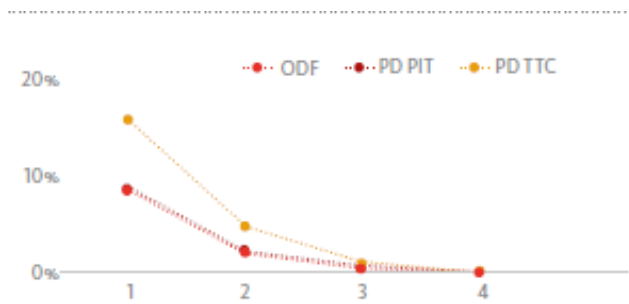
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ESPANHA NÃO PADRONIZADO



Legenda:

ODF - ODF

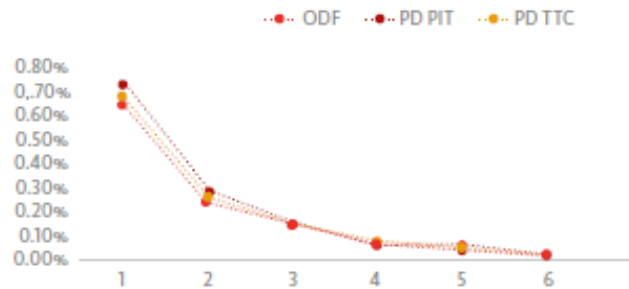
PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

Os portfólios corporativos estão mostrando um comportamento volátil devido ao baixo número de inadimplementos. Entretanto, um padrão significativo pode ser visto em todas as geografias. Esses portfólios apresentam em maior ou menor grau, níveis de PD TTC que são mais altos do que as frequências padrão observadas em 2017. Isso é reflexo da situação econômica favorável, uma vez que os novos inadimplementos estão abaixo ou muito próximos dos níveis médios do ciclo. Como exceção desse comportamento, a carteira do México mostra determinadas ODFs ligeiramente mais altas do que as PDs TTC.

▪ ODF HIPOTECAS VERSUS PD

▪ ESPANHA VAREJO HIPOTECAS



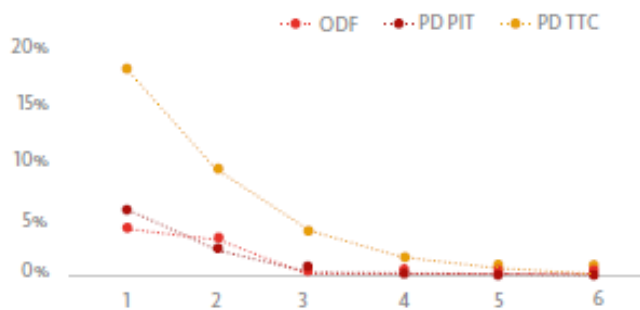
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ REINO UNIDO VAREJO HIPOTECAS



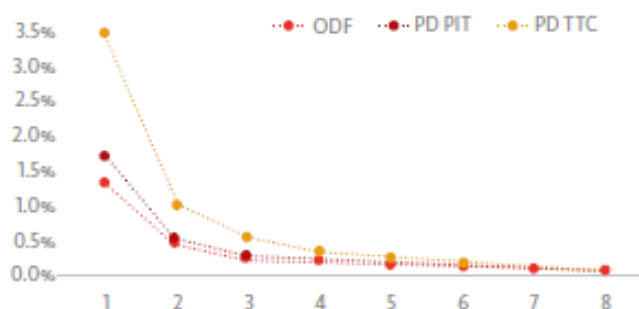
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

SANTANDER TOTTA VAREJO HIPOTECAS



Legenda:

ODF - ODF

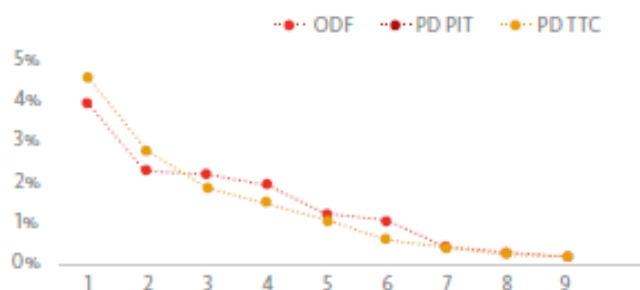
PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

As hipotecas demonstram um desempenho semelhante ao das corporações: os novos NPLs geralmente são mais baixos do que a média do ciclo. Um caso a ser observado aqui é o Reino Unido, onde as PDs TTC estão bem acima das ODFs. Dada a recuperação econômica da Espanha no momento, a série de ODFs está bem acima dos níveis médios que representam as PDs de longo prazo.

• ODF VERSUS PD DE CONSUMIDOR E CARTÕES DE CRÉDITO PD

ESPAÑA CONSUMIDOR EMPRÉSTIMOS



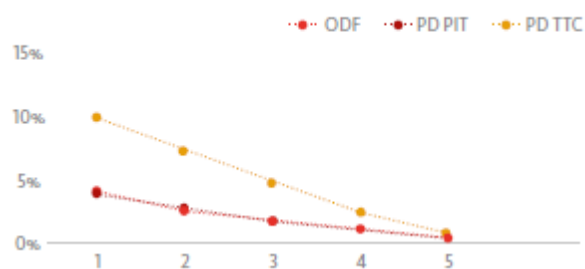
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ESPANHA VAREJO OUTROS



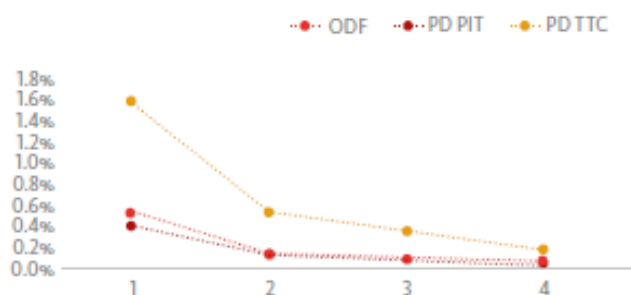
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ALEMANHA VAREJO OUTROS



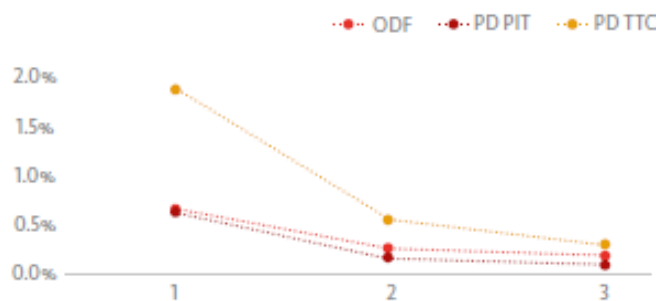
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ALEMANHA VAREJO QUALIFICAÇÃO RENOVÁVEL



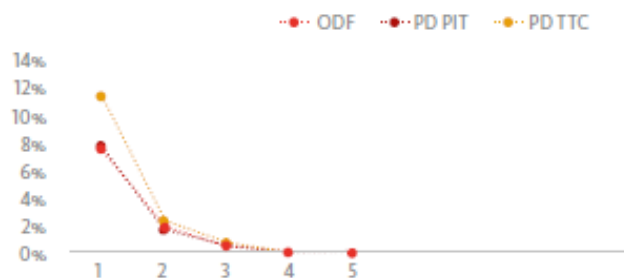
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ ESPANHA CARTÕES DE CRÉDITO



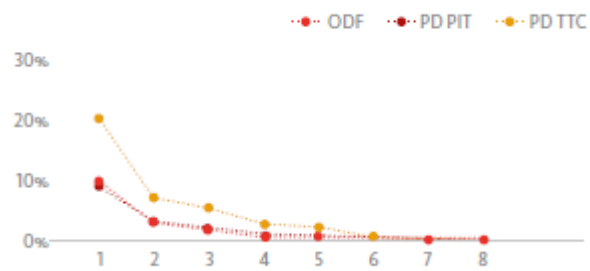
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ESPANHA CARTÕES DE CRÉDITO



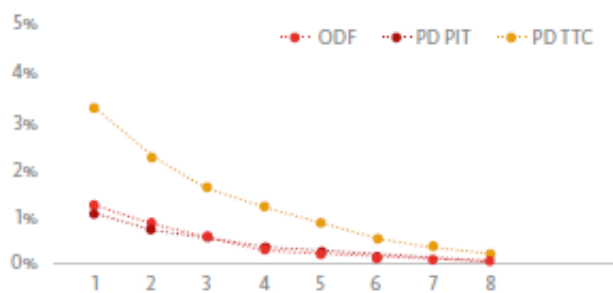
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ESPANHA AUTOMÓVEIS NOVOS



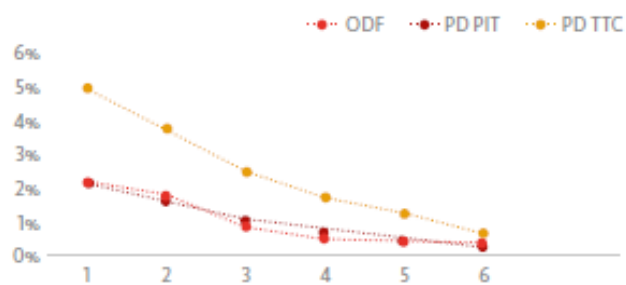
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC ESPANHA AUTOMÓVEIS USADOS



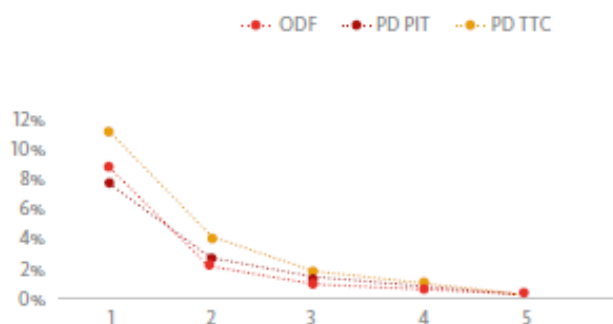
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ CRÉDITOS ESPANHA



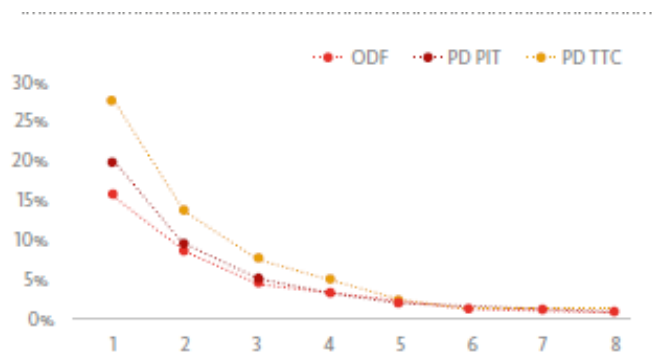
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC NORUEGA AUTOMÓVEIS PESSOAS FÍSICAS



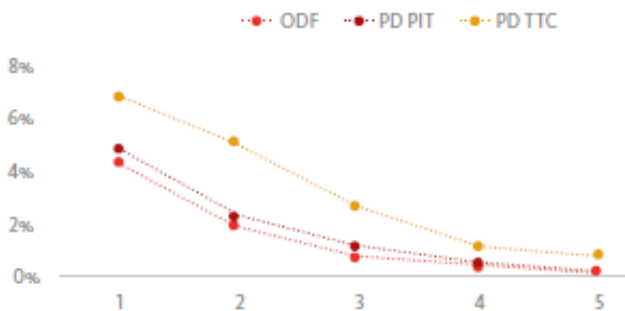
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC SUÉCIA AUTOMÓVEIS PESSOAS FÍSICAS



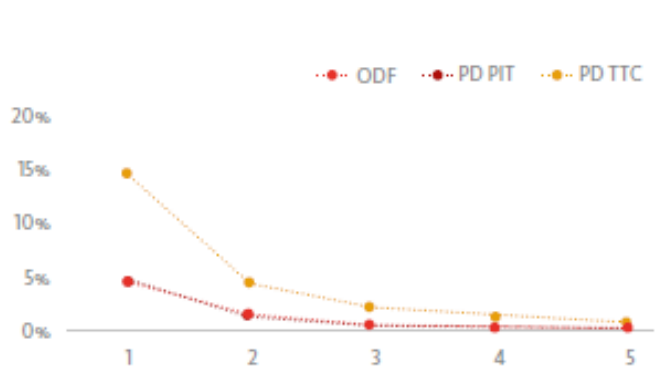
Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

PD TTC - PD TTC

▪ SC FINLÂNDIA AUTOMÓVEIS PESSOAS FÍSICAS



Legenda:

ODF - ODF

PD PIT - PD PIT

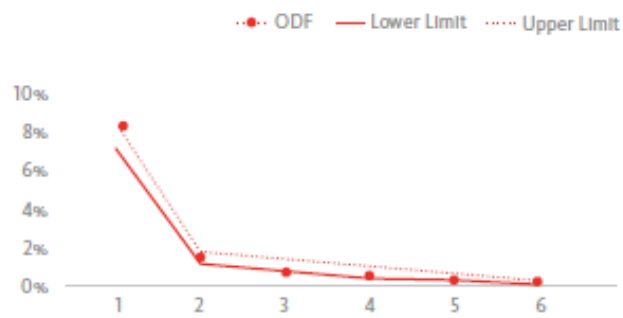
PD TTC - PD TTC

Nas carteiras de financiamento ao consumidor e cartões a situação é relativamente semelhante àquela vista nas Corporações e Hipotecas. Na Espanha, esses portfólios mostram a mesma convergência já vista entre a série OD e os níveis médios de PD do ciclo, ficando ligeiramente abaixo das PDs TTC. No Santander Consumidor (Alemanha, Espanha e Países Nórdicos), as PDs TTC permanecem acima dos padrões observados, particularmente nos níveis de PD mais altos.

▪ ODF VERSUS LIMITE DE CORPORAÇÕES

Complementarmente às análises acima, os intervalos de confiança foram calculados para a PD PIT e os limites superior e inferior das previsões foram comparados aos padrões observados no momento. Quanto maior o número de transações consideradas, menores os intervalos, refletindo a maior exatidão das estimativas.

▪ ESPANHA CORPORAÇÕES



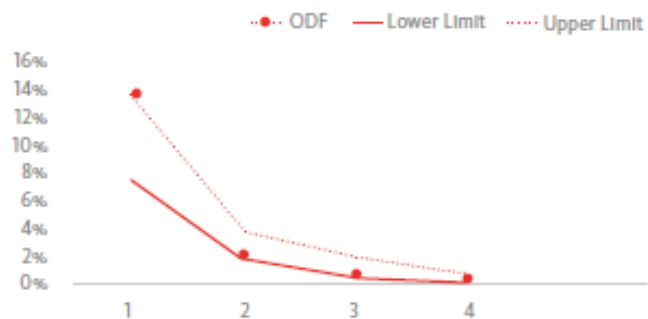
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SANTANDER TOTTA CORPORAÇÕES



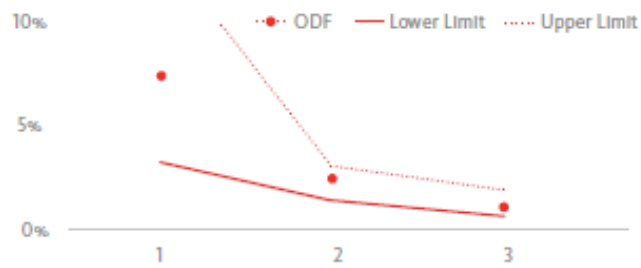
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ MÉXICO CORPORAÇÕES



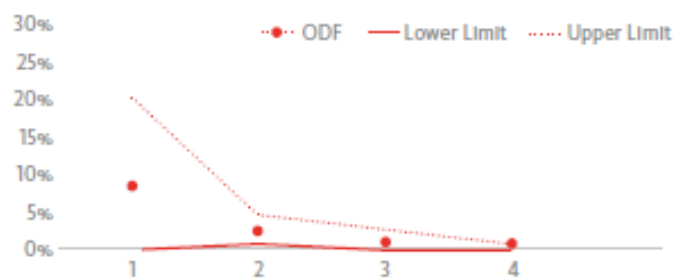
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SC ESPANHA NÃO PADRONIZADO



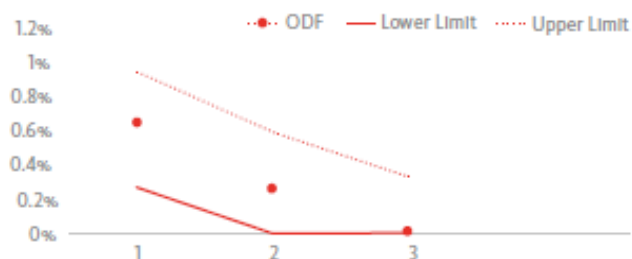
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SCF ALEMANHA DISTRIBUIDORAS



Legenda:

ODF - ODF

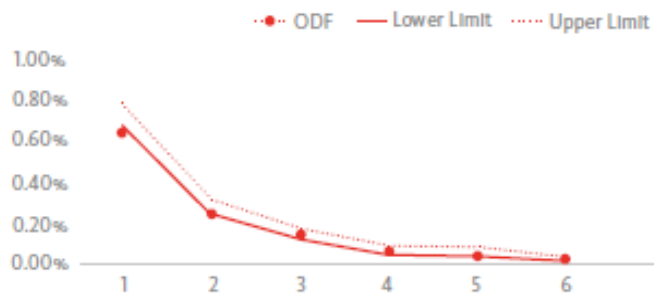
Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

Como já foi indicado, as carteiras de corporações estão mostrando o maior nível de volatilidade devido ao número relativamente baixo de inadimplementos. Isso se refletiu nos intervalos de confiança muito amplos em todos os casos, exceto pela Espanha. Para o Santander Consumidor Espanha, Santander Consumidor Alemanha e México, as ODFs estão localizadas muito centralmente dentro dos intervalos de confiança. Embora intervalos menores sejam gerados na Espanha e em Totta, com maior volatilidade das ODFs em torno desses intervalos, as ODFs estão próximas do limite inferior do intervalo de confiança, particularmente nos níveis de melhor qualidade de crédito.

▪ ODF HIPOTECAS VERSUS LIMITE

▪ ESPANHA VAREJO HIPOTECAS



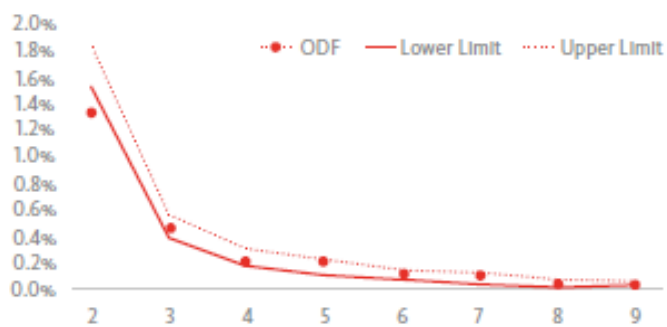
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

SANTANDER TOTTA VAREJO HIPOTECAS



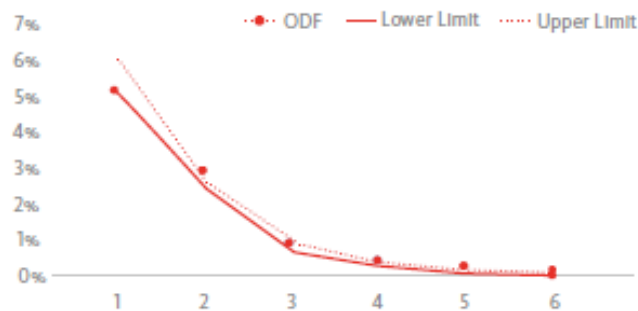
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ REINO UNIDO VAREJO HIPOTECAS



Legenda:

ODF - ODF

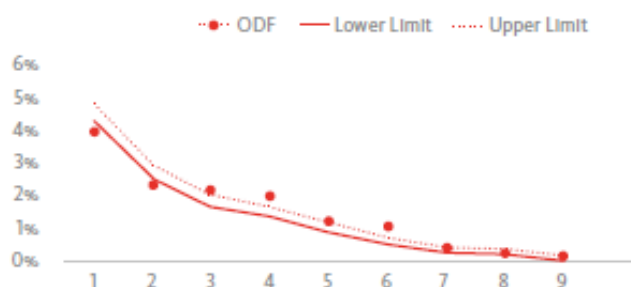
Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

Em hipotecas, os intervalos são muito estreitos devido ao alto número de transações. Em todos os casos, os FDOs em geral se concentram em torno de intervalos de confiança definidos separadamente do eventual nível de qualidade de crédito mais baixo, o qual em geral está ligeiramente abaixo do limite inferior.

▪ ODF VERSUS PD DE CONSUMIDOR E CARTÕES DE CRÉDITO LIMITE

ESPANHA CONSUMIDOR EMPRÉSTIMOS



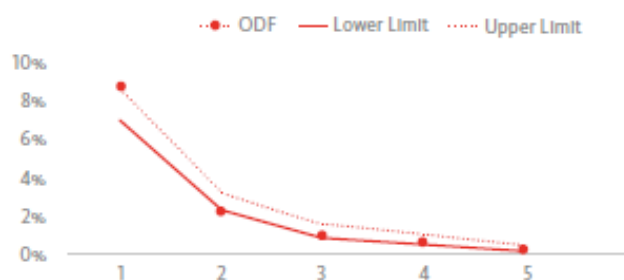
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SC ESPANHA VAREJO OUTROS



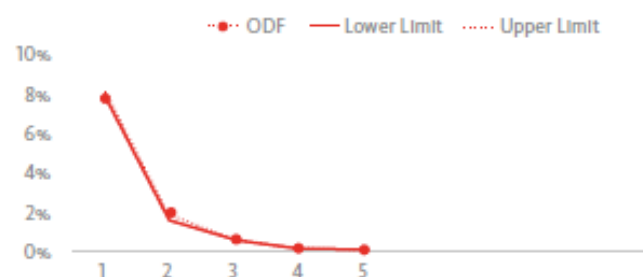
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ ESPANHA CARTÕES DE CRÉDITO



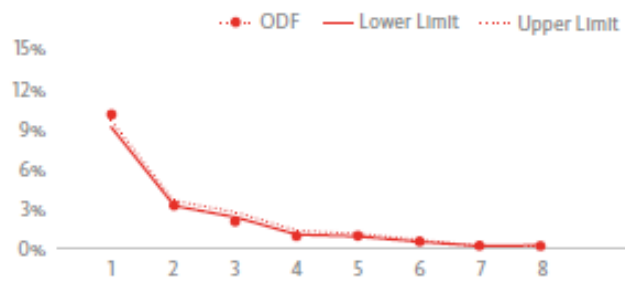
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SC ESPANHA CARTÕES DE CRÉDITO



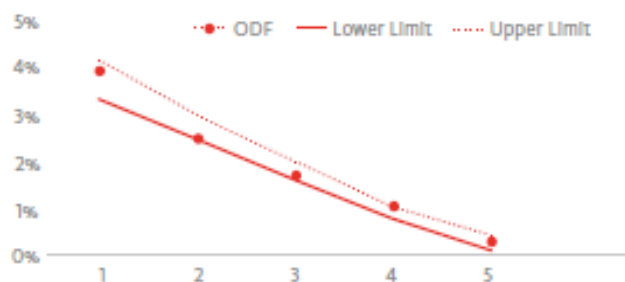
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SC ESPANHA VAREJO OUTROS



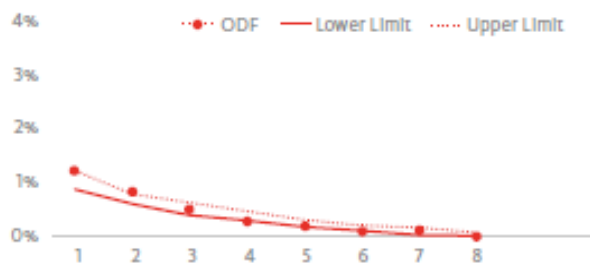
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SC ESPANHA AUTOMÓVEIS NOVOS



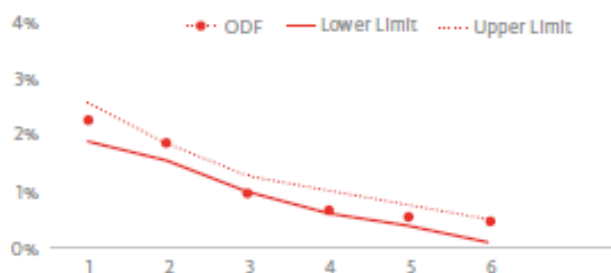
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SC ESPANHA AUTOMÓVEIS USADOS



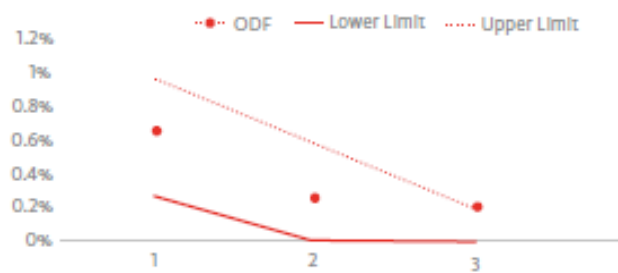
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

▪ SCF ALEMANHA VAREJO QUALIFICAÇÃO RENOVÁVEL



Legenda:

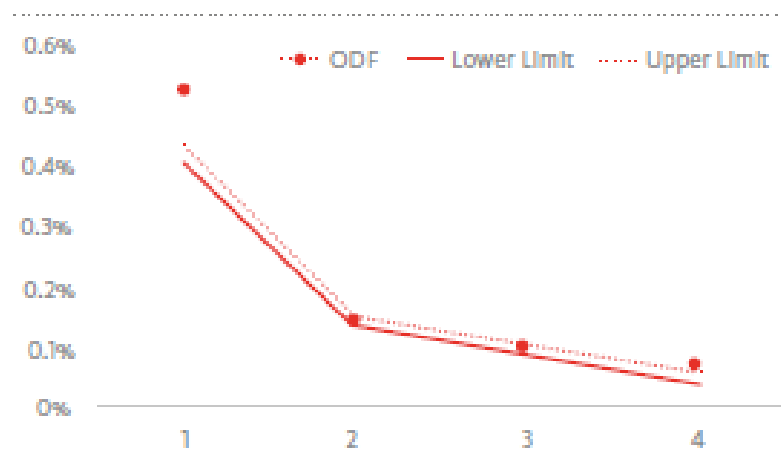
ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

■ ODF VERSUS LIMITE CONSUMIDOR E CARTÕES DE CRÉDITO (CONT.)

■ SC ALEMANHA VAREJO OUTROS



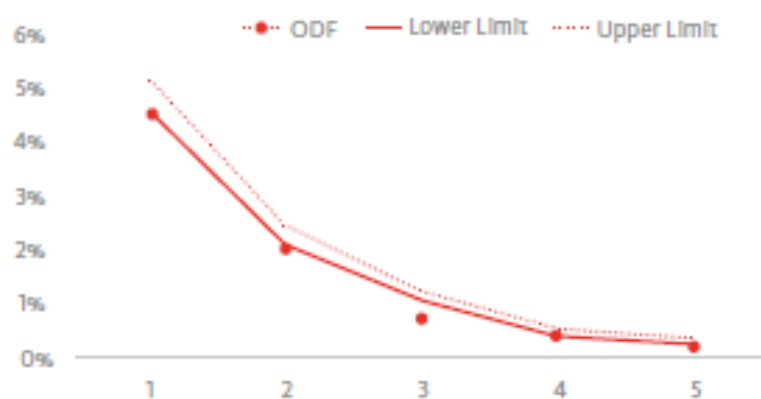
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

■ SC SUÉCIA AUTOMÓVEIS PESSOAS FÍSICAS



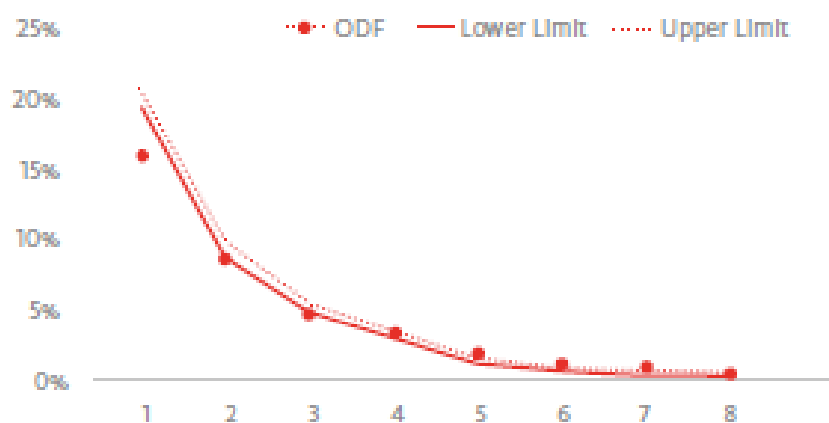
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

■ SC NORUEGA AUTOMÓVEIS PESSOAS FÍSICAS



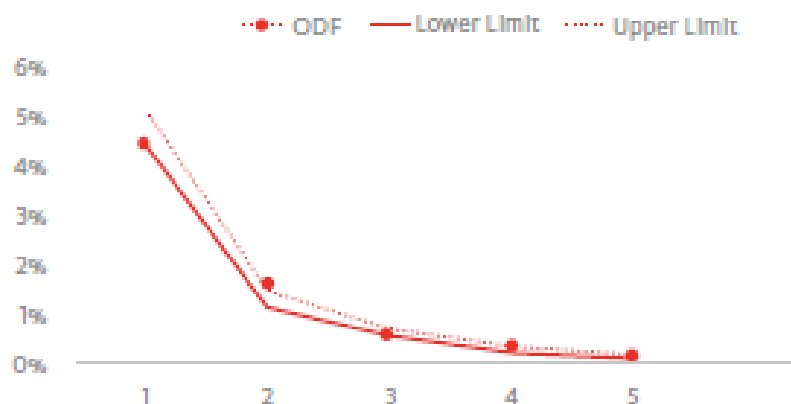
Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

■ SC FINLÂNDIA AUTOMÓVEIS PESSOAS FÍSICAS



Legenda:

ODF - ODF

Lower Limit - Limite Inferior

Upper Limit - Limite Superior

Os intervalos de confiança geralmente são estreitos entre o restante das carteiras de varejo, particularmente na carteira de cartões na Espanha devido ao alto número de transações. Como exceção, os intervalos são amplos na carteira de varejo renovável do Santander Consumidor Alemanha e os valores da ODF se concentram naqueles intervalos. Para o restante dos portfólios do Santander Consumidor Alemanha, as ODFs estão um pouco acima do limite superior nos tranches altos de PD, embora caiam dentro do intervalo nas PDs mais baixas. Para a carteira de linha de crédito na Espanha, as ODFs estão localizadas em torno do limite superior, principalmente para aquelas tranches que apresentam a melhor qualidade de crédito. No caso da carteira Empréstimos Espanha, as ODFs oscilam em torno dos dois limites, sendo que os tranches de PD mais altos estão ligeiramente abaixo do intervalo de confiança.

Entretanto, as ODFs dos portfólios do Santander Consumidor Países Nórdicos tendem a se alinhar ao limite inferior e até mesmo abaixo em alguns casos.

Os intervalos são um pouco mais amplos para a carteira de crédito do Santander Consumer Espanha e do crédito Santander Espanha, onde em geral as ODFs aparecem mais centradas, enquanto em certos casos oscilam entre os limites inferiores e superiores.

Aperfeiçoamento da transparência do Comitê da Basileia (CR9)

A análise acima pode ser complementada pelo estudo quantitativo sugerido pelo Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária (BCBS) em seu documento intitulado 'Requisitos de divulgação revisados do Pilar 3' de janeiro de 2015. As orientações divulgadas pelo EBA em dezembro de 2016 ratificam esse aperfeiçoamento sem modificações.

Elas propõem que as informações para o teste retrospectivo de PD devem ser reportadas no formato da tabela CR9 mostrada abaixo:

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

País	a	b	c	d	e	f	g	h	i
	Quantidade de devedores				Quantida de de devedore s ¹	Encerram ento do exercício anterior	Encerram ento do exercício	Devedores inadimple ntes do exercício	Das quais: devedores inadimple ntes do exercício
	Intervalo de PD	Equivalent e de rating externo	PD Médio ponderado ¹	Média Aritmética					
Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A tabela original pode ser interpretada com um certo grau de flexibilidade, e as principais decisões adotadas em nosso caso foram as seguintes:

Faixas PD. Inspirada pelo documento BCBS mencionado acima, especificamente a tabela CR6, os seguintes intervalos de PD foram propostos⁴:

Intervalos PD	Rating externo equivalente
0 < 0,15%	AAA a BBB+
0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB
0,25 < 0,50%	BBB a BB+
0,50 < 0,75%	BB+ a BB
0,75 < 2,50%	BB a B+
2,50 < 10,0%	B+ a B-
10,0 < 100%	B- a C
100% (default)	D

Para preencher a coluna “c”, foi estabelecido um equivalente entre as PDs e os ratings externos. Em uma base anual, o Grupo Santander utiliza dados da S&P⁵ para estimar a PD TTC associada com os ratings externos. Em primeiro lugar, um ciclo econômico é definido e, para cada categoria de rating, calcula-se uma média de longo prazo (cobrindo todo o ciclo) das frequências de inadimplemento anuais contidas no relatório da S&P. Isso possibilita que a PD de longo prazo seja associada a cada rating externo.

Nota 5: Os dados de PD são apresentados como porcentagens, ou seja, 0,15 é na realidade 0,15%

Nota 6: Especificamente, o documento intitulado “Estudo sobre Inadimplemento Corporativo Global e Transições de Rating”.

As colunas “d” e “e” contém o PD regulador médio na data em questão (dezembro de 2017), calculado pela ponderação por exposição (coluna ‘c’) e não ponderado (coluna “d”). A título de exemplo, os valores para as hipotecas do Reino Unido são apresentados abaixo.

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

Reino Unido	Intervalo de PD	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado	Média Aritmética
				do PD por devedores
	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,08%	0,08%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,20%	0,20%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,39%	0,40%
Varejo – Exposições de hipoteca residencial	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,58%	0,59%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,29%	1,28%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,99%	5,12%
	10,0 < 100%	B- a C	32,13%	32,72%
	100% (default)	D	100%	100%

É possível ver que não existe uma grande diferença entre a PD ponderada pela exposição média e a média simples de cada faixa, indicando que a exposição é distribuída de modo relativamente uniforme entre as diferentes transações. Esse resultado é bastante típico das carteiras de varejo, mas pode ser bem menos uniforme no caso das carteiras corporativas, onde certos tomadores podem ter exposições significativas. Entretanto, como pode ser visto nos resultados que serão mostrados no devido tempo, as carteiras corporativas (do SAN Espanha, México e Santander Consumidor) também não mostram nenhuma diferença relevante.

A coluna abaixo (Número de devedores) se divide em duas, contendo o número de tomadores (ou transações no caso das carteiras de varejo) em

duas datas dezembro de 2016 (coluna 'e') e dezembro de 2017 (coluna 'f'). A intenção é detectar as migrações de clientes/transações entre as faixas de PD, embora às vezes a migração se deva mais a um reajuste dos modelos regulatórios do que a dinâmica real do sistema de classificação.

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

	Intervalo de PD	Equivalente de rating externo	Quantidade de devedores	
			Final do exercício anterior	Encerramento do exercício
Reino Unido	0 < 0,15%	AAA a BBB+	71.750	63.760
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	165.968	184.032
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	326.690	306.329
Varejo – Exposições de hipoteca residencial	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	113.989	77.911
	0,75 < 2,50%	BB a B+	393.524	422.530
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	167.003	162.171
	10,0 < 100%	B- a C	72.965	65.707
	100% (default)	D	20.865	18.409

Continuando com o exemplo das hipotecas do Reino Unido, nenhuma migração significativa pode ser vista entres os tranches, apenas um ligeiro declínio nos volumes de carteira. Entretanto, a PD média permanece estável em todas as faixas.

A tabela BCBS original propõe duas colunas ('g' e 'h') que preferimos incorporar em uma única coluna para comunicar as informações sobre aquelas transações ou clientes que se tornaram inadimplentes em 2017 em todas as diferentes faixas de PD regulatória. Alinhados ao cálculo da coluna 'i', aqui nós tomamos os mutuários ao final do exercício fiscal anterior (consultar a primeira coluna 'f') e observamos quais deles se tornaram inadimplentes em 2016. Na verdade, se dividirmos os novos NPLs pelos clientes iniciais e cada faixa de classificação, nós obtemos o primeiro de cinco valores para a taxa anual de inadimplência exigida pra a coluna 'i'.

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

Reino Unido	Intervalo de PD	Equivalente de rating externo	Devedores	Devedores
			inadimplentes no exercício	inadimplentes no exercício atual
Varejo – Exposições de hipoteca residencial	0 < 0,15%	AAA a BBB+	164	0,21%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	337	0,22%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	651	0,26%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	441	0,35%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1.493	0,47%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	1.705	1,35%
	10,0 < 100%	B- a C	8.169	14,30%
	100% (default)	D		

Sob o ponto de vista do teste retrospectivo, a coluna 'i' é muito importante, uma vez que ela dá a média das taxas de inadimplência observadas em cada um dos cinco últimos anos para cada faixa de PD. Comparando a coluna 'i' às colunas 'b' e 'c' temos uma ideia de como nossas PDs regulatórias se comparam à experiência real no médio prazo.

Como veremos nas próximas tabelas, as quais reproduzem a tabela CR9 para um conjunto de portfólios significativos do Grupo, em geral as PDs regulatórias são relativamente semelhantes às taxas de inadimplência reais, embora as seguintes divergências sejam observadas:

Em geral, as PDs regulatórias são mais altas do que as taxas de inadimplência reais. Entretanto, existem algumas exceções a esta regra. Por exemplo, as carteiras de Hipoteca e Corporações na Espanha. Isso se deve ao fato de que o ajuste aplicado para obter as PDs TTC regulatórias cobre um período maior do que os últimos cinco anos e também inclui taxas de inadimplência muito altas que ocorreram nas crises do início dos anos 90.

No caso de Hipotecas e Corporações na Espanha, situação dos últimos anos é resultado da crise econômica, a qual levou as taxas de inadimplência real acima de suas médias cíclicas, embora se compararmos esses resultados com aqueles reportados nos anos anteriores, nós podemos começar a distinguir uma convergência na direção de valores no intervalo médio do

ciclo. No varejo, porém, a situação é semelhante àquela das carteiras da Alemanha ou do Reino Unido, com as taxas observadas abaixo das médias cíclicas. Essas são carteiras com rotação mais alta que, juntamente com políticas de crédito menos rígidas, reduziram as taxas de delinquência observadas.

As tabelas abaixo contêm todas as informações sobre um número significativo de carteiras do Grupo Santander.

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

					Quantidade de devedores			
					Média			Taxa de
					Aritmética	Final do	Devedores	inadimplemento
					do PD por	exercício	inadimplentes	anual histórica
					devedores	anterior	no exercício	média
Reino Unido	Alíquotas de PD	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado					
Varejo - Contas Bancárias	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,03%	0,03%	732.511	735.905	121	0,02%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,17%	0,17%	4.653.542	4.792.314	1.845	0,05%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,32%	0,32%	360.743	425.522	335	0,14%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,68%	0,68%	601.264	628.270	1.414	0,26%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,41%	1,40%	1.389.478	1.455.951	5.746	0,55%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	5,23%	5,13%	1.387.114	1.486.686	20.130	2,07%
	10,0 < 100%	B- a C	24,09%	24,12%	604.155	612.873	55.761	11,74%
	100% (default)	D	100%	100%	55.946	37.063	-	-
Empréstimos Pessoais Quirografários	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,10%	0,10%	53	3.063	-	-
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,20%	0,20%	527	86.620	1	0,08%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,50%	0,50%	2.672	102.974	2	0,16%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	-	-	33.372	-	83	0,29%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,16%	1,16%	225.592	69.149	1.344	0,77%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,02%	4,04%	88.611	74.791	2.953	3,12%
	10,0 < 100%	B- a C	21.45%	21,74%	6.870	15.272	2.328	30,53%
	100% (default)	D	100%	100%	3.598	3.500	-	-
Varejo - Exposições de hipoteca residencial	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,08%	0,08%	71.750	63.760	164	0,21%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,20%	0,20%	165.968	184.032	337	0,22%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,39%	0,40%	326.690	306.329	651	0,26%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,58%	0,59%	113.989	77.911	441	0,35%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,29%	1,28%	393.524	422.530	1.493	0,47%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,99%	5,12%	167.003	162.171	1.705	1,35%
	10,0 < 100%	B- a C	32,13%	32,72%	72.965	65.707	8.169	14,30%
	100% (default)	D	100%	100%	20.865	18.409	-	-

					Quantidade de devedores			
					Média			Taxa de
					Aritmética	Final do	Devedores	inadimplemento
					do PD por	exercício	inadimplentes	anual histórica
					devedores	anterior	no exercício	média
SC ESPANHA	Alíquotas de PD	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado					
Varejo	0 < 0,15%	AAAa A-	0,07%	0,07%	69.707	55.382	95	0,13%
	0,15 < 0,25%	A- a BBB+	0,19%	0,19%	1.098.889	1.127.525	1450	0,08%
	0,25 < 0,50%	BBB+ a BBB-	0,37%	0,38%	1.081.688	1.025.946	746	0,07%
	0,50 < 0,75%	BBB- a BB+	0,54%	0,56%	167.432	251.940	188	0,09%
	0,75 < 2,50%	BB+ a BB-	1,47%	1,42%	429.466	435.329	1242	0,29%
	2,50 < 10,0%	BB- a B-	5,40%	4,90%	259.595	288.152	3389	1,86%
	10,0 < 100%	B- a C	25,66%	28,56%	111.707	113.848	10989	13,70%
	100% (default)	D	100%	100%	17.378	18.325	-	-
Outros itens de varejo	0 < 0,15%	AAA a A-	-	-	1315	-	1	0,13%
	0,15 < 0,25%	A- a BBB+	0,18%	0,18%	6.823	13.854	4	0,10%
	0,25 < 0,50%	BBB+ a BBB-	0,31%	0,32%	24.976	25.527	12	0,17%
	0,50 < 0,75%	BBB- a BB+	0,53%	0,54%	28.043	27.473	38	0,34%
	0,75 < 2,50%	BB+ a BB-	1,50%	1,44%	162.459	174.168	608	0,85%
	2,50 < 10,0%	BB- a B-	3,84%	4,40%	137.988	161.797	1.507	2,39%
	10,0 < 100%	B- a C	34,28%	33,05%	40.170	27.867	4.549	20,90%
	100% (default)	D	100%	100%	11.350	10.377	-	-
Sociedades	0,15 < 0,25	BBB+ a BBB	0,23%	0,23%	-	364	1	0,08%
	0,50 < 0,75	BB+ a BB	-	-	380	-	-	0,76%
	0,75 < 2,50	BB a B+	1,22%	1,22%	-	184	1	0,14%
	2,50 < 10,0	B+ a B-	4,94%	4,93%	324	346	7	6,34%
	10,0 < 100	B- a C	16,11%	19,04%	12	38	2	18,46%
	100% (default)	D	100%	100%	19	15	-	-

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

SC ESPANHA	Alíquotas de PD	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado	Média Aritmética do PD por devedores	Quantidade de devedores		Devedores inadimplentes no exercício	Taxa de inadimplemento anual histórica média
					Final do exercício anterior	Encerramento do exercício		
Varejo - Hipotecas	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,08%	0,07%	310.174	303.741	125	0,08%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,19%	0,19%	80.553	77.774	103	0,26%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,36%	0,36%	68.774	64.937	162	0,48%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,62%	0,62%	12.307	39.658	43	1,27%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,35%	1,33%	71.896	68.521	588	1,68%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,49%	4,53%	33.126	29.957	1.115	7,12%
	10,0 < 100%	B- a C	24,42%	23,94%	25.090	21.044	5.178	25,80%
	100% (default)	D	100%	100%	29.637	28.299	-	-
Varejo - Outros varejo	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,09%	0,08%	104.047	70.355	50	0,09%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,20%	0,19%	20.083	69.949	37	0,19%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,34%	0,35%	104.187	123.956	199	0,16%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,61%	0,62%	80.042	50.095	280	0,63%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,72%	1,62%	241.019	315.631	2427	1,51%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,67%	4,56%	214.947	194.911	5530	2,57%
	10,0 < 100%	B- a C	27,25%	31,32%	205.332	222.611	44.079	18,96%
	100% (default)	D	100%	100%	105.138	126.576	-	-
Sociedades	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,10%	0,08%	109	272	-	0,36%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,21%	0,21%	2408	1506	2	0,22%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,34%	0,34%	5474	4682	6	0,21%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,62%	0,62%	77	4361	-	0,47%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,44%	1,49%	11.432	14.084	58	1,38%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	5,51%	5,20%	5.966	4.657	148	5,85%
	10,0 < 100%	B- a C	23,42%	20,05%	1.790	1.125	216	20,79%
	100% (default)	D	100%	100%	704	747	-	-
Cartões	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,09%	0,10%	830.870	1.331.368	540	0,04%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,19%	0,19%	157.455	248.775	114	0,09%
	0,25 < 0,50%	BBB a BB+	0,39%	0,38%	112.894	65.902	294	0,22%
	0,50 < 0,75%	BB+ a BB	0,64%	0,64%	61.562	93.860	233	0,29%
	0,75 < 2,50%	BB a B+	1,52%	1,51%	338.813	425.851	1.539	0,64%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,78%	4,76%	201.956	316.577	5.169	2,55%
	10,0 < 100%	B- a C	32,25%	30,04%	37.730	70.700	8.033	18,49%
	100% (default)	D	100%	100%	14.326	17.397	-	-

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

SANTANDER TOTTA	Alíquotas de PD	Equivalentes de rating externo	PD médio ponderado	Média Aritmética do PD por devedores	Quantidade de devedores		Devedores inadimplentes no exercício	Taxa de inadimplemento anual histórica média
					Final do exercício anterior	Encerramento do exercício		
Cartões	0 < 0,15%	AAA a BBB+	0,14%	0,13%	135.741	85	132	0,13%
	0,15 < 0,25%	BBB+ a BBB	0,23%	0,22%	36.540	6.242	39	0,15%
	0.25 < 0.50%	BBB a BB+	0,39%	0,37%	42,006	70,976	117	0,34%
	0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,60%	0,60%	13,851	941	20	0.40%
	0.75 < 2.50%	BB a B+	1.49%	1.59%	82,931	244,584	584	1.17%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	5.18%	5.51%	99,277	105,189	2,898	3.60%
	10.0 < 100%	B- a C	31.00%	31.53%	21,438	29,089	3,481	18.77%
	100% (default)	D	100%	100%	8,511	9,301	-	-
Sociedades	0 < 0.15%	AAA a BBB+	0,08%	0,08%	40	41	-	-
	0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	0,16%	0,16%	18	18	-	-
	0.25 < 0.50%	BBB a BB+	0,35%	0,35%	650	716	1	0,30%
	0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,63%	0,63%	62	40	-	-
	0.75 < 2.50%	BB a B+	1,39%	1.43%	2,547	2,619	9	0,65%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	5.86%	5.77%	1.425	1,433	45	2.51%
	10.0 < 100%	B- a C	33.08%	28.26%	239	214	38	20.22%
	100% (default)	D	100%	100%	474	415	-	-
Varejo - Outros varejo	0 < 0.15%	AAA a BBB+	0,03%	0,03%	7,709	12	11	0,08%
	0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	0,21%	0,18%	7,542	3,003	9	0,11%
	0.25 < 0.50%	BBB a BB+	0,44%	0,44%	18,064	56,898	24	0,30%
	0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,64%	0,62%	31,102	10,877	91	0,31%
	0.75 < 2.50%	BB a B+	1.68%	2.03%	222,665	208,081	1,004	0,57%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	5.20%	5.32%	93,319	82,997	2,743	3.34%
	10.0 < 100%	B- a C	29.01%	36.99%	63,469	64,564	12,541	19.06%
	100% (default)	D	100%	100%	47,759	42,602	-	-
Varejo - Hipotecas	0 < 0.15%	AAA a BBB+	0,09%	0,09%	106.237	106.291	55	0,13%
	0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	0,21%	0,21%	41.812	41.967	43	0,31%
	0.25 < 0.50%	BBB a BB+	0,37%	0,37%	43.604	45.234	83	0,48%
	0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,60%	0,60%	18.608	19.124	50	0,24%
	0.75 < 2.50%	BB a B+	1,26%	1,29%	32.613	32.262	207	1,35%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	5,08%	5,19%	28.549	29.751	516	3,79%
	10.0 < 100%	B- a C	28,94%	28,94%	17.460	14.798	2.818	19,55%
	100% (default)	D	100%		1,964	9.442	-	-
Varejo - PMEs	0 < 0.15%	AAA a BBB+	0,03%	0,03%	22	19	-	-
	0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	0,21%	0,21%	176	99	2	1,14%
	0.25 < 0.50%	BBB a BB+	0,30%	0,31%	1.654	1.679	6	0,47%
	0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,67%	0,66%	60	44	-	0,43%
	0.75 < 2.50%	BB a B+	1,30%	1,47%	20.128	23.389	146	1,05%
	2,50 < 10,0%	B+ a B-	4.71%	4.85%	10,007	12,900	258	2.94%
	10.0 < 100%	B- a C	26.33%	29.25%	16,571	13,879	2,131	12.38%
	100% (default)	D	100%	100%	9,325	7,222	-	-

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

						Quantidade de devedores			Taxa de inadimplemento anual histórica média	
						Média Aritmética do PD por devedores	Final do exercício anterior	Encerramento do exercício		
MÉXICO	Alíquotas de PD	de	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado						
Sociedades	0 < 0.15%		AAA a BBB+	-	-	-	-	-	-	
	0.15 < 0.25%		BBB+ a BBB	-	-	-	-	-	-	
	0.25 < 0.50%		BBB a BB+	0,38%	0,38%	42	38	3	0,38%	
	0.50 < 0.75%		BB+ a BB	-	-	-	-	-	-	
	0.75 < 2.50%		BB a B+	1,21%	1,21%	3.026	3.130	21	1,23%	
	2,50 < 10,0%		B+ a B-	3,49%	3,49%	252	197	29	5,34%	
	10.0 < 100%		B- a C	24,20%	24,20%	21	12	1	26.41%	
	100% (default)		D	100%	100%	79	70	-	-	
						Quantidade de devedores			Taxa de inadimplemento anual histórica média	
						Média Aritmética do PD por devedores	Final do exercício anterior	Encerramento do exercício		
SC ALEMANHA	Alíquotas de PD	de	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado						
Sociedades	0 < 0.15%		AAA a BBB+	-	-	-	-	-	-	
	0.15 < 0.25%		BBB+ a BBB	0,23%	0,23%	269	269	-	0,19%	
	0.25 < 0.50%		BBB a BB+	0,35%	0,35%	490	553	-	-	
	0.50 < 0.75%		BB+ a BB	0,55%	0,55%	417	391	1	0,13%	
	0.75 < 2.50%		BB a B+	1,64%	1,55%	3.174	3.060	18	0,50%	
	2,50 < 10,0%		B+ a B-	4,20%	4,49%	737	621	18	2,62%	
	10.0 < 100%		B- a C	22,39%	25,20%	111	135	4	3,14%	
	100% (default)		D	100%	100%	36	44	-	-	
Outros itens de varejo	0 < 0.15%		AAA a BBB+	0,08%	0,08%	50.187	45.821	15	0,03%	
	0.15 < 0.25%		BBB+ a BBB	0,20%	0,20%	157.789	147.777	139	0,09%	
	0.25 < 0.50%		BBB a BB+	0,35%	0,35%	457.633	446.819	514	0,12%	
	0.50 < 0.75%		BB+ a BB	0,55%	0,55%	948.281	924.393	1.565	0,16%	
	0.75 < 2.50%		BB a B+	1,27%	1,28%	1.586.365	1.516.060	8.839	0,54%	
	2,50 < 10,0%		B+ a B-	4,55%	4,50%	538.868	505.652	16.681	2,67%	
	10.0 < 100%		B- a C	34,49%	30,72%	232.596	117.487	23.147	17,18%	
		100% (default)		D	100%	100%	83.702	73.891	-	-
Varejo - Rotativo qualificado	0 < 0.15%		AAA a BBB+	0,09%	0,1%	6	2	-	-	
	0.15 < 0.25%		BBB+ a BBB	0,23%	0,2%	2.440	2.175	1	0,14%	
	0.25 < 0.50%		BBB a BB+	0,35%	0,3%	2.560	1.127	2	0,16%	
	0.50 < 0.75%		BB+ a BB	0,55%	0,5%	4.871	1.535	1	0,12%	
	0.75 < 2.50%		BB a B+	1,39%	1,4%	193.560	134.734	655	0,58%	
	2,50 < 10,0%		B+ a B-	4,56%	5,0%	35.379	26.105	686	3,56%	
	10.0 < 100%		B- a C	27,75%	27,1%	22.404	17.377	3.135	17,14%	
	100% (default)		D	100%	100%	11.327	8.115	-	-	
Varejo - Hipotecas residenciais	0 < 0.15%		AAA a BBB+	0,08%	0,08%	11.286	9.854	2	0,03%	
	0.15 < 0.25%		BBB+ a BBB	0,19%	0,19%	42.132	38.574	23	0,09%	
	0.25 < 0.50%		BBB a BB+	0,35%	0,35%	14.124	13.298	10	0,14%	
	0.50 < 0.75%		BB+ a BB	0,55%	0,55%	7.024	6.542	8	0,23%	
	0.75 < 2.50%		BB a B+	1.19%	1.18%	6.084	5.202	32	0,62%	
	2,50 < 10,0%		B+ a B-	4,37%	4,37%	730	580	22	3,11%	
	10.0 < 100%		B- a C	32,17%	31,19%	689	432	63	11,04%	
		100% (default)		D	100%	100%	864	826	-	-

■ TABELA 65. ABORDAGEM IRB - TESTE RETROSPECTIVO DA PD POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO (CR9)

SC	PAÍSES	Alíquotas de PD	Equivalente de rating externo	PD médio ponderado	Média Aritmética do PD por devedores	Quantidade de devedores		Devedores inadimplentes no exercício	Taxa de inadimplemento anual histórica média
						Final do exercício anterior	Encerramento do exercício		
Países nórdicos – Noruega	Auto pessoas físicas	0 < 0.15%	AAA a BBB+	-	-	-	-	-	-
		0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	-	-	-	-	-	-
		0.25 < 0.50%	BBB a BB+	0,3%	0,3%	53.000	55.317	208	0,27%
		0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,6%	0,6%	42.905	44.403	350	0,68%
		0.75 < 2.50%	BB a B+	1,4%	1,4%	59.291	57.569	793	1,02%
		2,50 < 10,0%	B+ a B-	5,8%	5,9%	18.548	22.569	631	2,99%
		10.0 < 100%	B- a C	23,0%	23,2%	14.886	18.362	1.914	21,75%
		100% (default)	D	100,0%	100,0%	4.064	4.646	-	-
Países nórdicos – Suécia	Auto pessoas físicas	0 < 0.15%	AAA a BBB+	-	-	-	-	-	-
		0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	-	-	-	-	-	-
		0.25 < 0.50%	BBB a BB+	-	-	-	-	-	-
		0.50 < 0.75%	BB+ a BB	-	-	-	-	-	-
		0.75 < 2.50%	BB a B+	0,9%	0,9%	93.406	106.239	260	0,42%
		2,50 < 10,0%	B+ a B-	3,4%	3,4%	28.463	32.602	330	1,40%
		10.0 < 100%	B- a C	67,5%	67,2%	319	328	130	56,62%
		100% (default)	D	100,0%	100,0%	333	368	-	-
Países nórdicos – Finlândia	Automático Pessoas Físicas	0 < 0.15%	AAA a BBB+	-	-	-	-	-	-
		0.15 < 0.25%	BBB+ a BBB	-	-	-	-	-	-
		0.25 < 0.50%	BBB a BB+	-	-	-	-	-	-
		0.50 < 0.75%	BB+ a BB	0,6%	0,6%	14.148	16.297	30	0,19%
		0.75 < 2.50%	BB a B+	1,4%	1,4%	71.764	89.647	329	0,53%
		2,50 < 10,0%	B+ a B-	4,9%	4,9%	13.137	15.700	248	2,14%
		10.0 < 100%	B- a C	26.4%	26.6%	10.082	11.557	827	20,45%
		100% (default)	D	100,0%	100,0%	625	891	-	-

3.9.2. Teste retrospectivo de EAD

Para testar os Fatores de Conversão de Crédito (CCF), o saldo de inadimplemento das transações foi comparado com o EAD regulador atribuído 12 meses antes da ocorrência do inadimplemento.

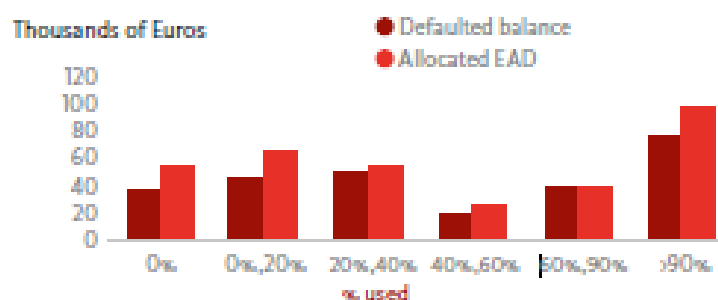
O índice de EAD estimado para o EAD real, conhecido como ‘índice de cobertura’, dá uma ideia da precisão da estimativa de EAD.

As seguintes tabelas and diagramas fornecem uma comparação entre o EAD estimado e o EAD real para as seguintes carteiras com limites comprometidos.

- Cartões e Empréstimos para Pessoas Jurídicas Individualizadas e Padronizadas do Santander Espanha;
- Cartões e Empréstimos a pessoas físicas do Santander Espanha;
- Hipotecas do Reino Unido; e
- Cartões e linhas de Crédito de Pessoas Jurídicas Padronizadas do Santander Totta.

Os dados são divididos pelo percentual de utilização da linha de crédito, já que esse é o principal fator usado na estimativa de CCF e, portanto, na atribuição de EAD.

■ TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD ESPANHA CRÉDITO CORPORATIVO NÃO PADRONIZADO



Legenda:

Thousands of Euros - Milhares de Euros

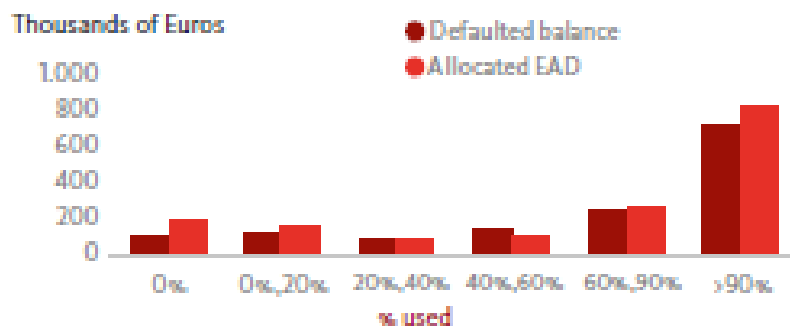
Defaulted balance - Saldo inadimplido

Allocated EAD - EAD Alocado

% used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
0%	37	55	148%
(0%,20%]	46	65	143%
(20%,40%]	49	55	113%
(40%,60%]	19	26	137%
(60%,90%]	39	38	98%
>90%	78	97	125%
TOTAL	268	336	126%

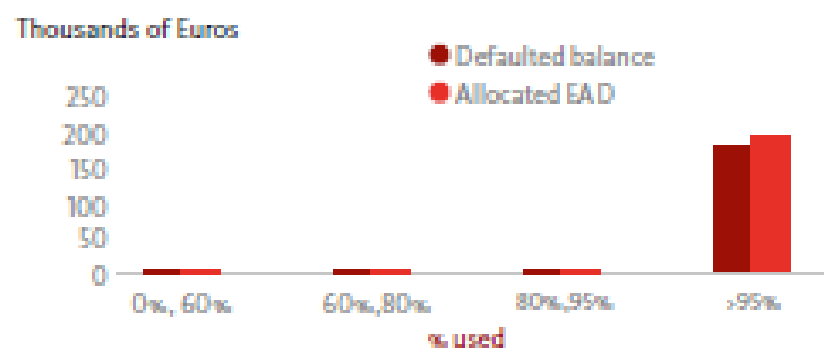
■ **TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD ESPANHA SOCIEDADES PADRONIZADAS - CARTÕES DE CRÉDITO**



Legenda:
 Thousands of Euros - Milhares de Euros
 Defaulted balance - Saldo inadimplido
 Allocated EAD - EAD Alocado
 % used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
0%	90	193	213,5%
(0%,20%]	115	157	136,8%
(20%,40%]	86	81	93,2%
(40%,60%]	141	109	76,9%
(60%,90%]	247	272	110,1%
>90%	721	819	113,5%
TOTAL	1.400	1.631	116,3%

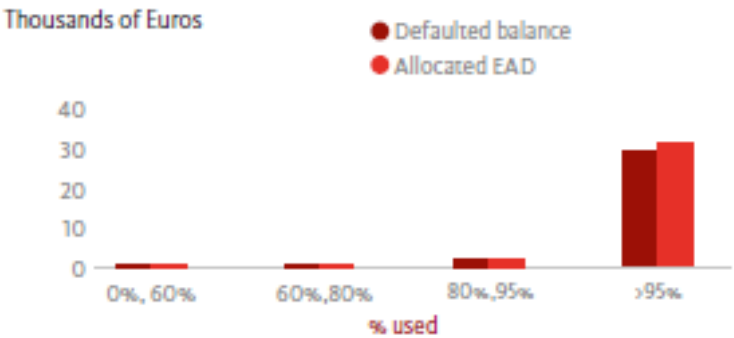
■ **TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD ESPANHA CRÉDITOS CORPORATIVOS NÃO PADRONIZADOS**



- Legenda:
 Thousands of Euros - Milhares de Euros
 Defaulted balance - Saldo inadimplido
 Allocated EAD - EAD Alocado
 % used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
[0%,60%]	3,941	2,802	71%
(60%,80%]	1.181	1.285	109%
(80%,95%]	3,627	3,615	100%
>95%	181,843	199,954	110%
TOTAL	190,592	207,656	109%

■ **TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD ESPANHA CRÉDITOS CORPORATIVOS PADRONIZADOS**



Legenda:

Thousands of Euros - Milhares de Euros

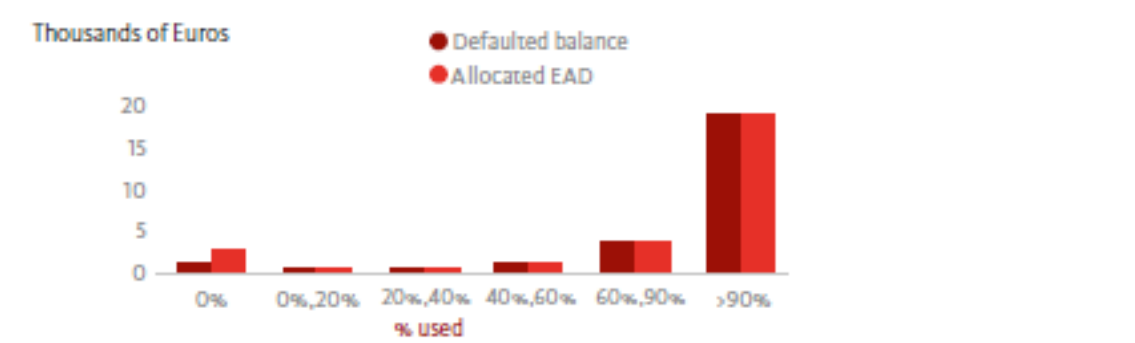
Defaulted balance - Saldo inadimplido

Allocated EAD - EAD Alocado

% used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
[0%,60%]	1.750	1.891	108%
(60%,80%]	1.078	1.247	116%
(80%,95%]	3,254	3,210	99%
>95%	31,157	32,913	106%
TOTAL	37,239	39,261	105%

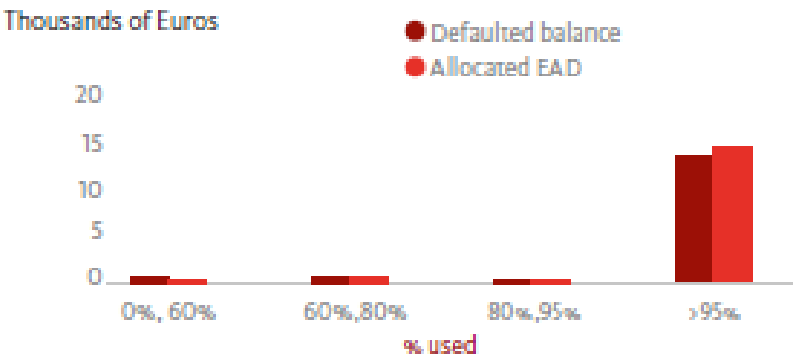
■ **TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD ESPANHA CARTÕES DE CRÉDITO DE VAREJO**



Legenda:
 Thousands of Euros - Milhares de Euros
 Defaulted balance - Saldo inadimplido
 Allocated EAD - EAD Alocado
 % used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
0%	900	2,500	278%
(0%,20%]	612	693	113%
(20%,40%]	576	567	98%
(40%,60%]	963	932	97%
(60%,90%]	3,594	3,515	98%
>90%	18,862	18,908	100%
TOTAL	25,507	27,115	106%

■ **TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD ESPANHA CRÉDITOS DE VAREJO**



Legenda:

Thousands of Euros - Milhares de Euros

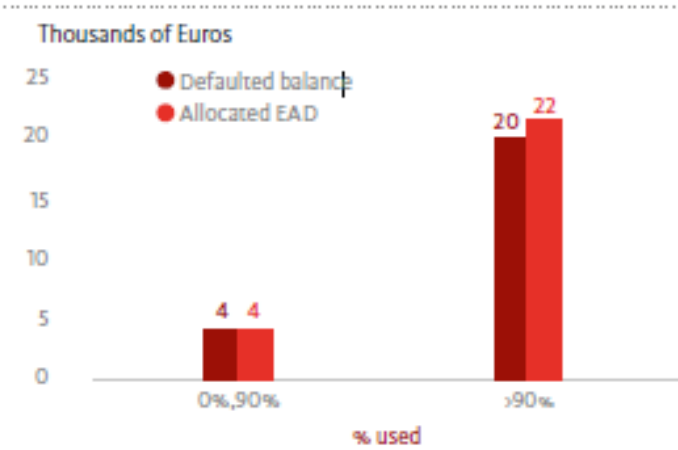
Defaulted balance - Saldo inadimplido

Allocated EAD - EAD Alocado

% used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
[0%,60%]	450	378	84%
(60%,80%]	573	604	105%
(80%,95%]	562	621	110%
>95%	13,959	15,277	109%
TOTAL	15.544	16.830	108%

■ **TESTE RETROSPECTIVO DE EAD - PORTUGAL. LINHA DE CRÉDITO CORPORATIVO PADRONIZADO**



Legenda:

Thousands of Euros - Milhares de Euros

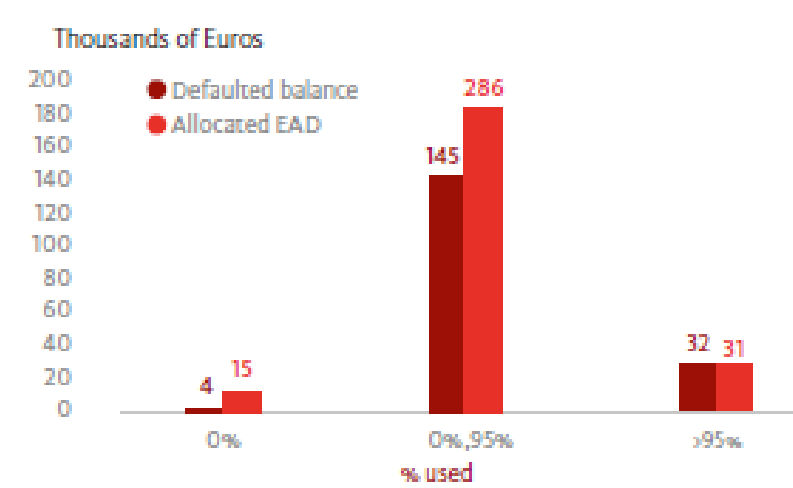
Defaulted balance - Saldo inadimplido

Allocated EAD - EAD Alocado

% used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
[0%, 90%]	4	4	98%
>90%	20	22	107%
TOTAL	24	26	105%

■ **TESTE RETROSPECTIVO DE EAD - PORTUGAL. SOCIEDADES PADRONIZADAS - CARTÕES DE CRÉDITO**



Legenda:

Thousands of Euros - Milhares de Euros

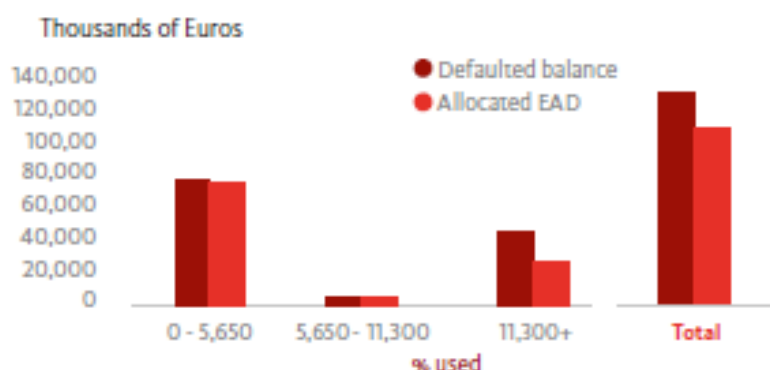
Defaulted balance - Saldo inadimplido

Allocated EAD - EAD Alocado

% used - % utilizado

% Utilizado	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
0%	4	15	396%
(0%, 95%)	145	186	128%
> 95%	32	31	94%
TOTAL	181	232	128%

■ TESTE RESTROSPECTIVO DE EAD - REINO UNIDO. HIPOTECAS



Legenda:

Thousands of Euros - Milhares de Euros

Defaulted balance - Saldo inadimplido

Allocated EAD - EAD Alocado

% used - % utilizado

Saldo do saque	Saldo inadimplido	EAD Alocado	Índice de cobertura
0 - 5.650	76,028	79.020	104%
5.650 - 11.300	6,127	6,670	109%
11.300+	27,796	46,452	167%
Total	109,951	132,142	120%

Nota: não incluindo hipotecas sem saldo não sacado.

3.9.3. Teste Retrospectivo da perda esperada and LGD (Santander Espanha)

Para comparar a Perda Esperada regulatória com as perdas efetivas na carteira, um procedimento foi projetado para comparar os valores da perda observada com perdas estimadas conforme parâmetros regulatórios. Esse exercício nos permite chegar a conclusões sobre os seguintes pontos:

- Estabilidade das perdas estimadas durante o prazo do estudo.
- Volatilidade das perdas observadas com base nos the ambiente macroeconômico, significando a extensão que esses valores superam as perdas estimadas em períodos de recessão econômica e ficam abaixo das estimativas em períodos de expansão.

Seguindo e partir do ponto anterior, é importante observar que o período do estudo (2008 a 2017) foi bastante caracterizado como um período de recessão econômica, enquanto as perdas estimadas se baseiam em parâmetros que compreendem um período mais longo no qual os anos de recessão e expansão refletem melhor a vida típica de um ciclo econômico.

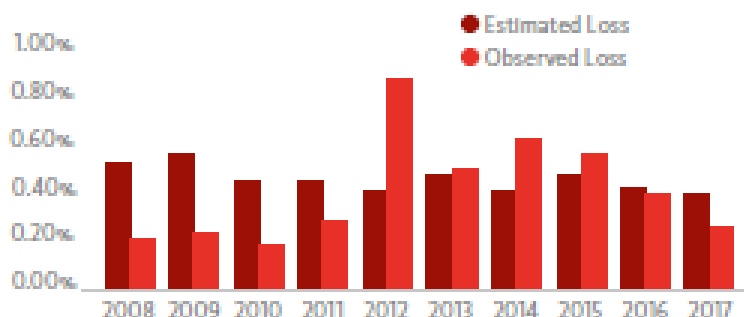
Para estimar as perdas observadas de cada ano sob análise, usamos a média das perdas observadas dos processos de recuperação encerrados naquele ano, penderada pelos inadimplementos que ocorreram no mesmo ano.

As tabelas e gráficos abaixo apresentam as carteiras mais importantes do Santander Espanha: Hipotecas Pessoais e Sociedades Individualizadas.

■ TABELA 66. HIPOTECAS DO VAREJO

Hipotecas do varejo	Prejuízo estimado	Prejuízo observado
2008	0.52%	0,21%
2009	0,56%	0,23%
2010	0,45%	0,18%
2011	0,44%	0,28%
2012	0.40%	0,86%
2013	0,46%	0.49%
2014	0.40%	0,62%
2015	0,47%	0,56%
2016	0,42%	0.40%
2017	0.40%	0,26%

■ TESTE RETROSPECTIVO DA PERDA ESPERADA DE HIPOTECAS DO VAREJO - ESPANHA



Legenda:

Estimated Loss - Prejuízo Estimado

Observed Loss - Perda Observada

As perdas estimadas com base nos parâmetros regulatórios permanecem estáveis no período da análise. No caso das perdas observadas, os resultados são mais voláteis, como é esperado. Além das flutuações causadas pelo clima macroeconômico é importante notar que essa comparação é altamente sensível a quaisquer políticas de cobrança esporádicas ou pontuais que podem ser buscadas em determinado ano, nas quais as perdas observadas naquele ano podem ser atribuídas aos eventos de inadimplência originados nos anos anteriores. Isso ocorreu, por exemplo, no caso do pico de perdas observado em 2012.

Nos anos anteriores da análise (2008 a 2011), os níveis de perdas esperadas excederam as perdas reais observadas. Entretanto, um aumento nas perdas esperadas pode ser visto a partir de 2010 e excedem as perdas estimadas. Isso se deve principalmente ao grande número de inadimplimentos ocorridos durante o período da recessão econômica.

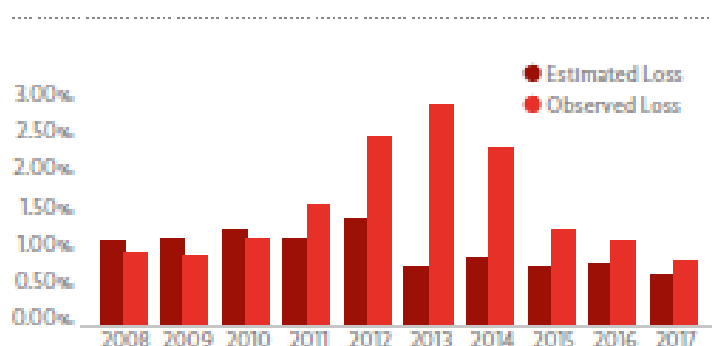
Finalmente, nos períodos mais recentes (2016 e 2017), nós podemos observar uma certa convergência na direção dos níveis de perda médios

observados, os quais estão até mesmo ligeiramente abaixo das perdas estimadas em 2017, refletindo a recuperação geral da economia do país.

■ TABELA 67. CORPORATIVO NÃO PADRONIZADO

Corporativos não padronizados	Prejuízo estimado	Perda observada
2008	1,10%	0,97%
2009	1,13%	0,89%
2010	1,25%	1,15%
2011	1,14%	1,56%
2012	1,40%	2,42%
2013	0,78%	2,83%
2014	0,88%	2,29%
2015	0,79%	1,27%
2016	0,82%	1,13%
2017	0,68%	0,85%

■ TESTE RETROSPECTIVO DA PERDA ESPERADA CORPORATIVA NÃO PADRONIZADA - ESPANHA



Legenda:

Estimated Loss - Prejuízo Estimado

Observed Loss - Perda Observada

No caso de Corporações individualizadas, os níveis de perdas observadas flutuam por ano, mas estão aproximadamente alinhados aos níveis de

perdas estimadas, com base nos parâmetros regulatórios. Nos primeiros anos do estudo (2008 a 2010), as perdas observadas são semelhantes (ligeiramente abaixo) às perdas estimadas. Nos anos seguintes, as perdas observadas excedem os níveis estimados, alinhados aos piores anos da crise econômica. Finalmente, nos períodos mais recentes (2017), as perdas observadas podem ser vistas convergindo na direção dos valores estimados. Isso se deve parcialmente ao maior nível de gravidade que pode ser visto nos casos resolvidos em períodos recentes e também porque os níveis de inadimplência do último ano são melhores do que aqueles dos anos anteriores.

3.10. Risco da contraparte

O Capítulo 6 do CRR (Regulamentação (EU) nº 575/2013) descreve o risco de crédito de contraparte como o risco de que uma contraparte de uma transação possa se tornar inadimplente antes da liquidação final dos fluxos de caixa da transação. Ele inclui os seguintes tipos de transações: instrumentos derivativos, contratos de recompra, empréstimo de valores mobiliários ou commodities, operações de liquidação longa e operações de empréstimo com imposição de margens.

O risco de contraparte do Grupo Santander é controlado com um sistema integrado que fornece informações em tempo real sobre as exposições a qualquer contraparte, produto ou vencimento e em qualquer unidade do Grupo como uma porcentagem dos limites acordados.

Para a medição da exposição (ECR ou equivalente ao risco de crédito) existem duas metodologias: uma metodologia de valor de mercado (MtM) (custo de substituição no caso dos derivativos), mais um adicional para potencial exposição futura e outra metodologia para determinadas regiões e alguns produtos, os quais incluem um cálculo da exposição usando a simulação Monte Carlo.

O capital em risco ou perda inesperada (ou seja, a perda que após a subtração da perda esperada constitui o capital econômico, líquido de garantias e recuperações) também é calculado.

As exposições são recalculadas no fechamento do mercado, ajustando todas as transações a seu novo horizonte temporal. A exposição futura potencial é ajustada e as medidas de mitigação (compensação, garantia e outras) são ampliadas, para que as exposições possam ser verificadas diariamente em relação aos limites aprovados pela alta administração.

Em relação ao gerenciamento de garantia, as transações derivativas sujeitas a contratos de garantia são avaliadas diariamente ao valor de mercado e os parâmetros acordados no contrato de garantia são aplicados, resultando em um valor de garantia a ser resgatada ou devolvida à contraparte.

A contraparte que recebe a chamada de margem verifica a avaliação e nesse ponto as discrepâncias podem surgir.

Um comitê de monitoramento (comitê de discrepâncias) se reúne semanalmente para analisar as transações nas quais foram detectadas discrepâncias significativas. O comitê inclui representantes do Gerenciamento de Garantias, Risco de Mercado, Risco de Atacado, Aprovação de Risco para Instituições Financeiras e Risco de Contraparte GCB.

No momento, a maior parte das garantias é postada e recebida em espécie. Entretanto, a tendência atual do mercado mostra que o uso de garantia não monetária está aumentando. O Grupo Santander está levando essa tendência em conta em seu gerenciamento de garantia ativo.

Além disso, qualquer correlação que possa haver entre o aumento da exposição e a solvência do cliente é controlada, garantindo que as operações relacionadas de derivativos tenham finalidades de hedging e não especulativas.

A maior parte da garantia dos derivativos é em dinheiro e, portanto, praticamente não há risco de efeitos adversos decorrentes das correlações entre a garantia e o provedor da garantia. Quaisquer efeitos desfavoráveis decorrentes das correlações de garantia não monetária são irrelevantes, uma vez que as emissões da mesma contraparte e de suas subsidiárias são excluídas das políticas de qualificação de garantia.

Em relação ao risco de correlação desfavorável (WWR), o critério usado pelo Santander para calcular a exposição de crédito aos derivativos com WWR específico (ou seja, a deterioração da qualidade de crédito da contraparte está diretamente correlacionada ao declínio do valor de mercado do principal) é muito conservador, dado o fato de que a exposição aos derivativos com WWR se parece com a exposição a um financiamento básico. Com o objetivo de fornecer incentivos para as operações de curto prazo com clientes com boa classificação, principal líquido e que incluam mecanismos de garantia nos derivativos, em casos muito específicos uma decisão pode ser adotada para calcular uma exposição de crédito estressado do derivativo.

O Centro Corporativo está trabalhando para desenvolver um método de medição e gerenciamento do risco de correlação desfavorável específica e genérica e de um sistema de governança.

Estima-se que no caso em que a classificação de crédito do Grupo tenha sido rebaixada e o Grupo tenha que apresentar garantia adicional, o impacto dessa garantia seria relativamente limitado. Isso se deve ao fato de que a classificação de crédito do Grupo afeta apenas uma pequena porcentagem de seus contratos de garantia atuais. No caso de um rebaixamento hipotético de um grau na classificação de crédito da companhia controladora, estima-se que o impacto resultante da garantia que ela teria que postar seria de 209 milhões de euros.

As informações das tabelas abaixo se relacionam exclusivamente às exposições sujeitas ao risco de contraparte. Toda a exposição é avaliada ao valor de mercado.

■ TABELA 68. EXPOSIÇÃO TOTAL AO RISCO DE CONTRAPARTE

Milhões de Euros		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Total	34.460	39.875
Dos quais: derivativos	23.894	26.875

A tabela acima não inclui as exposições com entidades de contraparte central até o valor de 14,680 milhões de euros.

A tabela a seguir contém as informações sobre o valor justo positivo bruto dos contratos de derivativos, a exposição futura em potencial, o efeito dos contratos de compensação e garantia e o valor de exposição final.

■ TABELA 69. EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS*

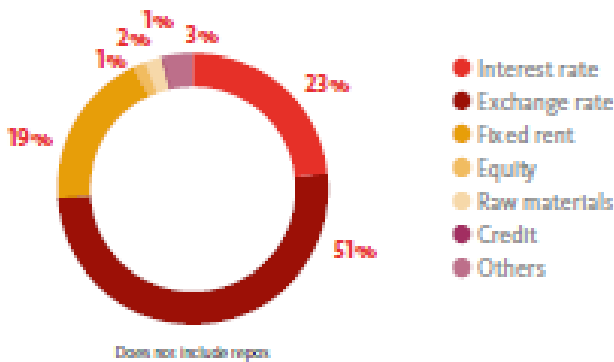
Milhões de Euros		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor justo positivo bruto dos contratos (escopo do balanço patrimonial público)	65.780	82.420
Valor justo positivo bruto dos contratos (escopo do balanço patrimonial não público)	65.836	82.498
Benefícios da compensação	48.187	61.343
Valor justo compensado após o efeito da compensação	17.649	21.155
Garantia mantida	7.688	11.483
Valor justo compensado após efeito da compensação e garantia mantida	9.961	9.672
Adicional líquido regulatório	13.932	17.203
EAD	23.894	26.875

*Não inclui os CCPs

As posições líquidas das 10 maiores contrapartes, após descontar a garantia recebida, representam 35,46% da exposição total de derivativos do Grupo.

A tabela a seguir contém as informações sobre o valor justo positivo bruto dos contratos de derivativos, a exposição futura em potencial, o efeito dos contratos de compensação e garantia e o valor de exposição final.

■ **EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS POR PRODUTO**



Legenda:

Interest rate - Taxa de juros

Exchange rate - Taxa de câmbio

Fixed rent - Aluguel fixo

Equity - Patrimônio

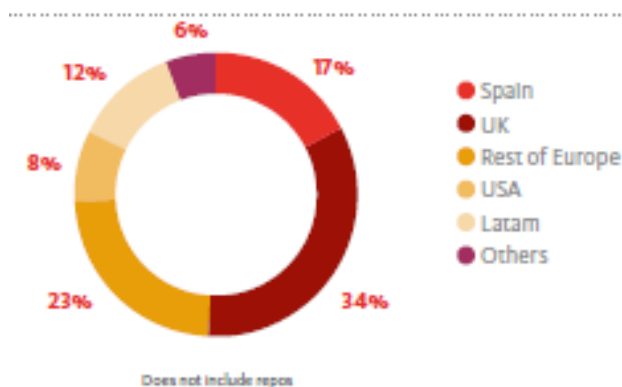
Raw materials - Matéria prima

Credit - crédito

Others - Outros

Does not include repos - Não inclui recompras

■ EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS POR GEOGRAFIA



Legenda:

Spain – Espanha

UK – Reino Unido

Rest of Europe – Restante da Europa

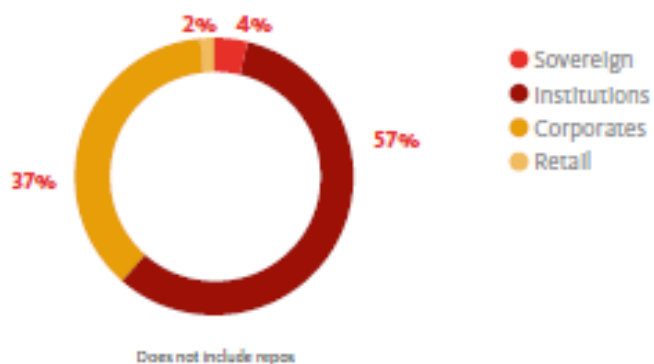
USA – EUA

Latam – América Latina

Others - Outros

Does not include repos - Não inclui recompras

■ EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS POR CATEGORIA



Legenda:

Sovereign - Soberano

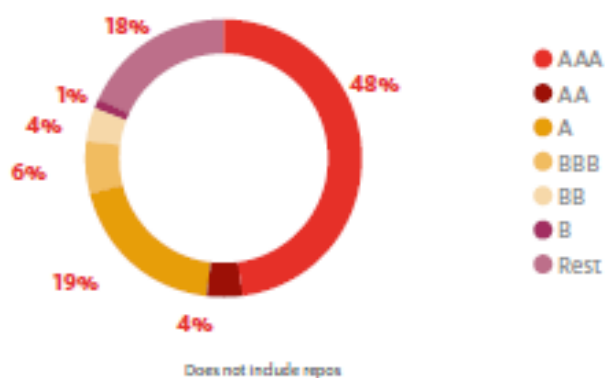
Institutions - Instituições

Sociedades - Sociedades

Retail - Varejo

Does not include repos - Não inclui recompras

■ EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS POR CLASSIFICAÇÃO



Legenda:

AAA – AAA

AA – AA

A – A

BBB – BBB

BB – BB

B – B

Rest – Restante

Does not include repos - Não inclui recompras

Em 2017 as transações com derivativos se concentraram nas contrapartes com alta qualidade de crédito, de modo que 71% da exposição foi com contrapartes classificadas como A ou melhor.

A distribuição por tipo de contraparte representou 57% das instituições e 37% das corporações.

Em relação à distribuição geográfica, 34% da exposição foram contabilizados para as contrapartes do Reino Unido (principalmente as operações do Santander Reino Unido) e, entre os outros grupos de países, principalmente pela Espanha (17%), restante da Europa (24%), EUA (8%) e América Latina (12%).

A tabela a seguir mostra a exposição ao risco de contraparte, com base na metodologia de cálculo empregada.

■ **TABELA 70. ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR) POR ABORDAGEM (CCR1)***

Milhões de Euros

						31 de dezembro de 2017	
	Nocional	Custo de substituição/Valor de mercado atual	Exposição futura em potencial	EEPE	Multiplayer	EAD pós CRM	RWA
marcação a mercado		125.553	33.291			34.460	12.115
Exposição original	-				-	-	-
Abordagem padronizada		-		-	-	-	-
Método do Modelo Interno (para derivativos e SFTs)						-	-
Método simples da garantia financeira (para SFTs)						-	-
Método abrangente da garantia financeira (para SFTs)						-	-
VaR para SFTs						-	-
Total							12.115

*Não inclui os CCPs

As tabelas abaixo mostram os efeitos de contratos de compensação e garantias de exposição a risco da contraparte.

■ TABELA 71. IMPACTO DA COMPENSAÇÃO E GARANTIA MANTIDA SOBRE OS VALORES DA EXPOSIÇÃO (CCR5-A)*

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

	Valor justo positivo bruto ou valor contábil líquido		Benefícios da compensação	Exposição de crédito atual compensada	Garantia mantida	Exposição de crédito líquida
		Adicional				
Derivativos	17.938	6.113	11.958	12.093	2.455	9.637
SFTs	17.934	3.350	10.590	10.694	3.553	7.141
Compensação de produtos cruzados	89.681	23.828	40.205	73.303	55.621	17.682
Total	125.553	33.291	62.754	96.090	61.630	34.460

*Não inclui os CCPs

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de crédito de contraparte (não inclui CCPs) por região da contraparte, categoria e classificação, entre outras informações.

■ TABELA 72. IRB - EXPOSIÇÕES CCR POR CARTEIRA E ESCALA PD (CCR4)

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

	a	b	c	d	e	f	g
		Quantidade de			Vencimento		Densidade
BRASIL	Escala PD	EAD pós CRM	PD Médio	devedores	médio	RWA	RWA
AIRB. Sociedades							
	0,00 a < 0,15%	239	0,10%	4	45,00%	2,24	31,83%
	0,15 a < 0,25%	52	0,24%	1	45,00%	1,16	41,27%
	0,25 a < 0,50%	61	0,41%	1	45,00%	1,63	62,36%
	0,50 a < 0,75%	32	0,68%	1	45,00%	1,66	80,99%
	0,75 a < 2,50%	4	1,25%	2	45,00%	1,00	93,31%
	2,50 a < 10,00%	6	3,19%	1	45,00%	0,03	116,84%
	10,00 a < 100%	26	13,64%	1	45,00%	0,03	218,69%
	100% (default)	-	-	-	-	-	-
Subtotal		419	1,10%	11	45,00%	1,80	54,53%
Total		419	1,10%	11	45,00%	1,80	54,53%
	a	b	c	d	e	f	g

CHILE	Escala PD	EAD pós		Quantidade de		Vencimento médio	Densidade	
		CRM	PD Médio	devedores	LGD Médio		RWA	RWA
AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	96	0,09%	5	45,00%	0,91	19	20,11%
	0,15 a < 0,25%	41	0,24%	7	45,00%	1,33	18	43,25%
	0,25 a < 0,50%	1	0,41%	3	45,00%	3,68	1	89,02%
	0,50 a < 0,75%	13	0,68%	3	45,00%	3,88	15	112,54%
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2,50 a < 10,00%	-	-	-	-	-	-	-
	10,00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		151	0.19%	18	45,00%	1.30	53	34.82%
FIRB. Instituições								
	0,00 a < 0,15%	743	0,06%	30	45,00%	1,18	146	19,65%
	0,15 a < 0,25%	10	0,21%	5	45,00%	2,50	5	50,89%
	0,25 a < 0,50%	4	0,37%	7	45,00%	2,50	4	84,45%
	0,50 a < 0,75%	-	0,67%	1	45,00%	2,50	-	83,72%
	0,75 a < 2,50%	-	1,38%	2	45,00%	2,50	-	117,63%
	2,50 a < 10,00%	-	-	-	-	-	-	-
	10,00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		757	0,07%	45	45,00%	1,20	155	20,44%
Total		908	0,09%	63	45,00%	1,22	207	22,83%

MÉXICO	Escala PD	a	b	c	d	e	f	g
		EAD pós	Quantidade		Vencimento		Densidade	
		CRM	PD Médio	de	LGD Médio	médio	RWA	RWA
FIRB. Instituições								
	0,00 a < 0,15%	823	0,07%	36	45,00%	2,50	261	31,67%
	0,15 a < 0,25%	71	0,23%	10	45,00%	2,50	42	59,47%
	0,25 a < 0,50%	2	0,39%	5	45,00%	1,01	1	52,67%
	0,50 a < 0,75%	0,2	0,64%	2	45,00%	2,20	0,1	86,07%
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		895	0,08%	53	45,00%	2,50	304	33,91%

Sociedades FIRB.															
	0,00 a < 0,15%	225	0,11%	29	45,00%	2,50	81	35,92%							
	0,15 a < 0,25%	8	0,24%	11	45,00%	2,50	5	56,59%							
	0,25 a < 0,50%	30	0,41%	11	45,00%	2,50	22	73,65%							
	0,50 a < 0,75%	1	0,67%	17	45,00%	2,46	1	91,69%							
	0,75 a < 2,50%	6	0,91%	1	45,00%	2,50	7	104,08%							
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-							
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-							
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-							
Subtotal		271	16,88%	69	45,00%	2,50	115	42,51%							

Total		1.166	10,06%	122	45,00%	2,50	419	35,91%
AIRB. Instituições								
	0,00 a < 0,15%	-	-	-	-	-	-	-
	0,15 a < 0,25%	-	-	-	-	-	-	-
	0,25 a < 0,50%	-	-	-	-	-	-	-
	0,50 a < 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
	0,75 a < 2,50%	10	2,41%	8	45,00%	3,78	14	145,28%
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		10	2,41%	8	45,00%	3,78	14	145,28%

AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	-	-	-	-	-	-	-
	0,15 a < 0,25%	-	-	-	-	-	-	-
	0,25 a < 0,50%	5	0,30%	75	40.83%	3.05	3	53.58%
	0,50 a < 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
	0,75 a < 2,50%	10	1,28%	1,533	40,83%	3.05	9	91,04%
	2.50 to < 10.00%	1	5,18%	135	40,83%	3,92	2	143,43%
	10.00 a < 100%	0	24,20%	5	40,83%	3,42	0	244,69%
	100% (default)	0,1	100%	18	40,83%	2,10	-	-
Subtotal		17	1,63%	1,766	40,83%	3,11	14	82,43%
Total		27	1,91%	1,774	42,34%	3.35	28	105.18%

		a	b	c	d	e	f	g
		Quantidade						
PORTUGAL	Escala PD	EAD pós CRM	PD Médio	de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA
AIRB. Instituições								
	0,00 a < 0,15%	19	0,04%	4	45,00%	4,0	7	37.19%
	0,15 a < 0,25%	-	-	-	-	-	-	-
	0,25 a < 0,50%	1	0,39%	1	45,00%	1,0	0	52.63%
	0,50 a < 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		20	0.05%	5	45,00%	3.91	7.53	37.67%

AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	9	0,11%	8	45.01%	1,00	5	52.87%
	0,15 a < 0,25%	1	0,24%	3	45,00%	-	0	52.79%
	0,25 a < 0,50%	8	0,36%	40	47.39%	2.70	6	75.58%
	0,50 a < 0,75%	99	0,68%	2	45,00%	-	119	120,46%
	0,75 a < 2,50%	107	2,29%	65	47.42%	4.19	174	162.93%
	2.50 to < 10.00%	1	4.79%	23	47.54%	4.11	1	140.39%
	10.00 a < 100%	0	14.02%	4	47.54%	-	0	274.07%
	100% (default)	-	-	1	-	-	-	-

Subtotal	224	1.42%	90.00	46.25%	4.59	305	136.13%
Total	244	1,31%	95	46.14%	4.54	313	128.07%

Reino Unido	Escala PD	a	b	c	d	e	f	g
		Quantidade			Vencimento	Densidade		
		EAD pós	de					
AIRB. Instituições		CRM	PD Médio	devedores	LGD Médio	médio	RWA	RWA
	0,00 a < 0,15%	4,346	0,05%	91	44.05%	2.21	1.222	9.09%
	0,15 a < 0,25%	385	0,21%	20	44,48%	0.94	168	19.57%
	0,25 a < 0,50%	20	0,38%	13	46.31%	2.36	17	71.37%
	0,50 a < 0,75%	2	0,64%	7	47.96%	1.84	1	81.27%
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		4,752	0.07%	131	44.10%	0.48	1.409	10.23%

AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	1.611	0,09%	56	42,51%	4.04	680	19.06%
	0,15 a < 0,25%	185	0,24%	10	46.82%	4.69	157	71.93%
	0,25 a < 0,50%	27	0,41%	12	47.26%	1.82	18	46.34%
	0,50 a < 0,75%	21	0,68%	2	46.63%	4.73	27	166.68%
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		1.845	0.11%	80.00	43.06%	0.48	882	26.42%
Total		6,597	0,08%	212.00	43.81%	2.66	2,291	13.74%

Milhões de Euros

		31 de dezembro de 2017						
		a	b	c	d	e	f	g
		Quantidade			Vencimento		Densidade	
SAN ESPANHA	Escala PD	EAD pós CRM	PD Médio	de devedores	LGD Médio	médio	RWA	RWA
AIRB. Soberano								
	0,00 a < 0,15%	175	0,03%	7	40.02%	0.68	11	6.43%
	0,15 a < 0,25%	0,1	0,15%	1	40.00%	4.68	0	52.72%
	0,25 a < 0,50%	-	-	-	-	-	-	-
	0,50 a < 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		175	0.03%	8	40.02%	0.69	11	6.45%
AIRB. Instituições								
	0,00 a < 0,15%	7,861	0,06%	474	44.55%	0.41	985	12,53%
	0,15 a < 0,25%	408	0,23%	318	44,65%	0,23	141	34.54%
	0,25 a < 0,50%	137	0,39%	284	44,03%	0,16	59	43,45%
	0,50 a < 0,75%	58	0,65%	33	43,41%	0.51	36	63,07%
	0,75 a < 2,50%	510	1,38%	33	42,45%	0,33	426	83,60%
	2.50 to < 10.00%	5	4,01%	4	44,91%	0,03	7	145,89%
	10.00 a < 100%	1	44,70%	2	41,90%	4,01	2	257,23%
	100% (default)	0	100%	1	39,80%	0,03	0	13,68%
Subtotal		8.978	0,15%	1.149	44,42%	0,39	1.657	18,45%
AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	1.633	0,07%	247	45,00%	2.17	390	23.88%
	0,15 a < 0,25%	269	0,23%	264	34.11%	2.51	184	68.34%
	0,25 a < 0,50%	337	0,38%	701	32.34%	2.39	261	77.37%
	0,50 a < 0,75%	197	0,65%	298	35.19%	3.41	211	107.23%
	0,75 a < 2,50%	76	1,22%	989	17.89%	2.52	78	102.43%
	2.50 to < 10.00%	180	4.15%	212	33.63%	4.86	299	166.81%
	10.00 a < 100%	3	16.73%	23	26.00%	3.48	5	196.63%
	100% (default)	21	100%	104	0,30%	4.14	0	0,03%
Subtotal		2,715	1,26%	2,838	39.76%	2.53	1.428	52.60%
AIRB. Varejo								
	0,00 a < 0,15%	-	-	-	-	-	-	-
	0,15 a < 0,25%	-	-	-	-	-	-	-
	0,25 a < 0,50%	-	-	-	-	-	-	-
	0,50 a < 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
	0,75 a < 2,50%	19	0,99%	595	29.00%	0,54	6	31.22%
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	14	11.59%	722	40.00%	2.45	9	64.48%
	100% (default)	7	100%	112	40.00%	4.94	1	13.75%
Subtotal		40	21.73%	1.429	34.75%	1.97	16	39.89%
Total		11,908	0,48%	5,424	43.26%	0.89	3,112	26.13%

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

		a	b	c	d	e	f	g
				Quantidade				
POPULAR	Escala PD	EAD pós CRM	PD Médio	de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA
FIRB. Instituições								
	0,00 a < 0,15%	131	0,10%	24	45,00%	2,50	54	41.46%
	0,15 a < 0,25%	2	0,20%	3	45,00%	2,50	1	49.47%
	0,25 a < 0,50%	17	0,39%	1	45,00%	2,50	11	65.80%
	0,50 a < 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
	0,75 a < 2,50%	-	-	-	-	-	-	-
	2.50 to < 10.00%	-	2.51%	1	45,00%	2,50	-	129.56%
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		150	0.13%	29	45,00%	2,50	66	44.29%
Sociedades FIRB.								
	0,00 a < 0,15%	0,4	0,15%	3	45,00%	1.27	0,1	28.34%
	0,15 a < 0,25%	3	0,21%	2	45,00%	1.90	1	41,27%
	0,25 a < 0,50%	17	0.40%	12	45,00%	2.40	11	65.20%
	0,50 a < 0,75%	0,1	0,57%	1	45,00%	0.24	-	49.47%
	0,75 a < 2,50%	2	0,88%	10	45,00%	2.18	2	80.30%
	2.50 to < 10.00%	1	2.53%	3	45,00%	2,50	1	129.86%
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		24	0.49%	31	45,00%	2.29	15	64.91%
Total		173	0.18%	60	45,00%	2.47	82	47.10%
AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	1	0,12%	19	32.26%	1.50	0,2	15.39%
	0,15 a < 0,25%	3	0,19%	28	34.10%	1.45	1	21.83%
	0,25 a < 0,50%	10	0,35%	48	32.11%	1.38	3	34.45%
	0,50 a < 0,75%	3	0,60%	32	32.63%	0.78	1	40.04%
	0,75 a < 2,50%	7	1,50%	54	32.38%	1.44	4	61.13%
	2.50 to < 10.00%	2	3.96%	21	32.07%	2.63	2	105.22%
	10.00 a < 100%	-	-	-	-	-	-	-
	100% (default)	1	100%	8	40.74%	1.48	-	1,13%
Subtotal		27	4.11%	211	32.75%	1.44	12	43.82%

AIRB. Varejo								
	0,00 a < 0,15%	1	0,08%	147	34.95%	-	0,1	6,04%
	0,15 a < 0,25%	1	0,20%	181	36.07%	-	0,1	12.03%
	0,25 a < 0,50%	1	0,41%	139	36.45%	-	0,2	19.03%
	0,50 a < 0,75%	0,4	0,60%	76	34.54%	-	0,1	22.31%
	0,75 a < 2,50%	3	1.46%	285	36.26%	-	1	33.24%
	2.50 to < 10.00%	1	4.75%	130	33.85%	-	1	39.98%
	10.00 a < 100%	-	12.21%	12	39.56%	-	-	57.61%
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		7	1,49%	970	35.51%	-	2	25.13%
Total		35	3.55%	1.181	33.34%	1.13	14	39.82%

Milhões de Euros

31 de dezembro de 2017

EUA	Escala PD	a	b	c	d	e	f	g
		EAD pós	PD Médio	Quantidade de devedores	LGD Médio	Vencimento médio	RWA	Densidade RWA
		CRM						
AIRB. Sociedades								
	0,00 a < 0,15%	1	0,06%	6	45,00%	1.29	0,2	17.00%
	0,15 a < 0,25%	1	0,24%	2	45,00%	1,00	0,3	39.00%
	0,25 a < 0,50%	7	0,41%	1	45,00%	1.08	4	55.00%
	0,50 a < 0,75%	2	0,68%	2	45,00%	4.49	2	121.00%
	0,75 a < 2,50%	11	1,15%	2	45,00%	1.25	10	94.00%
	2.50 to < 10.00%	-	-	-	-	-	-	-
	10.00 a < 100%	1	24.33%	1	45,00%	1,21	2	272.00%
	100% (default)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		22	1,38%	14	45,00%	1,43	18	81.63%
Total		22	1,38%	14	45,00%	1,43	18	81.63%

A tabela a seguir mostra o ajuste de valor para o risco de crédito de contraparte (Ajuste ao Valor de Crédito ou CVA), enquanto diferencia entre a Abordagem padronizada e a abordagem avançada.

• TABELA 73. AJUSTE DE AVALIAÇÃO DE CRÉDITO (CVA) ENCARGO DE CAPITAL (CCR2)

Milhões de Euros

		31 de dezembro de 2017
	Valor da exposição	RWA
Total das carteiras sujeitas ao Método 'avanzado		
(i) componente VaR (incluindo o multiplicador 3x)		
(ii) componente VaR em condição de estresse (incluindo o multiplicador 3x)		
Todas as carteiras sujeitas ao Método Padronizado	13,166	2.240
Com base no Método de Exposição Original	-	-
Total sujeito ao encargo de capital CVA	13,166	2.240

*Os números se aplicam ao piso de 1 ano.

A partir do fechamento deste ano, um piso de 1 ano é considerado em todas as operações (independentemente das operações serem cobertas por garantia o não). Essa mudança implica um aumento no parâmetro de vencimento, para o qual o RWA calculado aumentou.

Atividade de derivativos de crédito

O Grupo Santander utiliza os derivativos de crédito para fazer o hedging das operações de financiamento, como agente da negociação dos clientes nos mercados financeiros e em suas próprias operações de negociação. A atividade de derivativos de crédito do Grupo é pequena comparada àquela de seus equivalentes e é realizado dentro de um ambiente sólido de controles internos e minimização do risco operacional.

O risco dos derivativos de crédito é controlado por meio de um amplo conjunto de limites, incluindo o valor em risco (VaR), valor nominal por nível de classificação, sensibilidade ao spread de crédito por nível de classificação e nome, sensibilidade à taxa de recuperação e sensibilidade de

correlação. Os limites do risco jump-to-default são definidos pelo nome do indivíduo, área geográfica, setor e liquidez.

As seguintes tabelas mostram o valor conceitual dos derivativos de crédito com hedge que são usados para mitigação do risco no cálculo de capital e a exposição das transações com hedge, dividido por categoria de exposição.

▪ **TABELA 74. HEDGE DE DERIVATIVOS DE CRÉDITO NOS TERMOS DE IRB**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	EAD de transações cobertas por hedge	Valor nominal de hedges de derivativo de crédito
Instituições	1.603	3,403
Sociedades	1.071	1.405
Posições ou exposições de securitização	-	-
Total	2,674	4,808

▪ **TABELA 75. RISCO DA CONTRAPARTE. CLASSIFICAÇÃO DE DERIVATIVO DE CRÉDITO PROTEÇÃO ADQUIRIDA**

Milhões de Euros

Tipo de carteira	Proteção adquirida. 31 de dezembro de 2017		Proteção adquirida. 31 de dezembro de 2016	
	CDS	TRS	CDS	TRS
Carteira de não negociação	-	521	156	615
Carteira de negociação	13,019	-	19,828	-
Total	13,019	521	19,985	615

▪ **TABELA 76. RISCO DA CONTRAPARTE. CLASSIFICAÇÃO DE DERIVATIVO DE CRÉDITO PROTEÇÃO VENDIDA**

Milhões de Euros

Tipo de carteira	Proteção vendida. 31 de dezembro de 2017	Proteção vendida - 31 de dezembro de 2016
	CDS	CDS
Carteira de não negociação	-	30
Carteira de negociação	12,117	18,999
Total	12,117	19,029

A tabela a seguir apresenta o impacto dos derivativos de crédito utilizados como técnicas de mitigação em RWAs.

• TABELA 77. IRB - EFEITO NO RWA DE DERIVATIVOS DE CRÉDITO USADOS COMO TÉCNICAS (CR7)*

	31 de dezembro de 2017	
	RWAs de derivativos antes de créditos	RWAs reais
Exposições nos termos de IRB de Fundação		
Governos centrais ou bancos centrais	28	28
Instituições	4,482	4,145
Sociedades - SME	5,581	5,581
Sociedades - Empréstimo Especializado	6,474	6,474
Sociedades - Outros	26,252	26,222
Exposições nos termos de IRB Avançado		
Governos centrais ou bancos centrais	686	686
Instituições	4,945	4,842
Sociedades - SME	18,554	18,554
Sociedades - Empréstimo Especializado	11,300	11,300
Sociedades - Outros	40,834	40,834
Varejo - Garantido por imóvel SME	11,281	11,281
Varejo - Garantido por imóvel não SME	37,038	37,038
Varejo - Rotativo qualificado	4.141	4.141
Varejo - Outras SME	7,918	7,918
Varejo - Outras não SME	19,226	19,226
IRB de capital	15.755	15.755
Outros ativos de obrigações não relacionadas a crédito	0	0
Total	214,495	214.025

*Não inclui os CCPs

3.11. Técnicas de mitigação do risco e crédito

O Grupo Santander aplica diversas formas de mitigação do risco de crédito com base no tipo de cliente e tipo de produto, entre outros fatores. Como veremos a seguir, algumas são inerentes às operações (tais como garantia em imóveis), enquanto outras se aplicam a uma série de transações (tais como compensação e caução).

As diversas técnicas de mitigação podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

3.11.1. Políticas e processos de compensação

A compensação envolve a compensação de ganhos e perdas em várias operações do mesmo tipo sob um contrato principal, tal como um ISDA ou semelhante (CSA, OSLA, ISMA, GMRA e outros).

Os ganhos e perdas de mercado com as operações de derivativos firmadas com determinada contraparte são compensadas umas com as outras, de modo que se a contraparte se tornar inadimplente, o valor da liquidação é um valor líquido único, em vez de um grande número de valores positivos e negativos relacionados às operações individuais firmadas com aquela contraparte.

Um recurso importante de um contrato principal de compensação é que ele representa uma única obrigação legal, abrangendo todas as transações cobertas pelo contrato. Isso torna possível a compensação dos riscos (a metodologia de cálculo é explicada no Capítulo 3.10) de todas as transações cobertas pelo contrato com determinada contraparte.

3.11.2. Gerenciamento de garantia e políticas e processos de avaliação

A garantia é uma propriedade empenhada por um cliente ou terceiro para garantir a obrigação garantida.

Os ativos de garantia podem ser:

- Financeiros: caixa, depósitos em garantia, ouro e outros.
- Não financeiros: imóveis (residenciais ou comerciais), propriedade móvel.

Para as finalidades de aprovação de risco, a capacidade de pagamento tem mais importância durante o processo de tomada de decisão, embora o

Grupo ainda possa insistir em qualquer caução ou garantias pessoais que ele considere apropriadas. Apenas a garantia que atende aos requisitos qualitativos mínimos especificados nos Acordos da Basileia são considerados para finalidades de cálculo do capital regulatório.

Os diferentes tipos de garantia incluem:

1. Garantia de caução/ativos financeiros: garantias de dívida, instrumentos em ações de capital ou outros ativos financeiros recebidos como garantia.

Um tipo muito significativo de garantia é a garantia financeira, a qual consiste em instrumentos com valor econômico e alta liquidez que são depositados ou transferidos por uma parte a favor de outra para garantir ou reduzir qualquer risco de crédito de contraparte decorrente das carteiras de operações com risco entre as duas.

Existem muitos tipos diferentes de contrato de garantia, mas qualquer que seja a forma assumida pela garantia, o objetivo final é reduzir o risco de contraparte, assim como ocorre na compensação.

As transações lastreadas por garantia são avaliadas ao preço de mercado periodicamente (em geral um dia) e os parâmetros definidos no contrato de garantia se aplicam ao resultado líquido, de modo a obter um valor de garantia (em geral em dinheiro) a ser resgatado ou devolvido à contraparte.

A tabela abaixo mostra o valor razoável das garantias aplicadas à mitigação do risco de contraparte:

• TABELA 78. COMPOSIÇÃO DA GARANTIA PARA AS EXPOSIÇÕES AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR5-B)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017					
	Garantia usada nas transações de derivativos				Garantia usada nos SFTs	
	Valor justo da garantia recebida		Valor justo da garantia apresentada		Valor justo da garantia recebida	Valor justo da garantia apresentada
	Separada	Não separada	Separada	Não separada		
Dinheiro - moeda nacional	1	5,087	-	-4,624	14,100	23,121
Dinheiro - outras moedas	17	6,221	-	2,168	5,604	9,053
Dívida soberana doméstica	-	584	-	-169	28,238	25,419
Outra dívida soberana	-	110	79	-558	14,537	7,424
Dívida de agência do governo	-	9	-	-	-	-
Títulos societários	-	-	-	-	2,774	4,835
Ações	-	-	-	-	12,523	1,917
Outras garantias	1	-	-	-	-	-
Total	19	12,011	79	-3,183	77,776	71,769

2. Encargos sobre hipoteca de imóveis: os ativos imobiliários em transações garantidas com um encargo sobre hipoteca, seja ordinário ou pelo valor máximo. Os ativos são reavaliados periodicamente para refletir os valores reais de mercado para os diferentes tipos de propriedades. Esse processo de reavaliação atende a todos os requisitos prescritos pelo regulamentador.

3. Outros direitos de garantia: as garantias em propriedades que não sejam aquelas descritas acima.

Ao aplicar as técnicas de mitigação, o Grupo Santander segue os requisitos mínimos estabelecidos pelas regulamentações europeias e as estruturas e regulamentações de implantação de crédito e capital do próprio Grupo, particularmente a Política para Gerenciamento de Garantias. Em resumo, elas envolvem o monitoramento da:

- Segurança legal. A caução e as garantias devem ser legalmente exequíveis e realizáveis.
- Não deve haver nenhuma correlação positiva substancial entre a contraparte e o valor da garantia.

- Todas as cauções e garantias devem estar corretamente documentadas.
- As metodologias usadas para cada técnica de mitigação devem estar documentadas.
- As metodologias devem ser monitoradas, rastreadas e controladas a intervalos regulares.

A tabela a seguir mostra o valor justo da caução usada para mitigar o risco de contraparte.

• TABELA 79. EXPOSIÇÕES AOS DERIVATIVOS DE CRÉDITO (CCR6)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	Proteção comprada	Proteção vendida
Valores nominais		
<i>Swaps</i> de crédito em denominação única	6,662	3,557
Índice de <i>swap</i> de crédito	8,671	8,532
Total de retorno de <i>swaps</i>	-	-
Opções de crédito	-	-
Outros derivativos de crédito	-	-
Total de valores nominais	15,333	12,088
Valores justos	-296	265
Valor justo positivo (ativo)	7	266
Valor justo negativo (passivo)	-296	-1

Nota: estas informações incluem apenas a Espanha (companhia controladora) e o Reino Unido, uma vez que esse tipo de operação é exclusivo desses países.

3.11.3. Garantias pessoais e derivativos de crédito

Uma garantia pessoal é um contrato que torna uma pessoa responsável pelas obrigações e outra pessoa perante o Grupo. Os exemplos incluem avais, garantias, cartas de crédito standby, entre outros. Apenas as garantias pessoais fornecidas pelas pessoas que atendem aos requisitos mínimos estabelecidos pelo supervisor podem ser reconhecidas com a finalidade de cálculo do capital.

Os derivativos de crédito são os instrumentos financeiros que são usados principalmente para fazer o hedging do risco de crédito. Ao comprar proteção de terceiros, o Banco transfere o risco do emitente do instrumento subjacente. Os derivativos de crédito são instrumentos de balcão (OTC). Isso significa que eles não são negociados em bolsa de valores. Os derivativos de crédito para hedging (principalmente os swaps de crédito) são organizados junto a instituições financeiras de primeira linha. Especificamente, aproximadamente 83,5% das operações foram contabilizadas por 15 instituições de crédito, todas elas com classificação BBB+ ou melhor (81,8% com classificação A- ou melhor) e uma entidade com BBB na escala da Standard & Poor's.

Em conformidade com uma das recomendações de transparência originalmente emitida pelo Comitê da Basileia, a distribuição das garantias pessoais e derivativos de crédito para os segmentos de corporações, bancos, instituições não financeiras e soberano por grau de classificação é mostrada abaixo.

▪ **TABELA 80. GARANTIAS DE RATING EXTERNO**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	Exposições inadimplentes	Exposições não inadimplentes
AAA/AA	-	27
A	-	7.032
BBB	-	13,075
BB	6	3,663
B	35	241
Resto	58	247
<i>Sin rating</i>	-	57
Total	99	24,341

	Exposições inadimplentes	Exposições não inadimplentes
AAA/AA	-	1.084
A	-	807
BBB	-	34
BB	-	6
B	-	-
Resto	-	-
<i>Sin rating</i>	-	-
Total	-	1.931

	Exposições inadimplentes	Exposições não inadimplentes
AAA/AA	-	2,042
A	-	1.420
BBB	-	188
BB	-	-
B	-	-
Resto	-	2
<i>Sin rating</i>	-	0
Total	-	3,652

	Exposições inadimplentes	Exposições não inadimplentes

AAA/AA	-	5,749
A	-	5,942
BBB	-	1.282
BB	-	139
B	-	-
Resto	-	-
<i>Sin rating</i>	-	-
Total	-	13,112

3.11.4. Exposição protegida por tipo de garantia

As tabelas abaixo demonstram a exposição coberta por hedge original, por tipo de garantia e categoria de exposição para casos nos quais a garantia poderia ser usada para reduzir as exigências de capital.

▪ TABELA 81. TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO - VISÃO GERAL (CR3)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017				
	Exposições não garantidas - valor contábil	Exposições a serem garantidas	Exposições garantidas por garantia real	Exposições garantidas por garantias financeiras	Exposições garantidas por derivativos de crédito
Total de exposições de IRB (após CCFs)	274,866	315,207	311,335	3,872	-
dos quais: inadimplemento	13,358	11,081	11,011	70	-
Total de exposições STD	815,007	4,197	2,383	1.814	-
dos quais: inadimplemento	9,708	8	8	-	-

• TABELA 82. ABORDAGEM IRB TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO E CRÉDITO: DERIVATIVOS DE CRÉDITO E GARANTIAS PESSOAIS

Milhões de Euros

Exposições originais cobertas por diferentes tipos de garantia e categorias de risco	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Garantias financeiras	Garantias pessoais	Garantias financeiras	Garantias pessoais
Abordagem IRB				
Administrações centrais e bancos	-	1.901	-	1.894
Instituições	-	13,425	151	9,596
Sociedades	3,999	24,275	4,582	21,038
Varejo	-	1.429	-	270
Total	3,999	41,030	4,733	32,799

3.11.5. Exposição da contraparte central

As tabelas a seguir apresentam a exposição de contraparte central com base em técnicas de mitigação de riscos.

O Grupo Santander não tem uma política específica no tratamento de limites e garantias reais em entidades de contraparte central. Para maiores informações sobre ambas as políticas administrativas, favor consultar as cláusulas relevantes neste documento (3.10 risco de Contraparte) e o Relatório Anual.



Para obter outros detalhes consultar o **cláusulas C.1.5.3 e C.1.4.1. 1** sobre o **Relatório anual de 2017** no Website do Grupo Santander.

▪ **TABELA 83. EXPOSIÇÕES A CONTRAPARTES CENTRAIS (CCPS)
(CCR8)**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017	
	EAD (pós-CRM)	RWA
Exposições aos QCCPs (total)	14,680	557
Exposições para negócios no QCCPs (excluindo margem inicial e contribuições de fundos inadimplentes); das quais:	13,883	541
(i) Derivativos OTC	4,885	98
(ii) Derivativos negociados em bolsa	381	8
(iii) Operações de financiamento de valores mobiliários	5	-
(iv) Grupos de compensação onde compensação entre produtos tenha sido aprovada	8,611	435
Margem inicial segregada	-	-
Margem inicial não segregada	3.849	77
Contribuições de fundo inadimplente pré-captado	398	313
Cálculo alternativo de exigências de fundos próprios para exposições	-	-
Exposições a não QCCPs (total)	-	-

*Para informações padronizadas, a exposição para negociações em QCCPs incluem a margem inicial não segregada

4

SECURITIZAÇÕES

4.1.	Considerações teóricas básicas sobre securitização	161
4.2.	Políticas contábeis de securitização	162
4.3.	Gerenciamento das atividades de securitização do Grupo Santander	162
4.3.1.	Objetivos e gerenciamento de securitização do Grupo Santander	162
4.3.2.	Função do Grupo Santander na atividade de securitização	162
4.3.3.	Riscos inerentes à atividade de securitização do Grupo Santander	164
4.3.4.	Atividade de securitização no Grupo Santander	164

4. Securitizações



Este capítulo descreve os conceitos básicos relacionados a securitizações, resume os objetivos e funções da atividade de gerenciamento de securitização no Grupo Santander e fornece os detalhes da atividade de securitização do Grupo.

4.1. Considerações teóricas básicas sobre securitização

No Grupo Santander a securitização recebe o tratamento estipulado no Capítulo 5 do CRR. Ao avaliar as características de uma operação para determinar se ela envolve a securitização e, portanto, deve ser tratada de acordo com aquele capítulo, tanto a forma legal quanto a substância econômica da transação devem ser levadas em conta.

De acordo com o CRR, os seguintes conceitos serão interpretados levando em conta as definições regulatórias abaixo:

Securitização: a transação financeira ou mecanismo que toma o risco de crédito associado a uma exposição ou grupo de exposições e o divide em tranches com as seguintes características:

- a. Os pagamentos das operações ou mecanismo dependem do cumprimento da exposição securitizada ou grupo de exposições.
- b. A subordinação dos tranches determina a distribuição das perdas durante a vida da operação ou mecanismo.

Posição de securitização: uma exposição a uma securitização. Para essas finalidades considera-se que os provedores de proteção de risco de crédito

em relação às posições de determinada securitização têm posições naquela securitização.

Tranche: segmento estabelecido contratualmente do risco de crédito associado a uma exposição ou grupo de exposições, de forma que cada uma de tais posições no segmento represente uma perda por risco de crédito maior ou menor do que uma posição de mesmo valor em cada um de tais outros segmentos, sem levar em conta a proteção de crédito fornecida por terceiros diretamente aos detentores de posições no segmento ou em outros segmentos. Com essa finalidade, todas as posições de securitização fazem parte de um tranche ou constituem um tranche elas mesmas. Da mesma forma, os seguintes tipos de tranches podem ser definidos:

- **Tranche de perdas de primeiro grau:** este tranche recebe um peso de 1,250%.
- **Tranche Mezanino** this is the tranche, other than the first- loss tranche, that ranks below the most senior position in the securitisation and below any position in the securitisation assigned a credit rating of 1 in the case of securitisations under the standardised approach or a rating of 1 or 2 in the case of securitisations under the IRB approach.
- **Tranche sênior:** qualquer tranche que não é um tranche de perdas de primeiro grau nem um tranche mezanino. Dentro do tranche sênior, o super tranche sênior é o principal tranche na prioridade de pagamentos, sem levar em conta com essa finalidade quaisquer valores devidos de derivativos de taxa de juros ou moeda, taxas de corretagem ou pagamentos semelhantes.

Securitização tradicional: uma securitização que envolve a transferência econômica das exposições securitizadas para uma sociedade de propósito específico de securitização (SSPE) que emite valores mobiliários. Isso pode ser realizado pela transferência de propriedade das exposições securitizadas da originadora ou por meio de sub participação, a qual inclui a subscrição de certificados de participação hipotecária, certificados de transferência de

hipoteca e títulos semelhantes pela SSPE. Os valores mobiliários emitidos pela SPV não representam obrigações de pagamento da originadora.

Securitização sintética: tipo de securitização pela qual a transferência de risco é realizada com derivativos de crédito ou garantias e as exposições securitizadas permanecem como exposições da originadora.

Resecuritização: tipo de securitização pela qual o risco associado a um grupo de exposições subjacentes é dividido em tranches e no mínimo uma das exposições subjacentes é uma posição de securitização.

Programa de instrumento de crédito garantido por ativos (ABCP): um programa de securitizações no qual os títulos emitidos assumem predominantemente a forma de instrumento de crédito com vencimento no prazo de um ano ou menos.

Instituição investidora: qualquer investidora ou parte que não seja a originadora ou financiadora que mantenha uma posição de securitização.

Originadora: significa uma entidade que:

- a. por si mesma ou por meio de entidades relacionadas, seja direta ou indiretamente, foi envolvida no contrato original que criou as obrigações ou obrigações em potencial da devedora ou da devedora em potencial que deu ensejo à exposição que está sendo securitizada; ou
- b. compra das exposições de um terceiro por sua própria conta e depois as securitiza.

Financiadora: uma instituição que não seja a originadora que estabelece e gerencia um programa de instrumentos de crédito garantidos por ativos ou outro esquema de securitização que compre exposições de entidades terceiras e aos quais liquidez, linhas de crédito ou outros reforços de crédito sejam concedidos de forma geral.

4.2. Políticas contábeis de securitização

A norma para cancelar o reconhecimento dos ativos securitizados é igual ao padrão que geralmente se aplica ao cancelar o reconhecimento de ativos financeiros. O tratamento contábil das transferências de ativos financeiros depende da medida com a qual os riscos e recompensas associados aos ativos transferidos são transferidos para terceiros:

1. Quando todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para terceiros, por exemplo, nas securitizações de ativos nas quais o cedente não conserva a dívida subordinada nem concede qualquer reforço de crédito aos novos detentores, o reconhecimento dos ativos financeiros transferidos é cancelado e todos os direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente. O resultado é reconhecido nas contas.
2. Quando todos os riscos e recompensas associados substancialmente ao ativo são retidos (como nas securitizações nas quais a dívida subordinada ou algum tipo de reforço de crédito sejam retidos para absorver substancialmente todas as perdas esperadas para o ativo transferido ou a provável variação de seus fluxos de caixa líquidos), o reconhecimento do ativo financeiro transferido não é cancelado e continua sendo medido pelos mesmo critérios anteriores à transferência. Os itens abaixo também são reconhecidos nas contas:
 - a. Uma obrigação financeira associada com valor igual à remuneração recebida, medida daí por diante ao custo amortizado, exceto quando os requisitos de classificação como obrigações ao valor justo através de lucros ou perdas sejam atendidos, caso em que ela é medida ao valor justo.
 - b. A receita do ativo financeiro que foi transferido, mas cujo reconhecimento não foi cancelado e quaisquer despesas incorridas na nova obrigação financeira, sem compensação.

3. Quando substancialmente todos os riscos e recompensas associados ao ativo financeiro transferido não são transferidos nem retidos, ou seja, nas securitizações nas quais o cedente toma a dívida subordinada ou algum outro tipo de reforço de crédito por uma parte do ativo transferido e dessa forma reduz significativamente, porém não substancialmente sua exposição à variação no valor presente ou futuro dos fluxos de caixa líquido, a seguinte distinção é feita:
 - a. Quando o cedente não conserva o controle, o reconhecimento do ativo financeiro transferido é cancelado e qualquer direito ou obrigação retido ou criado na transferência é reconhecido.
 - b. Quando o cedente conserva o controle do ativo financeiro transferido, ele continua reconhecendo o ativo financeiro transferido em seu balanço patrimonial por um valor igual à sua exposição a possíveis mudanças no valor e reconhece uma obrigação financeira associada ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e da obrigação associada é o custo amortizado dos direitos e obrigações retido, caso o ativo transferido seja medido ao custo amortizado, ou ao valor justo dos direitos e obrigações retidos, caso o ativo transferido seja medido ao valor justo.

Da mesma forma, o reconhecimento dos ativos financeiros é cancelado apenas quando os direitos aos fluxos de caixa que eles geram vencem ou quando substancialmente todos os riscos e recompensas inerentes foram transferidos a terceiros e quando substancialmente todos os riscos e recompensas não são transferidos nem retidos, mas o controle dos ativos é transferido.

Não houve mudanças em relação ao ano anterior nos métodos, suposições e principais dados usados para avaliar as exposições securitizadas.

Não existe um tratamento contábil específico para as securitizações sintéticas ou ativos aguardando securitização.

4.3. Gerenciamento da atividade de securitização do Grupo Santander

4.3.1. Objetivos e gerenciamento de securitização do Grupo Santander

Por meio de sua atividade de securitização o Grupo Santander visa:

- Gerenciar e diversificar seu risco de crédito: as transações de securitização e a subsequente venda dos títulos de securitização no mercado servem para reduzir as concentrações do risco de crédito que podem surgir naturalmente da atividade comercial do Grupo. A transferência efetiva dos riscos realizada por meio dessas transações permite que o Grupo otimize sua exposição de risco de crédito e contribua para a criação de valor, reduzindo a necessidade de que o Banco mantenha fundos próprios.
- Obter liquidez: a securitização permite que o Grupo mobilize seu balanço patrimonial, transformando ativos ilíquidos em ativos líquidos e obtendo financiamento de atacado com a venda e garantia daqueles ativos transformados. Da mesma forma, as posições de securitização retidas podem ser usadas como garantia para desconto no ECB.
- Diversificar as fontes de financiamento: a liquidez obtida com a securitização permite que o Grupo diversifique suas fontes de financiamento em termos de prazo e produto.
- Otimizar o consumo de capital: cinco novas securitizações foram originadas em 2017, todas envolvendo uma transferência de risco significativa.

A cada ano, com base no plano de liquidez e levando em conta determinados limites prudenciais para o levantamento de financiamento de mercado de curto prazo, o Grupo Santander estabelece uma emissão anual

e plano de securitização para cada subsidiária/negócio global. Essa tarefa é realizada pela administração financeira.

4.3.2. Função do Grupo Santander na atividade de securitização

A função do Grupo Santander no processo de securitização é principalmente a de originadora dos ativos subjacentes que estão sendo securitizados. Entretanto, além de originadora dos pagamentos subjacentes, o Grupo também tem uma função no serviço dos financiamentos e concessão de financiamentos subordinados. Quando necessário, o Grupo também age como contraparte do contrato de swap de taxa de juros para a SSPE que adquire os financiamentos.

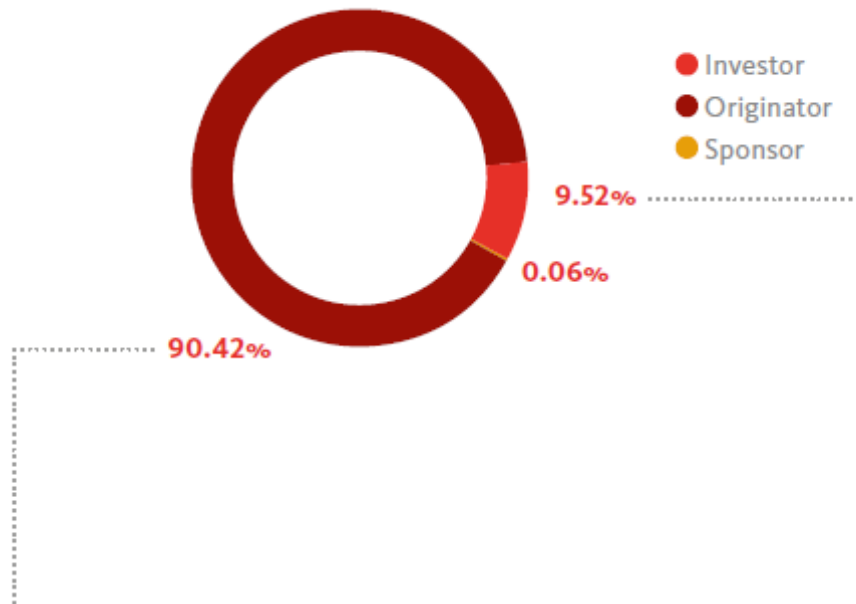
O Grupo Santander também atua como investidor, adquirindo posições nas SSPEs originadas por entidades que não são do Grupo e/ou conservando uma parte das posições originadas pelo próprio Banco.

O Grupo Santander é patrocinador de uma transação de securitização cujo principal consiste em empréstimos concedidos por diversas instituições financeiras para SSPEs de títulos garantidos por hipoteca para cobrir o fundo de reserva.

O Grupo Santander também estrutura e coloca suas próprias securitizações, assim como faz para terceiros, liderando e promovendo novas estruturas em diferentes jurisdições para financiamento e transferência de risco. Essa atividade se situa no contexto de uma recuperação da securitização como ferramenta para canalizar o crédito para a economia real, com foco especial nas PMEs.

O seguinte diagrama descreve a distribuição geográfica da atividade de securitização do Grupo Santander em 31 de dezembro de 2017.

• **DISTRIBUIÇÃO DA FUNÇÃO DE SECURITIZAÇÃO DO GRUPO E DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS DE ORIGEM OU POSIÇÃO DE INVESTIMENTO**



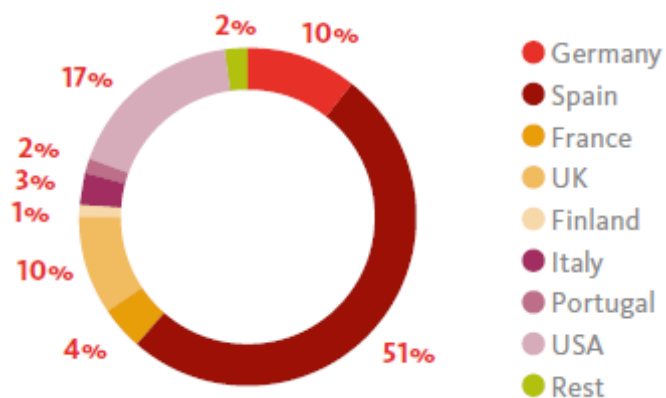
Legenda:

Investor - Investidor

Originator - Originadora

Sponsor - Financiador

ORIGINATOR ACTIVITY



Legenda:

ORIGINATOR ACTIVITY - ATIVIDADE DA ORIGINADORA

Germany - Alemanha

Spain - Espanha

France - França

UK - Reino Unido

Finland - Finlândia

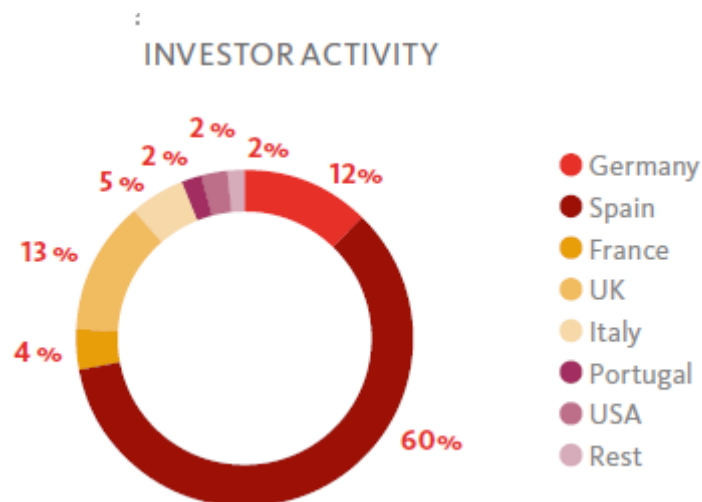
Italy - Itália

Portugal - Portugal

USA - EUA

Rest - Países restantes

Nota: as informações das posições de securitização da carteira de investimentos e negociações do Grupo Santander estão incluídas. Na atividade da originadora, Países restantes inclui a Áustria (0,3%), Holanda (0,3%), Noruega (0,3%), Polônia (0,6%) e Suécia (0,5%).



Legenda:

INVESTOR ACTIVITY - ATIVIDADE DO INVESTIDOR

Germany - Alemanha

Spain - Espanha

France - França

UK - Reino Unido

Italy - Itália

Portugal - Portugal

USA - EUA

Rest - Países restantes

Nota: as informações das posições de securitização da carteira de investimentos e negociações do Grupo Santander estão incluídas. Na atividade do investidor, Países restantes inclui Luxemburgo (0,1%), Áustria (0,2%), Finlândia (0,1%), Irlanda (0,2%), México (0,2%), Holanda (0,4%), Noruega (0,3%), Polónia (0,2%), Suécia (0,1%) e Brasil (0,2%).

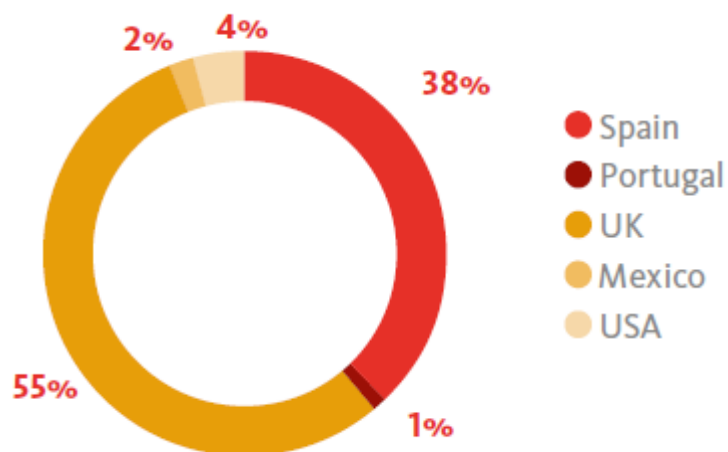
Como indica o gráfico, a atividade da originadora contribui com mais de 90% a atividade de securitização do Grupo Santander, sendo que a atividade de investimentos representa 9,52% e financiamento 0,06% (esta última concentrada na Espanha).

88% do volume de securitizações originadas pelo Grupo Santander se concentra na Espanha, Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido.

No lado dos investimentos, 93% das aquisições de investimentos estão concentradas no Reino Unido (55%) e Espanha (38%), como mostra o próximo gráfico.

Além disso, em relação à distribuição de posições por país do devedor 59,79% do risco final está na Espanha, 12,83% no Reino Unido (porque as posições que são investidas do Reino Unido estão localizadas no mesmo), 12,39% na Alemanha e o restante distribuído essencialmente em toda a Europa, como pode ser visto na atividade de investidor non gráfico de atividades da página anterior:

**· DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO
POR PAÍS DO DEVEDOR FINAL DA TRANSAÇÃO**



Legenda:

Spain - Espanha

Portugal - Portugal

UK – Reino Unido

Mexico - México

USA – EUA

4.3.3. Riscos inerentes da atividade de securitização do Grupo Santander

Embora a securitização ofereça vantagens em termos de menores custos de financiamento e melhor gerenciamento de risco, ela expõe os investidores a determinados riscos inerentes. O Grupo Santander não está exposto a nenhum risco adicional, agindo como originador ou único investidor em qualquer SSPE. Na verdade, ao fazer isso ele reduz o risco de liquidez, transformando os ativos ilíquidos (empréstimos originados) em ativos líquidos (títulos de securitização). Quando o Grupo Santander age como

originador e um dos investidores da emissão, ele está sujeito aos seguintes riscos:

- **Risco de Crédito:** o risco de que os mutuários deixem de cumprir suas obrigações contratuais no prazo e forma, com a consequente deterioração dos ativos subjacentes que garantem as posições de securitização. O risco de crédito é avaliado por agências de classificação de crédito externas, as quais atribuem classificações às posições de securitização. No Grupo Santander a máxima exposição da carteira bancária é limitada pela classificação (AAA, AA, A, BBB, BB) e pelo tipo de principal. Além disso, o Grupo monitora continuamente os dados publicados sobre a inadimplência do principal, qualidade de crédito da originadora e índices e classificações mínimas obrigatórias da estrutura, bem como os dados sobre granularidade, distribuição geográfica e tipo de principal.
- **Risco de pagamento antecipado:** o risco de pagamento antecipado de todo ou parte dos ativos subjacentes à securitização, para que as posições da securitização vençam antes da data de vencimento contratual dos principais. O cálculo da vida média, retorno e duração das posições de securitização está sujeito, entre outras coisas, às suposições sobre a taxa com a qual os empréstimos subjacentes serão pagos antecipadamente, a qual pode variar. Esse risco praticamente é inexistente no Grupo Santander, já que o vencimento contratual dos valores mobiliários emitidos geralmente é maior do que aquele de qualquer principal.
- **Risco de base:** este risco surge quando há um desencontro entre as taxas de juros ou vencimentos dos ativos securitizados e aqueles das posições de securitização. No Grupo Santander esse risco geralmente tem hedge com swaps.
- **Risco de taxa de câmbio:** este risco entra na securitização quando os ativos e as posições de securitização estão denominados em moedas diferentes. No Grupo Santander, o risco decorrente do

desencontro de moedas entre o principal e a emissão geralmente tem hedge na estrutura por meio de um swap. O risco do PnL assumido em títulos que não estão em Euro é gerenciado pela área de Gerenciamento de Carteira de Crédito Ativa (ACPM).

- **Risco de liquidez:** é diminuído por meio do processo de securitização, pelo qual os ativos naturalmente ilíquidos são transformados em títulos de dívida que podem ser negociados em bolsas. Em algumas securitizações, porém, como aquelas cuja que emitem instrumentos de crédito, o risco de liquidez ainda é significativo e se manifesta pela necessidade de cobrir divergências entre os pagamentos de juros sobre os ativos subjacentes e os pagamentos de juros sobre os valores mobiliários. No Grupo Santander esse risco tende a ser muito pequeno e é reduzido pelas linhas de liquidez da estrutura. O risco de liquidez associado às posições de títulos também é gerenciado pelo estabelecimento de períodos de retenção máximos.

4.3.4. Atividade de securitização no Grupo Santander

O Grupo Santander originou cinco securitizações em 2017 com o objetivo de atingir uma transferência de risco significativa.

Além disso, o Grupo Santander origina e detém posições em fundos de securitização tradicionais cujas carteiras subjacentes são compostas principalmente por hipotecas, empréstimos a consumidor e empréstimos corporativos. O Grupo também é o originador de cinco fundos de securitização simétricos (três originados em 2017) cujos ativos subjacentes compreendem empréstimos de financiamento de projetos refinanciando dois fundos em um caso; empréstimos para SMEs em dois dos casos; empréstimos para corporações em um outro caso; e empréstimos de hipoteca comercial no último caso.

Para cada uma dessas estruturas tradicionais e independentemente do produto subjacente, o Grupo Santander recebe uma classificação por uma ou mais das seguintes agências externas de classificação: Standard &

Poor's, Moody's, Fitch, DBRS e Scope. Quando uma securitização tradicional é colocada no mercado, o Grupo obtém classificações de no mínimo duas dessas agências. Para duas das securitizações sintéticas, duas classificações externas foram solicitadas.

Em relação à atividade de investimentos, o Grupo Santander detém posições em fundos de securitização originados pelas entidades fora do Grupo Santander cujos ativos subjacentes compreendem principalmente empréstimos corporativos, empréstimos a SMEs e hipotecas. Na medida em que o Grupo Santander limita sua exposição máxima pela classificação (AAA, AA, A, BBB, BB), ele não emprega normalmente técnicas de hedging para mitigar o risco.

Monitoramento das alterações do risco associado:

- Posições de securitização originadas: o monitoramento periódico é responsabilidade dos diferentes gerentes do fundo de securitização (agentes fiduciários/companhias de gerenciamento) que preparam os relatórios regulares contendo uma atualização do desempenho da classificação das carteiras subjacentes dos títulos.
- Posições de securitização inversas: a métrica NPL publicada (90+, inadimplência, recuperações) e os pagamentos antecipados são monitorados regularmente usando software especializado, o qual verifica adicionalmente se os limites com base em classificação estão sendo atendidos.

Os processos mencionados acima servem para monitorar as alterações de crédito e os riscos de mercado da securitização e das exposições de securitização.

O desempenho dos ativos subjacentes afeta particularmente a duração dos tranches e é improvável que isso afete o principal, tendo em mente os altos níveis de subordinação e monitoramento contínuo.

As tabelas a seguir mostram a distribuição, por tipo de ativo subjacente, das posições de securitização emitidas e recompradas pelo Grupo Santander como originador, como investidor e financiador em 31 de dezembro de 2017, tanto na carteira bancária quanto na carteira de negociações.

Em 31 de dezembro de 2017 não há ativos aguardando securitização.

A tabela abaixo mostra as novas securitizações por tipo de securitização e tipo de exposição que está sendo securitizada.

▪ TABELA 84. POSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO COMPRADAS OU RETIDAS. CARTEIRA BANCÁRIA

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Originador		Investidora	Financiador	Originador		Investidora	Financiador
	Posições emitidas	Posições retidas	de posições compra	de posições compra	Posições emitidas	Posições retidas	de posições compra	de posições compra
Securitizações tradicionais								
Hipotecas residenciais	30,976	23,974	4.066	-	37,552	23,285	1.667	-
Hipotecas comerciais	75	36	-	-	-	-	-	-
Cartões de crédito	468	468	117	-	-	-	400	-
Arrendamentos financeiros	2,713	1.231	38	-	1.224	391	97	-
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	3,510	2,722	1.008	-	7,198	6,181	3.262	-
Empréstimos a clientes	44,351	21,413	411	-	41,707	14,606	185	-
Recebíveis	3,449	3,449	-	-	2,156	2,156	93	-
Obrigações garantidas por hipoteca	-	-	54	-	110	-	-	-
Outros	-	-	374	-	-	-	518	-
Resecuritizações								
Hipotecas residenciais	-	-	-	-	14	-	-	-
Hipotecas comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	5	40	123	-	20	40
Securitizações sintéticas								
Hipotecas residenciais	-	-	-	-	4	-	-	-
Hipotecas comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a sociedades ou a PME's	2.954	2.717	-	-	1.381	1.278	-	-
Empréstimos a clientes	3,936	3.688	-	-	-	-	-	-
Outros	2.293	2.003	326	-	1.622	1.192	294	-
Total	94,725	61,701	6.399	40	93,089	49,088	6.536	40

A tabela abaixo apresenta a exposição de todas as securitizações no livro do banco, distinguindo entre atacado e varejo subjacente.

• TABELA 85. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO NO LIVRO DO BANCO (SEC1)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017								
	Banco atuando como originador			Banco atuando como garantidor			Banco atuando como investidor		
	Tradicional	Sintético	Subtotal	Tradicional	Sintético	Subtotal	Tradicional	Sintético	Subtotal
Varejo (total)	45,855	3,688	49,543	-	-	-	4,594	-	4,594
Hipotecas residenciais	23,974	-	23,974	-	-	-	4.066	-	4.066
Cartão de crédito	468	-	468	-	-	-	117	-	117
Outras exposições de varejo	21,413	3.688	25,101	-	-	-	411	-	411
Ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total)	7,438	4,720	12,158	40	-	40	1.479	326	1.805
Empréstimos corporativos	510	935	1.445	-	-	-	360	-	360
Hipoteca comercial	36	-	36	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos financeiros e recebíveis	1.231	-	1.231	-	-	-	38	-	38
Outras exposições de atacado	5,661	3,785	9,445	-	-	-	1.076	326	1.402
Ressecuritização	-	-	-	40	-	40	5	-	5
Total	53,293	8.408	61,701	40	-	40	6,074	326	6 399

* A carteira de securitização tem sido considerada como um todo (posições compradas e retidas).

A tabela acima mostra que independentemente da função desempenhada pelo Banco, a carteira de securitização é predominantemente concentrada no varejo.

A tabela a seguir mostra a distribuição da carteira de negociações, onde podemos ver uma grande concentração nas securitizações de hipotecas.

▪ **TABELA 86. POSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO COMPRADAS OU RETIDAS. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÕES**

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Originador	Investidora	Financiador	Originador	Investidora	Financiador
	Posições retidas	Posições compradas	Posições compradas	Posições retidas	Posições compradas	Posições compradas
Carteira ABS						
Securitizações tradicionais	4	93	-	8	47	17
Hipotecas residenciais	3	42	-	7	40	-
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	-	1	-	-	1	-
Empréstimos a clientes	1	50	-	1	6	-
Outros	-	-	-	-	-	17
Resecuritizações	-	-	-	-	-	-
Posições de securitização	-	-	-	-	-	-
Portfólio de correlação	-	-	-	-	-	-
Cestas sintéticas	-	-	-	-	-	-
Total	4	93	0	8	47	17

Nota: A marcação a mercado das posições foi incluída na livro de negociação.

Posições de investimento na carteira de negociação são monitoradas continuamente para identificar quaisquer mudanças significativas.

Adicionalmente, a tabela abaixo demonstra a exposição a todas as securitizações na carteira de negociação, porém, nessa ocasião, com todas as distinções entre ativos subjacentes de varejo e atacado.

▪ TABELA 87. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO NO LIVRO DE NEGOCIAÇÃO (SEC2)

Milhões de Euros

	31 de dezembro de 2017								
	Banco atuando como originador			Banco atuando como garantidor			Banco atuando como investidor		
	Tradicional	Sintético	Subtotal	Tradicional	Sintético	Subtotal	Tradicional	Sintético	Subtotal
Varejo (total)	4	-	4	-	-	-	93	-	93
Hipotecas residenciais	3	-	3	-	-	-	42	-	42
Cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras exposições de varejo	1	-	1	-	-	-	51	-	51
Ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos corporativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hipoteca comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos financeiros e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras exposições de atacado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteiras correlacionadas	4	-	4	-	-	-	93	-	93

A tabela acima apresenta securitizações originadas pelo Grupo Santander com o maior saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017.

▪ TABELA 88. ESTOQUE DE SECURITIZAÇÕES ORIGINADAS DO MAIOR SALDO EM ABERTO

Milhões de Euros

Fundo de securitização	TIPO	Saldo emitido em 31 de dezembro de 2017			Saldos recomprados em 31 de dezembro de 2017			
		Parcelas seniores intermediárias (mezzanine tranches)	Parcelas de primeira perda	de	Exposições registradas no balanço patrimonial			Exposições não registradas no balanço patrimonial
					Parcelas seniores (mezzanine tranches)	Parcelas de primeira perda	de	
RMBS Santander 3	Hipotecas residenciais	3.538	-	1.882	3.538	-	1.882	-
FTA Santander 2	Recebíveis	2.280	-	1.169	2.280	-	1.169	-
Star 2016-1	Empréstimos a clientes	3.076	200	50	3.076	-	50	-
SC Germany Auto 2014-2	Empréstimos a clientes	2.895	-	135	2.895	-	135	-
Langton securities 2008 SPV	Hipotecas residenciais	1.926	-	728	1.926	-	728	-
IM GBP Empresas VII	Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	1.825	-	729	1.825	-	729	-
RMBS Santander 4	Hipotecas residenciais	1.800	-	738	1.304	-	738	-
RMBS Santander 2	Hipotecas residenciais	1.673	-	798	1.673	-	798	-
Renew project finance clo 2017-1	Outros ativos	1.646	527	120	1.646	357	1	-
Holmes master issuer PLC 2000 SPV	Hipotecas residenciais	1.729	-	437	157	-	437	157
SC Germany Auto 2016-2	Empréstimos a clientes	1.440	-	75	1.440	-	75	-
Auto ABS French Loans Master	Empréstimos a clientes	1.101	-	133	1.101	-	133	-
Santander hipotecario 3	Hipotecas residenciais	188	786	251	188	710	243	15
Golden Bar Stand Alone 2016-1	Empréstimos a clientes	902	143	78	902	143	78	-
RED ONE	Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	863	101	70	863	72	-	-
GoldenBar2015-1	Empréstimos a clientes	-	1.000	-	-	1.000	-	-
Sant prime auto issuances notes trust 2017-C	Empréstimos a clientes	829	133	38	829	95	13	-

Apresentamos abaixo a composição de todas as securitizações no livro do banco, em conjunto com seu consumo de capital correspondente, estabelecido por um intervalo de RW (ponderação de risco) e método de cálculo aplicado quando o Grupo Santander atua como originador ou garantidor.

31 de dezembro de 2017

[illegible]

· TABELA 90. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO NO LIVRO DO BANCO E EXIGÊNCIAS DE CAPITAL REGULATÓRIO RELACIONADAS (BANCO ATUANDO COMO INVESTIDOR) (SEC4)

	31 de dezembro de 2017																
	Valor da exposição (por intervalo de RW)					Valor da exposição (por método regulador)					RWA (por método regulador)			Exigência de capital após teto			
	≤ 20% RW	> 20% a 50% RW	> 50% a 100% RW	> 100% a 1,250% RW	1250% RW	(abordagem com base em risco)	de fórmula de supervisão	(abordagem padronizada)	1.250% com base em risco	de fórmula de supervisão	(abordagem padronizada)	1250% com base em risco	de fórmula de supervisão	(abordagem padronizada)	1.250%		
Exposição total	5.617	537	246	-	0	6.039	-	360	0	729	-	233	0	58	-	19	0
Securitização tradicional	5.447	381	245	-	0	5.714	-	360	0	655	-	233	0	52	-	19	0
Da qual, securitização	5.442	381	245	-	0	5.708	-	360	0	654	-	233	0	52	-	19	0
Da qual, ressecuritização	4.424	73	97	-	-	4.594	-	-	-	496	-	-	-	40	-	-	-
Da qual, preferencial	1.018	308	148	-	0	1.114	-	360	0	157	-	233	0	13	-	19	0
Da qual, não preferencial	5	-	-	-	-	5	-	-	-	1	-	-	-	0	-	-	-
Da qual, preferencial	5	-	-	-	-	5	-	-	-	1	-	-	-	0	-	-	-
Da qual, não preferencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética	169	156	1	-	-	326	-	-	-	74	-	-	-	6	-	-	-
Da qual, securitização	169	156	1	-	-	326	-	-	-	74	-	-	-	6	-	-	-
Da qual, ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Da qual, ativos subjacentes de atacado	169	156	1	-	-	326	-	-	-	74	-	-	-	6	-	-	-
Da qual, ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Da qual, preferencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Da qual, não preferencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A tabela acima reflete que quase 95% das securitizações nas quais o Grupo Santander investe pertencem a entidades nas quais as exigências de capital são calculadas conforme os modelos de IRB avançados. Esse é principalmente o caso do Santander Espanha e Santander UK. Por outro lado, a abordagem padronizada é relevante nos EUA e no México.

Por fim, na sua atividade de securitização, tanto na qualidade de originador como na de investidor, o Grupo Santander cumpre com a retenção de participação econômica exigida nos termos do capítulo 5 do CRR e com a política de controle e exigências de procedimento para todos os SPVs

criados após 1º de janeiro de 2011. Dessa forma, para todas as securitizações originadas desde 1º de janeiro de 2011, o Grupo Santander:

- Retém constantemente uma participação econômica líquida de não menos que 5%.
- Disponibiliza aos investidores todas as informações necessárias para garantir que os riscos do investimento são integralmente conhecidos antes da compra e para permitir que o desempenho do investimento seja monitorado regularmente. Essa informação inclui detalhes sobre o critério de risco aplicado às exposições securitizadas, que em todos os casos são as mesmas que as de exposições não securitizadas no balanço patrimonial do originador.

De forma similar, para posições de investidor em securitizações originadas desde 1º de janeiro de 2011, o Grupo Santander:

- Conduz *due diligence* para garantir que os riscos de investimento sejam conhecidos antes da compra e para ser capaz de monitorar o desempenho do investimento regularmente.
- Verifica que o originador das securitizações retém uma participação econômica líquida de não menos que 5%.

O Grupo Santander cumpre com essas exigências e nenhuma sobretaxa de capital é aplicada.

A atividade de securitização do Grupo Santander durante o exercício de 2017 – Considerando o total de emissões conduzidas em 2017, o Grupo Santander retém 35% das posições de securitização.

A tabela abaixo apresenta a composição do saldo inicial das posições de securitização emitidas e retidas pelo Grupo Santander em 2017, na data em que foram originadas.

• TABELA 91. SALDO INICIAL DE FUNDOS DE SECURITIZAÇÃO EM 2017, POR TIPO DE ATIVO SECURITIZADO

Milhões de Euros

Tipo de ativo subjacente	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	
	Exposições securitizadas na data em que foram originadas	Saldo de recompra	Exposições securitizadas na data em que foram originadas	Saldo de recompra
Securitizações tradicionais				
Hipotecas residenciais	805	161	960	296
Cartões de crédito	519	468	-	-
<i>Leasing</i>	2.380	895	640	230
Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	510	510	-	-
Empréstimos a clientes	14.475	2.238	18.156	7.708
Securitizações sintéticas				
Empréstimos a sociedades ou a PMEs	1.962	1.820	1.166	536
Outros	2.293	2.003	-	-
TOTAL	22.944	8.095	20.922	8.771

Essa atividade originadora foi concentrada na Espanha (26,92%) e nos Estados Unidos (53,35%). As novas securitizações originadas durante 2017 são apresentadas de forma resumida na tabela a seguir. Para mais informações, vide Apêndice VIII, que inclui a lista de veículos de finalidade específica no escopo da consolidação regulatória.

Em 2017 o Grupo Santander originou 27 securitizações, cujas carteiras subjacentes abrangeram empréstimos ao consumidor (67,9% das emissões totais), empréstimos a sociedades ou PMEs (10,8%), outros ativos (10%), *leasing* (5,6%), hipotecas residenciais (3,5%) e cartões de crédito (2,3%). Para mais informações sobre essas securitizações, vide tabela a seguir:

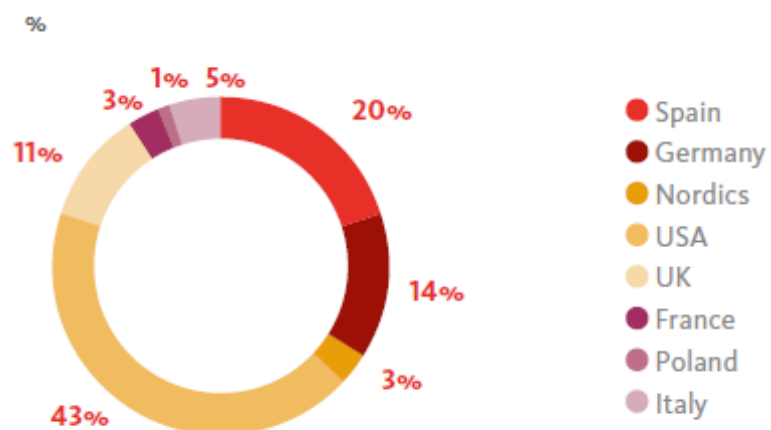


Vide arquivo **Apêndices - Pilar 3 2017** disponível no site do Grupo Santander.

• TABELA 92. LISTA DE NOVAS SECURITIZAÇÕES ORIGINADAS EM 2017, ORGANIZADAS POR PAÍS E INSTITUIÇÃO ORIGINADORA, ORDENADAS POR VOLUME DE EMISSÃO INICIAL

Nome da securitização	Tipo de ativo subjacente	Originador	Emissão inicial	País
IM GBP Leasing 3	Empréstimos a clientes	BANCO POPULAR	1.100.000	Espanha
Renew project finance CLO 2017-1	Outros ativos	BANCO SANTANDER	2.293.393	
FT Pymes magdalena	Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	BANCO SANTANDER	950.000	
FTA-Prado IV	Hipotecas residenciais	UCI	390.000	
FTA-Prado V	Hipotecas residenciais	UCI	415.000	
IM GBP Consumo I	Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	BANCO POPULAR	510.000	Alemanha
Wizink Master credit cards	Cartões de crédito	BANCO POPULAR	518.800	
			6.177.193	
SC Germany Auto 2017-1	Empréstimos a clientes	SC GERMANY	600.000	
SC Germany Consumer 2017-1	Empréstimos a clientes	SC GERMANY	850.000	
			1.450.000	6,32%
SCF RAHOITUSPALVELUT KIMI VI DAC	Empréstimos a clientes	SC NORDICS	699.492	Países nórdicos
			699.492	3,05%
Auto ABS French LT Leases Master	Empréstimos a clientes	PSA FRANCE	350.000	França
			350.000	1,53%
HCUK Auto Funding 2017-1Ltd	Empréstimos a clientes	HYUNDAI CAPITAL UK LTD	169.066	Reino Unido
HCUK Auto Funding 2017-2Ltd	Empréstimos a clientes	HYUNDAI CAPITAL UK LTD	169.066	
Motor 2017-1PLC	Empréstimos a clientes	SC UK	674.912	
Red One	Empréstimos a sociedades ou SMEs tratadas como sociedades	ABBEY NATIONAL TREASURY SERVICES PLC	1.012.446	
			2.025.489	8,83%
DRIVE Auto Receivables Trust 2017-1	Empréstimos a clientes	SC USA	1.152.898	EUA
DRIVE Auto Receivables Trust 2017-2	Empréstimos a clientes	SC USA	984.284	
DRIVE Auto Receivables Trust 2017-3	Empréstimos a clientes	SC USA	1.279.706	
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-1	Empréstimos a clientes	SC USA	1.020.608	
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-2	Empréstimos a clientes	SC USA	1.253.794	
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-3	Empréstimos a clientes	SC USA	909.862	
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-A	Empréstimos a clientes	SC USA	1.119.235	
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-B	Empréstimos a clientes	SC USA	1.136.519	
Santander Retail Auto Lease Trust 2017-A	Leasing	SC USA	1.279.706	
SANT Prime Auto Issuances Notes Trust 2017-A	Empréstimos a clientes	SC USA	555.966	
SANT Prime Auto Issuances Notes Trust 2017-B	Empréstimos a clientes	SC USA	425.940	
SANT Prime Auto Issuances Notes Trust 2017-C	Empréstimos a clientes	SC USA	1.123.163	
			12.241.681	53,35%
		Total	22.943.855	

• ORIGINAÇÃO POR PAÍS



Legenda:

Spain - Espanha

Germany - Alemanha

Nordics - Países nórdicos

USA - EUA

UK - Reino Unido

France - França

Poland - Polônia

Italy - Itália

5

RISCO DE MERCADO

5.1.	Atividades sujeitas a risco de mercado	175
5.2.	<i>Trading</i>	175
5.2.1.	Valor em risco	175
5.2.2.	VaR em condição de estresse	177
5.2.3.	Encargo de risco adicional	178
5.2.4.	Teste de estresse	178
5.2.5.	<i>Backtesting</i> (MR4)	179
5.2.6.	Validação interna dos modelos	183
5.3.	Risco de mercado estrutural	185
5.4.	Investimentos de capital e instrumentos de capital não incluídos no livro de negociação	185

5. Risco de Mercado



Este capítulo fornece informações sobre atividades sujeitas a risco de mercado e o desempenho de riscos de mercado e os resultados em 2017, diferenciadas entre atividade de *trading* e riscos estruturais. Este capítulo descreve também as metodologias e métricas utilizadas pelo Grupo Santander.

5.1. Atividades sujeitas a risco de mercado

A mensuração, controle e monitoramento de risco de mercado se estende a todas as operações expostas a mudanças em preços de mercado. Esse risco decorre de mudanças nos fatores de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *spread* de crédito, preços de *commodities* e volatilidade desses fatores) e do risco de liquidez de diversos produtos e mercados nos quais o Grupo Santander opera.

As atividades são separadas de acordo com a finalidade da assunção de risco:

- a) **Trading:** inclui serviços financeiros para clientes e *trading* e a assunção de posições, principalmente em renda fixa, ações e produtos cambiais.
- b) **Riscos estruturais:** são compostos pelos riscos de mercado inerentes no balanço patrimonial, sem a inclusão de uma carteira de negociação, a saber:
 - Risco de taxa de juros estrutural: esse risco decorre dos descasamentos nos vencimentos e reprecificação de todos os ativos e passivos no balanço patrimonial.

- Risco cambial estrutural (*hedge* de resultado): risco cambial decorrente de moedas nas quais os investimentos em empresas consolidadas e não consolidadas são feitos (taxa de câmbio estrutural). Essa categoria inclui também as posições assumidas para proteção (*hedge*) do risco cambial em resultados futuros gerados em moedas exceto o Euro (*hedge* de resultados).
- Risco de capital estrutural: inclui investimentos de capital em sociedades financeiras e não financeiras não consolidadas, e as carteiras disponíveis para venda de posições patrimoniais.

5.2. Atividade de *trading*

A métrica básica utilizada para controlar o risco de mercado em operações de *trading* no Grupo Santander em 2017 foi a do valor em risco (VaR). VaR mensura a perda esperada máxima para um nível de confiança determinado e um período.

VaR é utilizado por ser fácil de calcular e por fornecer uma boa referência para o nível de risco incorrido. Outras medidas também são utilizadas para oferecer maior controle sobre os riscos em mercados nos quais o Grupo opera.

Uma dessas outras medidas é a análise de cenário, que consiste na definição de comportamentos alternativos para diversas variáveis financeiras e determinação do impacto sobre os resultados, quando esses cenários são ampliados às atividades do Grupo. Os cenários podem replicar eventos passados (como crises) ou, de forma contrária, podem descrever cenários plausíveis não relacionados a eventos ocorridos. São definidos ao menos três tipos de cenário: plausível, grave e extremo. Em conjunto com VaR, esses três tipos de cenário oferecem um entendimento muito mais completo do perfil de risco.

Alinhada ao princípio da independência da unidade de negócios, a área de Risco de Mercado monitora posições diariamente, nos níveis individuais e globais da unidade, controlando exaustivamente as mudanças nas carteiras de modo a detectar quaisquer incidentes e corrigi-los imediatamente. A preparação de demonstração de resultado diária é um excelente indicador de risco, pois auxilia na identificação do impacto que as mudanças nas variáveis financeiras tiveram nas carteiras.

Por fim, as atividades de gestão de crédito e de derivativos, se atípicas, são controladas diariamente utilizando medidas específicas. Para derivativos, são conduzidos controles de sensibilidade a variações no preço de subjacentes (delta e gama), volatilidade (vega) e tempo (teta). Para atividades de gestão de crédito, medidas como sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de exposição por nível de *rating* são revisadas sistematicamente.

5.2.1. Valor em Risco

A metodologia de cálculo de VaR do Grupo Santander consiste em simulação histórica com nível de confiança de 99% em um período de um dia para gestão de risco interna, e período de dez dias no cálculo de risco de mercado para fundos próprios. Os ajustes estatísticos são feitos para permitir a incorporação eficiente e ágil dos eventos mais recentes que afetam os níveis de risco assumidos. Atualmente, todas as unidades utilizam simulação histórica com reavaliação integral, exceto para Risco de Mercado - Espanha, que ao usar essa metodologia para determinadas carteiras, aplica a simulação histórica utilizando o cálculo da aproximação pela série de Taylor para o volume de suas carteiras.

O Grupo utiliza uma janela de dois anos, ou 520 leituras diárias, com referência retrospectiva a partir da data de referência do cálculo do VaR. Dois números são calculados por dia, um pela aplicação de um fator de declínio exponencial que dá uma ponderação menor à mais recente das

leituras e outro com as ponderações uniformes de todas as observações. O VaR reportado é o maior desses dois números.

Ao final de dezembro de 2017, o Grupo Santander teve autorização do Banco da Espanha para usar o modelo de risco de mercado interno para calcular o capital regulatório nas carteiras de negociação das unidades da Espanha, Chile, Portugal, Reino Unido e México.

O objetivo do Grupo é estender gradualmente para outras unidades que tenham uma carteira de negociações, de acordo com o plano de implementação gradual apresentado ao Banco da Espanha. O capital regulatório total que usa o modelo interno é calculado como a soma linear do capital regulatório individual das unidades que têm a aprovação do Banco da Espanha, ou seja, sem considerar a diversificação entre unidades.

Ao final de 2017, o VaR por região era:

▪ **TABELA 93. VaR, VaR ESTRESSADO E IRC POR GEOGRAFIA (MR3)**

Milhões de Euros

Espanha		2017	2016	Variação
VaR (10 dias - 99%)				
1	Máximo	37.6	62.3	-39.62%
2	Variação	20.1	24.6	-18.44%
3	Mínimo	13.0	15.4	-15.86%
4	Fim do período	18.1	23.5	-23.05%
VaR em condição de estresse (10 dias - 99%)				
5	Máximo	142.0	104,6	35.76%
6	Variação	81.2	69.4	17.07%
7	Mínimo	60.3	46.5	29.63%
8	Fim do período	82.1	65.2	25.86%
Encargo de Risco Adicional (99,9%)				
9	Máximo	516.9	413.2	25.10%
10	Variação	360.5	253.3	42.35%
11	Mínimo	136.6	139.7	-2.19%
12	Fim do período	136.6	301.4	-54.67%
Reino Unido		2017	2016	Variação
VaR (10 dias - 99%)				
1	Máximo	13.4	10,1	32.96%
2	Variação	9,2	6.4	44.63%
3	Mínimo	6.7	4.1	63.65%
4	Fim do período	9.4	8,0	18.21%
VaR em condição de estresse (10 dias - 99%)				
5	Máximo	76.7	50.5	51.94%
6	Variação	51.9	33.4	55.63%
7	Mínimo	33.4	17,4	91.54%
8	Fim do período	73.3	37.8	94.13%
Encargo de Risco Adicional (99,9%)				
9	Máximo	-	-	-
10	Variação	-	-	-
11	Mínimo	-	-	-
12	Fim do período	-	-	-

Chile		2017	2016	Variação
VaR (10 dias - 99%)				
1	Máximo	15.6	11,7	33.66%
2	Variação	8.4	6.3	33.28%
3	Mínimo	4.7	2,2	109,04%
4	Fim do período	12.4	6.8	81.48%
VaR em condição de estresse (10 dias - 99%)				
5	Máximo	25.7	21.6	19.24%
6	Variação	17.3	11,5	50.31%
7	Mínimo	8.9	4.7	88.62%
8	Fim do período	19.9	11,9	67.24%
Encargo de Risco Adicional (99,9%)				
9	Máximo	13.9	9.7	43.06%
10	Variação	6.4	6.2	3,11%
11	Mínimo	1,5	3.4	-54.19%
12	Fim do período	1,5	0,7	107,49%

México		2017	2016	Variação
VaR (10 dias - 99%)				
1	Máximo	19.8	27.4	-27.86%
2	Variação	14.0	11,6	20.62%
3	Mínimo	8.8	7.1	23,94%
4	Fim do período	17.3	18.2	-5.31%
VaR em condição de estresse (10 dias - 99%)				
5	Máximo	38.3	36.9	3,89%
6	Variação	26.3	22.5	17.30%
7	Mínimo	14.0	15.7	-11,24%
8	Fim do período	21.5	21.4	0,44%
Encargo de Risco Adicional (99,9%)				
9	Máximo	33.7	61.8	-45.38%
10	Variação	23.0	42.1	-45.30%
11	Mínimo	7,5	17.9	-58.22%
12	Fim do período	7,5	19.8	-62.37%

Portugal		2017	2016	Variação
VaR (10 dias - 99%)				
1	Máximo	0,05	0,09	-40.09%
2	Variação	0,03	0,03	-1,67%
3	Mínimo	0,01	0,01	-16.00%
4	Fim do período	0,02	0,02	-11,27%
VaR em condição de estresse (10 dias - 99%)				
5	Máximo	0,10	0,06	67.73%
6	Variação	0,04	0,03	55.47%
7	Mínimo	0,01	0,01	74.70%
8	Fim do período	0,03	0,02	27.31%
Encargo de Risco Adicional (99,9%)				
9	Máximo	-	-	-
10	Variação	-	-	-
11	Mínimo	-	-	-
12	Fim do período	-	-	-

Por meio de um resumo, o VaR médio do Grupo para as negociações em 2017 foi de 21.5 milhões de euros, apesar da alta volatilidade contínua causada pela crise da dívida soberana na Europa. Da mesma forma, pode-se dizer que o perfil de risco de negociação do Grupo foi baixo em comparação com outros grupos financeiros semelhantes. O gerenciamento dinâmico do risco permite que o Grupo Santander adote mudanças de estratégia para desbloquear oportunidades em um determinado ambiente.



Para obter outros detalhes consultar o **Capítulo 5, Seção C.2** sobre o **Relatório anual de 2017** no Website do Grupo Santander.

5.2.2. VaR em condição de estresse

A metodologia de cálculo do VaR estressado é a mesma usada para calcular o VaR, porém com duas diferenças:

- **Janela histórica dos fatores de observação:** o cálculo do VaR estressado utiliza uma janela de 260 leituras de dados, em vez das 520 usadas no cálculo da medição do VaR comum.
- **Ao contrário do método usado para o cálculo do VaR** comum, o Var estressado não é obtido como o mais alto entre o percentil ponderado uniformemente e o percentil ponderado exponencialmente; em vez disso, o percentil ponderado uniformemente é usado diretamente.

Todos os outros aspectos da metodologia e subsídios para o cálculo do VaR estressado são iguais aos do VaR.

Ao determinar o período de observação, a metodologia analisou o histórico de um subconjunto de fatores de risco de mercado escolhido com base em uma análise especializada das posições contábeis mais significativas. O escopo considerado compreende as tesourarias com aprovação do Banco da Espanha para uso do modelo interno em 31 de dezembro de 2017: Espanha, Reino Unido, Chile, Portugal e México.

As janelas usadas no momento para calcular o VaR estressado são:

▪ TABELA 94. JANELA DE ESTRESSE

	Períodos
Espanha	25/03/2008- 25/03/2009
Reino Unido	14/07/2008 – 01/07/2009
Chile	25/03/2009 – 07/04/2010
Brasil	01/09/2008 - 31/08/2009
México	23/09/2008 – 05/10/2009
Portugal	17/03/2015 – 17/03/2016

Essas janelas de estresse são revisadas regularmente e uma verificação diária é feita em relação à validade da janela para comparar o VaR e o VaR estressado. Essa verificação pode determinar que uma análise seja necessária para os vetores de lucros e perdas usados para calcular os

valores do VaR e determinar as posições e a movimentação de mercado que fez com que o VaR excedesse o VaR estressado em um período contínuo.

O objetivo da análise é identificar e tentar separar as causas das exceções em duas categorias básicas:

- **Movimentações de mercado:** talvez seja necessário revisar a janela.
- **Alterações significativas na composição da carteira:** neste caso uma análise terá que ser realizada junto ao departamento Comercial para verificar se as novas posições serão permanentes, ou se elas são operações únicas e, portanto, decidir se a janela deve ser revisada.

Caso a análise das exceções do VaR percentil em relação ao VaR estressado revele que a janela atual usada para calcular o VaR diário cobre um período com maior volatilidade de mercado do que a janela de estresse usada para calcular o VaR estressado, então a janela de estresse será revisada.

5.2.3. Valor por risco incremental

Seguindo as recomendações do Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária e regulamentações aplicáveis, uma métrica adicional é calculada em relação ao risco de crédito inerente às carteiras de negociações: o valor por risco incremental (IRC).

O IRC mede o risco de migração de classificação e qualquer risco de inadimplência incremental que não seja capturado pelo VaR através das mudanças nos spreads de crédito. A métrica IRC é calculada, quando aplicável, para títulos de renda fixa públicos e privados, derivativos de obrigações e derivativos de crédito.

O método usado para calcular o IRC, que é essencialmente semelhante àquele aplicado ao risco de crédito de exposições de carteira que não seja de negociações, se baseia no modelo estrutural de Merton, o qual diz que um evento de inadimplência ocorre quando os ativos de uma companhia

caem abaixo de determinado nível de suas dívidas. Esse modelo desenvolvido internamente compreende as medições diretas sobre as filas de distribuição de perdas causadas pelos diferentes eventos de crédito que o modelo contempla, ou seja, risco de inadimplência e migração de qualidade de crédito sujeitos a um intervalo de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano para todas as posições. O horizonte de liquidez assumido coincide com o horizonte de capital de um ano, sendo que não existem outros horizontes de liquidez com menos de um ano. A metodologia de cálculo do IRC utiliza uma distribuição de perdas por meio da simulação Monte Carlo, usando duas matrizes de transição; uma para as emissões corporativas e a outra para as emissões soberanas. As matrizes de transição usadas no modelo IRC se baseiam nas probabilidades históricas da transição, publicadas pelas agências de classificação. Essas probabilidades são processadas para retirar a categoria não classificada e ajustada para incluir a probabilidade de inadimplência estimada internamente. Esse processo de ajuste é executado uma vez por ano para incorporar as informações mais recentes. O modelo não assume a renovação periódica de posições (roll-over), mas sim um modelo de posições constantes ao longo do horizonte de capital e liquidez de um ano, o qual consiste em manter as mesmas posições ao longo desse horizonte independentemente do vencimento de cada uma delas.

Esse é um modelo corporativo que incorpora as carteiras de diferentes regiões nas quais o IRC foi aprovado para calcular os números do IRC independente.

5.2.4. Teste de estresse

Os diversos tipos de cenários de teste de estresse no momento aplicado são:

- **Cenários de VaR:** as variáveis de mercado são simuladas dentro de três a seis desvios padrão de um dos lados da média. Esses cenários ajudam a definir um perfil de risco da carteira.

- **Cenários históricos:** os cenários são criados com base nos eventos históricos relevantes e são usados para prever as perdas máximas que ocorreriam caso esses eventos se repetissem.
- **Cenários de crise grave:** cenários extremos baseados nas movimentações das variáveis de mercado que não têm nenhum precedente histórico conhecido.
- **Cenários plausíveis:** outra alternativa é realizar o teste de estresse usando cenários baseados em expectativas de desempenho futuro do mercado. Essas expectativas se baseiam nos cenários que não são tão extremos quanto os cenários estressados.

Ao definir os cenários nos quais as carteiras devem ser testadas uma distinção é feita entre o seguinte:

- **Cenários globais:** afeta todas as unidades. Estes cenários são definidos globalmente e cada unidade é responsável pelo cálculo da movimentação das variáveis que se aplicam a ela.
- **Crise repentina:** cenário ad hoc com abalos de mercado repentinos. Elevação nas curvas das taxas de juros, quedas acentuadas nos mercados de ações, forte apreciação do dólar em relação a outras moedas, picos de volatilidade e spreads de empréstimos.
- **Crise do subprime:** cenário histórico da crise gerada no mercado depois da crise do subprime de hipotecas nos Estados Unidos. A análise busca capturar o impacto sobre os resultados da crise de liquidez nos mercados. Os cenários terão dois horizontes temporais diferentes: 1 dia e 10 dias. Ambos os cenários implicam quedas nos mercados de ações, declínios da taxa de juros nos principais mercados e aumento dos mercados emergentes, além da apreciação do dólar em relação a todas as outras moedas.

- **Cenário desfavorável:** reflete os riscos sistêmicos considerados as maiores ameaças à estabilidade bancária na União Europeia. Os eventos que ocorrem neste cenário levam em conta os aumentos nos rendimentos dos títulos globais juntamente com uma queda incremental na solvabilidade dos países com baixa demanda; estagnação de reformas políticas que prejudica a sustentabilidade das finanças públicas e uma falta de ajustes necessários para manter um financiamento de mercado razoável.
- **Cenários de teste de estresse retrospectivo:** aqueles cenários que podem comprometer a viabilidade contínua do Banco. Aqui as vulnerabilidades em potencial dos negócios são identificadas, juntamente com os riscos ocultos e as interações entre os diferentes fatores de risco.

Esses cenários inversos se iniciam a partir de um resultado de estresse conhecido (tal como não conformidade com determinados índices relacionados a capital, liquidez ou adequação do capital) e a partir daí eles identificam os cenários extremos nos quais as movimentações das variáveis do mercado podem causar aqueles eventos que comprometem a viabilidade dos negócios.

- **Cenários prospectivos:** quando o objetivo é prever possíveis consequências negativas das mudanças das variáveis de mercado e criar opções para evitar os impactos decorrentes. Eles ajudam a detectar os sinais de mudança no posicionamento das carteiras e fornecem melhor suporte para a tomada de decisão.

Um teste de estresse consolidado mensalmente é preparado, sob a supervisão do comitê de risco de mercado global, com explicações sobre as principais variações dos resultados para os diferentes cenários e unidades. Um mecanismo de alerta também está implementado para que o chefe do negócio em questão seja notificado quando um cenário retorne uma perda que é alta pelos padrões históricos ou em termos do capital consumido pela carteira relevante.

O teste de estresse é realizado pela aplicação das mesmas metodologias para todas as sub carteiras incluídas no modelo de risco de mercado interno.

A tabela abaixo mostra os resultados em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o fator de risco (taxa de juros, ações, moeda estrangeira, spread de crédito, commodities e a volatilidade de cada um deles), em um cenário no qual é aplicada a volatilidade equivalente a seis desvios padrão em uma distribuição normal. O cenário é definido tomando-se para cada fator de risco a mudança que produza o maior potencial de perda na carteira global.

▪ TABELA 95. CENÁRIO DE ESTRESSE: VOLATILIDADE MÁXIMA (PIOR CENÁRIO)
Milhões de Euros

		2017						2016					
		Taxa de juros	Participações	Moeda estrangeira	Spread de crédito	Commodities	Total	Taxa de juros	Participações	Moeda estrangeira	Spread de crédito	Commodities	Total
TOTAL	DE	-32.5	-8.7	-5.3	-18.7	0,0	-65.2	-	-3.1	-10,3	-10,0	-0,1	-124,0
TRADING							100,5						
Europa		-10,3	-3.3	-1,9	-18.2	0,0	-33.7	-14.7	-1,2	-2.9	-9.2	-0,1	-28.1
América Latina		-21.0	-5.4	-3.0	0,0	0,0	-29.4	-74.8	-1,9	-6.8	0,0	0,0	-83.5
EUA		-0,1	0,0	-0,3	0,0	0,0	-0,4	-7.5	0,0	-0,5	0,0	0,0	-8.0
Atividades Globais		-0,1	0,0	0,0	-0,5	0,0	-0,6	-0,1	0,0	0,0	-0,8	0,0	-0,9
Ásia		-1,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	-1,1	-3.4	0,0	-0,1	0,0	0,0	-3.5

O teste de estresse revela que a perda econômica sofrida pelo Grupo Santander em suas carteiras de negociações, em termos do resultado ao valor de mercado seria de 65 milhões de euros, caso as movimentações de estresse definidas no cenário se concretizassem. Essa perda estaria concentrada na Europa (na seguinte ordem: taxas de juros, spread de crédito e ações) e na América Latina (na seguinte ordem: taxas de juros, taxas de câmbio e ações).

5.2.5. Teste Retrospectivo (MR4)

O objetivo geral do teste retrospectivo é verificar a exatidão do modelo de cálculo do Valor em Risco (VaR). Em outras palavras, se o modelo usado

para estimar a perda máxima de uma carteira com determinado nível de confiança ao longo de determinado período deve ser aceito ou recusado.

O teste retrospectivo é analisado no nível local pelas unidades de controle de risco de mercado locais. A unidade de consolidação do risco de mercado é responsável pelo relatório do teste retrospectivo no nível consolidado. É importante notar que a metodologia do teste retrospectivo se aplica de modo idêntico a todas as sub carteiras cobertas pelo modelo de risco de mercado interno.

O exercício do teste retrospectivo consiste nas previsões do VaR, dado um certo nível de confiança e horizonte temporal, com as perdas reais incorridas em um horizonte temporal igual ao horizonte temporal do VaR.

Três tipos de teste retrospectivo foram definidos:

- **Teste retrospectivo limpo:** o VaR diário é comparado com os resultados obtidos sem levar em conta os resultados intradia ou as mudanças nas posições da carteira. Esse método é usado para verificar a exatidão dos modelos individuais usados para avaliar e medir os riscos das diversas posições.
- **Teste retrospectivo sujo:** o VaR diário é comparado com os resultados líquidos para o dia, incluindo os resultados das operações intradia e os resultados das taxas e comissões.
- **Teste retrospectivo sujo sem acréscimos ou taxas:** o VaR diário é comparado aos resultados líquidos para o dia, incluindo os resultados das operações intradia, porém excluindo aqueles gerados por acréscimos ou taxas. Este teste busca fornecer uma ideia do risco intradia assumido pelas tesourarias do Grupo.

Para ajustar e controlar a eficácia da medição do risco de mercado interno e os sistemas de gerenciamento, o Grupo Santander realizou regularmente os

testes de benchmark exigidos e as análises para 2017, chegando à conclusão de que o modelo era confiável.

Número de exceções

Uma exceção ocorre sempre que as perdas ou ganhos observados em um dia excedem a estimativa do VaR. O número (ou a porcentagem) das exceções registradas é um dos indicadores mais intuitivos para o estabelecimento da exatidão de um modelo.

O nível de confiança do cálculo do VaR é uma medida do número de exceções esperado em determinada janela de tempo. Por exemplo, caso o VaR diário seja calculado com um nível de confiança de 99%, os percentis de juros são o primeiro e o 99º percentis da distribuição de Lucros e Perdas, de modo que podemos esperar 2% das exceções durante o dia estudado (1% devido ao excedente de lucro e 1% devido ao excedente de perda).

Se houver um número significativo a maior ou a menor de exceções, isso pode ser (mas não necessariamente) um sinal de problemas no modelo de VaR empregado. Com os Lucros e Perdas observados e os dados estimados do VaR é possível criar um teste de hipótese para verificar a validade do relacionamento VaR/Lucros e Perdas.

Tempo entre exceções

O nível de confiança para o VaR também é uma medida do número de dias que pode ser esperado entre as sucessivas exceções. Por exemplo, caso o VaR diário seja calculado com 99% de confiança (1º e 99º percentis), nós podemos esperar um tempo médio de aproximadamente 50 dias entre as exceções.

De modo semelhante ao que foi explicado em relação à frequência das exceções, o teste de hipótese pode ser feito com base no tempo entre as exceções como um meio de validar o modelo VaR.

Extensão entre as exceções

Enquanto o VaR prevê com certa probabilidade o risco que é assumido, o excesso médio (ou deficiência esperada) é um previsor para aquela probabilidade da perda média após o VaR ter sido excedido. Este estudo deve ser incluído para analisar o relatório do teste retrospectivo e obter o tamanho das perdas potenciais que excedem o nível do VaR.

Relacionamento entre VaR Diário/Resultado

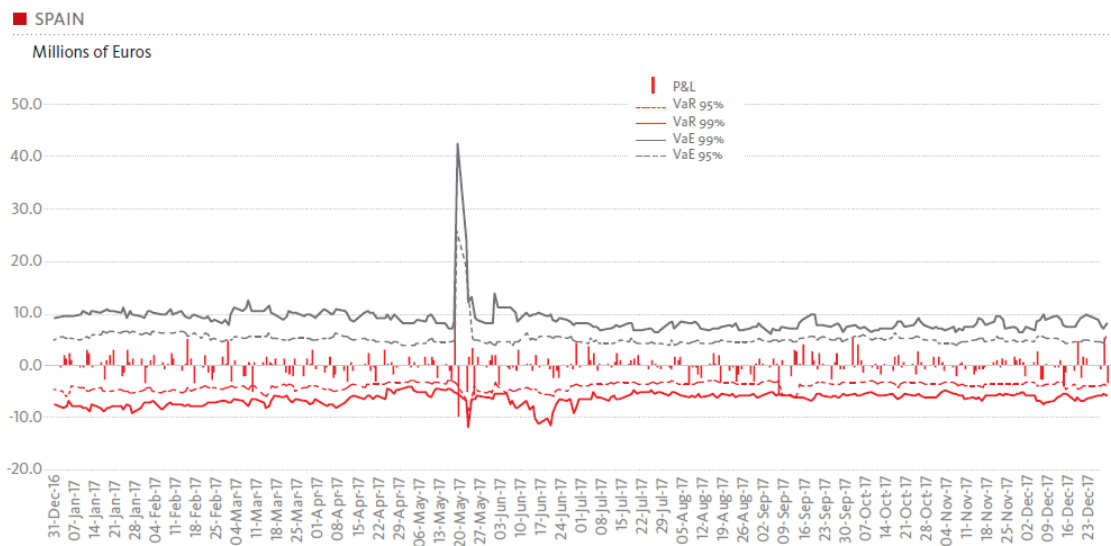
Para validar o modelo VaR, não basta analisar o número e tipo das exceções que ocorrem em determinado período. Outros indicadores devem ser observados para garantir a consistência do modelo. Um desses indicadores é o relacionamento entre o VaR diário e Lucros e Perdas. Esse relacionamento é definido da seguinte maneira:

- O número de Lucros e Perdas, como porcentagem do VaR, em todos os dias nos quais não há exceções (perdas ou ganhos).
- Cálculo da média aritmética desses números.

A porcentagem deve estar próxima de um valor determinado pelo nível de confiança do VaR, porque quanto mais alto for o nível de confiança escolhido, maior será a estimativa do VaR (e menor os resultados de Lucros e Perdas como porcentagem daquela estimativa).

Caso a porcentagem observada seja muito mais alta do que o esperado, o risco está sendo subestimado e o modelo deve ser revisado. Se a porcentagem observada for significativamente maior do que o esperado, o risco está sendo superestimado e o modelo deve ser revisado. Se a porcentagem for significativamente menor, então o risco está sendo superestimado e o modelo VaR deve ser ajustado. Este último resultado pode ser desejável, porém, se o objetivo for manter estimativas de risco conservadoras.

O diagrama a seguir mostra o teste retrospectivo anual no final de dezembro de 2017 para cada unidade com aprovação do modelo interno:

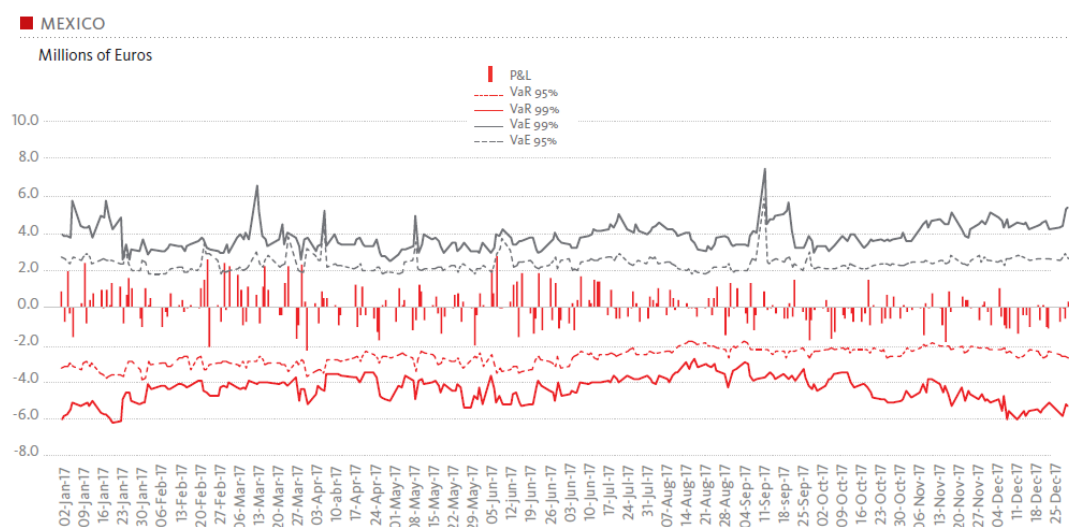


Legenda:

Spain – Espanha	18-Mar-17 - 18-Mar-17
Milhões de Euros - Milhões de Euros	25-Mar-17 - 25-Mar-17
P&L - Resultado	01-Apr-17 - 01-Abr-17
VaR 95% - VaR 95%	08-Abr-17 - 08-Abr-17
VaR 99% - VaR 99%	15-Abr-17 - 15-Abr-17
VaE 99% - VaE 99%	22-Abr-17 - 22-Abr-17
VaE 95% - VaE 95%	29-Abr-17 - 29-Abr-17
31-Dec-16 - 31-Dez-16	06-Mai-17 - 06-Mai-17
07-Jan-17 - 07-Jan-17	13-Mai-17 - 13-Mai-17
14-Jan-17 - 14-Jan-17	20-Mai-17 - 20-Mai-17
21-Jan-17 - 21-Jan-17	27-Mai-17 - 27-Mai-17
28-Jan-17 - 28-Jan-17	03-Jun-17 - 03-Jun-17
04-Feb-17 - 04-Fev-17	10-Jun-17 - 10-Jun-17
11-Feb-17 - 11-Fev-17	17-Jun-17 - 17-Jun-17
18-Feb-17 - 18-Fev-17	24-Jun-17 - 24-Jun-17
25-Fev-17 - 25-Fev-17	01-Jul-17 - 01-Jul-17
04-Mar-17 - 04-Mar-17	08-Jul-17 - 08-Jul-17
11-Mar-17 - 11-Mar-17	15-Jul-17 - 15-Jul-17

15-Jul-17 - 15-Jul-17
 22-Jul-17 - 22-Jul-17
 29-Jul-17 - 29-Jul-17
 05-Ago-17 - 05-Ago-17
 12-Ago-17 - 12-Ago-17
 19-Ago-17 - 19-Ago-17
 26-Ago-17 - 26-Ago-17
 02-Set-17 - 02-Set-17
 09-Set-17 - 09-Set-17
 16-Set-17 - 16-Set-17
 23-Set-17 - 23-Set-17
 30-Set-17 - 30-Set-17

07-Out-17 - 07-Out-17
 14-Out-17 - 14-Out-17
 21-Out-17 - 21-Out-17
 28-Out-17 - 28-Out-17
 04-Nov-17 - 04-Nov-17
 11-Nov-17 - 11-Nov-17
 18-Nov-17 - 18-Nov-17
 25-Nov-17 - 25-Nov-17
 02-Dez-17 - 02-Dez-17
 09-Dez-17 - 09-Dez-17
 16-Dez-17 - 16-Dez-17
 23-Dez-17 - 23-Dez-17

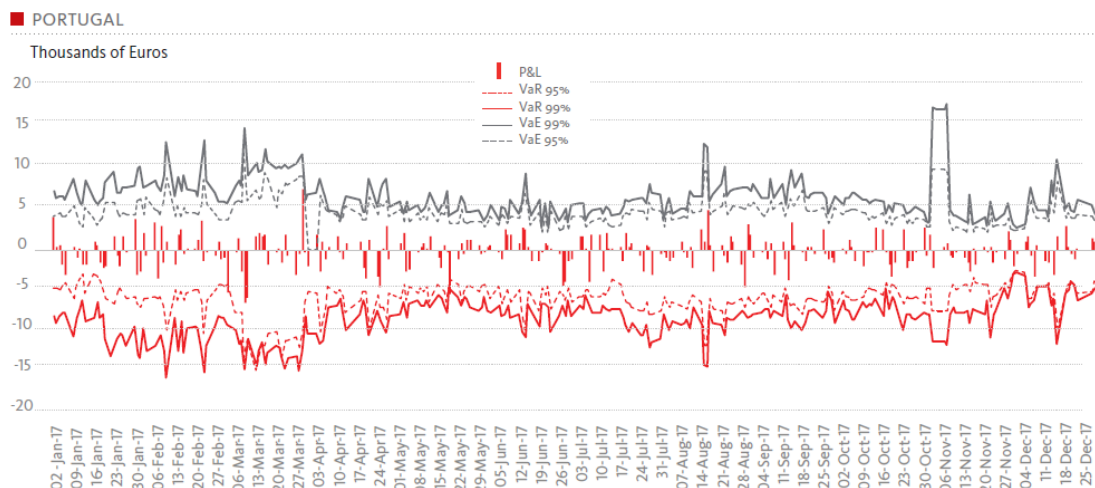


Legenda:

Mexico - México	02-Jan-17 - 02-Jan-17
Milhões de Euros - Milhões de Euros	09-Jan-17 - 09-Jan-17
P&L - Resultado	09-Jan-17- 09-Jan-17
VaR 95% - VaR 95%	09-Jan-17- 09-Jan-17
VaR 99% - VaR 99%	09-Jan-17- 09-Jan-17
VaE 99% - VaE 99%	09-Jan-17 - 09-Jan-17
VaE 95% - VaE 95%	13-Fev-17 - 13-Fev-17
13-Fev-17- 13-Fev-17	28-Ago-17 - 28-Ago-17

13-Fev-17 - 13-Fev-17
13-Fev-17 - 13-Fev-17
13-Mar-17 - 13-Mar-17
20-Mar-17 - 20-Mar-17
27-Mar-17 - 27-Mar-17
03-Abr-17 - 03-Abr-17
10-abr-17 - 10-abr-17
12-jun-17 - 12-jun-17
19-Jun-17 - 19-Jun-17
26-Jun-17 - 26-Jun-17
03-Jun-17 - 03-Jun-17
10-Jun-17 - 10-Jun-17
17-Jul-17 - 17-Jul-17
24-Jul-17 - 24-Jul-17
31-Jul-17 - 31-Jul-17
07-Ago-17 - 07-Ago-17
14-Ago-17 - 14-Ago-17
21-Ago-17 - 21-Ago-17

04-Set-17 - 04-Set-17
11-Set-17 - 11-Set-17
18-set-17 - 18-set-17
25-Set-17 - 25-Set-17
02-Out-17 - 02-Out-17
09-Out-17 - 09-Out-17
09-Out-17- 09-Out-17
09-Out-17- 09-Out-17
09-Out-17 - 09-Out-17
06-Nov-17 - 06-Nov-17
13-Nov-17 - 13-Nov-17
20-Nov-17 - 20-Nov-17
27-Nov-17 - 27-Nov-17
04-Dez-17 - 04-Dez-17
11-Dez-17 - 11-Dez-17
18-Dez-17 - 18-Dez-17
25-Dez-17 - 25-Dez-17

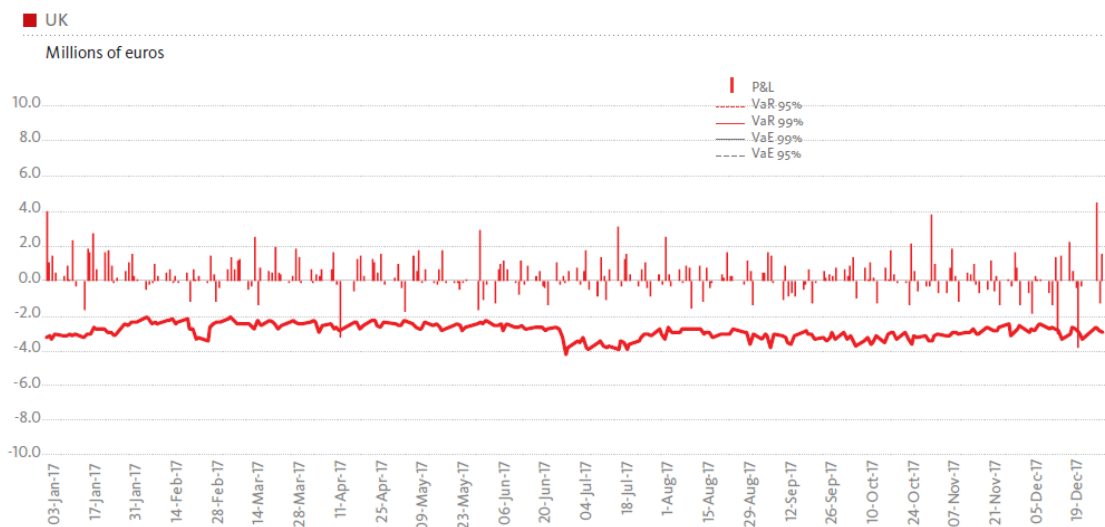


Legenda:

Portugal - Portugal	05-Jun-17 - 05-Jun-17
Thousands of Euros - Milhares de Euros	12-Jun-17 - 12-Jun-17
P&L - Resultado	19-Jun-17 - 19-Jun-17
VaR 95% - VaR 95%	26-Jun-17 - 26-Jun-17
VaR 99% - VaR 99%	03-Jul-17 - 03-Jul-17
VaE 99% - VaE 99%	10-Jul-17 - 10-Jul-17
VaE 95% - VaE 95%	17-Jul-17 - 17-Jul-17
02 -Jan-17 - 02 -Jan-17	24-Jul-17 - 24-Jul-17
09-Jan-17 - 09-Jan-17	31-Jul-17 - 31-Jul-17
16-Jan-17 - 16-Jan-17	07-Ago-17 - 07-Ago-17
23-Jan-17 - 23-Jan-17	14-Ago-17 - 14-Ago-17
30-Jan-17 - 30-Jan-17	21-Ago-17 - 21-Ago-17
06-Fev-17 - 06-Fev-17	28-Ago-17 - 28-Ago-17
13-Fev-17 - 13-Fev-17	04-Set-17 - 04-Set-17
20-Fev-17 - 20-Fev-17	11-Set-17 - 11-Set-17
27-Fev-17 - 27-Fev-17	18-set-17 - 18-set17
06-Mar-17 - 06-Mar-17	02-Out-17 - 02-Out-17
13-Mar-17 - 13-Mar-17	09-Out-17 - 09-Out-17
20-Mar-17 - 20-Mar-17	16-Out-17 - 16-Out-17
27-Mar-17 - 27-Mar-17	23-Out-17 - 23-Out-17
03-Abr-17 - 03-Abr-17	30-Out-17 - 30-Out-17
10-abr-17 - 10-abr-17	06-Nov-17 - 06-Nov-17

17-Abr-17 - 17-Abr-17
 24-Abr-17 - 24-Abr-17
 01-Mai-17 - 01-Mai-17
 08-Mai-17 - 08-Mai-17
 15-Mai-17 - 15-Mai-17
 22-Mai-17 - 22-Mai-17
 29-Mai-17 - 29-Mai-17

13-Nov-17 - 13-Nov-17
 20-Nov-17 - 20-Nov-17
 27-Nov-17 - 27-Nov-17
 04-Dez-17 - 04-Dez-17
 11-Dez-17 - 11-Dez-17
 18-Dec-17 - 18-Dec-17
 25-Dec-17 - 25-Dec-17



Legenda:

UK – Reino Unido

Milhões de Euros - Milhões de Euros

P&L – Resultado

VaR 95% - VaR 95%

VaR 99% - VaR 99%

VaE 99% - VaE 99%

VaE 95% - VaE 95%

03-Jan-17 - 03-Jan-17

17-Jan-17 - 17-Jan-17

31-Jan-17 - 31-Jan-17

14-Fev-17 - 14-Fev-17

28-Fev-17 - 28-Fev-17

14-Mar-17 - 14-Mar-17

23-Mai-17 - 23-Mai-17

06-Jun-17 - 06-Jun-17

20-Jun-17 - 20-Jun-17

04-Jul-17 - 04-Jul-17

18-Jul-17 - 18-Jul-17

1-Ago-17 - 1-Ago-17

15-Ago-17 - 15-Ago-17

29-Ago-17 - 29-Ago-17

12-Set-17 - 12-Set-17

26-Set-17 - 26-Set-17

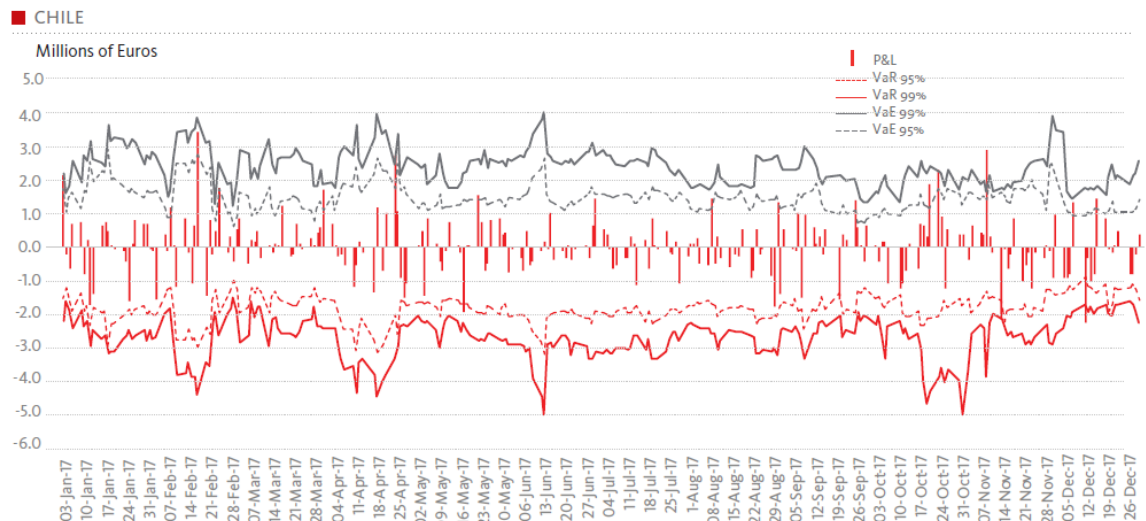
10-Out-17 - 10-Out-17

24-Out-17 - 24-Out-17

07-Nov-17 - 07-Nov-17

28-Mar-17 - 28-Mar-17
 11-Abr-17 - 11-Abr-17
 25-Abr-17 - 25-Abr-17
 09-Mai-17 - 09-Mai-17

21-Nov-17 - 21-Nov-17
 05-Dez-17 - 05-Dez-17
 19-Dez-17 - 19-Dez-17



Legenda:	
Chile - Chile	13-Jun-17 - 13-Jun-17
Milhões de Euros - Milhões de Euros	20-Jun-17 - 20-Jun-17
P&L - Resultado	27-Jun-17 - 27-Jun-17
VaR 95% - VaR 95%	04-Jul-17 - 04-Jul-17
VaR 99% - VaR 99%	11-Jul-17 - 11-Jul-17
VaE 99% - VaE 99%	18-Jul-17 - 18-Jul-17
VaE 95% - VaE 95%	25-Jul-17 - 25-Jul-17
03-Jan-17 - 03-Jan-17	1-Ago-17 - 1-Ago-17
10-Jan-17 - 10-Jan-17	08-Ago-17 - 08-Ago-17
17-Jan-17 - 17-Jan-17	15-Ago-17 - 15-Ago-17
24-Jan-17 - 24-Jan-17	22-Ago-17 - 22-Ago-17
31-Jan-17 - 31-Jan-17	29-Ago-17 - 29-Ago-17
07-Fev-17 - 07-Fev-17	05-Set-17 - 05-Set-17
14-Fev-17 - 14-Fev-17	12-Set-17 - 12-Set-17
21-Fev-17 - 21-Fev-17	19-Set-17 - 19-Set-17

28-Fev-17 - 28-Fev-17	26-Set-17 - 26-Set-17
07-Mar-17 - 07-Mar-17	03-Oct-17 - 03-Oct-17
14-Mar-17 - 14-Mar-17	10-Out-17 - 10-Out-17
21-Mar-17 - 21-Mar-17	17-Out-17 - 17-Out-17
28-Mar-17 - 28-Mar-17	24-Out-17 - 24-Out-17
04-Abr-17 - 04-Abr-17	31-Out-17 - 31-Out-17
11-Abr-17 - 11-Abr-17	07-Nov-17 - 07-Nov-17
18-Abr-17 - 18-Abr-17	14-Nov-17 - 14-Nov-17
25-Abr-17 - 25-Abr-17	21-Nov-17 - 21-Nov-17
02-Mai-17 - 02-Mai-17	28-Nov-17 - 28-Nov-17
09-Mai-17 - 09-Mai-17	05-Dez-17 - 05-Dez-17
16-Mai-17 - 16-Mai-17	12-Dez-17 - 12-Dez-17
23-Mai-17 - 23-Mai-17	19-Dez-17 - 19-Dez-17
30-Mai-17 - 30-Mai-17	27-Jun-17 - 27-Jun-17
06-Jun-17 - 06-Jun-17	

A tabela abaixo apresenta o número de excessões em 31 de dezembro de 2017 para as unidades com aprovação de modelo interno:

▪ TABELA 96. EXCEÇÕES NAS UNIDADES COM MODELO INTERNO

	Exceções	Situação do modelo
Espanha	2	Válido
Reino Unido	3	Válido
Chile	1	Válido
Portugal	1	Válido
México	0	Válido

A exceção, na Espanha, em 19 de maio, se resumiu às movimentações no spread da curva *swap* e à queda do real, enquanto que a exceção de 7 de setembro se resumiu a alterações nas curvas de taxas, principalmente por conta da dívida alemã.

A exceção de 18 de abril, no Reino Unido, foi causada por mudanças na taxa de juros do mercado dado a combinação entre eleições gerais no Reino

Unido, níveis da inflação e o Brexit. As exceções de 14 e 22 de dezembro ocorreram por causa de movimentações nas curvas de swap de moedas.

Enquanto isso, a exceção e Portugal, em 19 de maio, se resumiu a movimentações no mercado de câmbio em relação ao dólar e o real.

Reajustes de avaliação

O valor de mercado de um instrumento financeiro é calculado com o uso do modelo de avaliação apropriado. Entretanto, podem ser necessários reajustes de avaliação quando não forem disponibilizadas cotações do mercado para comparação de preços.

As fontes de risco incluem parâmetros de modelo incertos, emissores ilíquidos de ativos subjacentes, dados de mercado de má qualidade ou fatores de risco indisponíveis (algumas vezes, a melhor alternativa é utilizar modelos limitados com risco controlável). Nessas situações, calcular e aplicar reajustes de avaliação é uma prática comum no ramo. É praticado pelo Santander para prestar contas das fontes de risco de modelo descrito abaixo:

- Para os mercados de renda fixa, exemplos de risco de modelo incluem correlação entre índices de renda fixa, ausência de modelagem de spread de base estocástico, risco de calibragem e volatilidade da modelagem. Surgem outras fontes de risco da estimativa dos dados de mercado.
- No mercado de ações, exemplos de risco de modelo incluem modelagem do forward skew e o impacto de taxas de juros estocásticas, correlação e modelagem multi-curva.

O risco também pode derivar da administração de hedges de pagamentos digitais, valores reembolsáveis antecipadamente, e barreiras. Também são pertinentes fontes de risco oriundos da estimativa de dados de mercado como dividendos e correlações para opções quanto e compostos em cestas.

- Para instrumentos financeiros específicos lastreados para abranger empréstimos hipotecários garantidos por instituições financeiras no Reino Unido (que são reguladas e parcialmente financiadas pelo governo) e derivativos sobre bens imóveis, o Índice de Preços de Imóveis Halifax (Halifax House Price Index - índice HPI) é a entrada principal. Nesses casos, presunções incluem estimativas a respeito do crescimento e volatilidade futuros do índice HPI, a taxa de mortalidade e spreads implícitos de crédito.
- Mercados inflacionários estão expostos a risco de modelo devido a incerteza a respeito da modelagem da estrutura de correlação entre as diferentes taxas de inflação (índices de preço ao consumidor). Poderá surgir outra fonte de risco do spread entre compra/venda de swaps indexados à inflação.
- Os mercados de câmbio são expostos a risco de modelo em sua modelagem de *forward skew* e o impacto de modelagem estocástica de taxa de juros e correlação para instrumentos multi-ativos. O risco pode originar de dados do mercado, devido a existência de pares de câmbio ilíquidos específicos.

5.2.6. Validação interna dos modelos

GLOBAL [PFE (REC), CVA, DVA e IRC]

Atualmente, o Grupo Santander emprega um modelo avançado com base nas simulações de Monte Carlo e em um modelo analítico para o cálculo da possível exposição a risco de crédito de contraparte - PFE (REC). Na Espanha, no México, e em Portugal, e na subsidiária americana (Agência Santander Nova York) e no Santander Bank North America (SBNA), os dois modelos coexistem (modelo misto), sendo que as demais unidades utilizam apenas o modelo analítico.

Foi aprovado em 2017 um projeto de desenvolvimento e validação para substituição dos sistemas de agregação existentes. O projeto será empregado a partir de 2018.

Com relação aos modelos corporativos CVA e DVA, que consideram as posições médias dos modelos PFE (REC), o processo de validação periódico, atualmente em andamento, deve ser concluído no início de 2018.

Enquanto isso, o processo de validação periódica do modelo para calcular o capital regulatório de risco de emissor (riscos adicionais (Incremental Risk Charge)) foi concluído em abril de 2017, e foram revisadas várias recomendações de alterações no modelo existente. Isso se relaciona com melhorias na forma como perdas por migração são calculadas e também no uso de perdas por inadimplência (LGDs) regulatórias e aprimoramento na granularidade das matrizes de spread aplicadas.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação periódica das métricas REC, CVA/DVA.
- O monitoramento das recomendações associadas aos modelos.

GLOBAL [determinação do preço de Front XVA]

Trabalhamos de forma ininterrupta em 2017 no processo de desenvolvimento e validação de produtos e em melhorias no modelo Quantia environment Framework (QeF) para a construção da categoria avaliação à valor futuro (Mark-to-Future). Esse modelo é um dos principais componentes ao calcular os ajustes de valor (XVA).

Os objetivos de Validação Interna de 2018 terão como foco a validação dos cálculos do novo mecanismo de agregação a ser desenvolvido a partir de 2018.

GLOBAL [determinação de preços de renda fixa através do Front Office]

Em 2017, o Grupo deu continuidade ao trabalho de validação de modelos de componentes do mercado (volatilidade de índices e curvas de taxas de juros) e a modelar modelos de componentes.

Também houve progresso na validação de ajustes de FVAs para Opção sobre Swap Bermuda (*Bermuda Swaptions*) e a documentação de validação para modelos nacionais Murex.

E por último, mas não menos importante, foram realizadas diversas melhorias e novas criações nos modelos internos (acrescendo Bermudas e recompra com valores reembolsáveis por antecipação) e do tratamento de taxas negativas sobre produtos lastreadas por diferentes índices.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos nacionais e internos para modelos Murex e o Ajuste à Valor de Mercado e ganhos.
- A validação dos mais sofisticados modelos de administração e ajustes de valor.

GLOBAL [determinação do preço de câmbio através do Front Office]

O Grupo continuou seu processo de validação de modelos de componentes de mercado em 2017, e nesse ínterim a documentação de validação para modelos nacionais Murex foi aprimorada, e foi aprovada a nova implementação de modelos regionais de volatilidade.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos de componentes e novos ganhos.

- A validação dos mais sofisticados modelos de administração e ajustes de valor.

GLOBAL [determinação de preços de preços de Participações e Inflação através do Front Office]

Em 2017, o Grupo deu continuidade ao trabalho de validação de modelos de componentes do mercado (volatilidade de índices e preços de títulos individuais, dividendos, recompra, curvas de volatilidade da inflação e superfícies) e a modelar modelos de componentes.

Também foram feitos aprimoramentos na documentação de validação para os modelos nacionais Murex.

E por último, mas não menos importante, temos vários aprimoramentos e novas criações em relação a modelos internos (opções quanto e cestas com componente cambial, aperfeiçoamento de produtos avaliados com o uso de modelo de volatilidade escolástica e de produtos com cancelamento automático) e ao tratamento de taxas negativas de modelos híbridos de taxa de juros.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de novos ganhos.
- A validação de modelos mais sofisticados de administração e ajustes de valor.

GLOBAL [determinação de preço de Risco]

Em setembro de 2017, demos início aos trabalhos para a apresentação do plano de remediação para avaliadores de ajustes de AIRE com maior nível de materialidade. Esse plano continuará a ser implementado em 2018.

Painel [VaR e SVaR]

Em 2017, foi dada continuidade ao trabalho no painel trimestral de validação para os modelos de mercado de valor em risco (VaR) e valor em risco estressado (SVaR) da Espanha, Reino Unido, Brasil, México, Chile e Portugal. O painel incorpora uma série de indicadores-chave utilizados para monitorar a qualidade de modelos, a saber o quociente SVaR/VaR, o número de exceções na validação do modelo (backtest), o grau de consistência do modelo de cálculo de resultados e riscos através do Front (P&L Front - Risks) e a publicação do teste de uso. Esses indicadores são incluídos nas validações periódicas, e o início de seu próprio monitoramento constitui controle proativo do funcionamento dos modelos.

ESPAÑA [VaR e SVaR]

A validação periódica dos modelos VaR e SVaR para a Espanha foi concluída em 2017. As principais recomendações foram, em essência, continuar a aprimorar a consistência dos resultados para os modelos Murex e AIRE, e aumentar os controles de qualidade para os dados cronológicos de mercado.

Outros testes foram realizados durante os processos de validação. Esses testes são baseados em uma análise de valor-p e da validade das hipóteses de ponderamento do VaR.

O Grupo também conclui os exercícios de validação com base em carteiras hipotéticas destinados a identificar o ponto fraco nos modelos.

Também foram analisadas uma série de alterações propostas para o aprimoramento dos modelos VaR e SVaR. Elas consistiam na captura de novas sensibilidades transversais e de ordem elevada para essas carteiras, cujo VaR é calculado através da aproximação de Taylor. Definindo e implementando diversos modelos para capturar os riscos que ainda precisem ser capturados (Riscos não abrangidos no Modelo).

Nesse ínterim, o Grupo Santander validou os modelos de Ajuste à Valor de Mercado (Fair Value Adjustments (FVA)) para a liquidez em participações, juntamente com diversos modelos de concentração FVA específicos.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos de dados de mercado (curvas, superfícies, dividendos, etc.).
- A validação de novos aprimoramentos resultantes das novas exigências regulatórias.
- A validação de novos modelos FVA.

CHILE [VaR e SVaR]

Em dezembro de 2017, a validação periódica de modelos internos VaR e SVaR foi concluída em relação ao Chile. As principais recomendações consistem em continuar a aperfeiçoar as conciliações conforme marcação a mercado (MtM) e resultados (P&L), implementar um modelo para cálculo de Riscos não abrangidos em VaR e continuar a aprimorar a documentação de modelo, principalmente em relação à determinação de fatores de risco usados no cálculo de resultados e em sua inclusão no cálculo de VaR.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos de dados de mercado (curvas, superfícies, dividendos, etc.).
- A validação de aprimoramentos resultantes das novas exigências regulatórias.

PORTUGAL [VaR e SVaR]

Em dezembro de 2017, a validação periódica de modelos internos VaR e SVaR foi concluída em relação a Portugal. As principais recomendações resultantes do processo incluem a necessidade de continuar a aumentar o nível de detalhe da documentação do modelo, especialmente em relação a proxies de dados de mercado.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos de dados de mercado (curvas, superfícies, dividendos, etc.).
- A validação de aprimoramentos resultantes das novas exigências regulatórias.

MÉXICO [VaR e SVaR]

Em outubro de 2017, a validação periódica de modelos internos VaR e SVaR foi concluída em relação ao México. As principais recomendações resultantes do processo incluem a necessidade de continuar a aumentar o nível de detalhe da documentação do modelo, especialmente em relação a proxies de dados de mercado, e também aumentar controles de qualidade para dados cronológicos de mercado.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos de dados de mercado (curvas, superfícies, dividendos, etc.).
- A validação de aprimoramentos resultantes das novas exigências regulatórias.

REINO UNIDO [VaR, SVaR e RNIV]

A validação periódica dos modelos VaR e SVaR e dos Riscos não abrangidos em VaR (RNIV) no Santander Reino Unido deve ser concluída no início de 2018.

Os objetivos da Validação Interna de 2018 terão como foco:

- A validação de modelos de dados de mercado (curvas, superfícies, dividendos, etc.).
- A validação de aprimoramentos resultantes das novas exigências regulatórias.

5.3. Risco estrutural de mercado

Define-se como risco estrutural aquele causado pela gestão de diferentes itens de balanço patrimonial. Referido risco inclui tanto prejuízos resultantes de alterações no preço, que afetam as carteiras de itens disponíveis para venda e itens detidos até o vencimento (carteira de investimento), e prejuízos oriundos da gestão de ativos e passivos lançados a custo amortizado do Grupo Santander.

Especificamente, o risco estrutural calcula a probabilidade de perda em diferentes números de balanço patrimonial, derivados de uma alteração nos níveis de diferentes variáveis de mercado, especificamente nas taxas de juros cambiais.

Segue abaixo os princípios que regem o controle de risco estrutural no Grupo Santander:

- Autonomia na gestão, quando cada entidade administra de forma autônoma sua estrutura de balanço patrimonial e seu capital.

- Controle e supervisão, que significa que devem existir mecanismos de controle e supervisão de riscos.
- O uso de métricas *like-for-like* e agregáveis.
- O uso de metodologias *like-for-like* e documentadas.
- Determinação e limites e garantia de que estes podem ser ajustados da forma que for apropriada.
- Informações consolidadas para administração adequada dos riscos estruturais do Grupo.
- Ajuste do ambiente regulatório global.



Para mais informações, leia **Capítulo 5, seção C.2.3.** no **Relatório Anual de 2017** disponível no site do Grupo Santander.

5.4. Investimentos em participações e instrumentos de capital não incluídos na carteira de negociação

Esta seção dispõe sobre as definições de investimentos em associadas e títulos de capital próprio disponíveis para venda, assim como as políticas contábeis associadas e métodos de mensuração. Também são prestadas informações sobre os valores desses títulos de capital próprio não incluídos na carteira de negociação.

Os investimentos em associadas são participações que conferem ao Grupo Santander influência significativa, mas não controle ou controle em comum. Essa capacidade, em geral, é observada com 20% ou mais de poder de voto detido na sociedade investida.

Os títulos de capital próprio são classificados como disponíveis para venda quando forem títulos de capital próprio emitidos por pessoas jurídicas que não sejam subsidiárias, associadas, ou pessoas jurídicas sujeitas a controle em comum, contanto que referidos títulos não tenham sido classificados como ativos/passivos financeiros detidos para negociação ou outros ativos financeiros a valor de mercado por resultados.

Investimentos em associadas são reconhecidos a valor de custo e são submetidos periodicamente a teste de perda de valor.

Os títulos de capital próprio classificados como ativos disponíveis para venda são mensurados e lançados a valor de mercado, com alterações no valor de mercado sendo reconhecidas em valor líquido em ajustes de valor, a não ser que haja comprovação de perda de valor, e nesse caso a perda de valor seria reconhecida no demonstrativo de resultados do exercício.

Os títulos de capital próprio, cujo valor de mercado não possa ser mensurado de forma confiável, são lançados a custo de aquisição, menos qualquer perda de valor.

▪ TABELA 97. TÍTULOS DE CAPITAL DISPONÍVEIS PARA VENDA

Milhões de Euros

				31 dez. 2017
		Valor de lançamento	Valor de mercado	Ajuste de valor
Cotação		1.890	1.890	829
Fundos	de	815	815	57
investimento				
Sem cotação		1.541	330	122
TOTAL		4.246	3.035	1.008

Para mais informações sobre carteira de títulos de capital disponíveis para venda, favor consultar as notas 2.d.iii e 8 no Relatório dos Auditores e na Prestação de Contas Anual de 2017.



Para mais informações, leia **notas 2.d.iii e 8 no Relatório do Auditor e Prestação de Contas Anual de 2017**, disponível no site do Grupo Santander.

▪ TABELA 98. TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO DISPONÍVEIS PARA VENDA
AJUSTES DE VALOR BRUTO CONSOLIDADOS

Milhões de Euros

Balanco Ano Anterior	1.511
Reavaliação ganhos e perdas	-365
Valores transferidos para renda:	-138
Dos quais, de vendas	-156
Dos quais, de perda de valor	18
Balanco Ano Atual	1.008

Para mais informações sobre carteira de títulos de capital disponíveis para venda, favor consultar as notas 29.d e 8 no Relatório dos Auditores e na Prestação de Contas Anual de 2017.



Para mais informações, leia **notas 29.d no Relatório do Auditor e Prestação de Contas Anual de 2017**, disponível no site do Grupo Santander.

Com respeito a ativos contabilizados para o uso do método de equivalência patrimonial no encerramento do exercício de 2017, os valores para associados e pessoas jurídicas sujeitas a controle comum eram de EUR 4.537 milhão e EUR 289 milhão, respectivamente.

Há ainda investimentos nas pessoas jurídicas do Grupo, totalizando EUR 1.816 milhão, que no espectro público são contabilizados com o uso do método de consolidação integral.

O Grupo submete frequentemente esses investimentos a teste de perda de valor. Não foi encontrada comprovação de perda de valor significativa, em 2017.

6

RISCO DE OPERAÇÃO

6. Risco Operacional

6.1 Definição e objetivos

O objetivo do Grupo, em relação ao controle e gestão de risco operacional, é identificar, mensurar/avaliar, monitorar, controlar, minimizar e comunicar o risco. O Grupo Santander reconhece expressamente que embora possa, de fato, surgir um determinado volume de perdas operacionais esperadas, perdas graves não previstas, oriundas de falhas em controles do negócio, são inaceitáveis.

O progresso a seguir foi conquistado em 2017, no processo de busca desses objetivos: aperfeiçoamento de modelo de controle e gestão de risco operacional a medida em que migramos em direção a modelos avançados com a apresentação do programa AORM (*Advanced Operational Risk Management* - Gestão Avançada de Risco Operacional) e uma ferramenta de tecnologia de gestão (Heracles); implementação integrada em toda a organização do novo processo de controle de risco e autoavaliação, a fim de avaliar e gerir a diminuição de riscos operacionais via as linhas iniciais de defesa; uso de modelos internos de risco operacional para capital econômico e apetite de risco; melhor monitoramento dos principais riscos do Grupo com o uso de novas métricas de apetite (por exemplo, negociação não autorizada) e um sistema cumulativo que se resume a unidades comerciais; e implementação da função avançada de risco cibernético e aplicação de novas medidas de mitigação.

7

OUTROS RISCOS E CONTROLE INTERNO

7.1.	Risco de liquidez e financiamento	191
7.2.	<i>Compliance</i> e risco de conduta	193
7.3.	Risco de capital	194
7.4.	Modelo interno de controle do Grupo Santander	194
7.4.1.	Descrição do modelo interno de controle do Grupo Santander	194
7.4.2.	Documentação e atualização	195
7.4.3.	Avaliação e integração na administração	196

7. Outros riscos e controle interno



Esse capítulo dispõe de informações sobre risco de liquidez e de financiamento, *compliance* e risco de conduta, e risco de capital, juntamente com o modelo interno de controle do Grupo Santander.



Para mais informações, leia **Capítulo 5, seção C.5. e C.6** no **Relatório Anual de 2017** disponível no site do Grupo Santander.

7.1. Risco de liquidez e financiamento

O risco de liquidez implica as possíveis perdas que podem ser sofridas por uma pessoa jurídica como resultado de sua inabilidade de garantir um financiamento no mercado e/ou a custos de empréstimo mais altos de novas fontes de financiamento.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que os recursos sejam disponibilizados no momento certo, e que possibilitem à pessoa jurídica cumprir as obrigações e realizar suas operações.

Perfil de risco:

- A gestão de liquidez e financiamento é um componente essencial da estratégia comercial.
- O modelo de liquidez e financiamento é descentralizado, e é baseado em subsidiárias autônomas responsáveis pela cobertura de suas próprias necessidades de liquidez.

- Necessidades que surjam de atividade comercial a médio/longo prazo devem ser financiadas por títulos de médio e longo prazo.
- Uma grande parte dos clientes depositam a partir principalmente de balanços patrimoniais de bancos de varejo.
- Diversificação de fontes de financiamento de atacado em termos de títulos/investidores, mercados/moedas e cronologia.
- Chamadas limitadas em financiamentos de atacado a curto prazo.
- Disponibilidade de reserva líquida suficiente, incluindo capacidade de desconto com bancos centrais a serem usados em situações adversas.

Para informações sobre ativos desonerados (artigo 443 do CRR), leia o capítulo 4 > Relatório Financeiro Consolidado > Gestão de Risco de Liquidez e de Financiamento, no Relatório Anual de 2017.



Para mais informações, leia **Capítulo 4, Relatório Financeiro Consolidado > Gestão de Risco de Liquidez e de Financiamento**, no **Relatório Anual de 2017**, disponível no site do Grupo Santander.

A tabela abaixo mostra informações quantitativas do quociente de cobertura de liquidez (LCR) com complementos no Artigo 435(1)(f) da Regulamentação (UE) No 575/2013:

▪ TABELA 99. MODELO DE DIVULGAÇÃO DE LCR*

Milhões de Euros

		Valor total não ponderado	Valor total ponderado
Trimestre encerrado em (31-12-2017)			
Número de ponto de dados usados no cálculo das médias		12	12
Ativos líquidos de alta qualidade			
1	Total de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA)	–	183.745
Saída de caixa			
2	Depósitos no varejo e depósitos de clientes de pequenos negócios, dos quais:	431.521	30.856
3	Depósitos estáveis	291.603	14.573
4	Depósitos menos estáveis	139.855	16.221
5	Financiamento de atacado sem garantia	186	87
6	Depósitos operacionais (todas contrapartes) e depósitos em redes de bancos de cooperativa	51.072	11.958
7	Depósitos não operacionais (todas contrapartes)	128.452	68.292
8	Dívida sem garantia	6.412	6.412
9	Financiamento de atacado com garantia	–	7.200
10	Exigências adicionais	160	36
11	Saídas relacionadas com exposições de derivativos e outras exigências de garantia	20.837	19.428
12	Saídas relacionadas com prejuízo de financiamentos em produtos de dívidas	1.193	1.193
13	Linhas de crédito e liquidez	137.534	15.276
14	Outras obrigações contratuais de financiamento	7.303	6.675
15	Outras obrigações contingenciais de financiamento	72.831	6.016
16	TOTAL DE SAÍDA DE RECURSOS	–	51
Entrada de recursos			
17	Empréstimos com garantia (por exemplo, recompra)	53.750	2.710
18	Entrada de exposições de cumprimento integral	47.861	30.902
19	Outras entradas de recursos	11.920	10.239
EU-19a	(Diferença entre total de entradas ponderadas e total de saídas ponderadas resultantes de transações em países terceiros, onde haja restrições de transferência ou que sejam expressos em moedas não sujeitas a conversão)		–
EU-19b	(Entradas em excesso de instituição de crédito especializada)		–
20	TOTAL DE ENTRADA DE RECURSOS	114	44
EU-20a	Entradas isentas integralmente	–	–
EU-20b	Entradas Sujeitas ao Limite Máximo de 90%	–	–
EU-20c	Entradas Sujeitas ao Limite Máximo de 75%	99.089	43.851
21	Buffer de liquidez	–	183.745
22	Total de saídas líquidas de caixa	–	129.455
23	Quociente de cobertura de liquidez (%)	–	142%

* Informações calculadas como o LCR consolidado são simples médias de observações ao encerramento do mês no decorrer dos doze meses de 2017.

Uma descrição do grau de centralização da gestão de liquidez e a interação entre as unidades do grupo:

O Grupo adotou um modelo de financiamento descentralizado através de subsidiárias autônomas que são autossuficientes quando se trata de liquidez. Cada subsidiária é responsável pela cobertura das necessidades de liquidez oriundas de seu negócio atual e futuro, seja através de depósitos capturados de seus clientes em sua área de influência ou através de recurso para os mercados de atacado, nos quais opere, segundo uma estrutura de gestão e supervisão coordenada em todo o Grupo. Portanto, cada subsidiária gerencia e monitora seu próprio quociente de cobertura de liquidez (LCR), garantindo que ela permaneça, em todas as ocasiões, dentro dos limites estabelecidos de forma específica para a subsidiária. Esses limites individuais são mais rigorosos do que as exigências regulatórias e são refletidos no apetite de risco de cada subsidiária.

Esse modelo de financiamento tem se provado altamente eficiente durante épocas de alto estresse no mercado, pois evita de forma eficiente que problemas em uma divisão impactem a capacidade de empréstimo de outras áreas e, portanto, do Grupo como um todo; sendo isso definido como uma ameaça, em caso de modelos de financiamento centralizados.

O quociente LCR demonstrado acima é, em essência, a soma dos quocientes individuais em cada unidade do Grupo, sem qualquer transação única intragrupo.

Concentração de fontes de financiamento de liquidez:

A fim de garantir uma sólida gestão de liquidez, o Grupo busca diversificar suas fontes de financiamento de varejo, o que significa diversificação de acordo com o título, investidor, mercado, moeda e prazos. O modelo do Grupo se baseia em sua atual presença em grandes mercados, o que lhe permite um grande grau de diversificação. Considerando que a maioria das unidades do Grupo são orientadas em termos comerciais, elas obtêm uma grande parte de seu financiamento de depósitos garantidos de clientes do

varejo, que são inerentemente mais estáveis do que fontes de financiamento de atacado.

Em vista de todas essas considerações, não há risco significativo de concentração de financiamento. Mesmo assim, o Grupo continua a implementar métricas e limites para controlar qualquer concentração de fontes de financiamento.

Exposição de derivativos e possíveis chamadas de garantia:

A maioria das transações com derivativos lançadas por pessoas jurídicas do Grupo está sujeita a contratos de garantia cobrindo o valor de mercado dessas transações. Unidades do grupo incluem risco de liquidez—envolvendo o impacto de um cenário de mercado adverso, levando a mudanças nos valores de mercado desses derivativos e gerando, portanto, necessidades adicionais de liquidez para apresentar garantia— em seu quociente LCR com o uso da “abordagem de antecedentes históricos”, na qual a mudança líquida mais significativa em 30 dias nos 24 meses anteriores é calculada e, então, acrescentada às demais necessidades de liquidez.

Incompatibilidade de moeda no LCR:

O Grupo Santander elabora seu quociente LCR consolidado em relação a cada uma de suas moedas significativas, que reflete as regiões nas quais as diferentes unidades do Grupo operam: Dólares Americanos (USD), libras esterlinas (GBP), real (BRL), peso mexicano (MXN) e peso chileno (CLP). Individualmente, cada uma das entidades saca até seu próprio quociente LCR referente a sua moeda significativa. O principal risco surge das posições detidas em países da América Latina, onde as moedas nacionais não são diretamente conversíveis. Portanto, as posições detidas em moeda estrangeira são monitoradas atentamente; um processo que inclui cenários de estresse relacionado especificamente a moeda.

Outros itens no cálculo do LCR que não são capturados no modelo de divulgação de LCR, mas que a instituição considera relevante para seu perfil de liquidez:

O quociente consolidado do Grupo Santander é amplamente moldado pelos quocientes individuais de suas três principais unidades: Santander Matriz, Santander Reino Unido e Santander Brasil. Essas três unidades adquirem a maior parte seu financiamento de depósitos de varejo, que são muito mais passivos estáveis que geram, em potencial, menos saídas do quociente LCR. A maior parte das saídas de caixa do quociente LCR surgem de financiamentos de atacado, que é consideravelmente mais estável, embora o Grupo tenha o costume de minimizar e diversificar os vencimentos. Nesse ínterim, o Grupo tem um “estoque” de alta qualidade de ativos líquidos; aproximadamente 90% na média de seus ativos sob o numerador LCR que são de Classe 1. Isso porque as carteiras de ativos das unidades consistem principalmente de dívida pública de países nos quais o Grupo opera, ou países com uma boa taxa de crédito.



Para mais informações, leia **Capítulo 5, seção C.2.4.** no **Relatório Anual de 2017** disponível no site do Grupo Santander.

7.2. Compliance e risco de conduta

De acordo com a configuração das linhas de defesa no Grupo Santander, especialmente na função de *compliance* e conduta, a principal responsabilidade de gestão do risco dessa função está na primeira linha de defesa, juntamente com as unidades comerciais que originam diretamente esses riscos e a função *compliance* e conduta. A função é gerida com a alocação de atividades ou tarefas de *compliance* para essa primeira linha de defesa, ou é realizada diretamente pelo *compliance* e conduta. A função *compliance* e conduta consiste de todos os temas relacionados com *compliance* regulatório, mecanismos contra lavagem de dinheiro e

financiamento de atos terroristas, governança de produtos e proteção ao consumidor, assim como risco à reputação.

A função *compliance* promove a adesão pelo Grupo Santander a regras, requisitos de supervisão e princípios e valores de boa conduta ao determinar padrões, debater, aconselhar e denunciar, no interesse de empregados, clientes, acionistas e da comunidade como um todo.

O apetite de risco do Grupo Santander nessa área, em essência, toma a forma de uma declaração de apetite zero por riscos dessa natureza, com o claro objetivo de minimizar qualquer impacto econômico, regulatório ou à reputação sobre o Grupo Santander. Com esse intuito, unidades são sistematicamente monitoradas através de uma metodologia comum que estabelece um número de indicadores de risco de *compliance* e matrizes de avaliação que são elaborados para cada unidade regional. Com esse objetivo em mente, o apetite de risco foi desenvolvido e implementado em todas as unidades do Grupo dentro do perímetro estabelecido. O processo anual de elaboração do apetite de risco foi concluído ao final de 2017, com o objetivo de se certificar que o modelo atual é adequado para a mensuração do apetite de risco da função. Aqui, os limites mínimos corporativos para determinados indicadores foram diminuídos para que ofereçam uma visão mais verdadeira e para demonstrar alinhamento adequado com a estratégia da função e tolerância de risco. Esses ajustes foram aprovados pelos comitês pertinentes e passados adiante para as unidades relevantes.



Para mais informações, leia **Capítulo 5, seção C.4.** no **Relatório Anual de 2017** disponível no site do Grupo Santander.

7.3 Risco de capital

Capital de risco significa o risco de o Grupo Santander não ter quantidade ou qualidade suficiente de capital para cumprir seus objetivos societários internos, requisitos regulatórios, ou previsões de mercado.

Como segunda linha de defesa, a função de risco de capital controla e supervisiona atividades de primeira linha, principalmente através dos seguintes processos:

- Supervisão de planejamento de capital e adequação de todos os elementos componentes (balanço patrimonial, demonstrativo de renda, ativos com risco ponderado e capital disponível).
- Supervisão contínua de medições de capital no Grupo Santander.

A função tem por objetivo prestar monitoramento completo e regular de capital, se certificando de que a cobertura e adequação de capital refletem o perfil de risco do Grupo Santander.

O controle de risco de capital gira em torno do modelo de gestão de capital em funcionamento no Grupo Santander, o que uni diferentes processos como planejamento e adequação de capital e a resultante implementação e monitoramento do orçamento, juntamente com a medição contínua do capital e relatório e divulgação de informações sobre o capital, tal como demonstrado abaixo:

Planejamento

Plano de 3 anos	Adequação de capital	Implementação e monitoramento
Orçamento		

Medição de capital

Prestação de relatório e divulgação



Para mais informações, leia **capítulo 4 > Relatório Financeiro Consolidado > Gestão e Adequação de Capital. Quociente de solvência** e o **Capítulo 5 > seção C.7. no Relatório Anual de 2017** disponível no site do Grupo Santander.

7.4. Modelo interno de controle do Grupo Santander

7.4.1. Descrição do modelo de controle interno do Grupo Santander

O modelo de controle interno do Grupo Santander (ICM) consiste em processos e procedimentos de administração nível sênior e o restante dos funcionários do Grupo presta garantia razoável de que serão efetivamente cumpridos os objetivos determinados pelo Grupo Santander, incluindo objetivos a respeito do controle de estratégia corporativa, efetividade e eficiência de operações, confiabilidade da prestação de relatório financeiro e cumprimento com leis e regulamentações aplicáveis.

O ICM do Grupo Santander atende todos os requisitos legais e regulatórios e está em conformidade com as diretrizes determinadas pelo Comitê de Patrocínio de Organizações da Comissão Treadway (COSO) em seu último Framework publicado em 2013 (Framework de Controle Interno Integrado) e o Framework para Sistemas de Controle Interno em Organizações Bancárias para Liquidações Internacionais (BIS) em Basiléia.

O modelo de controle interno do Grupo se baseia nos seguintes princípios:

1. Cultura de administração sênior de controle e supervisão. Essa cultura consiste nos seguintes aspectos:

- O conselho de administração assume a máxima responsabilidade por garantir que um sistema efetivo e adequado de controle interno seja implementado e mantido atualizado.

- A administração de nível sênior é responsável pelo estabelecimento de políticas de controle interno adequadas, e por garantir que elas sejam colocadas em efeito e monitoradas.
- O conselho de administração e administração de nível sênior são responsáveis por conscientizar todos os níveis da organização sobre a importância do controle interno. Todos os empregados da organização envolvidos em processos de controle interno devem ter responsabilidades claramente definidas.

2. Identificação e avaliação do ambiente de controle.

O sistema de controle interno do Grupo garante que todos os controles necessários para alcançar os objetivos sejam identificados e avaliados, e que novos controles são avaliados de forma contínua.

3. Estabelecimento de controles adequados e separação de funções.

Uma clara estrutura de controle e alocação de responsabilidades foi estabelecida, e funções de controle são parte intrínseca do negócio e das atividades de apoio da organização, garantindo separação suficiente das funções para evitar qualquer conflito de responsabilidades.

4. Reporte e comunicação. Os procedimentos e sistemas do Grupo garantem reporte e comunicação exatos e abrangentes.

5. Monitoramento do sistema de controle. Além da revisão contínua dos negócios e operações, atividades de controle são submetidas a avaliações regulares, e suas conclusões são relatadas à administração de nível sênior e ao conselho, juntamente com qualquer tema para monitoramento especial.

Documentação apropriada do ICM do Grupo é um componente vital para alcançar esses objetivos. Com essa finalidade, aqueles responsáveis pela

estrutura organizacional utilizam uma metodologia padrão para descrever seus processos através da documentação sobre as tarefas e controles.

Os controles que devem ser documentados no ICM são identificados com base no conhecimento e compreensão da administração sênior sobre o negócio e os processos operacionais, considerando tanto os critérios de proporção como também critérios qualitativos a respeito da natureza, complexidade ou estrutura efetiva do negócio.

O Grupo Santander tem um catálogo de controle teóricos a fim de garantir que os controles internos estabelecidos por diferentes funções, envolvidas no modelo de controle do Grupo, sejam suficientes e completos.

7.4.2. Documentação e atualização

Abaixo estão algumas das principais características da documentação ICM do Grupo Santander:

- A documentação do modelo corporativo envolve cada membro da organização com responsabilidades de controle, através de um framework de responsabilidades diretas que sejam designadas individualmente.
- Controle interno é um processo descentralizado e, portanto, é gerido em diversas unidades do Grupo. Uma unidade corporativa também coordena todas as unidades do Grupo e presta critérios gerais e diretrizes para padronização de documentação dos procedimentos, testes de controles de avaliação, critérios de classificação de possíveis deficiências e adaptações regulatórias.
- O modelo documentado é amplo e, portanto, inclui não apenas atividades relacionadas com a geração de relatórios financeiros consolidados, mas também qualquer outro procedimento realizado no negócio e áreas de apoio de cada entidade que, embora possam não ter impacto direto sobre a contabilidade, poderia, mesmo assim,

originar perdas ou risco em caso de incidentes, erros, violações de regulamentações e/ou fraude.

- O ICM é um modelo que visa o futuro e que se desenvolve ao adaptar para a realidade o negócio e atividades de apoio do Grupo em uma determinada época, identificando claramente qualquer risco que possa impedir a realização de objetivos e os controles que diminuem esses riscos.
- Inclui descrições detalhadas de transações, critérios de avaliação do funcionamento dos controles, e as conclusões de uma avaliação de seu funcionamento.

Toda a documentação ICM, em cada sociedade do Grupo, é armazenada em uma aplicação de computador corporativo. Essa aplicação permite a consulta e atualização de processos, riscos e controles pelos usuários, em tempo real, além da revisão por auditores externos ou órgãos de supervisão. Serve ainda como uma ferramenta de apoio para o processo de avaliação e certificação do modelo de controle interno, garantindo automaticamente a integridade do modelo.

A planilha abaixo mostra a documentação e responsabilidades no modelo de controle interno do Grupo:

▪ ESTRUTURA DO MODELO DE CONTROLE INTERNO DO GRUPO SANTANDER

MODELO DE CONTROLE INTERNO

ABRANGÊNCIA

Quase 130 sociedades do Grupo Santander
Abrangência revisada com frequência

REVISÃO REGULAR

Avaliação anual do projeto e eficácia dos controles
Sujeito a auditoria

DOCUMENTAÇÃO

Definição de metodologia de documentação para os processos (tarefas e controles)

Identificação de controles relevantes

Identificação e atenuação de ponto fraco do controle

RESPONSABILIDADES

Avaliação e certificação do ICM por equipe de peritos

Certificação passada de diretores de controle para o CEO do Grupo

Manter descrições de processos (tarefas e controles) e identificação de pessoas responsáveis por elas atualização é um aspecto-chave do ICM do Grupo Santander.

Em 2017, a documentação do ICM do Grupo Santander envolvia o cumprimento de novos requisitos regulatórios que afetam os procedimentos dos bancos e para refletir as alterações na organização, incluindo alterações nos processos do negócio e operacionais e alterações na estrutura organizacional e corporativa do Grupo.

O ICM não só é documentado e atualizado nas unidades comerciais, como também é peça-chave para identificar, documentar e avaliar os riscos e controles associados com processos operacionais terceirizados para sociedades do Grupo Santander.

A documentação do ICM e seu processo de avaliação dá apoio ao cumprimento de determinadas medidas regulatórias como SOx, Fatca, a Responsabilidade Criminal de Pessoas Jurídicas, Dodd-Frank ou Volcker, entre outros.

Por último, o ICM é analisado pelo auditor do Grupo, que se reporta ao comitê fiscal e emite um parecer sobre a eficácia dos controles internos aplicados na geração de relatório financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Santander referentes a 31 de dezembro de 2017.

A abrangência societária do ICM do Grupo Santander impõe, ainda, uma obrigação de garantir de forma constante que as pessoas envolvidas no ICM, em todos os níveis da organização, sejam mantidas atualizadas, coordenadas e treinadas da maneira que for apropriada. A equipe de coordenação societária organiza atividades e aulas de treinamento online e mantém a metodologia atualizada, e envia instruções apropriadas para as pessoas jurídicas do Grupo.

7.4.3. Avaliação e integração na administração

O Grupo Santander possui um processo de avaliação e certificação para a revisão do desempenho do ICM e a eficácia dos controles estabelecidos, processos e atividades. Esse processo se inicia com uma avaliação das atividades de controle por aqueles responsáveis por eles. Com base nas conclusões dessa primeira avaliação, os diversos subprocessos, processos e atividades relacionados com a geração de informações financeiras são certificados. Assim que todas as certificações são analisadas, o CEO, o Diretor Financeiro e o Diretor de Contabilidade se certificam sobre a eficácia do ICM como um todo.

Em 2017, o Grupo trabalhou para integrar o controle de risco operacional e autoavaliação (RCSA) com o processo para avaliação e certificação do modelo de controle. A combinação dos dois processos torna o exercício mais eficiente, consistente e robusto, possibilitando o completo alinhamento do processo de certificação com a administração de risco do Grupo.

O exercício anual identifica e avalia a criticidade dos riscos e a eficácia dos controles em uso em todo o Grupo Santander.

Além disso, o sistema que suporta o controle de risco e exercício de autoavaliação integrados também integra informações pertinentes de outros instrumentos utilizados para gerir risco operacional: eventos de perda e as leituras de indicadores monitorados pelas funções da primeira e segunda linha de defesa especializadas.

8

POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

8.1.	Informações pertinentes contidas em outros documentos	199
8.2.	Política de remuneração aplicável a categorias de equipe que possam ter impacto significativo sobre o perfil de risco do Grupo Santander	199
8.3.	Principais características dos critérios para identificação de categorias de equipe que possam ter um impacto significativo sobre o perfil de risco do Grupo Santander	200
8.4.	Características específicas da política de remuneração aplicável para membros de Equipe Identificada	201
8.5.	Aplicação da política de remuneração para Equipe Identificada em 2017	202
8.6.	Remuneração total da Equipe Remunerada em 2017	203
8.7.	Política de remuneração para 2018 e anos seguintes	206

8. Políticas de remuneração

8.1. Informações pertinentes contidas em outros documentos

O relatório do comitê de remuneração de 2017, que é publicado em conjunto com o aviso de Assembleia Geral de Acionistas de 2018, descreve:

- As funções do comitê a respeito da remuneração de conselheiros, membros da administração sênior e outros executivos, cujo trabalho possa ter um impacto significativo no perfil de risco do Grupo.
- A composição do comitê, comparecimento de conselheiros nas reuniões, o envolvimento de membros do conselho em outros comitês, o tempo aproximadamente dedicado a cada função e como o comitê funciona.
- A política de remuneração tanto para membros do conselho executivos quanto não executivos e os princípios da governança corporativa que regula o tema da remuneração.
- A política de remuneração de 2017 para conselheiros e administração sênior, com foco especialmente em remuneração variável e como foi aplicada no ano.

O conselho de administração é responsável pela aprovação da remuneração do conselheiro e administração sênior, assim como os termos dos principais pagamentos de outros executivos ou empregados que, embora não pertençam à administração sênior, assumem riscos, realizam funções de controle (isto é, auditoria interna, administração de risco e *compliance*) ou que recebe remuneração global que os coloca na mesma categoria de remuneração que a administração sênior e empregados que assumem risco e cujas atividades profissionais possam ter um impacto significativo no perfil de risco do Grupo (todos eles em conjunto com a administração sênior e o conselho de administração da Sociedade consistem na chamada "Equipe Identificada").

Ademais, o relatório do comitê também inclui os seguintes 3 Pilares de informações significativas:

- O processo de tomada de decisão para a determinação da política de remuneração de conselheiros, gestores sêniores e os principais elementos da remuneração da equipe identificada.
- As características básicas das diferentes políticas de remuneração.
- Informações sobre os critérios aplicados para avaliar as métricas que determinar a remuneração variável de conselheiros e membros da administração sênior e seu reajuste de acordo com o risco, assim como os resultados das métricas de conselheiro.
- A política de diferimento e outras condições conectadas com o pagamento de remuneração variável, incluindo a aplicação de disposições malus e recuperação fiscal (*clawback*).



Para mais informações, leia **Relatório do Comitê de Remuneração de 2017**, disponível no site do Grupo Santander.

8.2. Política de remuneração aplicável a categorias de equipe que possam ter impacto significativo sobre o perfil de risco do Grupo Santander

O Grupo Santander tem diretrizes específicas em sua política de remuneração a respeito de profissionais qualificados como pessoas que assumem riscos significativos. Referidas diretrizes contém:

- Os princípios e critérios que determinam quais pessoas possuem impacto significativo no perfil de risco do Grupo, com base na

Comissão de Regulamentação Delegada (*Commission Delegated Regulation* (UE)) 604/2014 de 4 de março de 2014¹ (sic), conforme indicado abaixo.

- As especificidades que modificam a política geral de remuneração para sua aplicação a sua equipe, considerando todas as regras aplicáveis e as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority* (EBA)) estão descritas abaixo.
- O mandato geral para aplicar a política geral de remuneração do Grupo, conforme adaptado a cada caso, para cumprir requisitos regulatórios regionais e recomendações emitidas por órgão de supervisão.

A remuneração da equipe identificada em 2017 está alinhada com os critérios previstos na política de remuneração do Grupo.

Nota 1: A Equipe Identificada foi definida de acordo com Lei da Espanha 10/2014, de junho de 26, sobre a regulamentação, supervisão e solvência de instituições de crédito (Lei 10/2014), que transpõe em Diretiva de Lei Espanhola 2013/36/EU do Parlamento Europeu, e do Conselho de 26 de junho de 2013, sobre o acesso à atividade de instituições de crédito e a supervisão prudencial de instituições de crédito e sociedades de investimento (Diretiva CRD IV). O artigo 32.1 da Lei 10/2014 define esse grupo como aquele que consiste em “membro da equipe, cujas atividades profissionais tenham impacto significativo sobre o perfil de risco da instituição, seu grupo, matriz ou subsidiárias” (Equipe Identificada). Essa definição deriva do artigo 2(2) da Diretiva CRD IV e foi implementada pela Comissão de Regulamentação Delegada (UE) 604/2014 em complementação da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho com relação ao padrão técnico regulatório com respeito aos critérios qualitativos e apropriados para identificar categorias de equipe, cujas atividades profissionais tem um impacto significativo sobre o perfil de risco de uma instituição (Regulamentação Delegada).

8.3. Principais características dos critérios para identificação de categorias de equipe que possam ter um impacto significativo sobre o perfil de risco do Grupo Santander

Os membros identificados da sociedade foram definidos de acordo com Lei 10/2014, de 26 de junho, sobre a reestruturação, supervisão e solvência de instituições de crédito (Lei 10/2014 ou LOSS), que transpõe em Espanhola o texto da Diretiva 2013/36/EU do Parlamento Europeu, e do Conselho de 26 de junho de 2013, sobre o acesso à atividade de instituições de crédito e a supervisão prudencial de instituições de crédito e sociedades de investimento (CRD IV).

De acordo com o que foi estabelecido em LOSS, profissionais que possam ter impacto significativo no perfil de risco do banco serão considerados como membros que abrangem administração sênior, empregados que assumem riscos, empregados que exercem funções de controle, e todos os empregados que recebem remuneração global que os incluem na mesma categoria salarial que aquela da administração sênior e empregados que assumem riscos. Além da definição anterior, a legislação europeia, através da publicação da Comissão de Regulamentação Delegada (UE) No 604/2014, de 4 de março, em complementação do CRD IV com relação aos padrões técnicos regulatórios com respeito aos critérios qualitativos e quantitativos adequados para identificar categorias de equipe, cujas atividades profissionais tenham impacto significativo no perfil de risco de uma instituição (doravante, "Regulamentação Delegada 604/2014"), tenha estabelecido uma relação fechada de critérios específicos que as entidades devem levar em consideração no processo de identificação.

O Grupo implementou os critérios quantitativos e qualitativos previsto na regulamentação, a fim de determinar os membros da equipe identificada, e complementou, ainda, esses critérios com critérios internos. As pessoas abaixo, em geral, se qualificam como equipe identificada, com base nesses critérios:

- Com base em critérios qualitativos, membros de equipe que trabalham em unidade de negócio significativo, como:
- Membros dos comitês de administração, executivo ou de supervisão.
- A primeira linha da unidade.
- Chefes de subunidades de negócio significativo nesse país ou negócio.
- Chefe de risco, auditoria e *compliance* e seus superiores diretos.
- Chefes do jurídico ou serviços de consultoria tributária, auditoria, orçamento, recursos humanos, remuneração e tecnologia e operações.
- Membros dos comitês sênior de riscos, executivos com poderes para aprovar propostas de risco e aqueles responsáveis pela realização de propostas de risco significativas.
- *Traders* autorizados a assumir posições substanciais em risco de mercado.
- Membros do comitê de novos produtos.
- Baseado nos critérios quantitativos:
- Executivos que recebem remuneração total de 500 mil euros em 2017.
- Executivos cuja remuneração fique entre a faixa superior de 0,3% no Grupo ou no país.
- Executivos que, no ano anterior, tenham ganhado mais do que o membro de equipe identificada coletiva que ganhou a remuneração mínima, com factoring nas posições de negócio identificadas nos critérios qualitativos.

- Baseado nos critérios internos:
- Executivos com responsabilidade significativa pela representação do Grupo em unidades não significativas.
- Executivos com um determinado nível de crédito ou responsabilidade de risco de mercado em determinadas unidades não significativas.

Crítérios adicionais também foram definidos para identificar e classificar as unidades em relação as quais os critérios acima são aplicados. Esses critérios são baseados em reconhecidos parâmetros simples e ampliados, como capital e renda bruta, e refletem a importância relativa de cada unidade identificada que tem um impacto no perfil de risco do Grupo Santander.

Legislação atual, melhores práticas e tendências de mercado são consideradas ao definir os padrões de proporcionalidade. Elas se aplicam à importância relativa das unidades, assim como os diferentes graus de responsabilidade das posições ocupadas pelos indivíduos, e facilita sua implementação.

Desta forma, a equipe identificada consistia em 1.255 executivos em todo o Grupo Santander no encerramento do exercício de 2017, contabilizando aproximadamente 0,62% da equipe total.

8.4. Características específicas da política de remuneração aplicável para membros de Equipe Identificada

Em geral:

- Remuneração fixa deve representar uma proporção significativa da remuneração total.

- Em nenhuma hipótese a remuneração variável excederá 200% da remuneração fixa, ou 100% da remuneração fixa em unidades de controle independentes.

Remuneração variável consistirá tipicamente de:

- Um incentivo a ser recebido em parte em espécie e em parte em ações, ou outros títulos financeiros elegíveis. Pagamento desse incentivo é diferido por um período de três a cinco anos (até sete anos no Reino Unido).
- Desempenho de elementos de mediação alinhados com a estratégia e interesses a longo prazo de acionistas. Esses elementos, que são tanto a curto prazo, e, para determinadas categorias, orientadas a longo prazo, consideram critérios quantitativos e qualitativos que refletem os resultados das entidades, retorno, desempenho de capital, conduta em relação a clientes e qualidade dos serviços prestados, gestão de risco e observação da legislação.
- Cláusulas *malus* e *clawback*, que são provocadas em situações nas quais haja desempenho financeiro fraco de qualquer parte, do banco como um todo, de uma divisão ou área específica, ou exposição gerada. Os fatores abaixo devem, no mínimo, serem considerados:
 - (i) Falhas significativas em gestão de risco pelo banco, ou por uma unidade de negócio ou de controle de risco.
 - (ii) Um aumento nos requisitos de capital no banco ou em uma de suas unidades de negócio não planejado na época em que a exposição foi gerada.
 - (iii) Penalidades regulatórias ou condenações legais por eventos que possam ser atribuíveis à unidade ou equipe responsável por ela. Igualmente, falha em cumprir os códigos de conduta internos do Banco.

(iv) Conduta imprópria, seja individual ou coletiva. Efeitos negativos que surgem de marketing de produtos inadequados e da responsabilização de pessoas ou órgãos que tomem decisões serão considerados especialmente significativos.

- Proibição de *hedge* diferido ou ações retidas ou títulos e de transferência deles nos doze meses seguintes a sua entrega.

8.5. Aplicação da política de remuneração para Equipe Identificada em 2017

O pacote de remuneração total para cargos que envolvam funções de controle deve ser competitivo no mercado, a fim de atrair empregados suficientemente qualificados e experientes para o cargo. Os objetivos individuais desses cargos devem estar atrelados unicamente ao desempenho de função de controle, e não aos resultados do negócio. Desempenho da função de controle deve ser avaliado por membros da equipe, que são independentes das unidades de negócio supervisionadas.

A política de remuneração e as condições essenciais de remuneração dos indivíduos que são parte da Equipe Identificada foram aprovadas pelo conselho de administração do Grupo em uma proposta do comitê de remuneração. A função de recursos humanos, juntamente com as funções de risco e *compliance* de cada sociedade do Grupo, confirmaram devidamente que a presente política e suas práticas de remuneração observam a lei e regulamentações aplicáveis. O conselho do comitê de risco supervisiona a política de remuneração e as estruturas de remuneração de grande impacto, a fim de garantir de que elas estejam devidamente alinhadas com a gestão de risco.

Com relação à remuneração variável, os elementos essenciais incluem:

- Métricas para determinar a remuneração variável da administração sênior e outros executivos de alto escalão. Essas métricas também são usadas para determinar a remuneração variável de outros membros da

Equipe Identificada e são descritas na seção 3 do relatório do comitê de remuneração.

- Diferimento de porcentagem e períodos para a Equipe Identificada com base em sua categoria:

	Porcentagem paga imediatamente	Porcentagem diferida	Período de diferimento *
"Conselheiros executivos e membros de grupo de pessoas que assumem riscos significativos com remuneração total variável de $\geq 2,7$ milhão Euros.(**)"	40%	60%	5 anos
Vice-presidentes executivos e chefes em país que contabilizem no mínimo 1% do capital econômico do Grupo e outros membros de pessoas que assumem riscos significativos com remuneração variável total acima de $\geq 1,7$ milhão Euros ($< 2,7$ milhão Euros). (**)	50%	50%	5 anos
Outros membros que fazem parte do grupo de pessoas que assumem risco significativo	60%	40%	3 anos

*Até 7 anos em determinadas jurisdições.

- Atrelando uma parte dos valores diferidos ao cumprimento de objetivos multianuais para diretores executivos, administração sênior e outros executivos com base em sua categoria. Essas métricas são descritas na seção 2.3 do relatório do comitê de remuneração.
- A adequação de títulos financeiros usados para a parte de remuneração diferida em títulos financeiros: uso de ações no Banco Santander S.A. Ou em qualquer uma de suas subsidiárias listadas (como Brasil, Chile, México e Santander Consumer USA) ou títulos equivalentes (Polônia); assim como o quociente entre títulos.
- Definição de eventos que possam provocar a aplicação de disposições malus e *clawback* sobre remuneração variável acumulada em 2017. Esses eventos, que se aplicam a todos os membros da Equipe Identificada, estão descritos acima, neste capítulo.
- Nenhum desconto é aplicado a remuneração variável diferida ao calcular o quociente de variáveis para componentes fixos.

Além da estrutural geral de métricas de remuneração variável, o Global Corporate Banking (GCB) segue um modelo que é amplamente aplicável em todas as regiões nas quais a divisão opera. O modelo prevê remuneração pelo alcance de resultados, utilizando um sistema de pagamento parcial, atrelando a remuneração variável ao lucro líquido ordinário da divisão, incluindo disposições e outros custos assimilados, assim como os objetivos orçamentários estabelecidos. O modelo inclui as mesmas categorias de métrica –incluindo capital, riscos e clientes– como aqueles utilizados pela administração sênior, embora possam ser adaptados de acordo com as necessidades e exigências do negócio individual.



Para mais informações, leia **Relatório do Comitê de Remuneração de 2017**, disponível no site do Grupo Santander.

8.6. Remuneração total dos Profissionais Identificados em 2017

A tabela a seguir demonstra a remuneração total dos Profissionais Identificados em 2017:

▪ TABELA 100. REMUNERAÇÃO TOTAL

Milhares de Euros

Profissionais Identificados	2017				2016			
	Administ. Executivos	Outros gerentes sêniores ⁵	Restante do quadro ⁶	Total	Administ. Executivos	Outros gerentes sêniores ⁵	Restante do quadro ⁶	Total
Número de pessoas	4	19	1.232	1.255	4	18	1.108	1.130
Salário fixo total ¹	14.923	36.222	408.761	459.907	14.661	32.503	357.112	404.276
Remuneração total ^{2;3}	16.495	34.084	364.213	414.792	14.893	31.608	344.890	391.391
A pagar de imediato								
À vista	3.699	8.786	111.404	123.888	3.339	8.126	104.829	116.294
em instrumentos ⁴	3.699	8.786	109.634	122.118	3.339	8.126	103.904	115.370
Pagamento diferido								
À vista	4.549	8.256	71.588	84.393	4.107	7.678	68.079	79.864
em instrumentos ⁴	4.549	8.256	71.588	84.393	4.107	7.678	68.079	79.864
Pagamentos de novos contratos								
Remuneração total garantida	–	2.800	5.062	7.862	–	–	7.345	7.345
Número de beneficiários	–	1	10	11	–	10	10	–

1. Inclui salário fixo e outros proventos, adicional de assiduidade e proventos previstos nos estatutos para diretores executivos, bem como benefícios (incluindo pensões classificadas como fixas por sua natureza).

2. A remuneração variável dos diretores executivos e dos demais membros da alta gerência não inclui o montante de € 2.824.000 de parcelas variáveis de pensões; a remuneração variável de outros funcionários não inclui o montante de € 10.935.000 de recompras e transferências de títulos mobiliários. Os componentes de remuneração variável sujeitos às normas locais, perfazendo um total de 847.000 Euros, também não estão incluídos em qualquer das categorias.

3. O valor da remuneração variável foi estimado conforme cabível. Tal valor cabível foi determinado na data em que foi concedido, com base no parecer avaliativo do perito e levando em conta diferentes cenários possíveis para o

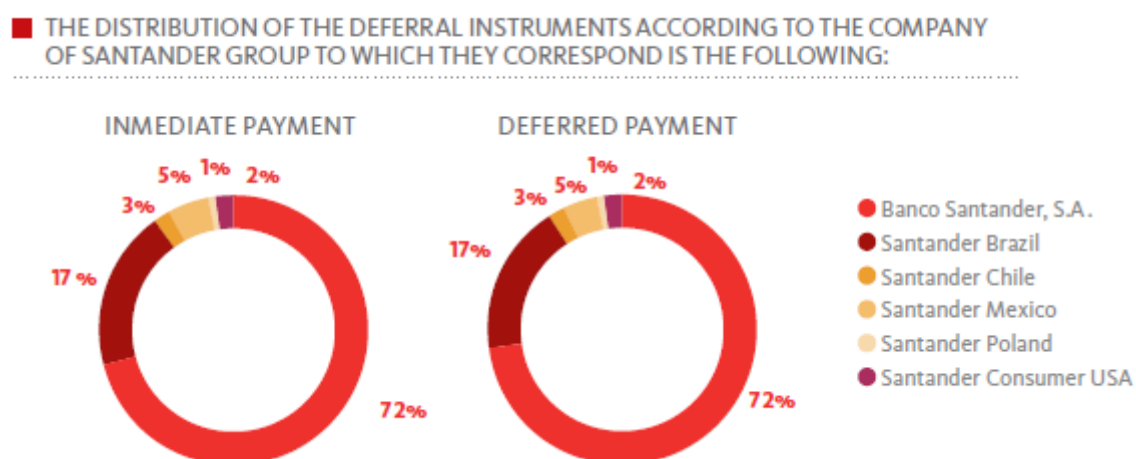
desempenho de diferentes variáveis definidas no plano durante os períodos de apuração.

4. Os gráficos a seguir ilustram a distribuição de instrumentos conforme as empresas correspondentes do Grupo Santander.

5. Esta coluna inclui a remuneração dos membros da alta gerência (excluindo diretores executivos) em 31 de dezembro de 2017.

6. Esta coluna inclui a remuneração dos membros da alta gerência que se desligaram da empresa em 2017.

A tabela a seguir demonstra a distribuição dos instrumentos diferidos entre as empresas do Grupo Santander que se enquadram na categoria:



Legenda:

A DISTRIBUIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DIFERIMENTO CONFORME A EMPRESA CORRESPONDENTE DO GRUPO SANTANDER É A SEGUINTE:

IMMEDIATE PAYMENT - PAGAMENTO IMEDIATO

DEFERRED PAYMENT- PAGAMENTO DIFERIDO

Banco Santander S.A. - Banco Santander S.A.

Santander Brazil - Santander Brasil

Santander Chile - Santander Chile

Santander Mexico - Santander México

Santander Poland - Santander Polônia

Santander Consumer USA - Santander Consumer USA

O valor total dos pagamentos de verbas rescisórias e outros benefícios associados às rescisões contratuais, incluindo valores totais de pagamento de aposentadorias antecipadas, concedidos durante o ano aos Profissionais Identificados, perfizeram um total de 30 milhões de Euros para um total de 33 pessoas, com tempo médio de vínculo com a empresa de 13 anos. Nenhum pagamento de verbas rescisórias foi feito a diretores executivos ativos em 2017. O valor máximo de um único pagamento foi de 4,37 milhões de Euros.

O desmembramento da remuneração total por área de atividade foi o seguinte:

▪ TABELA 101. REMUNERAÇÃO POR ÁREA DE ATIVIDADE
Milhares de Euros

	Administ. Executivos	Diretores não executivos	Bancos de investimento	Bancos comerciais	Gestão de ativos	Funções corporativa s	Funções de controle independent es	Outras	Total
Nº de pessoas	4	10	263	643	–	98	237	–	1.255
Alta gerência	4	–	1	7	–	7	4	–	23
Restante dos Profissionais Identificados	–	10	262	636	–	91	233	–	1.232
Remuneração total	31.419	3.470	211.519	404.819	–	90.607	132.865	–	874.699
Alta gerência	31.419	–	3.296	23.260	–	29.162	14.587	–	101.725
Restante dos Profissionais Identificados	–	3.470	208.223	381.558	–	61.445	118.278	–	772.975
Percentual médio fixo/variável da área	132%	0%	127%	91%	–	85%	71%	–	95%

A área de bancos de investimento inclui os profissionais que prestam suporte a empresas relacionadas aos bancos atacadistas (*Global Corporate Banking*).

A área de bancos comerciais cobre todos os bancos que atendem aos clientes diretamente, incluindo suas equipes de apoio em diversas localidades, tenham elas gerência local própria das unidades regionais ou outras categorias de gestão.

A função de controle independente inclui todas as funções relativas à gestão de riscos, auditorias internas, conformidade ou contabilidade e

controladoria, bem como outras funções associadas ao controle de requisitos de capital regulatório.

Dente as funções corporativas estão os funcionários envolvidos nas áreas de suporte corporativo (como recursos humanos, tecnologia e operações, comunicação, secretarias, estratégia, planejamento financeiro, etc.) e as diretorias executivas.

A soma dos componentes variáveis para cada Profissional Identificado em 2017 não excedeu o limite estabelecido para cada caso para 2017, que foi de 100% ou de 200%, conforme autorizado pela Assembleia Geral Ordinária. Especificamente, a proporção de componentes variáveis de remuneração em relação ao componente de salário fixo, para todos os Profissionais Identificados em conjunto, foi de 95% e os limites prescritos para cada componente foram devidamente observados em todos os casos.

A tabela a seguir demonstra os sistemas de remuneração para os Profissionais Identificados, em que o direito de receber ações originou-se em exercícios anteriores e cujas metas e/ou condições foram atendidas em 2017 ou estão pendentes.

• TABELA 102. DIREITOS ADQUIRIDOS

Milhares de Euros

	2017				2016			
Outros direitos de remuneração de exercícios anteriores: Consolidado e não quitados a serem consolidados a partir de 2018	Administ. Executivos	Outros gerentes sêniores	Outros funcionários	Total	Administ. Executivos	Outros gerentes sêniores	Outros funcionários	Total
À vista	979	2.417	54.400	57.796	2.129	4.412	40.078	46.619
Número de ações do Santander	201.713	500.884	7.698.915	8.401.512	400.871	802.981	5.723.755	6.927.607
Número de ações do Santander Brasil	-	-	2.120.698	2.120.698	-	-	2.590.399	2.590.399
Número de ações do Santander Chile	-	-	27.895.424	27.895.424	-	-	26.352.098	26.352.098
Número de ações do Santander México	-	-	1.529.930	1.529.930	-	-	925.072	925.072
Número de ações do Santander Polônia	-	-	2.289	2.289	-	-	5.723	5.723
Número de ações do Santander Consumer USA	-	-	55.916	55.916	-	-	30.873	30.873

* Um instrumento do Santander Polônia (Zachodni WBK) tem valor equivalente a uma ação da empresa.

• TABELA 103. DIREITOS NÃO ADQUIRIDOS

Milhares de Euros

	2017				2016			
Outros direitos de remuneração de exercícios anteriores: Não consolidados e não quitados (a serem consolidados a partir de 2018)	Administ. Executivos	Outros gerentes sêniores	Outros funcionários	Total	Administ. Executivos	Outros gerentes sêniores	Outros funcionários	Total
À vista	2.473	5.667	83.031	91.171	3.685	6.592	54.329	64.606
Número de ações do Santander	1.095.768	2.126.614	21.327.509	24.549.891	854.314	1.502.293	8.616.127	10.972.734
Número de ações do Santander Brasil	-	-	2.291.971	2.291.971	-	-	3.654.296	3.654.296
Número de ações do Santander Chile	-	-	73.881.690	73.881.690	-	-	34.492.583	34.492.583
Número de ações do Santander México	-	-	3.431.283	3.431.283	-	-	1.328.889	1.328.889
Número de ações do Santander Polônia	-	-	4.581	4.581	-	-	6.121	6.121
Número de ações do Santander Consumer USA	-	-	96.191	96.191	-	-	71.132	71.132

* Um instrumento do Santander Polônia (Zachodni WBK) tem valor equivalente a uma ação da empresa.

A tabela a seguir demonstra a remuneração por faixa salarial aos Profissionais Identificados em todo o Grupo.

• TABELA 104. REMUNERAÇÃO POR FAIXA SALARIAL

Milhões de Euros

Faixa salarial	Nº de pessoas
1,0 - 1,5	73
1,5 - 2,0	32
2,0 - 2,5	18
2,5 - 3,0	13
3,0 - 3,5	7
3,5 - 4,0	6
4,0 - 4,5	4
4,5 - 5,0	1
5,0 - 6,0	3
6,0 - 7,0	1
7,0 - 8,0	1
8,0 - 9,0	1
9,0 - 10,0	-
10,0 - 11,0	1
Total	161

* Não inclui a parcela diferida do incentivo 2017, que se aplica a objetivos de diversos exercícios diferentes, cujo desempenho e consecução serão avaliados ao final de 2019. O pagamento será efetuado a partir de 2021, mas poderá ser nulo, conforme o nível de consecução atingido dos objetivos. As Notas 5 e 47 do relatório anual do Grupo contêm informações adicionais sobre o funcionamento do plano e o valor da remuneração diferida.

8.7. Política de remuneração a partir de 2018

A política de remuneração DE 2018 para diretores encontra-se na seção 2.5 do relatório emitido pelo comitê de remuneração. Os princípios mais importantes da política, juntamente com os componentes de remuneração fixos e variáveis e a política de remuneração variável para os Profissionais Identificados, deve observar as regras e procedimentos para diretores executivos, conforme previstas no citado relatório. Em particular, quanto à política de remuneração variável:

- A existência de um único incentivo, que será determinado por um conjunto de métricas quantitativas e qualitativas.
- Métricas de curto prazo que incluem elementos de rentabilidade, clientes, capital e riscos.
- Métricas de longo prazo para gerentes sêniores: lucros por ação, retorno total dos acionistas e coeficiente de capital (Ações Ordinárias integralizadas do Nível 1 - CET1).
- pagamento parcial à vista e em ações ou outros instrumentos.
- Manutenção de profissionais no cargo, cláusulas de sinistralidade e ressarcimento.

- Outras condições, como a proibição de hedging e transferência de ações nos doze meses após a respectiva emissão.



Para obter informações adicionais, leia o **Relatório do comitê de remuneração 2017**, disponível no site do Grupo Santander na internet

Os períodos de diferimento para os Profissionais Identificados serão conforme segue:

	2017			2016		
	Percentual pago imediatamente	Percentual diferido	Período de diferimento *	Percentual pago imediatamente	Percentual diferido	Período de diferimento
Diretores executivos e tomadores de riscos financeiros do grupo com meta total de remuneração variável > 2,7 milhões de Euros.(**)	40%	60%	5 anos	40%	60%	5 anos
Vice-presidentes executivos e gestores nacionais de países que representam pelo menos 1% do capital econômico do grupo e outros tomadores de riscos financeiros com meta total de remuneração variável > 1,7 milhões de Euros (< 2,7 milhões de Euros). (**)	50%	50%	5 anos	50%	50%	5 anos
Outros membros pertencentes ao grupo de tomadores de riscos financeiros	60%	40%	3 anos	60%	40%	3 anos

*Até 7 anos em determinadas jurisdições.

** Remunerações variáveis não expressas em Euros são calculadas utilizando as taxas de câmbio médias de fechamento das quinze sessões comerciais antes da sexta-feira, exclusive, da semana anterior à data em que a diretoria tiver firmado acordo em relação à remuneração variável dos diretores executivos do Banco para 2017.

9

APÊNDICES

I.	Mapeamento CRR	209
II.	Relação de tabelas	218
III.	Glossário	220

Apêndices disponíveis no site do Grupo Santander na internet:

- IV. Quadro das diferenças nos escopos de consolidação – entidade por entidade (Tabela LI3)
- V. Reconciliação dos balanços patrimoniais público/não-público
- VI. Modelo dos recursos principais dos instrumentos de capital
- VII. Modelo de divulgação dos fundos próprios transitórios
- VIII. Relação de empresas especializadas em gestão (*Specialized Management Companies* - SPVs)
- IX. Coeficiente de alavancagem (tabelas LRSum, LRCom e LRSpl)
- X. Valor do buffer de capital contracíclico específico por instituição



Acesse o arquivo **Apêndices do Pilar 3 - 2017**, disponível no site do Grupo Santander na internet

Apêndice I

Mapeamento CRR

A tabela a seguir associa a divulgação de informações dos artigos do CRR (Parte 8) às diversas seções do documento que contém as informações necessárias. A coluna 'Local' especifica a seção do Pilar 3 ou outro documento público que contenha as informações, integral ou parcialmente. Essas informações podem ser distribuídas por todo o documento paulatinamente.

				Relatório Anual 2017 -
Artigo	Breve descrição	2017 Pilar 3	Tabelas	Localidade
431. Escopo dos requisitos para divulgação				
431.1	Requisito para publicação de divulgações do Pilar 3.	Informações com Relevância Prudencial no site do Grupo Santander		
431.2	Firmas autorizadas a utilizar metodologias de risco operacional específicas se obrigam a divulgar as informações sobre riscos operacionais.	Informações com Relevância Prudencial no site do Grupo Santander		
431.3	A instituição deve manter uma política que cubra a periodicidade das divulgações, as respectivas verificações, abrangência e adequação, além das políticas que asseguram a compreensão global do perfil de risco dos participantes do mercado.	Seções 1.2.3 e 1.2.4		
431.4	Explicação das decisões relativas aos índices PME mediante solicitação.	Seção 3.3		
432. Informações privilegiadas ou confidenciais de natureza não financeira				
432.1	Instituições podem omitir informações de natureza não financeira, desde que respeitadas determinadas condições.	N/A Seções 1.2.1 e 1.2.3		
432.2	Instituições podem omitir informações de natureza não financeira, desde que respeitadas determinadas condições.	N/A Seção 1.2.3		
432.3	Em caso de aplicabilidade do item 432.2, o fato deve ser citado nas divulgações, e informações mais genéricas devem ser divulgadas.	N/A		
432.4	Os itens 432.1, 432.2 ou 432.3 se aplicam sem prejuízo do escopo de passivo por omissão na divulgação de informações de natureza financeira.	N/A		
433. Frequência das divulgações				
433	As divulgações devem ser publicadas pelo menos uma vez ao ano, ou com maior frequência se necessário.	Seção 1.2.3		

434. Meios de divulgação

434.1	Para que todas as divulgações sejam publicadas em um meio cabível, e para possibilitar referência cruzada a informações equivalentes publicadas em outros meios de comunicação.	Capítulo 1.2.2
434.2	As divulgações feitas em atendimento a outros requisitos (p. ex. contábeis, anúncios em listas) podem ser utilizadas para atender aos Requisitos do pilar 3, se for cabível.	Capítulo 1.2.2

435. Objetivos e políticas de gestão de riscos

435.1	Divulgar informações em:		
435.1.a	As estratégias e processos de gestão de riscos.	Capítulos 3, 4.3, 5, 6 e 7	5. Relatório de gestão de riscos. B. Modelo de controle e gestão de riscos.
435.1.b	Estrutura e organização da função de gestão de riscos.	Capítulos 3, 4.3, 5, 6 e 7	5. Relatório de gestão de riscos. B. Modelo de controle e gestão de riscos.
435.1.c	Relatórios de riscos e sistemas de medição.	Capítulos 3, 4.3, 5, 6 e 7	5. Relatório de gestão de riscos. B. Modelo de controle e gestão de riscos.
435.1.d	Hedging e mitigação de riscos - políticas, estratégias e processos.	3.11 Técnicas de mitigação de riscos de crédito 5.2.6 Validação interna dos modelos	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.4.1. Risco de crédito por atividade nos mercados financeiros. C.1.5.4. Decisões relativas a operações.
435.1.e	Uma declaração de adequação dos sistemas de gestão de riscos aprovada pelo Conselho.	3.11 Técnicas de mitigação de riscos de crédito 5.2.6 Validação interna dos modelos	5. Relatório de gestão de riscos. B. Modelo de controle e gestão de riscos. C. Perfil de risco.
435.1.f	Inclusão de uma declaração de riscos resumida aprovada pelo Conselho.	3.11 Técnicas de mitigação de riscos de crédito 5.2.6 Validação interna dos modelos	5. Relatório de gestão de riscos. B. Modelo de controle e gestão de riscos. C. Perfil de risco.
435.2	Informações sobre o sistema de governança, incluindo informações sobre a composição do e o recrutamento do Conselho e das comissões de avaliação de riscos.		
435.2.a	Número de cargos de diretor dos membros do Conselho.		3. Relatório de governança

		corporativa
435.2.b	Política de recrutamento para seleção de membros do Conselho, formação, experiência e especialização.	3. Relatório de governança corporativa
435.2.c	Política de diversidade dos membros do Conselho, objetivos, e status de realização.	3. Relatório de governança corporativa
435.2.d	Existência de uma comissão de avaliação de riscos dedicada e número de reuniões durante o ano.	3. Relatório de governança corporativa 5. Relatório de gestão de riscos.
435.2.e	Descrição do fluxo de informações de riscos para o Conselho.	3. Relatório de governança corporativa 5. Relatório de gestão de riscos.

436. Escopo de aplicabilidade dos requisitos

436	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em relação ao escopo de aplicabilidade dos requisitos do presente Regulamento, conforme a Diretiva 2013/36/EU:		
436.a	Nome da instituição à qual se aplicam os requisitos do presente Regulamento.	Seção 1.2.1	
436.b	Diferença na base de consolidação para fins contábeis e prudenciais, descrevendo resumidamente as entidades que sejam: (i) integralmente consolidadas; (ii) proporcionalmente consolidadas; (iii) descontadas dos fundos próprios; (iv) nem consolidadas nem descontadas.	Seções 1.2.1, 1.2.5 e 1.2.6	Tabela 2 (LI1) Tabela 3 (LI2) LI3 (Apêndice IV) Apêndice V
436.c	Preclusões à transferência de fundos próprios entre matriz e subsidiárias.	Seção 2.1.3	
436.d	Defasagens de capital em qualquer subsidiária fora do escopo de consolidação.	N/A: Seção 1.2.1	
436.e	A circunstância que leva à aplicação dos artigos sobre derrogação de: a) Requisitos prudenciais; ou b) Requisitos de liquidez para subsidiárias/entidades individuais.	Seção 1.2.1	

437. Fundos próprios

437.1	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em relação aos fundos próprios:		
437.1.a	Reconciliação completa dos itens de Ações Ordinárias no Nível 1, itens do Nível Adicional 1, itens do Nível 2, filtros e deduções aplicados por força dos Artigos 32 a 35, 36, 56, 66 e 79 aos fundos próprios da instituição e o balanço patrimonial nas demonstrações financeiras auditadas da instituição.	Seção 2.2.1	Tabelas 7 e 8 Apêndice VII
437.1.b	Descrição das principais características das Ações Ordinárias do Nível 1 e instrumentos do Nível Adicional	Seção 2.2.1	Apêndice VI Apêndice VII

1 e do Nível 2, emitidos pela instituição.

437.1.c	Inteiro teor dos termos e condições de todas as Ações Ordinárias do Nível 1, instrumentos do Nível Adicional 1 e do Nível 2.	Seção 2.2.1	Apêndice VI
437.1.d	Divulgação da natureza e dos montantes dos seguintes itens:		
437.1.d.i	Cada filtro prudencial aplicado por força dos Artigos 32 a 35;		Apêndice VII
437.1.d.ii	Cada dedução feita por força dos Artigos 36, 56 e 66;		Apêndice VII
437.1.d.iii	Itens não deduzidos, conforme os Artigos 47, 51, 56, 66 e 79.		Apêndice VII
437.1.e	Descrição de todas as restrições aplicáveis aos cálculos dos fundos próprios, conforme prevista neste Regulamento e nos instrumentos, filtros prudenciais e deduções às quais as restrições se aplicam.	Seção 2.2.1	Apêndice VII
437.1.f	Explicação da base de cálculo dos coeficientes de capital divulgados estimados com base nos elementos dos fundos próprios, determinados com base em fatores outros que não os previstos no presente Regulamento.	N/A	Apêndice VII

438. Requisitos de capital

438	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em relação à conformidade da instituição com os requisitos estabelecidos no Artigo 92 do presente Regulamento e no Artigo 73 da Diretiva 2013/36/EU:		
438.a	Resumo da abordagem adotada pela instituição para avaliar a adequação dos níveis de capital.	Seções 2.1 e 2.3	
438.b	Resultado do ICAAP sob demanda das autoridades.	Seção 2.1.5	
438.c	Requisitos de capital para cada abordagem padronizada às classes de exposição do risco de crédito.	Seção 2.2.2 2.2.2.1.3	Tabelas 10 a 12 Tabelas 27 a 29
438.d	Requisitos de capital para cada abordagem baseada nos índices internos às classes de exposição do risco de crédito.	Seção 2.2.2 2.2.2.1.1	Tabelas 10 a 26
438.e	Requisitos de capital para risco de mercado ou risco de liquidação.	Seção 2.2.2 2.2.2.3	Tabela 10 (OV1) Tabelas 39 a 44
438.f	Requisitos de capital para risco operacional, separados no caso da Abordagem do Indicador Básico, a abordagem padronizada, e as Abordagens das Medições Avançadas, conforme aplicáveis.	Seção 2.2.2 Seção 2.2.2.4	Tabela 10 (OV1) Tabela 45
438 último parágrafo	Requisito de divulgação de exposições especiais em caso de mútuo e exposição patrimonial nos livros de registro bancários que se enquadrem na abordagem do risco ponderado.	Seção 2.2.2.1	Tabelas 22 e 23 (CR10)

439. Exposição ao risco de crédito da contraparte

439	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em relação à exposição da instituição ao risco de crédito da contraparte, conforme prevista na Parte Três, Título II, Capítulo 6:		

439.a	Descrição do processo de designação de capital interno e limites de crédito para exposição CCR.	Seção 3.10	
439.b	Discussão de políticas para avaliar garantias e estabelecer reservas de crédito.	Seção 3.10	
439.c	Discussão sobre a gestão de exposição reversa de riscos.	Seção 3.10	
439.d	Divulgação de garantias a serem oferecidas (saída efetiva) na hipótese de a desvalorização dos índices.	Seção 3.10	
439.e	Derivação da exposição do crédito líquido de derivativos.	Seção 3.10	Tabela 70 (CCR1), Tabela 71 (CCR-5A) Tabela 73 (CCR2) Tabela 78 (CCR5-B) Tabela 83 (CCR8)
439.f	Valores de exposição <i>mark-to-market</i> , exposição original, métodos-modelo padronizado e interno.	Seção 3.10	Tabela 70 (CCR1) Tabela 73 (CCR2) Tabela 83 (CCR8)
439.g	Valor estimado de hedging de derivativos de crédito e distribuição da exposição atual de crédito por tipo de exposição.	Seção 3.10	Tabela 79 (CCR6)
439.h	Montantes estimados de transações com derivativos de crédito.	Seção 3.10	Tabela (CCR6)
439.i	Estimativa de alfa, se for o caso.	N/A	Tabela 70 (CCR1)

440. Buffers de capital

440	Divulgação das seguintes informações em relação à respectiva observância ao requisito de buffer de capital contracíclico citado no Título VII, Capítulo 4 da Diretiva 2013/36/EU:		
440.a	Distribuição geográfica da exposição de créditos relevantes para o cálculo do buffer de capital contracíclico.	Seção 2.1.5	Apêndice X
440.b	Valor do buffer específico de capital contracíclico.	Seção 2.1.5	Apêndice X

441. Indicadores de importância sistêmica global

441	Divulgação dos indicadores de importância sistêmica global.	Seção 2.1.5.1	Tabelas 5 e 6

442. Ajustes conforme os riscos de crédito

442	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em relação à exposição da instituição aos riscos de crédito e riscos de liquidação:		
442.a	Definições, para fins contábeis, de exposições em atraso e depreciadas.	Seção 3.2	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.2.4. Empréstimos e provisões não cumpridos.
442.b	Descrição das abordagens adotadas para o cálculo de ajustes de riscos de crédito, gerais e específicos.	Seção 3.2	5. Relatório de gestão de riscos.

C.1.2.4.
Empréstimos e
provisões não
cumpridos.

442.c	Divulgação de exposição à inadimplência pré-CRM por classe de exposição.	Seção 3.2	Tabela 50 (CR1-A) Tabela 51 (CRB-B)	
442.d	Divulgação de exposição à inadimplência pré-CRM por região e classe de exposição.	Seção 3.2	Tabela 53 (CRB-C)	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.2.2. Valores em destaque em 2017.
442.e	Divulgação de exposição à inadimplência pré-CRM por setor e classe de exposição.	Seção 3.2	Tabela 54 (CRB-D)	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.2.2. Valores em destaque em 2017.
442.f	Divulgação de exposição à inadimplência pré-CRM por prazo residual e classe de exposição.	Seção 3.2	Tabela 55 (CRB-E)	
442.g. (i-iii)	Desmembramento de ajustes de riscos de crédito depreciados, em atraso, específicos e gerais e encargos de inadimplência do exercício, por setor.	Seção 3.2	Tabela 50 (CR1-A) Tabela 56 (CR1-B) Tabela 58 (CR1-E)	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.2.2. Valores em destaque em 2017.
442.h	Exposições depreciadas e em atraso, desmembradas por região geográfica, e os montantes de ajustes de riscos de crédito gerais e específicos relativos a cada região geográfica.	Seção 3.2	Tabela 50 (CR1-A) Tabela 56 (CR1-B) Tabela 57 (CR1-C)	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.2.2. Valores em destaque em 2017.
442.i.(i-v)	Reconciliação das alterações nos ajustes de riscos de crédito gerais e específicos para exposições depreciadas.	Seção 3.2	Tabela 58 (CR1-E) Tabela 59 (CR2-B) Tabela 60 (CR2-B)	
442 último parágrafo	Ajustes específicos conforme os riscos de crédito registrados nas demonstrações de resultados são divulgados separadamente.	Seção 3.2	Tabela 58 (CR1-E) Tabela 59 (CR2-B) Tabela 60 (CR2-B)	

443. Ativos não onerados

443	Divulgação de ativos não onerados.	Seção 7.1		4. Relatório financeiro consolidado da análise econômico-financeira: Gestão de riscos de liquidez e financiamentos

444. Uso dos ECAIs

444	Para as instituições calcularem valores de exposição a riscos ponderada conforme previsto na Parte Três, Título II, Capítulo 2, as seguintes informações deverão ser divulgadas para cada classe de exposição especificada no Artigo 112:			
444.a	Nomes dos ECAIs utilizados no cálculo de ativos de	Seção 2.2.2.1.3		

	risco ponderado sob a abordagem padronizada e justificativas das alterações, se houver.		
444.b	Classe de exposição associada a cada ECAI.	Seção 2.2.2.1.3	
444.c	Descrição do processo utilizado para a transferência de avaliações de crédito para itens não lançados nos registros comerciais.	N/A Seção 2.2.2.1.3	
444.d	Mapeamento de índices externos dos estágios de qualidade dos créditos (<i>Credit Quality Steps</i> - CQS).	Seção 2.2.2.1.1 Seção 2.2.2.1.3	Tabelas 14 a 20 (Tabela CR6)
444.e	Valor da exposição antes e depois da mitigação de riscos dos créditos, conforme as CQS.	Seção 2.2.2.1.3 Seção 3.2	Tabelas 27 (CR5) e 28 (CCR3) Tabela 51

445. Exposição a riscos de mercado

445	Divulgação de riscos de posição, exposições expressivas além dos limites definidos, FX, riscos de liquidação e commodities.	Seção 2.2.2.3	Tabela 43 (MR1)

446. Risco operacional

446	Escopo das abordagens utilizadas para calcular o risco operacional.	Seção 2.2.2.4	

447. Exposições em patrimônio não lançado nos registros comerciais

447	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em relação a exposições em patrimônio não lançado nos registros comerciais:		
447.a	Diferenciação de exposições com base nos objetivos e uma visão geral das técnicas contábeis e metodologias de avaliação utilizadas.	Seção 5.4	Tabelas 97 e 98
447.b	O valor no balanço patrimonial, o valor presumido e, para as negociadas em bolsa, uma comparação ao preço de mercado, quando este for diferente do valor presumido.	Seção 5.4	Tabelas 97 e 98
447.c	Os tipos, naturezas e montantes das exposições negociadas em bolsa, exposições do capital próprio em portfólios diversificados e outras exposições.	Seção 5.4	Tabelas 97 e 98
447.d	Lucros ou prejuízos acumulados realizados decorrentes de vendas e liquidações no exercício.	Seção 5.4	Tabelas 97 e 98
447.e	Total lucros ou prejuízos não realizados, o total de lucros latentes por reavaliações ou prejuízos, e qualquer desses montantes que tenha sido incluído nos fundos próprios originais ou adicionais.	Seção 5.4	Tabelas 97 e 98

448. Exposição ao risco de taxa de juros em posições não lançadas nos registros comerciais

448	As instituições deverão divulgar as seguintes informações em sua exposição ao risco de taxa de juros, em posições não lançadas nos registros comerciais:		
448.a	Natureza do risco de taxa de juros, as principais premissas e a frequência de medição do risco de taxa de juros.	Seção 5.3	5. Relatório de gestão de riscos. C.2.3. Riscos estruturais no

			balanço patrimonial.
448.b	Variações nos lucros, valor econômico ou outras medições relevantes utilizadas pelo banco para lidar com aumentos ou reduções que gerem choques nas taxas, conforme o método dos bancos para medição do risco de taxa de juros, desmembrado por moeda.	Seção 5.3	5. Relatório de gestão de riscos. C.2.3. Riscos estruturais no balanço patrimonial.

449. Exposição a posições de securitização

449	As instituições calculam os montantes das exposições por risco ponderado, conforme previsto na Parte Três, Título II, Capítulo 5 ou os requisitos dos fundos próprios, conforme os Artigos 337 ou 338, devendo divulgar as seguintes informações, quando relevantes, separadas em seus livros de registro comerciais e não comerciais:		
449.a	Objetivos em relação à atividade de securitização.	Seção 4.3.1	
449.b	Natureza de outros riscos em ativos securitizados, incluindo a liquidez.	Seção 4.3.3	
449.c	Riscos em transição de atividades de ressecuritização por antiguidade de securitizações inerentes e os consequentes ativos inerentes.	Seção 2.2.2.2 Seção 4.3.4	Tabelas 33, 34, 36, 37 e 38 Tabelas 84 a 87, 89 e 90
449.d	Funções desempenhadas pela instituição no processo de securitização.	Seção 4.3.2	
449.e	Extensão do envolvimento da instituição em cada função da securitização	Seções 4.3.2. e 4.3.4	Tabelas 32 a 36 Tabelas 84 a 87
449.f	Processos implementados para monitorar alterações no crédito e nos riscos de mercado das exposições à securitização, e como os processos diferem das exposições à ressecuritização.	Seção 4.3.4	
449.g	Descrição das políticas da instituição em relação ao hedging e à proteção não capitalizada, e identificação de contrapartes financeiras nas operações de hedging, por tipo relevante de exposição a riscos.	N/A Seção 3.11	N/A Tabela 3
449.h	Abordagens ao cálculo de ativos de risco ponderado para securitizações mapeadas por tipo de exposição.	Seção 2.2.2.2	Tabelas 32 a 36
449.i	Tipos de SSPs utilizadas para securitizar as exposições de terceiros no papel de fomentadores.	Seção 2.2.2.2 Seções 4.3.2 e 4.3.4	Tabelas 32 a 36 Tabelas 84 a 87 Apêndice VIII
449.j	A resumo das políticas contábeis da instituição para atividades de securitização, incluindo:		
449.j.i	Se as transações são tratadas como vendas ou financiamentos;	Seção 4.2	
449.j.ii	O reconhecimento de lucros sobre vendas;	Seção 4.2	
449.j.iii	Os métodos, principais premissas, insumos e alterações do exercício anterior para valorização das posições de securitização;	Seção 4.2	
449.j.iv	O tratamento de securitizações sintéticas, se não tiverem cobertura de outras políticas contábeis;	Seção 4.2	
449.j.v	Como os ativos que aguardam por securitização são avaliados e se são registrados nos registros comerciais ou não comerciais da instituição;	Seção 4.2	
449.j.vi	Políticas para reconhecer passivos no balanço	Seção 4.2	

	patrimonial, para metodologias que possam exigir que a instituição financie ativos securitizados;		
449.k	Nomes das ECAIs utilizadas nas securitizações e os respectivos tipos.	Seção 4.3.4	
449.l	descrição completa da abordagem avaliativa interna.	N/A Seção 2.2.2.2	Tabela 10 (OV1)
449.m	Explicação das alterações significativas em divulgações quantitativas, desde o último exercício contábil.	Seções 2.2.2.2 e 4.3.4	
449.n	Conforme aplicáveis, separadas entre exposições à securitização do banco e nos registros comerciais:		
449.n.i	Valor de exposições em aberto securitizadas;	Seções 2.2.2.2 e 4.3.4	Tabelas 32 a 38 Tabelas 84 a 87, 89 e 90
449.n.ii	Securitizações inclusas no balanço patrimonial, mantidas ou adquiridas, e exposições não lançadas no balanço patrimonial;	Seção 2.2.2.2	Tabelas 32 a 34
449.n.iii	Número de ativos aguardando securitização;	N/A Seção 4.3.4	
449.n.iv	Tratamento inicial da amortização, exposições sacadas agregadas e requisitos de capital para linhas de crédito securitizadas;	N/A Seção 4.3.3	
449.n.v	Posições de securitização deduzidas ou ponderadas a 1.250%;	Seção 2.2.2.2 Seção 4.3.4	Tabelas 33 a 35 Tabelas 89 e 90
449.n.vi	Resumo da atividade de securitização no exercício corrente.	Seção 2.2.2.2 Seção 4.3.4	Tabelas 32 a 38 Tabelas 84 a 92
449.o	Securitizações do banco e nos registros comerciais:		
449.o.i	Posições mantidas e adquiridas e requisitos de capital associados, desmembradas por faixa de risco ponderada;	Seção 2.2.2.2 Seção 4.3.4	Tabelas 33 a 35 Tabelas 89 e 90
449.o.ii	Posições de ressecuritização mantidas e adquiridas antes e depois da hedging e seguros; exposição a avalistas financeiros desmembrada por capacidade de crédito do avalista.	N/A: valor não representativo Seção 2.2.2.2 Seção 4.3.4	Tabelas 33, 34, 36, 37 e 38 Tabelas 84 a 87, 89 e 90
449.p	ativos depreciados e prejuízos reconhecidos relativos às securitizações lançadas nos registros bancários, por tipo de exposição.	Seção 2.2.2.2	Tabela 37
449.q	Requisitos de capital e exposição para securitizações lançadas nos registros comerciais, separadas entre tradicionais e sintéticas, e tipos de exposição.	Seção 2.2.2.2 Seção 4.3.4	Tabelas 35, 86 e 87
449.r	Se a instituição tiver financiado os veículos de securitização sem firmar contrato.	N/A	

450. Política de remuneração

450	Divulgações referentes à remuneração (tomadores de riscos financeiros):	Seção 8	Tabelas 100 a 104	Relatório do comitê de remuneração.

451. Alavancagem

451.(a,b)	Coeficiente de alavancagem e desmembramento das medições de exposição total, incluindo a reconciliação para as demonstrações financeiras.	Seção 2.2.3	Tabelas 46 e 47 Apêndice IX

451.c	Valor total dos itens fiduciários desreconhecidos.	N/A
451.(d,e)	Descrição dos processos utilizados para gerenciar o risco de alavancagem em excesso e fatores que tenham afetado o coeficiente de alavancagem durante o ano.	Seção 2.2.3

452. Uso da Abordagem IRB aos riscos de crédito

452	As instituições que calculam valores de exposição a riscos ponderada sob a Abordagem IRB deverão divulgar as seguintes informações:		
452.a	Permissão para utilização da Abordagem IRB, emitida por autoridade competente.	Seção 2.2.2.1.2	
452.b	Explicação e análise de:	Seções 2.2.2.1.1, 3.3 e 3.9	
452.b.i	Estrutura dos sistemas internos de indexação e relação entre os índices internos e externos;	Seções 2.2.2.1.1, 3.3 e 3.9	Tabelas 14 a 23 (Tabelas CR6 e CR10)
452.b.ii	Uso dos índices internos para outros fins que não o cálculo dos requisitos de capital;	Seção 3.5	
452.b.iii	Gestão e reconhecimento do processo de mitigação de riscos de crédito;	Seção 3.6	
452.b.iv	Mecanismos de controles para sistemas de indexação;	Seção 3.7	
452.c.(i-v)	Descrição dos processos de indexação para cada classe de ativos no IRB, informados separadamente	Seções 2.2.2.1.1 e 3.4	Tabela 14 Tabelas 15 e 19 Tabelas 16,20 e 22 Tabela 17 Tabela 23
452.d	Valores de exposição por classe de exposição IRB, separados entre Avançados e Foundation IRB.		Tabelas 14 a 23 (Tabelas CR6 e CR10)
452.e. (i-iii)	Para cada classe de exposição, divulgar separadamente conforme o grau do mutuário, as instituições deverão divulgar: exposição total, separando empréstimos e exposições não sacadas quando aplicável, e risco ponderado médio da exposição.	Seção 2.2.2.1.1	Tabelas 14 a 23 (Tabelas CR6 e CR10) (lançados ou não em balanço e exposição à inadimplência) (densidade RWA)
452.f	Para classe de exposição de varejo, são as mesmas divulgações previstas no artigo 452.e, por grau de risco.	Seção 2.2.2.1.1	Tabela 17 (lançadas ou não em balanço e exposição à inadimplência)
452.g	Ajustes de riscos específicos reais para o período e explicação das alterações.	Seção 2.2.2.1.1 Seção 3.1	Tabelas 14 a 20 e 50
452.h	Descrição dos fatores que afetam a experiência com prejuízos no exercício anterior.	Seção 2.2.2.1.1 Seção 2.2.2.1.3 Seções 3.8 e 3.10	Tabelas 14 a 23 (Tabelas CR6 e CR10) Tabelas 27 e 28
452.i	Análise das estimativas históricas de prejuízos em comparação aos prejuízos reais em cada exposição, para ajudar a avaliar o desempenho do sistema de indexação por período suficiente.	Seção 3.9	Tabela 65 (CR9)
452.j	Para todas as classes de exposição IRB:		Tabela 21

452.j.(i-ii)	Quando aplicáveis, PD e LGD de cada país em que o banco mantém operações.	Seção 2.2.2.1.1	Tabela 21

453. Uso de técnicas de mitigação de riscos de crédito

453	As instituições que aplicam técnicas de mitigação de riscos de crédito deverão divulgar as seguintes informações:	Seções 3.6, 3.11	
453.a	Uso de apuração de saldos lançados ou não no balanço patrimonial.	Seções 3.6, 3.11.1 e 3.11.2	5. Gestão de Riscos. C.1.5.4. Tomada de decisões em transações
453.b	Como é feita a gestão da avaliação de garantias.	Seções 3.6, 3.11.1 e 3.11.2	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.5.4. Tomada de decisões em transações
453.c	Descrição dos tipos de garantia utilizados pela instituição.	Seções 3.6, 3.11.1 e 3.11.2	5. Relatório de gestão de riscos. C.1.5.4. Tomada de decisões em transações
453.d	Principais tipos de avalistas e contrapartes de derivativos de crédito, capacidade de crédito.	Seções 3.6, 3.11.1 e 3.11.2	
453.e	Concentrações de riscos de mercado ou de crédito no âmbito das exposições de mitigação de riscos.	Seções 3.6, 3.11.1, 3.11.2 e 3.11.3	Tabela 81
453.f	Abordagem padronizada ou Foundation IRB, valor da exposição coberto por garantia qualificada.	Seção 3.2 e 3.11.4	Tabela 51 (CR4) Tabela 81 (CR3)
453.g	Exposições cobertas por garantias ou derivativos de crédito.	Seção 3.2, 3.10 e 3.11.4	Tabela 51 (CR4) Tabela 77 (CR7) Tabela 81 (CR3)

454. Uso de abordagens de medição avançadas para riscos operacionais

454	Descrição do uso de seguros ou outros mecanismos de transferência de riscos para mitigar o risco operacional.	N/A Seção 2.2.2 Seção 2.2.2.4	Tabela 10

455. Uso de modelos internos de risco de mercado

455	As instituições que calculam seus requisitos de capital conforme o Artigos 363 deverão divulgar as seguintes informações:		
455.a	Para cada sub-portfólio coberto:	Seções 2.2.2.3 e 5.2	
455.a.i	Divulgação das características dos modelos de risco de mercado utilizados;	Seções 2.2.2.3 e 5.2	
455.a.ii	Divulgação das metodologias utilizadas para medição de inadimplência incremental e migração de riscos;	Seções 2.2.2.3 e 5.2	
455.a.iii	Descrições dos testes de esforço aplicados aos portfólios;	Seções 2.2.2.3 e 5.2.4	
455.a.iv	Metodologia para simulações retrospectivas e validação dos modelos.	Seções 2.2.2.3, 5.2.5 e 5.2.6	
455.b	Escopo de permissão para uso dos modelos.	Seções 2.2.2.1.2 e 2.2.2.3	Tabela 25

455.c	Políticas e processos para determinar a classificação dos registros comerciais e observância aos requisitos de valorização prudencial.	Seção 5.2	
455.d. (i-iii)	Valores altos/baixos/médios durante o ano, de VaR, SVaR e encargos sobre riscos incrementais.	Seção 5.2.1	Tabela 93 (MR3)
455.e	Elementos para cálculo dos fundos próprios.	Seções 2.2.1 e 2.2.2.3	Tabelas 10 (OV1), 40, 41 (MR2-A) e 42 (MR2-B)
455.f	Horizontes de liquidez média ponderada para cara sub-portfólio coberto pelos modelos internos.	Seções 5.2.2, 5.2.3, e 5.2.4	
455.g	Comparação entre as medições dos valores em risco (<i>Value-at-Risk</i> - VaR) ao final do dia e as alterações no valor do portfólio em um dia.	Seção 5.2.5	Gráfico MR4

Apêndice II

Lista de tabelas

Num.	Nome	Página
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO		
Tabela 1	Aperfeiçoamentos de transparência	15
Tabela 2	Diferenças entre objetivos contábeis e regulatórios da consolidação e mapeamento de categorias de demonstrações financeiras com categorias de risco regulatório (LI1)	17
Tabela 3	Principais fontes de diferenças entre valores de exposição regulatória e valores contábeis em demonstrações financeiras (LI2)	18
CAPÍTULO 2. CAPITAL		
Tabela 4	Índice de capital principal e índices de adequação de capital	25
Tabela 5	Indicadores relativos a instituições sistematicamente importantes	32
Tabela 6	Instituições globais sistematicamente importantes	32
Tabela 7	Reconciliação do capital contábil com o capital regulatório	34
Tabela 8	Capital elegível	34
Tabela 9	Capital regulatório. Variações	35
Tabela 10	Panorama Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs) (OV1)	37
Tabela 11	Exigências de capital relativas a risco de crédito	38
Tabela 12	Exigências de capital por região geográfica	39
Tabela 13	Declaração do fluxo de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) de exposições de risco de crédito com base na Abordagem Baseada em Classificações Internas (IRB) (CR8)	40
Tabela 14	Abordagem Avançada Baseada em Classificações Internas (AIRB). Bancos centrais e governos centrais (CR6)	41
Tabela 15	Abordagem AIRB. Empresas (CR6)	42
Tabela 16	Abordagem AIRB. Sociedades (CR6)	43
Tabela 17	Abordagem AIRB. Carteiras do varejo (CR6)	44
Tabela 18	Abordagem Básica Baseada em Classificações Internas (FIRB). Soberano (CR6)	45
Tabela 19	Abordagem Básica Baseada em Classificações Internas (FIRB). Empresas (CR6)	46
Tabela 20	Abordagem Básica Baseada em Classificações Internas (FIRB). Sociedades (CR6)	47
Tabela 21	Exposições e parâmetros por segmento e geografia	48
Tabela 22	Empréstimo especializado (CR10)	49
Tabela 23	Participações acionárias (CR10)	50
Tabela 24	Lista de modelos autorizados pela IRB por pessoa jurídica	54
Tabela 25	Lista de modelos autorizados pela Abordagem de Mensuração Interna (IMA) por pessoa jurídica	54

Tabela 26	Detalhamento de exposição por abordagem do cálculo do capital empregado	55
Tabela 27	Abordagem padronizada (incluindo um detalhamento de exposições pós fator de conversão e pós técnicas de mitigação) (CR5)	64
Tabela 28	Abordagem padronizada – Exposições de Risco de Crédito de Contraparte (CCR) por carteira e risco regulatório (CCR3)	65
Tabela 29	Ponderações dos Riscos (RWs) de securitizações relativos às abordagens padronizadas	66
Tabela 30	RWs de securitizações com classificação de risco de longo prazo (abordagem RBA-IRB)	67
Tabela 31	RWs de securitizações com classificação de risco de curto prazo (Abordagem Baseada em Classificações e em Classificações Internas (RBA-IRB))	67
Tabela 32	Detalhamento das posições recompradas nas Entidades de Securitização para Fins Específicos (SSPEs) com transferência de risco, distribuídas por função e abordagem utilizada	68
Tabela 33	Valor total das posições de securitização compradas e retidas com transferência de risco. Abordagem IRB para carteira de não negociação	70
Tabela 34	Valor total das posições de securitização compradas e retidas com transferência de risco. Abordagem padronizada para carteira de investimentos	71
Tabela 35	Valor total das posições de securitização comprada e retidas. Carteira de negociação	72
Tabela 36	Posições de securitização compradas e retidas com transferência de risco por tipo de exposição na carteira de não negociação	73
Tabela 37	Estruturas de securitização com transferência de risco	74
Tabela 38	Estruturas de securitização sem transferência de risco	75
Tabela 39	Exigências de capital regulatório relativas a risco de mercado	75
Tabela 40	Exigências de capital relativas a risco de mercado. Modelo interno	76
Tabela 41	Risco de mercado com base na abordagem IMA (MR2-A)	77
Tabela 42	Demonstrações de fluxo dos RWA de exposições a riscos de mercado com base na IMA (MR2-B)	77
Tabela 43	Risco de mercado com base na abordagem padronizada (MR1)	78
Tabela 44	Exigências de capital relativas a risco de mercado. Abordagem padronizada*	78
Tabela 45	Mudanças nas exigências de capital relativas a risco operacional	80
Tabela 46	Índice de alavancagem	81
Tabela 47	Detalhes do índice de alavancagem	81
Tabela 48	Capital econômico disponível	82
Tabela 49	Rentabilidade sobre o Capital Ajustado ao Risco (RoRAC) e criação	84

de valor

CAPÍTULO 3. RISCO DE CRÉDITO		
Tabela 50	Qualidade de crédito das exposições por classes e instrumentos de exposição (CR1-A)	92
Tabela 51	Qualidade do crédito de exposições por classes e instrumentos de exposição (CR1-A)	93
Tabela 52	Exposições de valor líquido (CRB-B)	94
Tabela 53	Detalhamento geográfico das exposições (CRB-C)	95
Tabela 54	Concentração das exposições por setor ou tipo de contraparte (CRB-D)	96
Tabela 55	Vencimento das exposições (CRB-E)	97
Tabela 56	Qualidade do crédito das exposições por setor ou tipo de contraparte (CR1-B)	98
Tabela 57	Qualidade do crédito das exposições por geografia (CR1-C)	99
Tabela 58	Exposições de crédito em situação de inadimplemento e com reestruturação de crédito (CR1-E)	99
Tabela 59	Variações no conjunto dos ajustamentos para o risco específico e geral de crédito (CR2-A)	100
Tabela 60	Variações no conjunto dos empréstimos e títulos de dívida em situação de inadimplemento (CR2-B)	101
Tabela 61	Envelhecimento de exposições vencidas (CR1-D)	101
Tabela 62	Mapeamento de classificações internas e Probabilidade de Inadimplência (PD)	102
Tabela 63	Modelos de parâmetros com base na abordagem IRB por região	105
Tabela 64	Principais cifras de risco de crédito decorrentes de atividade com clientes	121
Tabela 65	Abordagem Baseada em Classificações Internas (IRB) - Backtesting de PD por classe de exposição (CR9)	131
Tabela 66	Hipotecas no varejo	143
Tabela 67	Empresas não padronizadas	143
Tabela 68	Exposição total a risco de contraparte	144
Tabela 69	Exposição a derivativos	145
Tabela 70	Análise da exposição a Risco de Crédito de Contraparte (CCR) por abordagem (CCR1)	146
Tabela 71	Impacto da compensação e garantias mantidas sobre valores de exposição (CCR5-A)	146
Tabela 72	IRB – Exposições a CCR por carteira e escalas de PD (CCR4)	147
Tabela 73	Requisito de fundos próprios (CCR2) para Ajuste de Avaliação de Crédito (CVA)	152
Tabela 74	Hedge de derivativos de crédito com base na abordagem IRB	153
Tabela 75	Risco de contraparte. Classificação de derivativos de crédito.	153

	Proteção comprada	
Tabela 76	Risco de contraparte. Classificação de derivativos de crédito. Proteção vendida	153
Tabela 77	Efeito nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) derivativos de crédito usados como técnicas Gerenciamento de Risco de Crédito (CRM) (CR7)	154
Tabela 78	Composição de garantias por exposições a risco de crédito de contraparte (CCR5-B)	155
Tabela 79	Exposições a derivativos de crédito (CCR6)	156
Tabela 80	Garantias por classificação externa	156
Tabela 81	Técnicas de mitigação de risco de crédito – Panorama Geral (CR3)	157
Tabela 82	Abordagem Baseada em Classificações Internas (IRB). técnicas de mitigação de risco de crédito: derivativos de crédito e garantias fidejussórias	157
Tabela 83	Exposições a Contrapartes Centrais (CCPS) (CCR8)	158
CAPÍTULO 4. SECURITIZAÇÕES		
Tabela 84	Posições de securitização compradas ou retidas. Carteira de não negociação	165
Tabela 85	Exposições de securitização na carteira de não negociação (SEC1)	166
Tabela 86	Posições de securitização compradas ou retidas. Carteira de negociação	167
Tabela 87	Exposições de securitização na carteira de não negociação (SEC2)	168
Tabela 88	Estoque de securitizações originadas com o maior saldo devedor	169
Tabela 89	Exposições de securitização na carteira de não negociação e exigências associadas de capital regulatório (Banco atuando como originador ou patrocinador) (SEC3)	170
Tabela 90	Exposições de securitização na carteira de não negociação e exigências associadas de capital regulatório (Banco atua como um investidor) (SEC4)	171
Tabela 91	Saldo inicial dos fundos de securitização em 2017, por tipo de ativo de ativo securitizado	172
Tabela 92	Lista de novas securitizações originadas em 2017, organizadas por país e instituição originadora e ordenadas por volume de emissão inicial	173
CAPÍTULO 5. RISCO DE MERCADO		
Tabela 93	Value-at-Risk (VaR), VaR Estressado e Inclusão do Risco Incremental (IRC) por geografia (MR3)	176
Tabela 94	Janela de estresse	177
Tabela 95	Cenário de estresse: Volatilidade máxima (pior cenário)	179
Tabela 96	Exceções em unidades com modelo interno	183
Tabela 97	Tabela 97 Instrumentos de capital disponíveis para venda	186

	Instrumentos de títulos disponíveis para venda. Ajustes de Ajustes	
Tabela 98	de avaliação bruta consolidada	186
CAPÍTULO 7. OUTROS RISCOS E CONTROLE INTERNO		
Tabela 99	Modelo de divulgação do Índice de Liquidez de Curto Prazo	192
CAPÍTULO 8. POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO		
Tabela 100	Remuneração total	203
Tabela 101	Remuneração por área de atividade	204
Tabela 102	Direitos adquiridos	205
Tabela 103	Direitos não adquiridos	205
Tabela 104	Remuneração por faixa salarial	206

Apêndice III

Glossário

AMA (Abordagem de Medição Avançada): técnica de medição de risco operacional estabelecida com base nas normas de adequação de capital de Basileia, com base na metodologia de modelo interno.

Método IRB avançado: todos os parâmetros de risco de crédito são estimados internamente pela entidade, incluindo CCFs (Fatores de Conversão de Crédito) para cálculo de EAD (Exposição à Inadimplência).

AQR (Revisão de Qualidade do Ativo): a revisão de qualidade do ativo é exercida pelo Banco Central Europeu.

Gestão de Ativos e Passivos (ALM): uma série de técnicas e procedimentos para garantir a correta tomada de decisão sobre investimentos e captação de recursos na entidade, considerando a interrelação entre diversos itens registrados e não registrados no balanço patrimonial.

Securitização de ativos: um mecanismo financeiro que consiste em converter determinados ativos em títulos de renda fixa que podem ser negociados em um mercado de valores mobiliários secundário.

ARM: Gestão Avançada de Risco.

AT1 (Nível 1 Adicional): capital que consiste principalmente de instrumentos híbridos.

Back-testing (teste comparativo): utilização de dados históricos para monitorar o desempenho de modelos de risco.

Basileia III: conjunto de alterações aos regulamentos de Basileia II publicados em dezembro de 2010, com entrada em vigor programada para janeiro de 2013 e a ser implementado gradualmente até janeiro de 2019.

Método IRB básico: Todos os parâmetros de risco são determinados pelo regulador, exceto pela probabilidade de inadimplemento, que é estimada internamente pelo banco. Os CCFs exigem que a EAD seja determinada pelo regulador.

BIS: Banco de Liquidação Internacional.

BCBS: Comitê de Basileia para Supervisão Bancária.

BRRD (Diretiva sobre Recuperação e Resolução Bancária): aprovada em 2014, a BRRD estabelece uma estrutura para recuperação e resolução de bancos com o objetivo de minimizar os custos aos contribuintes.

CBE 3/2008: Circular do Banco da Espanha em 22 de maio de 2008 sobre o cálculo e controle de exigências de capital mínimo.

CBE 9/2010: Circular de Banco da Espanha em 22 de dezembro de 2010, alterando a Circular 3/2008.

CBE 4/2004: Circular do Banco da Espanha de 22 de dezembro de 2004 sobre padrões de relatórios financeiros públicos e confidenciais e formulários-modelo para demonstração financeira.

CBE 2/2016: Circular do Banco da Espanha de 2 de fevereiro de 2016 sobre a supervisão e solvência de instituições de crédito, que conclui a adaptação à lei espanhola prevista na Diretiva 2013/36/EU e Regulamento (União Europeia) nº 575/2013. Essa nova Circular revoga a circular 3/2008 do Banco da Espanha para as instituições de crédito sobre a determinação e controle de fundos detidos mínimos (exceto as partes mencionadas na Circular 5/2008 com relação ao regime estabelecido) e Artigo 11 da Circular 2/2014 do Banco da Espanha.

CCoB (*Buffer de Conservação*): um *buffer* de capital igual a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco (e composto integralmente de ativos de altíssima liquidez) para absorver perdas decorrentes do negócio.

CCyB (*Buffer Contra-Cíclico*): um *buffer* cujo objetivo é mitigar ou prevenir riscos cíclicos decorrentes de crescimento de crédito excessivo em um nível acumulado. Dessa forma, o CCB é projetado para construir *buffers* de capital durante as fases de expansão com um duplo objetivo: aumentar a solvência do sistema bancário e estabilizar o ciclo de crédito.

CCAR (*Revisão da Análise de Capital Abrangente*): uma estrutura introduzida pelo Federal Reserve para revisão dos processos de planejamento e adaptação de capital das principais instituições financeiras dos EUA.

CCP (*Câmara de Compensação de Contraparte Central*): entidade definida no artigo 2.1 do Regulamento (União Europeia) nº 648/2012.

CET1 (*Capital Ordinário de Nível 1*): o capital de mais alta qualidade de um banco.

CoCos (*Títulos de Dívida Conversíveis Contingentes*): títulos de dívida que são conversíveis em capital caso ocorra um evento específico.

Capital ordinário: uma medida de capital que considera, entre outros componentes, ações ordinárias, prêmio sobre ações e lucros retidos. Não inclui ações preferenciais.

Risco de concentração: o risco de perda devido a grandes exposições a um número pequeno de devedores aos quais a entidade emprestou dinheiro.

Nível de confiança: no contexto de valor em risco (VaR) e capital econômico, é o nível de probabilidade de que uma perda real não excederá a perda possível estimada pelo valor em risco ou capital econômico.

Risco de crédito de contraparte: o risco de que uma contraparte se tornará inadimplente em um contrato de derivativos antes do seu vencimento. O risco poderia decorrer de transações com derivativos na carteira de negociações ou na carteira bancária e, como outras exposições ao crédito, está sujeito a um limite de crédito.

CCF (Fator de Conversão de Crédito): um fator de conversão usado para conversão de saldos de risco de crédito não registrados em balanço para equivalentes de exposição ao crédito. Sob o método de *rating* interno (AIRB) o Grupo Santander aplica os CCFs de modo a calcular o valor de EAD dos itens que representam os passivos e compromissos contingentes.

Swap de crédito: um contrato de derivativos que transfira o risco de crédito de um instrumento financeiro do comprador (que recebe a proteção de crédito) ao vendedor (que garante a solvência do instrumento).

Risco de crédito: o risco no qual os clientes não são capazes de cumprir com suas obrigações de pagamento contratuais. O risco de crédito inclui inadimplimento e risco de liquidação e de país.

Mitigação de risco de crédito: uma técnica para reduzir o risco de crédito de uma transação por meio da aplicação de cobertura como garantia real.

CRM (Medida de Risco Abrangente): a estimativa de risco em uma carteira de negociação relacionada.

CSP: Plano estratégico comercial.

ECAI: Instituição Externa de Avaliação de Crédito, como Moody's Investors Service, Standard & Poor's Ratings Group e Fitch Group.

Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu: o órgão responsável pelo planejamento e execução das atividades de supervisão do Banco Central Europeu, conduzindo trabalhos preparatórios e elaborando propostas para decisões a serem aprovadas pelo Conselho Diretivo do Banco Central Europeu.

Conselho Diretivo do Banco Central Europeu: principal órgão para tomada de decisões do Banco Central Europeu, formado por todos os membros da Diretoria Executiva e os diretores dos bancos centrais nacionais dos países da zona do Euro.

Capital econômico: o valor que demonstra em um grau elevado de certeza a quantidade de recursos de capital de que o Grupo Santander precisa em um determinado período para absorver perdas inesperadas decorrentes de sua exposição atual.

EDTF (Força Tarefa de Divulgação Abrangente): força tarefa que emite recomendações para aumentar a transparência das divulgações de uma instituição financeira ao mercado.

ESRB (Conselho Europeu de Risco Sistêmico): o órgão responsável pela supervisão macroprudencial do sistema financeiro na União Europeia, de modo a contribuir com a prevenção ou mitigação de riscos sistêmicos à estabilidade financeira.

EPS (Lucro por ação): um indicador utilizado para medir a lucratividade de uma empresa por um período específico. O EPS é calculado pela divisão do lucro da empresa no período pelo número de ações que compõem seu capital social.

ERWM: Gestão de Risco Amplo de Empresa.

CRR (Regulamento de Exigência de Capital) e CRD IV (Diretiva de Exigência de Capital): diretiva e regulamento que transpõem a estrutura de Basileia II para a lei da União Europeia.

CVA (Ajuste de Avaliação de Crédito): a diferença entre o valor da carteira livre de riscos e o valor real da carteira, considerando o risco de contraparte.

Risco de inadimplemento: o risco de que contrapartes não cumprirão com suas obrigações contratuais de pagamento.

Derivativos: instrumentos financeiros que derivam seus valores de um ou mais ativos subjacentes, por exemplo, títulos de dívida ou moedas.

DLGD (LGD de Retração): a LGD estimada em condições econômicas adversas.

D-SIIs: Instituições de Importância Sistêmica Nacional.

DTA: ativos fiscais diferidos.

EBA: Autoridade Bancária Europeia. Criada em 2010, com início das atividades em 2011. A EBA atua como coordenadora entre as entidades nacionais responsáveis pela segurança de valores como a estabilidade do sistema financeiro, transparência de mercados e produtos financeiros, e a proteção de clientes e investidores bancários.

EL (Perda esperada): um cálculo regulatório do valor médio cuja perda é esperada em uma exposição, utilizando um período de 12 meses. A EL é calculada pela multiplicação da probabilidade de inadimplemento (percentual) pela exposição no inadimplemento (valor) e LGD (percentual).

Exposição: o valor bruto que a entidade poderia perder se a contraparte não for capaz de cumprir com suas obrigações de pagamento previstas em contrato, sem considerar quaisquer garantias, ampliações de crédito ou transações de mitigação de risco de crédito.

EAD (Exposição à Inadimplência) o valor que a entidade poderia perder em caso de inadimplência de contraparte.

FEVE: Acrônimo espanhol para “firmas en vigilancia especial”, ou seja, empresas sob vigilância especial.

FSB (Comissão de Estabilidade Financeira): instituição internacional que monitora e oferece recomendações no sistema financeiro global.

Fully-Loaded: indica plena conformidade com as exigências de solvência de Basileia III (que se tornam obrigatórias em 2019).

GHOS (Grupo de Governadores e Diretores de Supervisão): órgão de supervisão do Comitê de Basileia.

Ferramentas globais de *rating*: essas ferramentas designam um *rating* a cada cliente utilizando um módulo automático ou quantitativo.

G-SIB (Banco de Importância Sistêmica Global) ou SIFI (Instituição Financeira de Importância Sistêmica): instituições financeiras que, devido ao seu tamanho, complexidade e interconectividade sistêmica, caso descumprissem algo, causariam grandes interrupções ao sistema financeiro e atividade econômica.

HQLA: Ativos de Altíssima liquidez.

HVCRE: Imóvel Comercial de Alta Liquidez

ICAAP: Processo interno de avaliação de adequação de capital.

IFRS: Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

ILAAP (Processo Interno de Avaliação de Adequação de Liquidez): processo para identificação, mensuração, gestão e controle de liquidez,

implementado pela entidade em conformidade com o artigo 86 da Diretiva 2013/36/EU.

LGD Implícita: é utilizada para comparação (*back-test*) das estimativas regulatórias de LGD. É baseada pela consideração da variação gerencial de empréstimos inadimplentes (NPLMV) como indicador para a Perda Observada, e então pela divisão da Perda Observada pela PD, resultando em uma LGD implícita ou observada que pode ser comparada à LGD regulatória.

Risco de taxa de juros: exposição da posição financeira do banco a atividades adversas nas taxas de juros. A aceitação desse risco é normal em negócios bancários e pode ser uma fonte de retornos significativos e criação de valor ao acionista.

Método de *rating* interno (IRB): um método baseado em *ratings* internos para o cálculo de exposições ponderadas pelo risco.

Validação interna: requisito prévio para o processo de validação de supervisão. Uma unidade suficientemente especializada e independente da entidade, que obtém um parecer sobre adequação dos modelos internos para fins regulatórios e internos pertinentes, e emite uma conclusão sobre sua utilidade e efetividade.

IRRBB: Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária.

IRC (Encargo de Risco Adicional): uma estimativa do risco de crédito associado às posições não securitizadas na carteira de negociação.

IRP: O presente relatório, intitulado Divulgações Pilar III na versão em inglês. (do acrônimo em espanhol, *Informe de Relevancia Prudencial*)

ISDA (Associação Internacional de Swaps e Derivativos): Transações com derivativos OTC entre instituições financeiras são usualmente conduzidas de acordo com um contrato principal estabelecido por esta

organização, o qual detalha as definições, assim como os termos e condições gerais do contrato.

ITS: Padrões Técnicos de Implementação.

JST (Equipe de Supervisão Conjunta): uma das principais formas de cooperação entre o Banco Central Europeu e os supervisores nacionais

LCR (Índice de Cobertura de Liquidez) um índice que garante que um banco tenha um estoque adequado de ativos líquidos de alta qualidade, não onerados, que podem ser convertidos, fácil e imediatamente, em dinheiro no mercado privado, para atender às suas necessidades de liquidez em um cenário de tensão de liquidez de 30 dias.

LDP: carteira de baixo inadimplemento.

Índice de Alavancagem: uma medida de capital regulatório complementar (baseada na ausência de risco) que busca assegurar a resiliência financeira dos bancos. O índice é calculado dividindo-se o capital de Nível 1 elegível pela exposição.

Risco de liquidez: o risco de que o Grupo Santander não consiga cumprir com todas as suas obrigações de pagamento quando elas se tornarem devidas ou que somente as cumpra a um custo excessivo.

LGD (Perda por Inadimplemento) a parcela da EAD não recuperada no final do processo de recuperação de empréstimo. É igual a 1, menos a taxa de recuperação, ou seja: $LGD = 1 - \text{taxa de recuperação}$). A definição de perda usada para estimar a LGD deve ser uma definição de perda econômica, não uma perda contábil.

LTV (Loan to value): valor do crédito estendido / valor das fianças e garantias.

MDA: Valor Máximo Distribuível.

Abordagem de Marcação a Mercado (*Mark-to-market*): nos termos regulatórios, uma abordagem para calcular o valor da exposição de risco de crédito de derivativos da contraparte (valor de mercado presente mais uma margem, ou seja, o valor que leva em consideração o aumento futuro potencial no valor de mercado).

Risco de mercado: o risco resultante de incertezas relacionadas às variações nos preços e taxas de mercado (incluindo taxas de juros, preços da ação, taxas de câmbio e preços de commodities), as correlações entre elas e os seus níveis de volatilidade.

MPE (Ponto de Entrada Múltiplo) uma abordagem da deliberação com base no ponto de entrada múltiplo.

Validação de modelo: o processo para mensurar a eficácia de um modelo de risco de crédito usando um conjunto de critérios pré-estabelecidos, tais como o poder discriminatório do modelo, a adequação dos dados e os pareceres de especialistas.

MREL (Exigência Mínima de Obrigações Elegíveis): a exigência de absorção de perda final estabelecida pela legislação europeia para instituições com base em uma avaliação de seus planos de resolução.

Compensação: uma capacidade do banco de reduzir sua exposição de risco de crédito estabelecendo o valor de seus direitos contra suas obrigações junto a mesma contraparte.

Clientes não padronizados: clientes para os quais foi atribuído um analista de risco devido ao risco assumido. Esta categoria inclui clientes de banco de atacado, instituições financeiras e certas empresas no banco de varejo.

NSFR (Índice de Captação Estável Líquida) um índice designado a garantir que um banco possua uma estrutura de balanço patrimonial

equilibrada, na qual exigências de captação estáveis sejam garantidas por obrigações estáveis.

Risco operacional: o risco de incorrer perdas relacionadas a funcionários, especificações e documentação contratuais, tecnologia, interrupções de infraestrutura e desastres, projetos, influência externas e relacionamentos com o cliente. A definição inclui risco legal e regulatório, mas não inclui risco de negócio e risco de reputação.

OTC (Balcão) fora da bolsa de valores, ou seja, trading entre duas partes (em derivativos, por exemplo), sem a supervisão de uma bolsa de valores constituída.

Implementação: refere-se à conformidade com as exigências de solvência atuais considerando o período de transição para a implementação da Basileia III.

Exigências de capital mínimo - Pilar 1: a parte do Novo Acordo de Capital da Basileia que estabelece exigências regulatórias de capital mínimo para crédito, mercado e risco operacional.

Pilar 2: Processo de Revisão de Supervisão: um processo de avaliação da adequação de capital interno pela superintendência com possíveis exigências de capital adicional para risco que não estão incluídas no Pilar I e o uso de metodologias mais sofisticadas em comparação ao Pilar I.

Pilar 3: Disciplina de Mercado: este pilar foi elaborado para concluir as exigências de capital mínimo e o processo de revisão de supervisão e, assim, possibilitar a disciplina de mercado por meio da regulamentação de divulgação pública pelas empresas.

PD em um Determinando Momento (PIT) a probabilidade de inadimplemento em um determinado momento ou um estado específico do ciclo econômico.

Probabilidade de inadimplemento (PD): representa a probabilidade de que um cliente ou transação resulte em inadimplemento. É a probabilidade de que um evento (inadimplemento) ocorra em um dado horizonte de tempo.

QIS (Estudo de Impacto Quantitativo): exigências ad-hoc por parte da EBA (Autoridade Bancária Europeia) para estudos analisando e calibrando o impacto de novas alterações no regulamento.

Contraparte central qualificada (QCCP): uma contraparte central que foi autorizada nos termos do Artigo 14 do Regulamento (UE) Nº 648/2012 ou que foi reconhecida nos termos do Artigo 25 daquele Regulamento.

Rating: o resultado da avaliação objetiva da situação econômica futura das contrapartes com base em características e premissas atuais. A metodologia para atribuir *ratings* depende amplamente do tipo de cliente e dados disponíveis. É aplicada uma ampla gama de metodologias para avaliar o risco de crédito, tais como sistemas especializados e métodos econométricos.

RDL: Decreto-Lei Real.

Apetite de risco: o valor e o tipo de riscos considerados razoáveis de se assumir na execução de sua estratégia de negócios, de maneira que o Grupo Santander possa manter sua atividade ordinária no caso de circunstâncias inesperadas. São considerados cenários graves que podem ter um impacto negativo nos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço da ação.

Limites de risco: ferramentas de aprovação para certos tipos e níveis de risco.

Ativos ponderados pelo risco (RWA): calculados pela atribuição de um nível de risco, expressos como uma porcentagem (ponderação de risco),

para uma exposição, de acordo com as normas relevantes nos termos de uma abordagem padronizada ou da abordagem do IRB.

RoRAC: retorno sobre o capital ajustado ao risco.

RoRWA: Retorno sobre ativos ponderados por risco.

RTS: Normas Técnicas Regulatórias.

Densidade RWA: índice que compara o total de ativos ponderados das instituições e o seu balanço patrimonial total, e pode ser interpretado como uma medida de risco relativo médio- de acordo com os critérios regulatórios- das operações gerais de um banco.

SFT (Operações de Financiamento de Valores Mobiliários) qualquer operação onde os valores mobiliários são usados para tomada de empréstimo em dinheiro, ou vice-versa. Na maioria das vezes inclui contratos de recompra (repos), atividades de empréstimo de valores mobiliários e transações de venda/recompra.

Crítérios de Atribuição Supervisória: uma abordagem utilizada para calcular pesos de risco para exposições de empréstimos especializados, que consiste em mapear os ratings internos para cinco categorias de supervisão, cada uma com seu próprio risco específico.

SRB (Conselho Único de Resolução) a autoridade de resolução única, que é o segundo pilar da *Banking Union* depois do Mecanismo Único de Supervisão.

SRB: *Buffer* de Risco Sistêmico aplicável aos G-SIBs.

Veículo de finalidade específica (SPV): uma sociedade criada com o único propósito de adquirir certos ativos ou exposições de derivativos e emitir passivos associados apenas a esses ativos ou exposições.

SRF: Fundo Único de Resolução.

SRM: Mecanismo Único de Resolução.

SREP (Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão) uma revisão dos sistemas, estratégias, processos e mecanismos aplicados pelas instituições de crédito e os seus riscos.

SSM (Sistema Único de Supervisão): o sistema de supervisão de bancos na Europa. Ele inclui o Banco Central Europeu e as autoridades de supervisão competentes dos países participantes da UE.

Abordagem padronizada: uma abordagem para calcular as exigências de capital de risco de crédito nos termos do Pilar I da Basileia II. De acordo com esta abordagem, as ponderações de risco no cálculo do capital são determinadas pelo regulador.

Clientes padronizados: clientes para os quais não foram atribuídos expressamente um analista de risco. Esta categoria geralmente inclui pessoas físicas, empresários pessoas físicas e negócios de banco de varejo não classificados como clientes não padronizados.

Teste de estresse: utilizado para descrever diversas técnicas para mensuração da possível vulnerabilidade de eventos excepcionais, porém plausíveis.

VaR em condição de estresse: mede o nível de risco em situações de mercado simuladas ou históricas em condições de estresse.

Securitização sintética: transações que envolvam uma cesta de contratos de *swap* de crédito e títulos de dívida como garantia real. São chamadas de sintéticas pois em vez de conter títulos de dívida físicos, contêm derivativos de créditos, também conhecidos como contratos sintéticos.

PD durante o ciclo (TTC): probabilidade de inadimplemento ajustada a um ciclo econômico completo. Pode ser considerada como média de longo prazo de uma PD em determinado momento.

Nível 1: capital principal menos instrumentos híbridos.

Nível 2: instrumentos de capital complementares, principalmente dívida subordinada e provisões para perdas com empréstimos gerais, que contribuem para a solidez de instituições financeiras.

TLAC (Capacidade de Absorção de Perda Total): exigência adicional às exigências de capital mínimo previstas na estrutura de Basileia III para absorção de perdas totais e realização de uma recapitalização que minimize qualquer impacto na estabilidade financeira, garanta a continuidade de funções primordiais e evite a exposição dos contribuintes a perdas. Esta exigência é aplicável a todos os G-SIBs.

TLTRO: Metas de Operações de Refinanciamento de Longo Prazo.

TRIM: Metas de Revisão de Modelos Internos.

TSR (Retorno Total do Acionista): desempenho relativo do total de retornos do acionista. Um indicador dos retornos obtidos pelos donos de uma sociedade durante um período de um ano sobre o capital fornecido para a sociedade.

Perda não esperada: perdas não esperadas (não cobertas por provisões) devem ser cobertas pelo capital.

VaR (Valor em Risco): estima as perdas potenciais que poderiam resultar em posições de risco como resultado de oscilações nos fatores de risco de mercado dentro de um dado horizonte de tempo e para um nível de confiança específico.

